UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

RAIMUNDO VALDOMIRO DE SOUSA

A INFLUÊNCIA DO ESTADO NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO SETOR MINERAL: o caso da CVRD de 1942 a 2010

Belém
2012

RAIMUNDO VALDOMIRO DE SOUSA

A INFLUÊNCIA DO ESTADO NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO SETOR MINERAL: o caso da CVRD de 1942 a 2010

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

Orientadora: Prof. Dr. Edna Ramos de Castro

Belém
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Sousa, Raimundo Valdomiro de
A Influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010 / Raimundo Valdomiro de Sousa; Orientadora, Edna Ramos de Castro. – 2012.

253 f. : il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Mineração - Política econômica. 2. Economia – Regulação. 3. Indústria mineral - Brsail. 4. Companhia Vale do Rio Doce. 5. Estado. 6. Desenvolvimento econômico. I. Castro, Edna Ramos de, orientadora. II. Título.

CDD 22 ed. 338.900981

RAIMUNDO VALDOMIRO DE SOUSA

A INFLUÊNCIA DO ESTADO NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO SETOR MINERAL: o caso da CVRD de 1942 a 2010

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

Orientadora: Prof. Dr. Edna Ramos de Castro

Aprovado em 11 de maio de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edna Ramos de Castro
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Nírvia Ravena
Examinadora interna- NAEA/UFPA

Professor Dr. Aluízio Lins Leal
Examinador externo – UFPA

Professor Dr. Gilberto de Souza Marques
Examinador Interno – ICSA/UFPA

À minha esposa Conceição Evangelista, Maíra e Tayná, minhas filhas. Com elas compartilho a vida.
Ao meu pai, Albino.
À minha mãe, Ana.
Aos meus irmãos: Venaide, Nivaldo, Valdelino (de quem tenho saudade), Valdenita, Valdir, Bené, Rosa, Jorge e Antenor.
Àquelas pessoas que continuam sonhando e lutando por uma sociedade onde os seres humanos vivam com dignidade e sem exploração.

AGRADECIMENTOS

O momento que se aproxima do encerramento de uma etapa importante na vida sentimos a necessidade de trazer presente as pessoas que direta ou indiretamente partilharam das alegrias e percalços da trajetória. Por isso, gostaria de registrar aqui minha gratidão a todas e todos que vem cumprindo um papel fundamental no processo de realização deste trabalho. Mesmo correndo o risco de cometer injustiça, temporariamente, não posso deixar de destacar as muitas e variadas formas de apoio que recebi.

Em casa, agradeço à Ceição, pela leitura cuidadosa de toda a Tese, para a última correção; à Maíra, pela leitura e apoio na elaboração de tabelas e tradução do resumo; à Tayná e Toninha pelas sugestões e paciência para ouvirem os comentários cotidianos; à Nice e Damiana pelo apoio. Esse grupo de mulheres (esposa, filhas, sobrinha e amigas) constitui um ambiente social que contribui para que o cotidiano seja vivido com a serenidade e o equilíbrio necessários para que a vida flua.

No NAEA, agradeço, especialmente, a professora Edna Castro, orientadora desta tese, que desde o primeiro momento se mostrou interessada e ao longo de todo o processo sempre agiu como profissional, intelectual, levantando questionamentos importantíssimos para o direcionamento da discussão aqui realizada, sugerindo a apresentação de partes do trabalho em seminários científicos, apresentando literatura a ser consultada e incorporada ao trabalho. Sempre dedicou tempo para longas conversas, pessoalmente ou por meio de telefonemas. Agradeço também aos professores que ministraram aulas no Doutorado e aos colegas de turma que participaram dos debates sobre o conteúdo desta tese, nos seminários realizados ao longo do Curso.

Agradeço muito ao professor Aluízio Leal e quero dizer que considero um privilégio a oportunidade que a História me reservou de conhecer uma pessoa com as suas características. Na medida em que cresce em conhecimento, eleva-se em simplicidade. Cultiva cotidianamente a indignação com o estado de coisas que transforma o ser humano em "não ser" e dedica tempo sem medida para espalhar as sementes da esperança. Obrigado pelas horas de longas conversas. Obrigado pelo aprendizado!

Agradeço muito ao professor Gilberto Marques pelas importantes sugestões apresentadas para o desenvolvimento deste trabalho por ocasião da qualificação do projeto de

tese, quando participou da Banca, e em outras oportunidades que tivemos de dialogar sobre o assunto aqui estudado. Agradeço também pelo esforço e empenho para adequar sua agenda priorizando a participação nesta Banca.

Agradeço muito à professora Nírvia e ao professor Durbens, que tive a oportunidade de conhecê-los ainda quando eram alunos na graduação, e se destacavam na participação nos debates em sala, o que certamente contribuía para a construção de um ambiente acadêmico marcado pelo pensamento crítico, pelo compromisso com um conhecimento relacionado ao cotidiano das lutas que ocorriam na sociedade brasileira e internacional naquele momento. Obrigado por integrarem esta Banca.

Agradeço imensamente ao professor e jornalista Rogério Henrique Almeida que a mim encaminhava informações importantes relacionadas ao objeto de estudo. E me orientou sobre pessoas e organizações que poderiam oferecer dados para a pesquisa.

Sou muito grato ao professor e economista André Reis e à administradora Poliana, ambos funcionários do Instituto Brasileiro de Mineração, que não mediram esforços para fornecer dados e informações do setor mineral no Estado.

Não posso deixar de agradecer ao professor e funcionário da Fiepa, Raul Tavares, que além de fornecer dados sobre economia do Estado, mineração, orientou-me sobre a utilização do Alice Web.

Por fim, um agradecimento mais do que especial ao papai e mamãe que mesmo de longe, me acompanham cotidianamente com muita atenção, carinho e oração.

As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1989, p. 868).

RESUMO

O presente trabalho tem como tema "a influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010". Para orientar a pesquisa e a construção da tese foi estabelecido o problema: que mudanças ocorreram no plano legal e institucional, no Brasil e no Pará, a partir de 1990, que podem ser interpretadas como componentes de um novo modo de regulação e que transformações se processaram na economia, no Brasil e no Pará, que podem ser interpretadas como parte do processo de constituição de um novo regime de acumulação e de que forma essas alterações estão relacionadas com o processo de privatização e crescimento da mineração, sob a gestão da CVRD ou Vale? Como marco teórico operou-se com as categorias de análise regime de acumulação e modo de regulação, considerando as contribuições de Lipetz (1988) e Harvey (1998) da denominada escola da regulação. O objetivo era compreender as mudanças na economia e na legislação, no Brasil e no Pará, como uma transição do regime de acumulação e modo de regulação fordista-keyneiano para um novo regime denominado de acumulação flexível. Selecionou-se um conjunto de eventos para serem analisados como integrantes da transição no modo de regulação: Plano de estabilização econômica; reforma constitucional de 1995; Lei Complementar n° 87/96 - a Lei Kandir; Medida Provisória nº 2166/67 que criou o conceito de obras de utilidade pública; Resolução do Conama nº 369 sobre mineração em Área de Preservação permanente; Lei de responsabilidade Fiscal; Lei de Modernização dos Portos. Outros eventos foram selecionados e analisados como componentes de um novo regime de acumulação: Investimento público em obras de infra-estrutura de transporte e energia; privatização no Brasil, incluindo a da CVRD e sua expansão posterior, juntamente com o crescimento da economia do setor mineral. Concluiu-se que, com a influência do Estado há a estabilização de um novo regime de acumulação, que no Pará aprofunda o perfil primário-exportador da economia. Em 2010, o setor mineral contribuiu com 86% da pauta de exportação e desse total a indústria extrativa mineral participou com 77% e a indústria da transformação com 23%. No período de 2002 a 2007, a indústria extrativa mineral participava com 60% e a da transformação com 40% da exportação. A CVRD ou Vale, no Pará, a partir de 2010, priorizou a exportação de produtos primários, sobretudo minério de ferro, reduzindo sua participação na indústria de transformação, por meio do repasse à Norsk Hidro, de suas ações, na Albrás, Alunorte e Companhia de Alumina do Pará.

Palavras-chave: Regime de acumulação. Modo de Regulação. Estado. Indústria da transformação. Indústria extrativa.

ABSTRACT

This work has as its theme “the influence of the State in the economic growth of the mining sector: the case of the CVRD from 1942 to 2010”. In order to guide this research and the construction of its thesis, the following problems were established: which changes occurred in the legal and institutional plan, in Brazil and in Pará, since 1990, that could be interpreted as part of the constitution process of a new regime of accumulation and how those changes are related to the privatization process and to the mining growth under the CVRD or Vale management? As March theoretical, worked with the categories of analysis regime of accumulation and mode of regulation, considering the contributions of Lipetz (1988) and Harvey (1998) called the regulation school. The objective was to understand the changes in the economy and in the legislation, in Pará and in Brazil, as a transition from the scheme of accumulation and mode of regulation Fordist-Keynesiano to a new scheme called flexible accumulation. Was selected a set of events to be analyzed as part of the transition mode of regulation: -Economic stabilization plan; -Constitutional Reform (1995); -Complementary Law nº 87/96 (Law Kandir); -Provisional Measure nº 2166/67 which created the concept of works of public utility; -Conama Resolution nº 369 on Mining Permanent Preservation Area; -Fiscal Responsibility Law; -Port Modernization Law. Other events were selected and analyzed as part of a new regime of accumulation: Public investment in construction of the infrastructure of transport and energy;-privatization in Brazil, including CVRD and its subsequent expansion, along with economic growth of the mining sector. It was concluded that, with influence of the state for the stabilization of a new regime of accumulation, which deepens the profile primary export economy in the Pará. In 2010, when the mining sector contributed 86% of total exports, this the total mining industry participated with 77% and the transformation industry with 23%. In the period 2002 to 2007, the mining industry participated with 60% and the transformation industry with 40% of exports. The CVRD or Vale, in Para, since 2010, has prioritized the export of primary products, particularly iron ore, reducing its participation in the transformation industry through the transfer to Norsk Hidro of its actions in the Albras, Alunorte and Companhia de Alumína do Pará.

Key-Woords: Regime of accumulation. Mode of regulation. State. Transformation industry. Mining industry.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Vale no mundo 2010 e 2011..... 116

Mapa 2 - Destino do manganês do Pará em 2010..... 139

Mapa 3 - Destino do cobre do Pará em 2010 149

Mapa 4 - Destino da bauxita do Pará em 2010 151

Mapa 5 - Destino do caulim do Pará em 2010..... 153

Mapa 6 - Destino do Ouro do Pará em 2010..... 154

Mapa 7 - Investimentos previstos pela indústria mineral no Pará até 2015..... 188

Mapa 8 - Rio Xingu e Aldeia Paquiçamba 199

Mapa 9 - UHE Belo Monte Mapa de Terras indígenas e UC Federais 200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- importações brasileiras dos EUA, Inglaterra e Alemanha em % do total 30

Gráfico 2 - Arrecadação da CFEM no Pará 87

Gráfico 3 - Arrecadação da CFEM por município do Pará em 2010..... 88

Gráfico 4 - Evolução das empresas estatais no Brasil..... 106

Gráfico 5 - Exportação de minério de ferro do Estado do Pará..... 135

Gráfico 6 - Valor da produção mineral no Pará (em milhões de U$S)..... 177

Gráfico 7 - Exportação mineral do estado do Pará 2006 a 201 178

Gráfico 8 - Projeção do crescimento da indústria mineral do Pará 179

Gráfico 9 - Exportação mineral do Pará em 2010 180

Gráfico 10 - Exportação mineral do Pará em janeiro e fevereiro de 2011..... 181

Gráfico 11 - Principais produtos exportados pela indústria extrativa mineral no Pará..... 181

Gráfico12 - Principais produtos exportados pela ind. de transformação mineral no Pará 183

Gráfico 13 - Destino dos bens minerais Exportados em 2010..... 184

Gráfico 14 - Composição acionária da Vale..... 189

Gráfico 15 - Estrutura societária da Vale antes da saída de *Sweet River*..... 190

Gráfico 16 - Participação da indústria mineral na exportação do Pará em 2010..... 224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resultados da Privatização por Período Presidencial e Tipo de Moeda..... 109

Tabela 2- Receita operacional de cada uma das principais linhas de negócio da Vale..... 129

Tabela 3 - Produção de minério de ferro da Vale no Brasil..... 132

Tabela 4 - Produção de manganês da Vale..... 136

Tabela 5 - Produção de ferro ligas da vale..... 137

Tabela 6 - As operações de níquel da Vale em 2010..... 141

Tabela 7 - A produção de níquel da Vale..... 142

Tabela 8 - produção de cobre da Vale..... 145

Tabela 9 - Produção de bauxita de Vale..... 151

Tabela 10 - Infraestrutura de transporte da Vale..... 156

Tabela 11 - Investimentos previstos pela indústria extrativa mineral no Pará - 2011 185

Tabela 12 - Investimentos previstos pela indústria da transformação mineral no Pará -2015 186

Tabela 13 - Investimento da indústria mineral em infra estrutura e transporte – 2015..... 187

Tabela 14 - Investimento da indústria mineral em outros negócios no Pará..... 187

Tabela 15 - Titularidade das ações da Vale em 31 de 03 de 2011..... 188

Tabela 16 - PIB e energia no Brasil 1970 a 2010..... 220

Tabela 17 - Mineração e transformação mineral (metálicos e não metálicos)..... 221

LISTA DE SIGLAS

ALBRAS	Alumínio do Brasil S. A.
ADELA	Atlantic Comunity Devolopment Group for Latin America
ALPA	Aços Laminados do Pará
AMSA	Amazônia Mineração S.A.
ANTT	Agência Nacional de Transporte Terrestre
APP	Área de Preservação Permanente
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BASA	Banco da Amazônia S. A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações
CBM	Código Brasileiro de Mineração
CBUQ	Concreto Betuminoso Usinado á Quente
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CDRJ	Companhia Docas do Rio de Janeiro
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEL	CONDEL Conselho Deliberativo (SUDAM)
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DOCEGEO	Rio Doce Geologia e Mineração
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EFVM	Estrada de Ferro Vitória Minas

FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FDI	Investimento Direto do Capital
FENOCO	Ferrocarriles Del Norte de Colombia S.A.
FCA	Ferrovia Centro Atlântica
FNS	Ferrovia Norte Sul
FIEPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Taxas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios
IFC	International Finance Corporation
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infra estrutura da América do Sul
IUM	Imposto Único sobre Minerais
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MBR	Mineração Brasileira Reunidas S. A.
ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PGC	Programa Grande Carajás
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Plano de Integração Social

PND	Plano Nacional de Desestatização
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A
SEIR	Secretaria de Estado de Integração Regional
SETRAN	Secretaria de Estado de Transporte
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TMIB	Terminal Marítimo de Inácio Barbosa
TMPM	Terminal Marítimo de Ponta da Madeira
TUF	Terminal Marítimo de Santos (Vale Fertilizantes)
UHC	Usina Hidrometalúrgica de Carajás
UTM	Usina de Tratamento de Minérios
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 18

2 A CRIAÇÃO DA CVRD NO CONTEXTO DA 2ª GUERRA MUNDIAL..... 27

2.1MINERAÇÃO, DECADÊNCIA INGLESA E HEGEMONIA ESTADUNIDENSE..... 28

2.2 A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E A CRIAÇÃO DA CVRD..... 34

2.3 A DITADURA MILITAR E A CVRD NO PARÁ A PARTIR DE 1970..... 44

2.4 A CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS E A ORDEM INTERNACIONAL..... 50

3 TRANSIÇÃO DA RIGIDEZ FORDISTA À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL..... 61

3.1 ORDEM INTERNACIONAL A PARTIR DO CONSENSO DE WASHINGTON 62

3.2 DESREGULAR PARA INTERNACIONALIZAR A ECONOMIA..... 77

3.2.1 O plano real..... 77

3.2.2 A reforma constitucional de 1995..... 79

3.2.3 A Lei Kandir e CFEM..... 83

3.2.4 A medida provisória 2166-67 e obra de utilidade pública..... 90

3.2.5 A Resolução nº 369 do Conama e Mineração em APP..... 94

3.2.6 Lei de Responsabilidade Fiscal..... 95

3.2.7 Lei de Modernização dos Portos..... 98

4 O ESTADO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL..... 103

4.1 O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL..... 103

4.2 A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD E SEU CRESCIMENTO..... 110

4.2.1 A Vale no mundo..... 116

4.2.2 A Vale no Brasil..... 125

4.3 PRINCIPAIS PRODUTOS DA VALE NO PARÁ E NO BRASIL..... 128

4.3.1 Minério de ferro..... 129

4.3.2 Carvão..... 135

4.3.3 Manganês e ferro ligas..... 136

4.3.4 Níquel..... 139

4.3.5 Cobre..... 144

4.3.6 Bauxita, alumina e alumínio..... 150

4.3.7 Caulim..... 152

4.3.8 Ouro e prata..... 153
4.3.9 Ferro gusa..... 155
4.4 SISTEMA DE LOGÍSTICA DA VALE..... 156
4.4.1 Estrada de Ferro Carajás (EFC) e Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM)..... 157
4.4.2 Ferrovia Centro Atlântica –FCA..... 158
4.4.3 Ferrovia Norte Sul (FNS..... 160
4.4.4 MRS Logíst..... 165
4.4.5 Porto de Tubarão..... 166
4.4.6 Terminal Marítimo Ponta da Madeira..... 167
4.4.7 Terminal Marítimo de Itaguí - Cia. Portuária Baía de Sepetiba (CPBS)...... 168
4.4.8 Terminal Marítimo de Ilha de Guaíba..... 170
4.4.9 Terminal Marítimo Inácio Barbosa..... 171
4.4.10 Terminal Marítimo de Santos..... 171
4.4.11 Modalidade de Contrato de Concessão de Ferrovia..... 171
4.5 A CVRD PRIVATIZADA NO PARÁ..... 174
4.6 INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA MINERAL NO PARÁ ATÉ 2015..... 185
4.7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA VALE..... 188
4.8 INVESTIMENTO PÚBLICO EM INFRA-ESTRUTURA NO PARÁ..... 190
4.8.1 Eclusas de Tucuruí..... 192
4.8.2 Rodovia PA-256..... 194
4.8.3 Hidrelétrica de Belo Monte e incentivos fiscais..... 198
4.8.4 Porto Público de Marabá..... 206
4.9 INVESTIMENTOS DO BNDES E COMPETITIVIDADE DA VALE..... 209
5 O REGIME DE ACUMULAÇÃO NO PARÁ É PRIMÁRIO-EXPORTADOR..... 219
5.1 A MINERAÇÃO DE 1970 -2010, O CRESCIMENTO DO PIB E O SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA..... 219
5.2 A VALE COMO EXPORTADORA DE MATERIA-PRIMA..... 227
6 CONCLUSÕES..... 232
REFERÊNCIAS..... 240

1 INTRODUÇÃO

O tema em estudo: “a influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010” foi assim definido e delimitado pela suspeita de que, não obstante a predominância dos discursos em defesa do estado mínimo, da privatização, da reconversão produtiva, o Estado, continuou desempenhando a função de principal instrumento no processo de crescimento da economia e isso poderia ser verificado na economia do setor mineral, a partir da privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

O ato de privatização da CVRD ocorre dentro do contexto de transformação econômica e de mudanças legais, que aqui está sendo interpretado como uma transição no regime de acumulação de capital e no modo de regulação social e política desse processo. Segundo Harvey:

> A virtude da escola da regulação está no fato de insistir que levemos em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo num período histórico e num lugar particulares. (HARVEY, 1998, p.118).

O leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) ocorreu em 1997, mas foi a partir de 1990 que o Brasil aderiu de forma organizada ao movimento de redução da presença do Estado na economia. Com a eleição do presidente Fernando Collor de Melo, que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND) e com a inclusão da CVRD nesse programa, por Decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado em 1º de junho de 1995, o Brasil e o Pará inauguravam uma nova fase da história de sua política econômica. A entrada de Fernando Henrique Cardoso como ministro do Governo Itamar Franco garantiu a continuidade da política econômica iniciada pelo presidente Fernando Collor, porém, Fernando Henrique adotava procedimentos típicos de um intelectual orgânico, com domínio teórico e técnico das medidas necessárias para fazer as mudanças na economia e na legislação brasileira, que eram exigidas por órgãos financeiros internacionais e por governos dos países de capitalismo avançado.

Fernando Henrique Cardoso cumpriu dois mandatos, eleito e reeleito pelo voto popular, foi o responsável pelas principais medidas de política econômica que viabilizaram a adesão do Estado e da economia brasileira à nova ordem econômica internacional, mas terminou seu segundo mandato com alto índice de rejeição popular, o que era interpretado

como o esgotamento do modelo neoliberal de organização da economia, por ele continuado, a partir de sua participação no Governo Itamar Franco, e em seguida, como Presidente da República.

Os Governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff revitalizaram o programa neoliberal e imprimiram a marca da legitimidade popular a esse modelo de organização da economia, na medida em que combinaram o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir do início do segundo mandato do presidente Lula, com um programa de transferência de renda para as populações historicamente excluídas dos meios de acesso ao consumo. A combinação dessas políticas pode ter concorrido para que o Presidente Lula tenha concluído seu segundo mandato com o mais alto índice de popularidade e o ambiente social de aprovação do Governo Lula favoreceu a eleição de Dilma Rousseff, a primeira mulher a exercer o cargo máximo do poder executivo, em mais de 500 anos de História do Brasil e mais de 120 anos de História da República.

No primeiro mandato do Governo Lula, se denominou de "uma espécie de imperialismo voluntário da economia global" (FIORI, 2002), para o fato de que os governos estavam de acordo com a política econômica proposta e adotavam medidas de adequação da economia nacional à economia global sem oferecer resistências. Foi o caso do aumento do superávit primário que, por decisão unilateral do Governo brasileiro, passou de 3,5%, estabelecidos nos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para 4,25%. No início do segundo mandato, o Governo Lula sistematizou uma proposta de crescimento econômico baseada em grandes projetos de infra-estrutura de transporte, energia, telecomunicação e saneamento básico, elaborada em sintonia com aquelas medidas, definidas no âmbito da América do Sul, denominadas de Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA). (SILVA, 2006; CASTRO, 2009).

Este estudo parte do pressuposto de que essas mudanças que ocorreram e que vem se processando na economia e na legislação brasileiras, a partir de 1990, representam uma transformação da legislação com incidência na economia e de mudança na economia com influência na legislação. Por isso se estabeleceu a hipótese de que esse conjunto de transformações pode ser interpretado como uma mudança no regime de acumulação de capital e no modo de regulação política do modelo econômico. Trata-se de uma alteração na função do Estado e da organização Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no processo produtivo e

na forma de regulação política da acumulação de capital.[1] Uma mudança para estabelecer um novo padrão de acumulação de capital, com perspectiva duradoura, e que vem garantindo por um longo período, crescimento econômico e coesão sistêmica.

Busca-se, portanto, responder a seguinte indagação: que mudanças ocorreram no plano legal e institucional, no Brasil e no Pará, a partir de 1990, que podem ser interpretadas como componentes da formação de um novo modo de regulação e que transformações se processaram na economia, no Brasil e no Pará, que podem ser consideradas como parte do processo de constituição de um novo regime de acumulação e de que forma essas alterações na legislação e na economia estão relacionadas com o processo de privatização e crescimento da mineração sob a gestão da CVRD ou Vale?

Considerando a relação estabelecida entre o Estado e Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, referente à exploração mineral, há dois momentos distintos: um primeiro, quando o Estado atua como planejador, regulador e empreendedor, sendo proprietário da CVRD; um segundo, quando o Estado repassa a propriedade da CVRD à iniciativa privada por meio de leilão realizado em abril de 1997. É essa transição que se busca explicar com esta tese. Portanto, este estudo apresenta, num primeiro momento, um quadro do histórico da CVRD: da criação, em 1942, até o momento da privatização, em 1997; num segundo momento: da privatização da CVRD até o ano de 2010, responde-se o problema desta tese, quando a empresa se consolida como a maior produtora de minério de ferro do mundo, a maior exportadora brasileira, presente em 15 estados do Brasil e em 38 países, nos cinco continentes.

O primeiro momento trata da criação da CVRD, durante a segunda guerra mundial, quando surgiu como empresa estatal, para fazer a exploração e ofertar matéria-prima, minério

[1] Não se trata de uma mudança na lógica da acumulação capitalista. Trata-se, isso sim, de uma alteração na economia e na legislação para que a lógica da acumulação de capital não seja interrompida. Estudo realizado por (CASTRO, 1996) sobre novos padrões de gestão do trabalho em empresa do grupo CVRD, Albrás, identificou um processo de implantação e avaliação dos programas de gestão da qualidade nas áreas de produção e manutenção, o que pode ser considerado como "estratégias de adaptação global" (RUAS, 1994) da referida empresa e do grupo empresarial a que pertence. Na teoria da regulação, o fordismo é analisado como complementariedade ao Taylorismo, no qual se funda uma nova divisão do trabalho – separação entre atividades de concepção e execução – com o ritmo do trabalho impulsionado pela cadência da máquina, alienando o trabalhador em postos de trabalho. "Se no fordismo o posto de trabalho organiza a divisão do trabalho, com a produção flexível aquele deixa de ser central, incorporando outro padrão, o da polivalência". (CASTRO, 1996, p. 322). O toyotismo, como modelo de gestão, funciona descaracterizando uma concepção chave do fordismo que é o posto de trabalho, admitindo a polivalência das funções como prática de redução de custos e maior produtividade. A implantação deste modelo constitui uma resposta à crise de acumulação capitalista e é adotado no Brasil e na Amazônia, no caso da Albrás, no momento que avançam as forças do neoliberalismo e o processo de privatização da CVRD. A internalização desse corpo de novas regras e hábitos do programa de gestão é parte do que se denomina novo modo de regulação.

de ferro, para massificar o consumo de massa, no contexto do fordismo. O segundo momento trata da privatização da CVRD como forma de intensificar a exploração mineral, para aumentar a oferta de *commodities* no mercado internacional, sustar a tendência declinante da taxa lucro, superando assim, a crise do fordismo, pelo modelo denominado de acumulação flexível.

A estatização, no primeiro momento, e a privatização, no segundo momento, ocorreram para garantir a incorporação à economia internacional, de zonas com baixa composição orgânica do capital, possuidoras de recursos naturais estratégicos para a economia internacional e, portanto, em condições de colocar esses recursos no mercado mundial, por baixo custo de extração e transporte, com o objetivo de ampliar a acumulação de mais valia e de sustar a tendência declinante da taxa de lucro, nos dois momentos, pois:

> Para o emprego produtivo da mais-valia realizada é necessário que o capital disponha cada vez mais do globo terrestre todo a fim de ter uma oferta qualitativa e quantitativamente ilimitada e condizente aos respectivos meios de produção.
> Uma das condições prévias indispensáveis ao processo de acumulação, no referente à sua elasticidade e sua capacidade súbita de ampliação, **é a rápida inclusão de novos territórios de matérias-primas**, de proporções ilimitadas a fim de poder enfrentar tanto as vicissitudes e interrupções eventuais no abastecimento de matérias-primas por parte dos antigos fornecedores, quanto as ampliações súbitas das necessidades sociais. (LUXEMBURGO, 1984, p. 24).

A criação da Companhia Vale do Rio Doce, ato por meio do qual o Estado brasileiro encampou as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A, em 1942, e a privatização da CVRD, em 1997, com o repasse do patrimônio público à iniciativa privada, cumprem o objetivo do capitalismo, em sua fase imperialista, de dispor dos recursos do globo terrestre a fim de aumentar a acumulação de mais valia. A incorporação de novos territórios do continente americano, no primeiro momento, e de novos territórios por todo o globo terrestre, pela CVRD, no momento pós-privatização, visa o abastecimento permanente da economia internacional em vista da acumulação de mais valia para sustar a tendência declinante da taxa de lucro.

O processo de delimitação do tema e definição do problema de pesquisa levou em consideração que a pesquisa científica necessita, para ser exeqüível, "delimitar a amplitude de seu objeto de estudo." (CARVALHO, 1988, p.45). Portanto, esta tese resulta de uma proposição de pesquisa orientada para a tentativa de interpretação de um momento importante

da história econômica e política do Brasil e do Pará. Para se explicar o período histórico em questão fez-se um recorte temporal: de 1942 até 2010; uma delimitação espacial: o estado do Pará no contexto nacional e internacional; um recorte empírico: a economia do setor mineral sob a gestão da CVRD ou Vale; um recorte metodológico, optando por uma abordagem quantitativa e "qualitativa" (FLICK, 2004).

A ciência é, com efeito, interpretação dos fatos e das relações entre eles. Os fatos por si mesmos não apresentam a realidade, pelo contrário, ocultam-na, isto é, nos propõem o problema da realidade. Se não houvesse fatos não haveria problemas, não haveria necessidade de se desenvolver pesquisa científica, pois não haveria nada oculto que precisássemos des-ocultar, des-cobrir. "A palavra com a qual os gregos nomeavam a verdade é *alétheia*, que significa descobrimento, retirar o véu que oculta e cobre algo." (GASSET, 1989, p.26).

A realidade não é um presente que os fatos dão ao espírito humano. Para (GASSET, 1989, p. 25):

> Os fatos vêm a ser pois, a figura de um hieróglifo. A figura hieroglífica nos diz: "vês-me bem? Ótimo, pois isso que vês de mim não é meu verdadeiro ser. Estou aqui para avisar-te que eu não sou minha efetiva realidade. Minha realidade, meu sentido está por de trás de mim, oculto por mim. Para chegar a ele tens que não confiar em mim, que não me tomar a mim como a realidade mesma, mas ao contrário, tens que **interpretar-me** e isso supõe que terás que buscar como verdadeiro sentido deste hieróglifo outra coisa muito diferente do aspecto que oferecem suas figuras. (Grifo nosso).

Ainda para Gasset (1989, p. 26):

> Os fatos cobrem a realidade e enquanto estivermos em meio à sua pululação inumerável estamos no caos e na confusão. Para des-cobrir a realidade é preciso que retiremos por um momento os fatos de em torno a nós e fiquemos a sós com nossa mente. Então, por nossa conta e risco, imaginamos uma realidade, fabricamos uma realidade imaginária, puro invento nosso: logo, permanecendo na solidão de nosso íntimo imaginar, encontramos que aspecto, que figuras visíveis, em suma, que fatos produziriam esta realidade imaginária. É então que saímos de nossa solidão imaginativa, de nossa mente pura e isolada, e comparamos esses fatos que a realidade imaginada por nós produziria com os fatos efetivos que nos rodeiam. Se casam uns com os outros, deciframos o hieróglifo, des-cobrimos a realidade que os fatos cobriam e escondiam.

O conhecimento científico constitui a combinação de teoria e empiria. Teoria, como imaginação criadora; empiria como fato que pode ser transformado em problema. É dessa relação dialógica que pode nascer a ciência:

> Na verdade, o curso do conhecimento foi este: primeiro existiram as observações empíricas e depois foi formulada a interpretação. Sem esta

> interpretação bem-sucedida, nossa pretensão à causalidade permaneceria evidentemente insatisfeita. Mas, por outro lado, sem a prova de que o desenrolar idealmente construído se realiza em alguma medida na prática, esse tipo de lei, por mais evidente que seja, seria uma construção sem valor para o conhecimento da ação real. (WEBER, 1999, p.7).

Seja nas palavras de Gasset ou nas de Weber a ciência é compreendida como conhecimento resultante da relação entre empiria e raciocínio. A tarefa da ciência como se vê, consiste em duas operações distintas e combinadas. Uma imaginativa, criadora; outra confrontadora com os fatos, com os dados selecionados. A realidade científica é construção resultante da relação entre imaginação criadora e dados coletados.

O desenvolvimento da ciência depende de método. O método científico consiste em adotar um conjunto de procedimentos sistemáticos e disciplinas determinadas. Segundo Rudio (1985, p.16) as fases do método científico são as seguintes: "A) formulação do problema de pesquisa; B) enunciado de hipóteses; C) coleta dos dados; D) análise e interpretação dos dados".

Essas fases seguem os mesmos passos adotados por Whitney quando escreve sobre um ato completo do pensamento reflexivo:

> a) parte-se de uma dificuldade sentida e que se precisa resolver; b) procura-se então compreender e definir esta dificuldade; c) dá-se para a mesma uma solução provisória; c) elabora-se mentalmente uma solução que se supõe que seja a solução correta; d) comprova-se experimentalmente a mesma; e) procura-se avaliar adequadamente os dados experimentais, que conduzem à aceitação da solução mental e a uma decisão sobre a conduta imediata ou ao abandono e à retificação da necessidade sentida, donde nasceu a dificuldade. O processo se repete até que se obtenha uma solução comprovada imediatamente utilizável; f) procura-se ter uma visão de futuro, ou seja, a formação de um quadro mental de situações futuras para as quais a situação atual é pertinente. (WHITNEY, 1963, p.2-13 apud RUDIO, 1985, p.16).

As dimensões, teórica e empírica, são operacionalizadas nesta tese. Do ponto vista da teoria são utilizados conceitos como: regime de acumulação e modo de regulação, à luz dos quais será explicada a realidade em estudo. A problemática aqui colocada será analisada dentro de uma perspectiva diacrônica, considerando a história recente do país, do estado do Pará e da organização em estudo; e sincrônica, considerando a estrutura social no âmbito da qual ocorrem as mudanças aqui analisadas. Em termos de coleta de dados empíricos essa tarefa foi realizada por meio das técnicas que são mencionadas nos parágrafos seguintes.

A pesquisa documental foi utilizada para fazer a seleção de dados do Balanço Mineral do Pará 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) que

possibilitaram a montagem de um quadro da produção mineral no Estado do Pará e no Brasil e sobre o valor da produção mineral destinada ao mercado externo, no período em estudo; foram selecionados dados nos relatórios da Vale de 2009 e 2010; dados dos relatórios financeiros da Vale sobre as operações da empresa e o valor da produção mineral; foram ainda selecionados dados e informações do Plano Nacional de Mineração 2010-2030, elaborado pelo Ministério das Minas e Energia e Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); foram coletado dados do Relatórios financeiros 2009 e 2010 da Empresa de Engenharia e Construções (VALEC); dados e informações do site da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); dados e informações do site da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA); foram coletadas informações no site JusBrasil, e do Diário Oficial da União sobre as mudanças no ordenamento jurídico, aqui interpretadas como parte da transição no modo de regulação.

A Análise de discurso foi também utilizada para interpretar as informações publicadas em jornais do Governo do Estado do Pará, no site oficial do Governo do Estado e em sites do Governo Brasileiro. Foram ainda coletadas informações no site da CVRD ou Vale, em diferentes momentos, para a análise das mudanças que dizem respeito aos eventos aqui considerados como integrantes do processo de transição no regime de acumulação e modo de regulação. As atividades de coleta e análise de dados foram intercaladas com outras atividades relacionadas ao processo de pesquisa bibliográfica e de elaboração escrita da tese. Os dados estatísticos sobre a economia possibilitaram a montagem do quadro para a compreensão do que é aqui denominado de regime de acumulação; as informações coletadas sobre as mudanças na legislação favoreceram a composição do quadro sobre o que aqui é denominado de modo de regulação. No processo de análise de dados são utilizadas as abordagens de caráter quantitativo e qualitativo.

No que se refere ao marco teórico principal deste trabalho tem-se como referência os conceitos de regime de acumulação e modo de regulação, desenvolvidos por Lipetz (1988) e Harvey (1998) da denominada escola da regulação. Sendo que a discussão da problemática aqui proposta será realizada à luz desses conceitos, que estão presentes ao longo do trabalho, e articulados a tantas outras contribuições teóricas, ao mesmo tempo em que se discute a questão empírica. Optou-se por discutir a problemática no contexto da explicação do objeto de estudo sem que haja um capítulo específico para tratar os conceitos.

Está-se considerando que no momento posterior à segunda guerra mundial, a partir da Conferência de Bretton Woods, se estabeleceu uma ordem internacional baseada na criação do FMI, BIRD, Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU criou 18 comissões. Entre essas constam aquelas denominadas de Comissões Econômicas. Uma para cada continente. No caso do continente americano, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1949, com sede em Santiago do Chile. Seu primeiro presidente foi o argentino denominado Raul Prebisch. A CEPAL teve como uma de suas primeiras funções realizar um diagnóstico das sociedades latino-americanas, utilizando os conceitos de centro e periferia. (MELO, 1988).

No diagnóstico das sociedades latino-americanas, de periferia, a CEPAL identificou como problema o fato dos países terem um modelo primário-exportador e uma variável exógena, o mercado externo, que dinamizava a economia. Comparava a situação dos países de periferia, primário-exportadores, com os países industrializados, de centro, que tinham uma variável endógena, mercado interno, que funcionava como propulsor da economia. Apontava a industrialização como meio das sociedades latino-americanas saírem da condição de periferia e tornarem-se sociedades de centro, com a criação de mercado interno. Identificava como problema para essa transição a inexistência de poupança interna para o investimento na industrialização e por fim fazia a proposição de que as sociedades latino-americanas deveriam buscar poupança externa para financiar a industrialização (MELO, 1982). Foi, sobretudo, com base nessa contribuição teórica que se conformou, no Brasil, o modelo desenvolvimentista, denominado de substituição de importação, após a segunda guerra mundial e a Conferência de Bretton Woods, dentro do contexto da divisão internacional do trabalho do segundo pós-guerra e do regime de acumulação e modo de regulação a que Harvey (1998) e Lipietz (1988) denominam de Fordista-keynesiano. A CVRD é uma peça-chave na conformação desse modelo.

A ordem internacional do segundo pós-guerra tinha o Estado nacional como o principal instrumento planejador, regulador e empreendedor. Foi sob a égide do Estado, articulado com o capital internacional e nacional privado, que se construiu a industrialização no Brasil. Em setores da economia considerados estratégicos – indústria de base, petróleo, mineração, infra-estrutura de energia e transporte, telecomunicação etc.- o estado atuou como empresário. A CVRD foi uma das principais empresas brasileiras, responsável por uma

porção dos bens minerais do rico subsolo nacional, e uma das estatais mais cobiçadas pela iniciativa privada, no momento da denominada crise da modernização conservadora.

Na medida em que ocorre um processo de esgotamento do modelo fordista-keynesiano, com a primeira crise do fordismo, a parir de 1973, as forças liberais se organizam para uma investida no sentido de garantir a retomada dos setores lucrativos da economia, sob o controle do Estado, pela iniciativa privada. Um encontro organizado na cidade de Washington ficou conhecido na literatura especializada, como um marco histórico da ação política dos neoliberais no sentido de garantirem a adesão da economia brasileira, entre outras latino-americanas, à nova ordem internacional, que teve como uma das principais agendas, a privatização do patrimônio público, do qual fazia parte a CVRD[2].

Esta tese está organizada em seis seções: seção1, introdução, onde estão colocados o tema, o problema de pesquisa, o objetivo geral da pesquisa, os procedimentos metodológicos e a indicação do principal referencial teórico; seção 2, onde se apresenta a criação da CVRD no contexto da segunda guerra, a partir de quando se consolida o império estadunidense em substituição do império britânico na relação com o Estado brasileiro; seção 3, onde se discute a transição da ordem internacional baseada no modelo fordista de produção para a nova ordem internacional fundada na acumulação flexível, bem como o papel que cumpre o consenso de Washington nessa transição; seção 4, onde se apresenta a discussão sobre o papel do Estado no processo de acumulação flexível, incluindo a análise do apoio do Estado do Pará ao novo regime de acumulação de capital, capitaneado pela Vale; seção 5, onde se demonstra que o regime de acumulação de capital no Pará, no contexto da nova ordem internacional, é primário-exportador e a mineração participa com 86% da pauta de exportação do referido Estado, no ano de 2010, tendo a Vale se transformado, no Pará, em uma empresa exportadora de matéria-prima; seção 6, apresenta as conclusões da tese, ou seja, nos dois momentos de existência da CVRD, como estatal e como empresa privada, essa organização funciona como instrumento econômico para colocar matéria-prima no mercado internacional, procedente de zonas sociais com baixa composição orgânica do capital, contribuindo para sustar a tendência declinante da taxa de lucro e para a superação permanentemente das crises cíclicas do capitalismo.

[2] Neste trabalho se utiliza os termos CVRD e Vale para tratar da mesma empres, pois desde sua fundação até 2009 a empresa se chamou CVRD. Em assembleia geral extraordinária de acionistas, ocorrida no dia 22 de maio de 2009, foi decidida a mudança de nome legal da empresa para Vale S.A.

2 A CRIAÇÃO DA CVRD NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Na primeira metade do século XX, três grandes acontecimentos indicavam que o capitalismo passava por um longo período de crise de acumulação: a primeira grande guerra de 1914-1918; a crise da bolsa de valores de Nova Iorque (1929); a segunda guerra mundial (1939-1945).

> A grande guerra de 1914-1918 foi um típico conflito entre potências industriais capitalistas por uma nova repartição de áreas para expansão econômica, opondo [...] império alemão, em ascensão econômico-militar e o império britânico em nítida perda de ritmo de crescimento. [...] A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em outubro de 1929, foi um ponto de partida de uma crise econômica mundial, [...] que abarcaria a década de 30 como uma grande depressão do mundo capitalista. [...] **A segunda guerra mundial** [...] foi o desfecho da crise do liberalismo e da grande depressão econômica. [...] A política, a cultura, a economia, o pensamento, a tecnologia, [...] são alterados por esta gigantesca tragédia que moldou a época em que vivemos. (VIZENTINI, 1996, p. 7-9, grifo nosso).

O período entre guerras foi marcado por depressão econômica, agitação política e ocorrências de conflitos diversos. Nesse ambiente social de recessão econômica e efervescência política, crescia o movimento socialista, consolidando-se como alternativa de poder e experiências de governos: na Rússia, durante a primeira guerra mundial; em países do leste europeu, durante a segunda guerra mundial; e como movimento político, ideologia e utopia por vários países do mundo. É nesse contexto que se deve compreender a conformação de uma ordem internacional, a partir da conferência de Bretton Woods, em 1944, que vai contribuir para a formação de um regime de acumulação e modo de regulação, a que Harvey (1998) denomina fordista-keynesiano, baseado na intervenção do Estado na economia, como planejador, regulador e empreendedor.

O padrão de acumulação de capital e de regulação política, organizado a partir da segunda guerra mundial, coincide com a decadência do império britânico e com a conquista da hegemonia política e econômica pelo império estadunidense. Durante a segunda guerra mundial, ocorre o alinhamento político do Brasil com os EUA, a criação da CVRD e, em seguida, é estabelecida uma estratégia para a implantação das políticas desenvolvimentistas para a América Latina, Brasil e Amazônia e para a exploração mineral com o objetivo de fornecer matéria-prima para o novo regime de acumulação de capital, que se propunha a "mundializar a cultura do consumo de massa". (LEAL, 1996; HARVEY, 1998).

Encerrada a segunda guerra mundial a economia capitalista entra na sua "era de ouro" (ANDERSON, 1995). Os EUA da América que cresceram com a guerra, após o conflito estavam em condições econômicas, políticas e tecnológicas favoráveis para dirigirem o novo processo de acumulação de capital baseado no modelo fordista de produção, que associado ao keynesianismo, em seguida, conformarão um novo regime de acumulação e um novo modo de regulação a que Lipetz (1988) e Harvey (1998) denominam de Fordista-keynesiano.

> A partir do momento em que se estabilizam as relações centro/periferia então existe sim algo como um regime de acumulação mundial (ou uma "divisão internacional do trabalho") com suas formas de regulação bem específicas (expedições, guerras, tratados internacionais, acordos de empreitada, sistema financeiro internacional etc.). (LIPIETZ, 1988, p.36).

No período do segundo pós-guerra, a partir da ação de órgãos internacionais, como Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU) por meio de suas comissões econômicas, e com o apoio dos Estados Nacionais foi adotado "um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano". (HARVEY, 1998, p.119). Com base nesse modelo de organização da economia, da política e das relações sociais os Estados Unidos assumiram a posição de liderança e a Inglaterra seguia como império decadente. Naquele contexto de expansão da economia capitalista era necessidade urgente o acesso às fontes de matéria-prima, sobretudo aos bens minerais.

2.1 MINERAÇÃO, DECADÊNCIA INGLESA E HEGEMONIA ESTUDUNIDENSE

A conquista de posição hegemônica pelos Estados Unidos na relação econômica e política com o Estado brasileiro é consolidada durante a segunda guerra mundial, porém, essa trajetória já vinha sendo construída pela ação do império em ascensão e de empresários estadunidenses, que aos poucos foram ocupando espaço no comércio internacional com o Brasil, substituindo a Inglaterra, que detinha a hegemonia econômica, no que se refere à importação, exportação e investimentos na economia brasileira, desde o século XIX.

> Por todo o século XIX os ingleses foram nossos principais parceiros comerciais. Em 1842 as exportações da Inglaterra para o Brasil eram mais de 4 vezes maiores que as americanas [estadunidenses]. Em 1862, tinham dobrado, enquanto as dos Estados Unidos permaneciam no mesmo nível. Nessa década de 1860, 55% de nossas importações vinham da Inglaterra e

> 33% de nossas exportações iam para aquele país. Os capitais britânicos [...] concentravam-se nas ferrovias e meios de comunicação, atividades ligadas a seus interesses comerciais. (POLÍTICA/RELAÇÕES EXTERNAS..., 1984, p.277-278).

Na segunda metade do século XIX, entre 1860-1875, 93,6% dos investimentos estrangeiros no Brasil eram procedentes da Inglaterra. No início do século XX, no período de 1903-1913, a porcentagem dos investimentos de ingleses no Brasil caía 53% do total de investimento estrangeiro. Aos poucos os investimentos de empresários dos Estados Unidos da América vão ganhando importância e ampliando sua participação na economia brasileira, passando de 1,1% no período de 1897-1902 para 19,9% no período de 1903-1913.

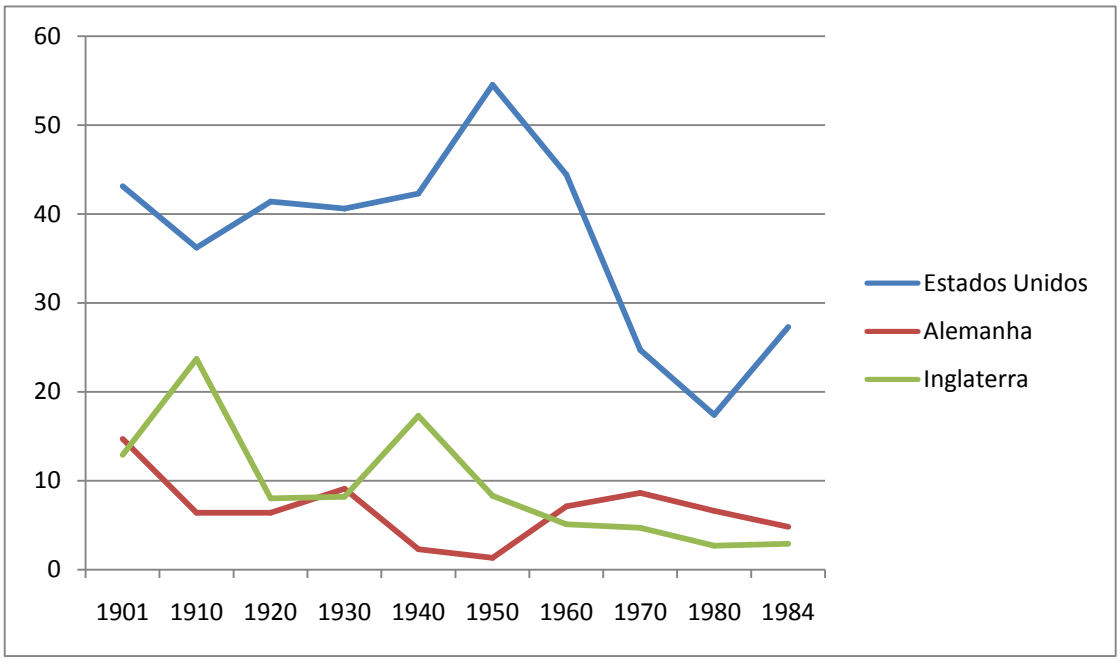
O processo de ascensão da participação dos EUA na importação e exportação com o Brasil, superando a Inglaterra, ocorre, portanto, no início do século XX. Esse fato está relacionado ao crescimento da indústria nos EUA e à necessidade de importação de borracha da Amazônia Brasileira, pois no final da primeira década do século XX, o consumo de borracha se acelerou na Europa e nos Estados Unidos, passando o preço da tonelada de US$ 1.291,70 em 1908 para US$ 2.267,20 em 1910. Algumas compras chegaram a ser fechadas a US$ 7,05 o quilo, ultrapassando o valor de US$ 7.000,00 dólares a tonelada (WEINSTEIN, 1993, p. 212). Foi a indústria automobilística a responsável pelo desencadeamento de uma demanda por borracha, sem precedente na história: Em 1910, as fábricas norte-americanas produziam perto de 200.000 automóveis por ano, e cada carro produzido, independentemente do seu tamanho, preço ou modelo exigia pelo menos quatro pneus e um estepe, feitos quase que exclusivamente com borracha da Amazônia.[3] (WEINSTEIN, 1993, p.191). A autora informa que em 1908 a Amazônia registrou um superávit comercial de 127.848 contos, ao passo que o dado para o Brasil como um todo era de apenas 138.519 contos. Ou seja, a Amazônia era responsável por mais de 90% do superávit daquele ano. E o produto exportado era um componente básico da indústria automobilística, organizada dentro do modelo fordista de produção.

Em 1901, os EUA compravam 43,1% do total das exportações brasileiras e a Inglaterra comprava 12,9%. Ou seja, os Estados Unidos da América já eram o principal cliente dos produtos brasileiros. Em 1919 as exportações brasileiras para os Estados Unidos da América ficaram em 41,4% e as exportações brasileiras para a Inglaterra caíram para 7,2%.

Ainda em 1901, o Brasil importou dos EUA um total de 11,5%, tendo atingido, em 1919, um total de 48,0%. Enquanto que na relação comercial com a Inglaterra o Brasil importou, em 1901, um total de 29,1% e, em 1919 esse número caiu para 16,1%. Com isso pode-se afirmar que os EUA se encontravam em uma escalada de crescimento na participação no comércio com o Brasil, sobretudo na exportação para o Brasil, ao mesmo tempo em que a Inglaterra vinha perdendo espaço e mercado na exportação com este país. (Gráfico 1).

Durante as duas grandes guerras crescem novamente as exportações e importações entre Brasil e Estados Unidos. Percebe-se que durante a segunda guerra mundial há uma elevação bem mais acentuada nessa relação comercial. E na media em que os Estados Unidos vão ganhando espaço na relação comercial com o Brasil os investimentos de origem inglesa vão decaindo e, portanto, perdendo espaço na sociedade brasileira.

Gráfico 1- Importações Brasileiras dos EUA, Alemanha e Inglaterra, em % do total (1901-84)



Fonte: Para o período de 1901–52 – IBGE. Conselho Nacional de Estatística. O Brasil em números. Rio de Janeiro. 1960; Para o período de 1953–75 – Banco do Brasil. Intercâmbio Comercial (1953–1976). Volume I. Rio de Janeiro, 1977; Para o período de 1976–82 – IBGE, Anuário Estatístico; Para 1983 Banco do Brasil. CACEX, COMÉRCIO Exterior do Brasil. 1983 ;Para 1984 – Banco do Brasil. Boletim mensal, agosto de 1984.

No início do século XX, com a expansão da indústria siderúrgica na Europa os países de capitalismo avançado estabeleceram estratégias para controlar os recursos minerais nos países não industrializados. Como a Inglaterra dispunha de posição privilegiada no comércio e

[3] Era o fim de um ciclo de extração da borracha na Amazônia e o início da escalada da produção nos plantios da Ásia, que em 1910, atingia uma produção de 8.753 toneladas, 137% acima da produção do ano anterior. (Le Comte, 1920, p. 333 apud LEAL, 1998, p.26).

em termos de investimentos no Brasil, um empresário inglês, denominado Murley Cotto, que dispondo de informações privilegiadas sobre estudos realizados na região de Itabira, Minas Gerais, pelo Serviço Geológico do governo brasileiro, adquire:

> [...] extensas regiões de terra em Itabira (na época, o proprietário do solo era também dono do subsolo[4]), e em 1909, organiza o *Brazilian Hematite Syndicate*, para explorar o minério. O problema surgiu na hora de obter a concessão que ligaria Itabira ao mar: o governo mineiro conseguiu apoio do governo federal para a idéia de, em troca da concessão, obter investimento inglês para a implantação de uma siderúrgica em Minas. Acordo feito, acordo descumprido. Cotto [inglês] e seu sucessor [estadunidense], Percival Farquhar [...] nunca cumpriram as cláusulas da construção da siderúrgica [...]. (DANTAS, 1984, p.482).

Cotto, além de controlar "extensas faixas de terra nessa região[5] assumiu o controle acionário da Cia. Estrada de Ferro Vitória-Minas – EFVM." (COELHO; RIO; MIRANDA, 2008, p. 4). Mas em seguida, com a decadência do império britânico e a consequente perda da capacidade de investimento pelos cartéis de origem inglesa, Murley Cotto repassa o controle sobre as terras, minas de Itabira e ferrovia para cartéis de capitais majoritariamente de origem norte-americana e britânica, que tinham como representante um estadunidense denominado Percival Farquhar.

> Problemas na realização dos investimentos levaram, em 1918, à venda das jazidas do *Syndicate à British Ironmasters Dorman, Long & Co. Ltd*., ao *Lloyds Bank* e ao *Lord Inverforth*, constituindo a *Itabira Iron Ore Co. Ltd*. Dentre as primeiras medidas, os compradores encarregaram o Sr. Percival Farquhar de obter, nos Estados Unidos, financiamento capaz de levar avante o plano de exploração das minas e a construção de uma estrada de ferro tecnicamente adequada ao transporte do minério de ferro (O Observador Econômico e Financeiro, Ano XVII, p. 42 apud COELHO; RIO; MIRANDA, 2008, p.5).

A ação dos Estados Unidos no sentido de controlarem os recursos minerais existentes no planeta vinha sendo desenvolvida desde o início do século XX, pois, em 1908, Theodore Roosevelt, [...] havia determinado que se fizesse um inventário das fontes de matéria-prima no mundo inteiro, para que o seu parque industrial pudesse dar apoio a uma reformulação mais

[4]A primeira constituição republicana, de 1891, garantia aos proprietários de terra as jazidas minerais que fossem localizadas em seu subsolo. O parágrafo 17 do artigo 72 afirmava o seguinte: "As minas pertencem aos proprietários do solo". (BRASIL, 1891). Esse dispositivo constitucional funcionou como elemento estimulador do interesse de estrangeiros sobre a aquisição de terras brasileiras, onde poderiam ser encontrados minérios.

[5]Antes dele [Murley Cotto], durante o Império, as companhias foram criadas na Inglaterra, nas décadas de 1820 e 1830, para a exploração das jazidas auríferas em Minas Gerais. Dentre elas, estava a St. John D'el Rey Mining Company. No século XX, o interesse desta companhia se voltou para o ferro, minério cuja exploração se equiparava ao manganês do Morro da Mina que estava sendo explorado em Conselheiro Lafaiete no estado de Minas Gerais desde 1894, tornando-se uma grande proprietária de jazimentos ferríferos na área de Itabira. (COELHO; RIO; MIRANDA, 2008).

precisa da política mundial dos Estados Unidos. E, em 1910, realizou-se em Estocolmo o Congresso Internacional de Geologia, no qual Orville Derby, geólogo americano que estudara exaustivamente a geologia brasileira, revelou as extraordinárias jazidas e indicações minerais que havia detectado – inclusive na Amazônia. "Esses dois acontecimentos tiveram conseqüências significativas sobre os rumos da exploração dos minerais brasileiros, pois isso gerava um vigoroso atiçamento da cobiça dos grandes pretendentes mundiais sobre elas". (PEREIRA, 1967, p. 27-28, 42; LEAL, 1996, p.129-130).

A riqueza mineral do subsolo brasileiro despertou o interesse de grandes grupos ligados à siderurgia, que disputavam o controle das jazidas.

> Eram cartéis – pois a crise iniciada em 1873 que se prolongou até mais ou menos 1894 havia provocado a inteira desaparição da concorrência tradicional, substituindo-a pela sua conseqüência lógica – o monopólio. Assim o capitalismo ingressou no século XX já sob o signo do imperialismo, marcado pela sua característica essencial – o controle do mercado mundial pelo grande capital monopolista. (LEAL, 1996, p.127).

Os cartéis do setor mineral defendiam o controle do complexo mina–ferrovia–porto, com o objetivo de garantirem a exportação do minério como matéria-prima, o que de fato atendia aos interesses dos países de origem dos grupos aqui instalados. Pois,

> Embora disputassem entre si o domínio do setor, cumpriam uma tática comum: procuravam impedir o surgimento da indústria associada à atividade mineral - a siderúrgica – pois isso acontecendo tiraria o país da condição de mero exportador de minérios, e, pois, daquela situação de retardo útil às políticas imperialistas; e 2) mantinham, a qualquer custo, uma política de minas cativas, própria da estratégia cartelista de *manter o controle das fontes de matéria prima*, indispensável ao domínio monopolista do mercado. (LEAL 1996, p.129, grifo do autor).

Por essa época [1918] Percival Farquar [além de controlar as riquezas minerais de Itabira] e controlar *a Porto of Pará*, ele também detinha grandes extensões de terras na Amazônia, através da sua *Amazon Land Colonizacion, Co*., bem como controlava empresas de navegação fluvial; também já avançara sobre várias ferrovias, no sul. Estivera vinculado à Societé Anonyme du Gaz, [...] Sua rede de interesses no Brasil se estendia do Amapá (onde detinha seis milhões de hectares) às fronteiras com a Argentina. (BANDEIRA, 1978 p. 192-193; LEAL, 1996, p. 130).

Farquhar contava com grande apoio do Estado brasileiro. Quando Presidente da República, Epitácio Pessoa, dava demonstração desse apoio aos novos cartéis que tinham adquirido a propriedade dos minérios da Região de Itabira:

> [...] em 1919. Epitácio viajou de pronto para os Estados Unidos, e lá celebrou um contrato com Farquhar pelo qual a *Itabira Iron* passava a deter o direito de construir e explorar altos-fornos, fábricas de aço, laminações, siderúrgicas, linhas férreas, embarcadouros, etc., gozando por 60 anos de isenções de impostos para matérias-primas e máquinas. [...] (PEREIRA, 1976, p. 29-30).

E ainda, na gestão do presidente Washington Luís, Farquhar continuou contando com o apoio do Estado brasileiro. Tendo sido eleito presidente em 1926, Washington Luís promulgou, em 1927, a famosa Lei Celerada, que permitia a disseminada e rigorosa repressão às atividades políticas e sindicais operárias. "Foi o clímax do período de poder de Farquhar no Brasil. Porém, a grande depressão de 1929 contribuiu para o enfraquecimento do poder de Farquhar, que tinha seus negócios regulados pela especulação". (LEAL, 1996, p.135).

Com a vitória da revolução de 1930, os setores nacionalistas ligados ao movimento tenentista defendem e conseguem aprovar um Código de Minas, que pela primeira vez na legislação brasileira, separa a propriedade do solo da do subsolo e reserva a exploração de jazidas a brasileiros ou a firmas constituídas por brasileiros. No mês em que o Código de Minas entra em vigor, foi promulgada a Constituição de 1934. Depois de ressalvar que o aproveitamento industrial das minas e jazidas passava a depender de concessão federal, a Constituição prescrevia que: "concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil." [6] (RETRATO DO BRASIL, 1984, p.244).

Já a Constituição de 1937, parágrafo 1º do artigo 143 estabelecia que a autorização para a exploração de jazidas e minas "só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros". (RETRATO DO BRASIL, 1984, p.244). A separação da propriedade do solo e subsolo contribuiu para o aumento da exploração mineral de tal forma que em 1934 o Brasil havia exportado pouco mais de 7 mil toneladas de minério de ferro, logo no ano seguinte exportou mais de 47 mil toneladas, atingindo um total de 120 mil tonelada em 1941. (RETRATO DO BRASIL, 1984, p.244).

A situação política, da Itabira e de Farquhar, muda totalmente com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio ao poder central. Getúlio, quando deputado federal, havia subscrito um parecer de Francisco Campos contra ela [a Itabira] na Comissão de Justiça. A ascensão de Getúlio obrigou Farquhar a suspender seus planos. "[...] A nova Constituição

[6] Essa redação dúbia possibilitava que estrangeiros que organizassem uma empresa no Brasil obtivessem concessões para exploração mineral.

outorgada por Getúlio com o Estado Novo, em 1937, proibia a estrangeiros extrair minérios. Na prática, a Itabira foi extinta.” (PEREIRA, 1976, p.29-30).

Foi sob a égide do Estado Novo que teve início o primeiro estágio de nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sob certas áreas de produção estratégicas, com mineração, aço e petróleo. O estado tornou-se um importante produtor de bens e serviços de infra-estrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado no Brasil. (DREIFUSS, 1981, p.23).

Com o advento da Segunda Guerra, o governo brasileiro, em contrato celebrado com os Estados Unidos e a Grã Bretanha, assume o aproveitamento econômico das minas de Itabira e o controle da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Os “Acordo de Washington”, firmados em 3 de março de 1942, exigia como compensação a garantia de venda aos norte-americanos e britânicos de todo minério produzido, bem como a monopolização estatal da exportação do mineral (PEREIRA, 1967), o que fundamentou em seguida a criação da Companhia Vale do Rio Doce, instituída em 1º de junho de 1942 por meio do decreto-lei n º 4.352, como será exposto a seguir. A presença de estadunidenses na diretoria da CVRD constitui um indicativo do grau de submissão do Estado brasileiro na relação com os EUA e ao mesmo tempo representa a consolidação da política imperialista e da hegemonia dos EUA na relação política e comercial com o Brasil, substituindo a Inglaterra que dispunha de privilégios desde que por aqui chegou escoltando a família real portuguesa.

2.2 HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E CRIAÇÃO DA CVRD

A segunda guerra mundial constitui um marco histórico dos mais importantes, no que se refere à reorientação da economia capitalista e à relação política, econômica e ideológica que se estabelece entre Estados Unidos da América, Brasil e Amazônia. Estudando os grandes projetos na Amazônia brasileira, Leal (1996, p. 126) afirma:

> A segunda guerra mundial delimitou uma nova idade da colonização da Amazônia, sobretudo por dois motivos: 1º: a nova e extraordinária tecnologia produzida durante ela, e 2º: a mundialização do consumo de massa, após ela. Este último determinou um avanço exacerbado sobre os recursos naturais para atender as necessidades da produção voltada a ele; o primeiro garantiu a enorme capacidade técnica voltada a uma extração em escala muitas vezes maior que aquela possível de ser alcançada sobre os padrões técnicos de produção anteriores. Foram sobretudo esses dois aspectos que determinaram o surgimento do grande projeto como

> instrumento de exploração recente da Amazônia, iniciada no pós-guerra, sendo um dos elementos históricos que serviram para configurá-la como uma idade colonial inteiramente nova.

Os acordos assinados em Washington pela Missão Souza Costa, que ficaram conhecidos na literatura como "acordos de Washington" representam um marco importante na relação Brasil – Estados Unidos da América e no alinhamento econômico e político dos dois países, pois é a partir dos "acordos de Washington" que serão tomadas medidas no sentido de favorecer a participação da economia brasileira como fornecedora de borracha da Amazônia e minérios do Brasil para a indústria bélica estadunidense. É nesse contexto que é criada a Companhia Vale do Rio Doce, pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, como se pode observar no texto do Decreto de criação da CVRD:

> DECRETO-LEI N. 4.352, DE 1 DE JUNHO DE 1942
> Encampa as Companhias Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A., e dá outras providências.
> O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,
> DECRETA:
> Art. 1º Ficam incorporados ao patrimônio da União os bens pertencentes à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., mediante as condições fixadas nos arts. 2º e 3º, considerando-se rescindido o contato existente entre a União e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. a que se refere o decreto-lei n. 2.351, de 28 de junho de 1940.
> **Art.** 2º O Governo Federal indenizará os acionistas da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. com importância em dinheiro equivalente ao capital realizado da mencionada Companhia.
> § 1º O Tesouro Nacional fica autorizado a transferir aos acionistas da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. até 7.000 ações da nova Companhia prevista no art. 6º, para liquidar o ajuste que fizer sobre indenizações devidas.
> § 2º As despesas feitas para a construção do prolongamento de Desembargador Drumond até Itabira e para melhoria do trecho de Barbados até Desembargador Drumond serão pagas depois de avaliadas, na forma da lei.
> § 3º As despesas decorrentes do financiamento das obras do embarcadouro especial de minério, no porto de Vitória, nas quais se compreendem a construção do ramal ferroviário e o preço das desapropriações, serão pagas após a avaliação do Governo do Estado do Espírito Santo, confirmada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação.
> § 4º Fica o superintendente a que se refere o art. 5º, autorizado a proceder ao levantamento do ativo e passivo do patrimônio da Companhia.
> § 5º O Governo promoverá o resgate das obrigações ao portador, emitidas pela Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas, incorporadas à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., depois de examinar a situação jurídica da emissão.
> **Art.** 3º O Governo Federal indenizará os acionistas da Companhia Itabira de Mineração S.A., em organização, com a importância, em dinheiro ou em

ações da nova Companhia prevista no art. 6º, correspondente às entradas de capital que houverem efetivamente realizado.

Parágrafo único. O Governo Federal indenizará mediante avaliação, o valor dos estoques de minério, bem como as instalações, veículos e utensílios da Companhia, levando-se em conta a indenização de que trata este artigo.

Art. 4º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 55.000:000$0 (cinquenta e cinco mil contos de réis), para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes das incorporações de que tratam os artigos anteriores.

Art. 5º Os bens incorporados ao patrimônio da União, nos termos do artigo 1º, até a organização da Companhia de que trata o art. 6º, serão administrados por um superintendente, que o Governo Federal nomeará.

§ 1º Até que se constitua definitivamente a nova Companhia destinada a explorar as jazidas de ferro de Itabira, ao superintendente caberá administrar a Estrada, explorar as minas, prosseguir nas obras de prolongamento de Desembargador Drumond até Itabira, na construção do embarcadouro especial de minério e na ampliação do porto de Vitória.

§ 2º Para realização do que dispõe o parágrafo anterior, fica o superintendente autorizado a fazer operações de crédito, até o limite de 20.000 contos de réis.

Art. 6º Para exploração das jazidas de ferro de Itabira e do tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas, fica o superintendente autorizado a praticar todos os atos necessários à constituição de uma sociedade anônima nas condições adiante fixadas.

§ 1º O capital será de 200.000 contos, assim discriminados:

a) 110.000 contos ordinárias nominativas do valor de 1:000$0 cada uma;

b) 90.000 contos em ações preferenciais nominativas de 6%, no valor nominal de 1:000$0 cada uma.

§ 2º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a subscrever, pelo Tesouro Nacional, 110.000 ações, e conjuntamente com os Institutos e Caixas de Previdência e Caixas Econômicas as que, das restantes 90. 000 não forem tomadas em subscrição pública, nos termos do decreto-lei n. 3.173, de 3 de abril de 1941.

§ 3º Para realizar a parte do capital que houver subscrito, a União conferirá os bens que, pelo presente decreto-lei forem incorporados ao seu patrimônio, e as minas de Itabira, pelo valor de 80.000 contos de réis, acrescidos das benfeitorias realizadas com as operações de crédito de que trata o art. 5º, § 2º.

§ 4º A diretoria será constituida de cinco membros a saber:

a) um presidente de nacionalidade brasileira;

b) dois diretores de nacionalidade brasaleira;

c) dois diretores de nacionalidade norte-americana.

§ 5º A Companhia será dividida em dois Departamentos: o da Estrada de Ferro Vitória-Minas e o das Minas de Itabira.

§ 6º O Departamento da Estrada de Ferro será administrado por diretores brasileiros e o Departamento das Minas será administrado conjuntamente por diretores brasileiros e americanos.

§ 7º O dividendo máximo a ser distribuido não ultrapassará de 15% e o que restar dos lucros líquidos constituirá um fundo de melhoramentos e desenvolvimento do Vale do Rio Doce, executados conforme projetos

> **elaborados por acordo entre os Governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, aprovados pelo Presidente da República.**
> **Art.** 7º A Companhia a que se refere o artigo anterior fica autorizada a executar, nos termos da legislação em vigor, as desapropriações necessárias ao seu objetivo e as exigidas para seu ulterior desenvolvimento.
> **Art.** 8º Ficam transferidas à nova Companhia as vantagens e obrigações decorrentes do contrato celebrado em 17 de junho de 1941, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A., para utilização do embarcadouro especial de minério no porto de Vitória.
> **Art.** 9º Fica assegurada a isenção de impostos de importação e demais taxas sobre os materiais e equipamentos importados com destino aos serviços previstos nesta lei.
> Parágrafo único. O Governo Federal entender-se-á com os Estados e Municípios no sentido de não serem aumentados os impostos e taxas que ora incidem sobre as minas, a sua exploração e a exportação de minério.
> **Art.** 10. Fica aprovado o projeto de Estatuto da nova Companhia, que se denominará Companhia Vale do Rio Doce S.A., anexo a este decreto-lei.
> **Art.** 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
> Rio de Janeiro, 1 de junho de 1942, 121º da Independência e 54º da República.
> **GETULIO VARGAS.**
> A. de Souza Costa.
> Vasco T. Leitão da Cunha.
> João de Mendonça Lima.
> Oswaldo Aranha.
> Alexandre Marcondes Filho. (BRASIL, 1942, não paginado).

No artigo 6º, parágrafo 4º transparece a relação entre Brasil e Estados Unidos e o grau de interesse dos Estados Unidos na criação e gestão da Companhia Vale do Rio Doce, bem como o grau de submissão do Governo Brasileiro ao Governo estadunidense, pois na composição da Diretoria da CVRD há um presidente de nacionalidade brasileira, dois diretores de nacionalidade brasileira e dois diretores de nacionalidade norte-americana [estadunidense].

Ainda no artigo 6º, parágrafo 5º pode-se observar que a CVRD será dividida em dois departamentos: o da Estrada de Ferro Vitória-Minas e o das Minas de Itabira. Pelo decreto, no artigo 6º parágrafo 6º fica estabelecido que o Departamento da Estrada de Ferro será administrado por diretores brasileiros e o Departamento das Minas ficará sob a gestão conjunta de diretores brasileiros e americanos. Ou seja, embora a criação da CVRD esteja no contexto de uma estratégia do império estadunidense e seja criada a partir de acordo entre Estados, que deveriam manter independência, postura soberana, respeito a autodeterminação de cada povo, o Governo dos Estados Unidos pode indicar diretor para uma empresa nacional

brasileira. Pode-se deduzir desse fato que assinaram os “acordos de Washington” para de fato assumirem a gestão das minas brasileiras, em processo de exploração e a partir daí garantirem um dos componentes básicos para a indústria bélica estadunidense, que naquele momento fornece as armas de guerra para as forças aliadas. A borracha da Amazônia, cuja revitalização da produção ocorre também dentro do contexto dos “acordos de Washington”, constitui outro componente básico da indústria bélica naquele momento.

Os “acordos de Washington” situam-se dentro do que se pode denominar de estratégia de inclusão de “zonas não capitalistas” (LUXEMBURGO, 1984, p. 26) na dinâmica produtiva do capitalismo internacional, tendo como corolários: a) a aquisição de recursos naturais a baixo custo para a acumulação de capital; b) e a adesão à economia capitalista de espaços sociais com baixíssima composição orgânica do capital. O efeito conjugado dessas duas dinâmicas é manter alta a taxa de mais valia e sustar a tendência declinante da taxa de lucro. Ou seja, a criação da CVRD e a revitalização da economia gomífera na Amazônia, no curto prazo concorreram para o fortalecimento da indústria bélica e no médio e longo prazo contribuem para a saída da crise de acumulação de capital e para a criação de um novo regime de acumulação de capital sob a égide dos Estados Unidos da América, que com o conflito bélico “consolidaram sua posição de império” (SADER, 1996, p.33) sobre os países capitalistas.

Segundo Lénine (1917, p. 61):

> Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.
>
> Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da

> produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

É na posição de império e com o apoio aos cartéis que os Estados Unidos da América traçam uma estratégia de dominação dos recursos naturais do planeta. Além do Brasil, outros países são integrados à economia internacional dentro da mesma lógica, com o objetivo de garantir o suprimento de matérias-primas aos países industrializados no período pós-guerra: "México, Nigéria, Líbia, Iraque, dentre outros que também obtiveram apoio do Banco Mundial, no sentido de, através de grandes projetos, atenderem a demanda dos países mais avançados do mundo capitalista." (SILVA, 1994, p. 38).

Harvey (1998) afirma que no período após a segunda guerra mundial, se consolidou um regime de acumulação e um modo de regulação denominado fordista-keynesiano, baseado num pacto de poder entre o Estado, o grande capital e o trabalho organizado.

> O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre guerras e levados a novos períodos de racionalização na segunda guerra mundial. Os carros, a construção de navios e equipamentos de transporte, **o aço**, os produtos petroquímicos, **a borracha**, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico concentrando-se em uma série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Rur-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a Região de Produção de Tóquio-Iocoama. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado [...]. Essas regiões-chave da economia mundial absorviam **grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não comunista** e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos. (HARVEY, 1998, p.125, grifo nosso).

O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre "o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-estado e que formou a base de poder da expansão do pós-guerra não foi alcançado por acaso, resultou de anos de luta". (HARVEY, 1998, p.125). Obviamente, que o autor se refere ao pacto de poder em países de capitalismo avançado que, favoreceram aos trabalhadores e trabalhadoras oportunidade de emprego, acesso aos serviços de educação, saúde, moradia, saneamento, infra-estrutura urbana, subsídios à agricultura etc. Ou seja, está considerando a realidade de países onde foi estabelecido pacto de poder que garantiu, no âmbito interno da nação, uma distribuição de renda menos desigual do que em países de capitalismo tardio, como o Brasil, por exemplo.

O padrão de bem estar garantido à população, incluindo trabalhadores e trabalhadoras, dos países industrializados, ou de capitalismo avançado tornou-se possível, graças à incorporação, à sua economia, de produtos primários oriundos de regiões como a América latina, Brasil e Amazônia, detentoras de grandes reservas de recursos naturais e com baixa composição orgânica do capital, que estabeleceram acordos de fornecimento de matéria-prima em condições e preços desfavoráveis, ao mercado internacional, como é demonstrado por Leal (1996), no caso da exploração do manganês no Estado do Amapá, no Brasil. O autor chega a seguinte conclusão sobre o valor pago pelo minério na Serra do Navio no Amapá:

> Os preços do manganês em dólar, controlado pelos interesses do cartel, orbitavam indefinidamente no sentido descendente, a partir do preço do seu primeiro ano, como se a única coisa a determiná-los fosse as sagradas leis da Oferta e da Procura [...] resultando em um valor final real das exportações de menos da metade do seu valor nominal: os US$ 1.380.210.152,03 que aparecem como resultado acumulado do valor das exportações durante os 40 anos dessa pilhagem, não passam de meros US$ 682.504.837,52, apenas 49,45% deles. O valor médio da tonelada exportada ficou em menos de 20 dólares; e os royalties recebidos pelo Território se reduziram praticamente a metade de seu valor nominal, a uma mísera taxa média de 93 centavos de dólar por cada tonelada de minério roubada à Amazônia. É essa – essa sim- a verdadeira cara do progresso que era prometido ao Amapá. (LEAL, 1996, p. 256).

E ainda sobre a quantidade de minério e a rapidez no processo de extração na Serra do Navio, no Amapá, continua:

> [...] Para melhor compreensão disso, [...] Quando se somam as respectivas quantidades exportadas até 1994, chega-se ao valor de 30 milhões de toneladas. Até 1997 – ano em que se encerraram de vez as atividades da ICOMI – a concessão obtida para explorar, em 50 anos, 10 milhões de toneladas, transformar-se-ia num saque que exauriu em uma década a menos

> que esse prazo, uma jazida de mais de 3 vezes esse tamanho. (LEAL, 1996, p. 258).

A exploração do manganês no Amapá ocorre por meio da ação do capital multinacional e associado e com o apoio decisivo do Estado, relação essa estudada por Dreifuss (1981). Mas a explicação sobre a associação entre multinacional, empresa nacional e Estado brasileiro é dada por Leal, quando explica detalhadamente os procedimentos adotados para a exploração do manganês do Amapá:

> Foi em 1943, durante o período de vigência dos acordos de Washington que o Brasil levou a efeito uma re-divisão territorial pela qual surgiram os territórios federais [...] É criado o Território do Amapá, no extremo norte brasileiro [...] desmembrado do Estado do Pará. [...] logo passou a exibir [...] um serviço geológico [...] entre os técnicos em mineração - geólogos, engenheiros de minas etc. – que haviam entrado em contato com a mina, havia um que pertencia ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e também era membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Chamava-se Glycon de Paiva. [...] Tornou-se personagem-chave no caso do manganês [...] Fez uma viagem às Jazidas entre 25 de agosto e 05 de setembro de 1946. Produziu um relatório [...] que passou a ter foro de documento competente sobre o modo de organizar a exploração do mineral, entrando em confronto com qualquer proposta que visasse o controle dela pelo Estado. [...] O saldo dessa manobra foi a ordem, emanada da Presidência da República, para que se realizasse uma concorrência para a exploração do mineral em caráter privado. [...] em regime de arrendamento. [...] O Governo Federal o declarou reserva nacional através do Decreto-Lei 9.858, de 13.09.1946, dizendo que seu aproveitamento seria feito pelo Governo do Amapá [...] para doze dias depois um edital do Governo do Território convidar os interessados a uma visita às minas.
>
> A concorrência realizou-se com a presença de três empresas: a *M. A. Hanna Co., a United States Steel* (através de sua subsidiária, a Companhia Meridional de Mineração), e uma empresa brasileira, a Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI). Duas multinacionais e uma desconhecida. Mesmo contra as duas multinacionais a ICOMI venceu. Pouco mais de um ano passou e o Decreto de nº 24.156, de 4 de dezembro de 1947, autorizava o governo do Amapá a contratar com a **ICOMI** a execução das pesquisas e o aproveitamento do minério. [...] O dono dela, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, em junho de 1950, em carta ao governador do Território, solicitou-lhe que encaminhasse à Presidência da República, pedido para que ele pudesse **associar-se** a uma grande empresa estrangeira, capaz de garantir mercado para o minério, além de solicitar aval do Tesouro Nacional para um empréstimo externo necessário à montagem do projeto.
>
> Pronto: [...] com inteiro aval do **Estado**, estava consumada a entrega do minério à **multinacional** [...] fazendo o Estado brasileiro [...] assumir os riscos da criação do empreendimento. (LEAL, 1996, p. 167-179, grifo nosso).

A ação do Estado brasileiro no contexto da segunda guerra mundial foi orientada no sentido de criar os territórios estratégicos à ação das forças da coalizão interimperialista, lideradas pelos Estados Unidos. Foram criados os territórios federais, sendo quatro deles na Amazônia: O Acre, o Guaporé, o Rio Branco e Amapá. O Acre e o Guaporé, em áreas apropriadas à extração de borracha; três estavam situados em áreas estratégicas: Rio Branco, Fernando de Noronha e o Amapá. A justificativa para a criação era a necessidade de agilizar a administração de algumas áreas do país. A criação imediata do serviço de geologia no Território do Amapá levava a crer que a verdadeira intenção não estava expressa no Decreto que determinou a re-divisão territorial.

Essa característica da ação do Estado no sentido de facilitar a associação dos capitais privados de cartéis representados nas multinacionais e o capital privado de empresa nacional transparece em todo o processo desde a criação do território e em todos os procedimentos no sentido de garantir o controle privado pelo capital multinacional e associado sobre os minérios da Serra do Navio, no Amapá. O Estado, portanto, tem a função de viabilizar a exploração privada e ao mesmo tempo legalizar e legitimar a exploração de um recurso estratégico.

A ação dos Estados Unidos objetivava controlar as fontes de recursos naturais do planeta. Durante a segunda guerra mundial foi criada a CVRD incorporando o patrimônio dos cartéis representados pelo estadunidense Parcival Farquhar, estatizando o patrimônio mineral e a infra-estrutura de transporte e embarque. Logo em seguida, a estratégia montada pelos dois Estados, Estados Unidos e Brasil, orienta-se no sentido de privatizar e arrendar o processo de extração, infra-estrutura de transporte e embarque do minério, no caso do Amapá. Ou seja, a ação do tripé - capital multinacional, capital nacional privado e Estado nacional – é mobilizada para garantir o controle das fontes de matéria-prima, no caso, as jazidas de minérios em Minas Gerais e/ou no Amapá. Esse controle pode ocorrer pela estatização, como ocorreu em Minas Gerais, no ato de criação da CVRD; ou pela privatização e arrendamento dos recursos públicos, como aconteceu no caso da exploração do manganês de Serra do Navio, no Amapá. Os atores podem assumir diferentes funções e papéis, mas o objetivo continua o mesmo: o controle cativo das minas pelos cartéis do setor mineral.

Criada em 1943, as atividades da CVRD se restringiram ao aparelhamento das minas de Itabira, da ferrovia e do Porto de Vitória, previstos nos “Acordos de Washington”. Com a instalação dos trilhos até a mina de Cauê em 1943, foi facilitado o embarque do minério; logo

depois começou o trabalho “braçal” nas minas de Conceição e Dois Córregos (SANTOS, 2009). Para cumprir as cláusulas de exploração e exportação da produção para os Estados Unidos e Inglaterra, tratou-se de melhorar as precárias condições de exploração das jazidas realizadas fora de padrões técnicos, reconstruir trechos da combalida Vitória-Minas e buscar resolver os sérios problemas operacionais de funcionamento portuário. Estavam ainda previstos nos acordos, o financiamento desses projetos pelo Eximbank – Export-Import Bank e a exportação de 1,5 milhões de toneladas por ano aos parceiros estrangeiros.

No período que decorre da fundação da CVRD ao início da década de 1950, além da baixa produção de minério exportada para os ingleses e norte-americanos, a empresa se ressentiu de problemas financeiros advindos da ausência de estudos mais detalhados, pela escassez dos recursos financiados pelo Eximbank. Com a necessidade de novo aporte de capital junto ao banco norte-americano, iniciaram-se uma série de ingerências da instituição financeira com vistas a tomar o controle efetivo da Cia. Vale do Rio Doce, estratégia refutada, em 1951, em função da reeleição de Getúlio Vargas à Presidência da República e a nomeação da primeira diretoria efetivamente brasileira (SANTOS, 2009).

A partir dos anos de 1950, a aproximação da CVRD com o mercado siderúrgico europeu e japonês exigiu da empresa adaptar seu conhecimento do segmento mineral às novas tecnologias da siderurgia mundial. Em 1956, a mecanização completa das minas, a reforma integral da ferrovia e a dragagem do porto para a atracação de navios de maior porte indicaram a orientação da ação da CVRD para aumentar a produtividade e se posicionar melhor no mercado internacional.

Na década de 1960, o fechamento de contratos de longo prazo para o fornecimento de grandes lotes de minério aos japoneses demandou investimentos visando a redução dos custos de transporte. Dois eventos se destacam neste período: a instalação da usina de pelotização e a construção do Porto de Tubarão. A fabricação de pelotas atendia a expansão deste tipo de minério no mercado externo. Já a inauguração do Porto de Tubarão, em 1º de abril de 1966, permitiu que navios com capacidade de até 150 mil toneladas, passassem a atracar para fazer o transporte transoceânico da produção (SANTOS, 2009).

Após 1964, a produção cresceu, a partir da aplicação do Plano de Decenal e das mudanças na legislação. Cresceu a produção mineral e consolidou-se a participação do capital estrangeiro no setor, facilitando o acesso aos minerais dos quais os países desenvolvidos eram

dependentes. A balança comercial brasileira tornou-se superavitária. Em 1980, o saldo das exportações e importações torna-se positivo refletindo o grande aumento das exportações em geral. Em 1980 o Brasil produziu 6.688.015 toneladas de alumínio (bauxita); 327.515 toneladas de chumbo (minério; 3.699.735 toneladas de cobre (minério); 130.641 tonelada de estanho (minério); 139.696.000 toneladas de ferro (minério); 2.044.000 toneladas de manganês (minério beneficiado); 15,2 toneladas de ouro. (MINÉRIOS E CAPITAL ESTRANGEIRO..., 1984, p. 242).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela consolidação da CVRD como maior exportadora mundial de minério de ferro. O maior evento da década de 1970 aconteceu com a descoberta das jazidas de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro na Serra de Carajás, no sul do Pará. Localizadas em uma área de direito de exploração da U.S. Steel, a siderúrgica americana acabou sendo pressionada pelo governo brasileiro a se associar à Companhia Vale do Rio Doce para a exploração das reservas, sociedade desfeita em 1977 quando a Vale pagou 50 milhões de dólares e assumiu os encargos do projeto (SANTOS, 2009; BECKER, 1991; LEAL; 1988).

A demanda de matérias-primas pelos países mais desenvolvidos no pós-guerra, face à emergente necessidade de consumo de metais na indústria, encontrou um terreno fértil na Amazônia recém-aberta à expansão do capital, favorecendo a ação monopolista de grupos econômicos, conforme o amparo legal estabelecido pelo código de mineração. A descoberta das jazidas de ferro de Carajás, mais adiante manganês, cobre etc. veio acirrar ainda mais a corrida desenfreada a possíveis riquezas minerais na Amazônia. (SILVA, 1994, p.36; LEAL, 1988;). O golpe militar, a operação Amazônia, a chegada da CVRD na Província Mineral de Carajás são eventos que mudarão o ritmo da exploração mineral na Amazônia.

2.3 DITADURA MILITAR E A CVRD NO PARÁ

A partir de 1964, o controle direto do Estado transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada. Como afirmou o líder do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Antonio Carlos do Amaral Osório: “Uma das grandes realizações da revolução de 1964 foi, sem dúvida, a de reforçar

uma nova concepção das relações entre o Estado e as classes empresariais". (OSÓRIO, 1969, p.117; apud DREIFUSS, 1981, p.419).

O novo governo, com controle do Estado, comandado pelo empresariado e por militares, logo após o golpe, deu início ao processo de planejamento para a Amazônia. Em 1967, o primeiro plano qüinqüenal de desenvolvimento da ditadura militar começa com uma viagem do Rosa da Fonseca, um transatlântico da Companhia Costeira, que desce o Amazonas levando:

> [...] a nata do empresariado brasileiro golpista e conspirador, representantes de multinacionais [...] e do generalato brasileiro [...]. Quando esse pessoal chega a Belém, faz uma celebração no Teatro da Paz, solta uma carta chamada **Declaração da Amazônia**, e, logo, na esteira disso, deflagra a **Operação Amazônia** e o primeiro Plano Qüinqüenal de Desenvolvimento [...]. Lança a idéia dos pólos econômicos que vieram a se materializar depois no chamado Polamazônia (LEAL, 2001, p.93, grifo do autor).

Foi a partir daí que se gestou toda a base para os planos seguintes do Governo Militar que definiram a forma de ocupação da região amazônica: o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o primeiro e o segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA). Ainda em 1967, foi lançado o Código Brasileiro de Mineração, antes do lançamento do primeiro PND de 1972. Esse Código "instituiu o *res nullius* - **coisa de ninguém**. Criou-se com isso um neologismo da ditadura, que passava a configurar o dono de qualquer pedaço de terra como **superficiário**" (LEAL, 2001, p.95, grifo do autor). Ou seja, o dono da terra não era proprietário do subsolo.

Conforme Leal (1996): No primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento, o da SPVEA, lá está o quadriculado das aerofotografias norte-americanas feitas sobre o território amazônico.[...] O segundo plano se inaugura com o Projeto RADAM [...] que esquadrinhou a Amazônia. Foi apoiado nisso que se elaborou o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

Os planos de desenvolvimento econômico (I PND – 1972/1974 e o II PND 1975 - 1979), em especial o II PND, diagnosticaram insuficiência de insumos básicos para sustentar o processo de industrialização em marcha o que induziu maior intervenção do Estado na área mineral. "O objetivo do Governo Federal, nesta fase, era ampliar o conhecimento do subsolo e buscar auto-suficiência em insumos minerais, em especial, metais não ferrosos". (SILVA, 1994, p.130).

A intervenção do Estado ocorre incorporando as mudanças institucionais efetivadas no setor mineral, a partir de 1964, com a elaboração do I Plano Decenal para avaliação de Recursos Minerais (1965/1974), o novo Código de Mineração (1967), e a criação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) em 1969 que resultaram na abertura deste setor para grupos multinacionais. (SILVA, 1994, p.35). Logo após o lançamento do Código de Minas da Revolução, como o chamou o Ministro de Minas Mauro Thibau, surgiram duas descobertas importantes: a da bauxita do Rio Trombetas, com 1 bilhão e 100 milhões de toneladas e a Província Mineral dos Carajás. A maior província mineral do planeta com 18 bilhões de toneladas de ferro e 1 bilhão de toneladas de cobre que valem muito mais do que a totalidade do ferro lá existente.

A busca de fontes alternativas de fornecimento de minérios levou a CVRD a estender suas atividades mineradoras para o norte do país, em direção à porção oriental da Amazônia onde geólogos da Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da US Steel, haviam descoberto, em 1967, os mencionados depósitos ferríferos na área da Serra dos Carajás. (SILVA, 1994, p.41). A CVRD se estabeleceu no Pará em 1969, para associar-se a United States Steel, para a exploração das jazidas de minério de ferro de Carajás, descoberta dois anos antes pela multinacional, e até então sob seu controle exclusivo.

Em abril de 1970, negociações entre a CVRD e a US Steel levaram à criação da Amazônia Mineração S.A. (AMSA), com 50,9% das ações pertencentes à CVRD e 49,1% pertencentes à US Steel: o objetivo comum era a implantação do Projeto Ferro Carajás. Problemas ligados à discordâncias entre as partes culminou com a saída oficial da multinacional americana em 1977, após receber uma indenização de US$ 50 milhões da Companhia Vale.., e Becker (1991, p.337) explica a divergência da seguinte forma:

> A US Steel propunha o escoamento do minério pelo Porto de Barcarena (Pará) e estimava o custo de implantação do projeto em 6-8 milhões de dólares, excluídos a ferrovia e o porto, cuja construção seria obrigação do Governo Federal. Para a CVRD, interessada em uma política agressiva de vendas em escala planetária, o escoamento pelo Porto de Barcarena, com capacidade equivalente à maioria dos portos americanos, significava tornar Carajás algo cativo do mercado americano, defendeu, assim, o escoamento pelo Porto de Itaqui (Maranhão) com capacidade muito maior (até 300.000 toneladas dia), o que permitiria baratear e escoar rapidamente o produto para exportação.

Dentre as principais leis que criam o Programa Grande Carajás (PGC) destacam-se: decreto-lei 1.813 de 24 de 11 1980 (instituiu um regime especial de incentivos tributários e

financeiros aos projetos e define os empreendimentos integrantes do PGC. Decreto 85.387, de 24 de 11 1980 (regulamenta o Conselho Interministerial do PGC) e decreto-lei 1.825 de 22 de 12 de 1980 (isenta do pagamento de imposto de renda pelo prazo de dez anos os empreendimentos integrantes. (SILVA, 1994, p.38).

A presença do Estado na área mineral ocorreu também criando condições para efetivação de uma infra-estrutura visando o desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas neste setor: A implementação do "projeto RADAM, em 1970, a criação da Amazônia Mineração S. A., em 1970, criação da DOCEGEO (Rio Doce Geologia e Mineração), em 1974; ingresso da CVRD na Mineração Rio do Norte em 1974 e a aprovação do regimento interno do DNPM em 1977". (SILVA, 1994, p.36). Todo um aparato institucional, incluindo a SUDAM e BASA, foi montado para dar apoio à política de ocupação da Amazônia. Foi criado, em 1974, o Polamazônia. Carajás, Trombeta e Amapá integravam esse programa. Nos anos 1970 foi iniciada a exploração mineral no Rio Trombetas e em 1980 entrou em fase de execução o Projeto Grande Carajás. Já em 1985 foi concluída a primeira fase da Albrás e a segunda fase, em 1991. (CASTRO, 1996; MONTEIRO, 2005)

O processo de transformação industrial dos minérios lavrados ocorre no contexto das tentativas de implantação de políticas de modernização da Amazônia, como o Programa de Pólos agropecuários e Agro-minerais da Amazônia e o Programa Grande Carajás acima mencionados. Essa ação política estava embasada em noções teóricas que defendiam a intervenção do Estado como forma de induzir o desenvolvimento em áreas geográficas selecionadas (HIRSCHMAN, 1985; PERROUX, 1977; LIMA, 1995).

Os grandes projetos de capital social básico, as grandes hidrelétricas, tais como Tucuruí, Balbina e Samuel e os mega-projetos dos setores produtivos – a exemplo do complexo Albrás-Alunorte, o complexo Grande Carajás e o complexo da ALCOA – foram incentivados pelo Estado com vistas a gerar as divisas necessárias ao pagamento da dívida externa. Assim, no período de 1981/1990, a característica singular do desempenho da indústria regional foi sua crescente destinação da produção para o mercado internacional. (CARVALHO, 1994, p. 438).

Os grandes projetos, e em particular, o Projeto Grande Carajás, "converteram-se, ao talante do capital estatal, no instrumento básico tanto da integração da Amazônia com a economia brasileira, quanto de reinserção da economia regional à mundial". (COSTA, 1994,

p.414). Integração nacional e reinserção internacional da Amazônia como fornecedora de matéria-prima, como ferro, por exemplo, de alto teor e baixo custo de extração, em vista de contribuir para o saldo positivo da balança comercial e a geração de divisas para o cumprimento de compromissos financeiros com credores internacionais.

Esse padrão de desenvolvimento regional, paulatinamente, "foi deslocando sua ênfase centrada no modelo de "substituição de importações" para a reprodução dos modelos de "enclave de importações" e de "enclaves de exportações" de pouco grau de internalização em termos de emprego e renda regional". (COSTA, 1987; CARVALHO, 1984, p. 428). De fato, a questão social parece ser colocada mais como elemento legitimador do modelo de exploração dos recursos naturais, que como objetivo dos planos de ocupação da Amazônia.

O PGC representa um modelo de intervenção, enquanto conjunto de projetos integrados, cuja concepção remete a dois objetivos: articular as estratégias do Estado às empresas, de um lado, e ligar de forma metódica as atividades do setor primário (mina, gado, madeira e reflorestamento) aos sistemas industriais, de outra parte (CASTRO, 1994, p. 460). A CVRD representava o Estado no seu papel de empreendedor e enquanto tal exercia influência econômica e política sobre os trabalhadores e sobre as oligarquias regionais.

A CVRD é a principal empregadora direta e a que tem maior quantidade de empresas vinculadas sob regime de sub-contratação, o que lhe confere uma situação favorável frente à sociedade local. Tem o poder de influenciar desde a "classe política à empresarial e a preferência dos trabalhadores no mercado de trabalho em função de oferecer condições de emprego estáveis embora para uma parcela reduzida de trabalhadores em relação ao trabalho precário das empresas sub-contratadas". (CASTRO, 1994, p. 467).

Os grandes projetos

> [...] foram decisivos, ao longo do passado recente, para potencializar mutações de vultos, diretas e indiretas, na estrutura produtiva regional e para a instauração da estruturação, ora em marcha, de uma nova organização do espaço amazônico regional. Em decorrência, o PIB da Região Norte passou de irrisórios US$ 709 milhões, em 1970, para aproximadamente US$13,1 bilhões em 1990, enquanto as exportações pularam de US$ 500 milhões (1982) para US$ 1,757 bilhão (1991). Por seu turno a participação do setor industrial no PIB regional a custo de fatores ascendeu de 15,10% (1970) para 41,14 (1985). (COSTA, 1994).

O PGC incentivou, em sua área de abrangência[7], a instalação de outras empresas que se dedicassem à produção de ferro-gusa, ferro-liga, silício metálico e aço, chegando a autorizar a concessão de benefícios para a implantação de 22 empresas sídero-metalúrgicas, 15 destas entraram em operação no final dos anos 1980.

Em 1984, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) divulgava os seguintes dados sobre investimentos e produção previstos em projetos de mineração e metalurgia, onde a CVRD, sistema norte, estava investindo, isoladamente ou associada à outras empresas:

> a) **cobre / carajás (mineração) Marabá**, com previsão de investimento de US$ 1,6 bilhão e produção prevista de 1,0 milhão de toneladas/ano (CVRD); b) **manganês /carajás (mineração) Marabá**, com previsão de investimento de US$ 955 milhões e produção prevista de 825 mil toneladas/ano (CVRD); c) **Ferro/ Carajás (mineração) Marabá e São Luís do Maranhão,** com previsão de investimento da ordem de US$ 3,9 bilhões e produção de 35 milhões de toneladas/ano (CVRD); d) **Bauxita de Trombetas (mineração) Oriximiná**, com previsão de investimento de US$ 14,5 milhões e produção de 3,5 milhões de toneladas / ano (CVRD, CBA e ALCAN); e) ALBRÁS/ ALUNORTE **(usinas de alumínio) Barcarena-PA**, com investimento previsto de US$ 1,8 bilhão e produção prevista de 1,1 milhão de toneladas/ano (CVRD, NAAC (Nippon Amazon Aluminium Co.); f) **Alumar (usina de Alumínio) São Luís – MA** com previsão de investimento da ordem de US$ 1,5 bilhão e produção prevista de 600 mil toneladas/ano (RETRATO DO BRASIL, 1984, grifo nosso).

Com esses investimentos buscava-se ampliar a participação da mineração na balança comercial brasileira. Essas medidas anunciadas pelo estado representavam o cumprimento da função a ele destinada no contexto da divisão internacional do trabalho, definida a partir da segunda guerra e após a ditadura militar e legitimada por meio de trabalhos publicados dentro do arcabouço teórico do pensamento cepalino, que ao Estado nacional atribuía a função de planejador, regulador e empreendedor da economia. Enfrentando críticas sempre crescentes à ação da CVRD no Pará, foi sob a égide do Estado nacional e do capital multinacional e associado que se desenvolveu a exploração e transformação mineral no Estado do Pará e na Amazônia Brasileira.

[7] A área do Programa Grande Carajás representa cerca de 10,6% do território nacional brasileiro (Silva,p.39).

2.4 A CONFERÊNCIA DE BRETON WOODS E A ORDEM INTERNACIONAL

Com o objetivo de criar uma nova ordem econômica e financeira internacional e consolidar a posição de país imperialista (SADER, 1996) dos Estados Unidos da América foi realizada em julho de 1944 a Conferência de Bretton Woods. Representantes da Aliança das Nações Unidas, que reunia os países em guerra contra o eixo fascista (inclusive o Brasil), participaram do evento, na pequena localidade de Bretton Woods, no nordeste dos Estados Unidos, para definirem regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional capaz de "superar as limitações que os sistemas então conhecidos, o padrão-ouro e o sistema de desvalorizações cambiais competitivas, haviam imposto não apenas ao comércio internacional mas também à própria operação das economias domésticas". (CARVALHO, 2004, p.1).

As discussões travadas na Conferência de Bretton Woods, não foram decisivas para o estabelecimento da nova ordem internacional, mas foram o desfecho de outros eventos já realizados, com a participação da Inglaterra e Estados Unidos da América. Estadunidenses e ingleses iniciaram as trocas preliminares de idéias sobre a configuração do novo sistema econômico internacional ainda no ano de 1942, com base nas propostas elaboradas por John Maynard Keynes e Harry Dexter White, e das negociações que se seguiram surgiu uma proposta conciliatória.

Mesmo que as negociações entre os Estados Unidos e Inglaterra, iniciadas logo que eclodiu o conflito mundial, não tenham tido qualquer caráter conclusivo, deixaram aos delegados presentes em New Hampshire uma súmula do resultado do choque entre interesses britânicos e norte-americanos e quando a paz foi restaurada, em 1945, já havia acordo quanto aos esboços do sistema monetário internacional do pós-guerra. A Conferência de Bretton Woods foi, assim, um evento eminentemente político, a despeito de sua associação evidente com a dimensão econômica do processo histórico. Transparece a idéia de que sua realização foi engendrada pela necessidade de se obter legitimidade multilateral para um arcabouço institucional acordado entre duas potências. Acordo do qual a Inglaterra participa em condições desfavoráveis pela ascensão dos Estados Unidos da América à condição de novo país imperialista.

O fato dos EUA terem participado de uma guerra fora do seu território e terem agido como o fornecedor de armamentos à coalizão contra o eixo, consolidou a indústria bélica como o principal instrumento de acumulação de capital, naquele momento, e criou no país os meios financeiros e tecnológicos necessários para consolidar sua liderança política diante de países que tinham suas economias e infra-estruturas destruídas pelo maior conflito bélico ocorrido na história. O ambiente social e político pós-guerra tornou-se favorável ao estabelecimento da liderança dos EUA pela posição adotada como império e pela massificação do estilo de vida americana, por meio da estratégia de "mundialização do consumo de massa" (LEAL, 1996; HARVEY, 1998).

O pacto de poder estabelecido pelos Acordos de Bretton Woods, assinados posteriormente, vão nortear as relações políticas entre os órgãos internacionais ali criados, os Estados Unidos e as demais nações signatárias dos Acordos. Bretton Woods contribuirá para a consolidação da liderança dos Estados Unidos e para o longo período de expansão de pós-guerra, que se estende de 1945 a 1973, que teve como base "um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano". (HARVEY, 1998, p.119).

A ordem internacional definida durante a segunda guerra mundial e confirmada na Conferência de Bretton Woods estabeleceu uma nova divisão internacional do trabalho. Além do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Acordo Geral de Tarifas e Taxas (GATT) foi, em seguida, criada a Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU criou 18 comissões e entre essas foram constituídas as comissões econômicas, sendo uma para cada continente. Para o continente americano foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), com sede em Santiago do Chile. Seu primeiro presidente foi o argentino Raul Prebich.

Uma das primeiras atividades da CEPAL foi a de realizar um estudo e apresentar um diagnóstico da economia latino-americana, bem como sugerir propostas de investimento para que os países pudessem sair da situação de subdesenvolvimento e trilhar os caminhos do desenvolvimento. O primeiro trabalho da CEPAL foi denominado *Estudio Económico de América Latina* -1949. Além da contribuição de documentos das Nações Unidas, o texto da CEPAL incorporava conceitos, tais como: centro x periferia. O diagnóstico apresentado pela

CEPAL considerava que os países estavam divididos entre países de centro e de periferia. Os países de centro eram industrializados, tinham uma variável endógena, que era o mercado interno, que dinamizava a economia. Eram sociedades desenvolvidas, modernas. As sociedades de periferia tinham um modelo de economia primário-exportador, não tinham mercado interno, portanto, o que dinamizava suas economias era a variável exógena, o mercado externo. (MELO, 1982). Eram sociedades subdesenvolvidas, arcaicas.

Segundo o diagnóstico da CEPAL as sociedades de periferia poderiam trilhar o caminho do desenvolvimento. Para isso era fundamental que fossem industrializadas. A industrialização era apresentada como sinônimo de desenvolvimento. Era apontada a necessidade de poupança para alavancar o processo de industrialização. Era mencionada a inexistência de poupança interna para a realização de tal investimento. E finalmente era dada a orientação, como solução dos problemas, a necessidade de captação de poupança externa para financiamento do desenvolvimento das nações latino-americanas. Assim estas sociedades sendo industrializadas, teriam mercado interno, a variável endógena de dinamização da economia, deixariam de ser sociedades periféricas, passariam para o clube dos países de centro, deixariam a condição de subdesenvolvidas, entrariam no grupo dos países desenvolvidos. Seriam finalmente sociedades modernas.

A CEPAL apontava ainda a necessidade de se fortalecer os estados nacionais, pois estes deveriam ter as características de instrumento planejador (estabelecer política macro-econômica: taxa de juros, subsídios, incentivos fiscais, induzir investimentos etc.); regulador (mediar as relações trabalho x capital, estabelecer políticas de preço, controle de estoque etc.); e empreendedor, no caso dos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico, nos quais a iniciativa privada não tinha condições de fazer investimentos: indústria de base, mineração, infra-estrutura de energia, transporte, telecomunicação, petróleo entre outros. (BRITO, 2001).

A orientação aos governos latino-americanos não ficaram apenas no nível da elaboração teórica, foi feito um trabalho de convencimento junto ao empresariado, foram criadas novas instituições, comissões de trabalho entre as equipes de governos etc. tudo à luz da doutrina de segurança nacional, combate ao comunismo, idéias que alimentavam o que ficou conhecida como a guerra fria. O ressurgimento do movimento comunista junto às organizações dos trabalhadores influenciou o processo de organização das forças ligadas ao

empresariado brasileiro. Surgiu o Movimento de Unificação dos trabalhadores e foi criada, em 1944, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). As associações empresariais convocaram convenções e congressos nacionais, para definirem seu papel no período após a segunda guerra. O mais importante desses eventos foi a Primeira Conferência das classes produtoras do Brasil, realizada em Teresópolis em maio de 1945.

> A conferência foi convocada pela Federação de Associações Comerciais do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria e foi presidida por Roberto Simonsen. Cerca de 600 associações rurais, comerciais e industriais de todos os Estados do país estiveram presentes à conferência. [...] uma Carta Econômica foi apresentada, a qual cautelosamente proclamava o desejo dos participantes de se unirem na construção de **uma nova ordem social**. A "Declaração de princípios" dos empresários baseava-se na associação de liberdade e empresa privada [...]. A resolução da conferência conclamava a um "desenvolvimento harmonioso de todas as regiões", [...] a necessidade de **planejamento econômico, e a recomendação de que o Estado tivesse papel mais ativo [...], no desenvolvimento da agricultura, na produção de energia e expansão dos transportes, no protecionismo alfandegário, no desenvolvimento de indústrias básicas, no impedimento de formação de cartéis, no controle da importação e, sobretudo, no estímulo a investimentos estrangeiros** [...] (DREIFUSS, 1981, p. 25, grifo nosso).

O Governo Eurico Dutra, que substituiu Getúlio Vargas, abriu a economia ao capital estrangeiro em condições muito favoráveis.

> Ainda sob a égide do Marechal Eurico Dutra o Governo estabeleceu a Escola Superior de Guerra (ESG) para a qual acorreram oficiais anti-Vargas e pró-UDN. Estabeleceu também a **Comissão mista Brasil - Estados Unidos, com o objetivo de estudar a situação brasileira e esboçar um programa de desenvolvimento econômico** para o país. (DREIFUSS, 1981, p. 25, grifo nosso).

Foi sob o Plano de Metas que ocorreu o que podemos chamar de segundo estágio da "nacionalização formal da economia"; o Estado transformando-se em produtor direto de bens e serviços estratégicos para a infra-estrutura e tornando-se controlador indireto de substanciais mecanismos da política econômica. Porém, o papel do Estado como fator de desenvolvimento conseguiu dissimular o domínio real do capital. Apesar da expressiva presença do Estado na Economia, ele não "orientava" a nova estrutura de produção. Pelo contrário, era o capital transnacional que, tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo de expansão capitalista. (DREIFUSS, 1981, p. 35).

No governo Juscelino foi criada uma estrutura que favoreceu a penetração e o crescimento da participação de grupos empresarias estadunidenses na economia brasileira. Esse fato ocasionou novas relações econômicas e políticas, tais como: a) uma crescente

concentração econômica e centralização de capital; b) um processo de controle oligopolista do mercado. Era o denominado bloco de poder formado pelos capitais multinacional e associado, que, no Brasil, no início da década de 1960, já tinha uma forte influência econômica e força política. Uma pesquisa foi realizada pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre os maiores grupos empresariais nacionais e estrangeiros. Por meio da referida pesquisa foi feito um levantamento de dados dos grandes grupos econômicos e estimado um universo de 276 grupos bilionários. Desses grupos, 221 tinham um valor de capital mais reservas das empresas que se situavam na faixa de 900 milhões a 4 bilhões de cruzeiros. Foram identificados 55 grupos cujo capital próprio ultrapassava a cifra dos 4 bilhões de cruzeiros; esses foram chamados de "grupos multibilionários". Esses 55 grupos, que tinham um papel estratégico na economia brasileira, ocupavam as posições de liderança nos setores principais onde operavam, controlando uma parte substancial da produção e circulação de bens. (IANNI, apud DREIFUSS, 1981, P.50).

O estudo do ICS examinou 83 grupos escolhidos para integrarem uma amostra aleatória de um universo estimado em 221 unidades. Desses 83 grupos, 54, ou seja, 65%, eram "nacionais" e 29 multinacionais. 25 dos 54 grupos nacionais, ou seja, 46% tinham ligações através de empreendimentos comuns com grupos multinacionais. Se essas percentagens forem generalizadas em relação ao universo de 221 grupos bilionários, elas mostrariam 144 "nacionais (65,1%) e 77 multinacionais (34%,9), dos quais 43 (55,2%) eram grupos multinacionais não americanos (SANTOS apud DREIFUSS, 1981, p. 50). De um total de 144 grupos "nacionais", somente 78 não tinham ligações bem definidas com interesses multinacionais. (DREIFUSS,1981 p. 50). Dez grupos [...] (8 americanos e 2 multinacionais) eram os maiores produtores em seus respectivos mercados.(CARDOSO, 1968, p. 105 apud DREIFUSS, 1981, p. 50). O capital transnacional americano [estadunidense] era proeminente dentro dos grupos multinacionais bilionários. Os americanos representavam 13 grupos (48%) do total de 29 grupos multinacionais bilionários. Os americanos representavam também 48% do total de interesses multinacionais e 15,6% do total de grupos bilionários nacionais e multinacionais. (DREIFUSS, 1981, p. 50).

Dos grupos nacionais estudados, 65% deles tinham ligações com grupos multinacionais. As grandes empresas nacionais e os grupos que as controlavam eram predominantemente multinacionais, firmemente interligadas através de uma dependência

tecnológica ou financeiramente integradas a grupos multinacionais. A grande corporação nacional era principalmente uma empresa associada. Esse processo de internacionalização seria estendido ainda mais depois de 1964. (DREIFUSS, 1981, p. 51).

Até a década de cinqüenta, o capital transnacional havia se estabelecido em serviços, extração e comercialização de produtos agrícolas e em menor grau, em empresas industriais. Através do Plano de Metas, os interesses multinacionais no Brasil redirecionaram seus investimentos para outros e expandiram a economia local em direção à manufatura, no que foi chamado de "segundo estágio da substituição de importação". (SANTOS, 1978 apud DREIFUSS, 1981, p.51). Esse processo pode ser visto no padrão dos investimentos americanos. Em 1929, a metade dos investimentos americanos ia para companhias de utilidade pública. Mineração, petróleo e comércio representavam 26% do total. No fim da guerra, a manufatura achava-se no mesmo plano das companhias de utilidade pública, cada uma com 39%, e o resto dividido entre comércio, mineração e petróleo. (DREIFUSS, 1981, p.51).

No início da década de sessenta, 78,1% dos grupos multibilionários tinham como atividade principal a indústria, sendo que nela eles estavam distribuídos num número variável de ramos. [...] Entre a amostragem dos 83 grupos bilionários, 10 multinacionais e somente 2 nacionais eram os principais ou únicos produtores nos setores onde exerciam suas atividades principais. [...] Quatorze dos 29 grupos multinacionais bilionários operavam numa estrutura de mercado oligopolista; 4 grupos (todos americanos) funcionavam em condições de quase-monopólio e 9 operavam num mercado de competição imperfeita (ou concorrência monopolística); 5 deles operavam em mercado de concorrência monopolística concentrada, isto é, onde um grupo controlava mais de 50% do mercado, e 4 grupos operavam em concorrência monopolística sem concentração. (SANTOS, p. 36-37 apud DREIFUSS, 1981, p.55) Os grupos americanos operavam onde tinham controle total, ou quase total (92,4%), do mercado.

Por meio de seu controle oligopolista do mercado, as companhias multinacionais ditavam o ritmo e a orientação da economia brasileira. Nesse universo de multinacionais predominava a presença das empresas estadunidenses. No início do século XX, "o capital americano que detinha somente "2,0% dos investimentos no exterior no primeiro quarto do século, passou a ocupar em 1960 uma posição proeminente possuindo perto de 60% dos

investimentos estrangeiros. Enquanto isso a participação da Inglaterra, França e da República Federal Alemã caía para 30%." (SANTOS, 1969, p. 39 apud DREIFUSS, 1981, p.57).

Entre os grupos bilionários que controlavam a economia brasileira, 84% da amostragem da pesquisa acima mencionada, 11 grupos, eram de origem estadunidense e estavam situados entre as 500 maiores empresas dos Estados Unidos. 6 grupos (46%) da amostragem estavam entre os 200 maiores e entre esses achavam-se os 4 maiores produtores de seus respectivos setores. Quanto aos grupos não americanos que faziam parte da amostragem dos bilionários, 41% estavam entre os 500 maiores grupos financeiros fora dos Estados Unidos. Assim sendo o controle financeiro da economia brasileira estava entregue aos [cartéis pertencentes] aos 1000 principais grupos econômicos privados globais. (SANTOS, 1969, p. 39 apud DREIFUSS, 1981, p.68).

O bloco das empresas multinacionais e o capital nacional a elas associado se desenvolveram rapidamente estimulados pela política implementada pelo governo de Juscelino Kubitschek. O predomínio do capital multinacional e associado na economia brasileira fez surgir um conjunto de novos atores na economia e na política brasileiras. "Esses agentes formavam um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado." (DREIFUSS, 1981, p. 71).

Essa estrutura de poder do bloco multinacional e associado era corporificada numa *intelligentsia* empresarial, formada por agentes modernizante-conservadores, intelectuais orgânicos do novo bloco em formação. Eram: a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados [...]; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia; c) oficiais militares. Os interesses multinacionais receberam apoio político de seus próprios governos assim como a assistência, dada às companhias multinacionais e interesses associados no Brasil por organizações políticas das classes dominantes dos países-bases. (DREIFUSS, 1981, p.71).

Os tecno-empresários formaram com outros diretores e proprietários de interesses multinacionais e associados, um bloco econômico burguês modernizante-conservador, o qual se opôs à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista. Esses tecno-empresários tornar-se-iam figuras centrais da reação burguesa contra o renascimento das

forças populares do início da década de sessenta, assim como articuladores-chave na luta pelo poder do Estado. (DREIFUSS, 1981, p.73)

A projeção do planejamento, como recurso estatal, manejado por tecnocratas supostamente desprovidos de interesses e de determinações classistas, ajudou a eliminar as críticas e pressões por parte do bloco populista no poder e das classes subordinadas. O planejamento ocultava do público as relações de interesses. [...] o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país [...] seria um dos pilares do regime pós-1964, quando o planejamento tornar-se-ia uma dimensão da racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como Objetivos Nacionais. (DREIFUSS, 1981, p. 75).

O objetivo de introduzir os conceitos modernos de planejamento indicativo e da racionalidade capitalista foi até certo ponto atingido, de 1951 a 1953, pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos de desenvolvimento econômico, estabelecida em dezembro de 1949, cujas orientações e projetos foram publicados em 17 volumes, em 1953-1954. As relações entre Brasil e Estados Unidos da América se estendiam ao plano militar. Essa aliança já manifesta em vários momentos, se materializou novamente por meio de acordo assinado em 1952.

> A seção 516 da sua "lei de segurança mútua" expunha a necessidade de se encorajar a "eliminação de barreiras e de se proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros [...] e [...] desencorajar, na medida do possível e sem interferir na realização dos objetivos dessa lei, e prática de monopólio e de cartel que prevalecem em certos países [...]. (PEREIRA, 1963, p.24; DREIFUSS, 1981, p. 78-79).

Nenhuma formação é mais representativa do processo de integração capitalista [...] que ocorria em meados da década de cinquenta e princípios da década de sessenta do que a do gigantesco *Atlantic community Devolupment Group for Latin America*, mais conhecida por sua sigla ADELA. [...] O relatório anual de 1968 mostrou que a ADELA tinha um grande número de projetos em conjunto com a International Finance Corporation (IFC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), "contato contínuo e livre troca de informações, de maneira a evitar duplicidade de esforços nas áreas de desenvolvimento e participar conjuntamente das análises de oportunidades para investimentos." A ADELA tinha um grande número de projetos em comum com a IFC, incluindo *join ventures* (empreendimentos conjuntos) em grandes investimentos. (MARTINS, 1975, p. 81-85).

A ADELA foi formada em 1962 a partir de recomendações feitas por um *think-tank* encabeçado pelo vice-presidente da Standard Oil of New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da FIAT (complexo Agnelli). (NEWFARMER; MUELLER apud DREIFUSS, 1981, p. 81). Na América Latina a ADELA tinha sede no peru. A ADELA assumiu papel de mediadora entre instituições financeiras internacionais e os países latino-latino-americanos no planejamento do desenvolvimento desses países.

A tendência para a desnacionalização, concentração e predominância em setores industriais específicos das multinacionais aumentou fundamentalmente após 1964, pois as condições políticas e econômicas passaram a ser mais favoráveis. O capital de origem estadunidense estabeleceu a supremacia entre os capitais multinacionais em no Brasil.

> Em 1969, a "apropriação" da economia brasileira por interesses multinacionais era um fato consumado. Companhias multinacionais controlavam 37% da indústria do aço, 38% da indústria metalúrgica, 75,8% dos produtos químicos e derivados de petróleo, 81,5% da borracha, 60,9% das máquinas, motores e equipamentos industriais, 100% dos automóveis e caminhões, 77,5%de peças e acessórios para veículos, 39,8 da construção naval 71,4 do material para construção de rodovias, 78,8% dos móveis de aço e equipamentos para escritório, 49,1 dos aparelhos eletrodomésticos, 37,1% do couro e peles, 55,1 dos produtos alimentícios, 47% das bebidas, 90,6% do fumo, 94,1% dos produtos farmacêuticos, 41% dos perfumes e cosméticos 2 29,3% da indústria têxtil. (NEWFARMER; MUELLER, 1975, p.112 apud DREIFUSS, 1981, p. 62).

O peso econômico das empresas multinacionais e, sobretudo, estadunidenses na economia brasileira tornou-se um fator político central a partir do final da década de cinqüenta. O poder econômico dessas empresas favoreceu a organização de uma inteligência política, militar, técnica e empresarial para influenciar diretamente na organização política da sociedade brasileira e na organização da economia para favorecer a acumulação de capital no Brasil.

Em dezembro de 1949 foi estabelecida a Comissão mista Brasil - Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico. A equipe brasileira era composta pelos tecno-empresários Roberto Campos (Assuntos Econômicos), Ary Frederico Torres (Presidente), Lucas Lopes (Questões Técnicas), Glycon de Paiva (Assuntos de Geologia e Mineração) e Valentim Bouças (Assuntos Financeiros). Seguindo as recomendações da Comissão Mista, foi estabelecida uma série de agências e órgãos públicos, dos quais o mais importante parece ter sido o BNDE. (IANNI, 1971, p. 91).

O BNDE foi criado para dar apoio financeiro a investidores privados. Os beneficiários dessa ajuda financeira foram, em sua maioria, companhias multinacionais, para cujo estabelecimento no Brasil o banco providenciava o apoio financeiro. O primeiro diretor econômico do BNDE foi Roberto Campos, enquanto Glycon de Paiva tornava-se diretor técnico. Roberto Campos foi designado presidente do BNDE durante o Governo do Juscelino Kubitschek. Outros tecno-empresários que ocupavam posições-chave na estrutura formuladora de diretrizes políticas do BNDE durante o período foram Otávio Gouveia de Bulhões, Lucas Lopes, José Luís Bulhões Pedreira e Hélio Beltrão. (DREIFUSS, 1981, P.75). O BNDE exerceu um papel importante na política econômica de desenvolvimento industrial internacionalizado por Juscelino Kubitschek. [...] Na realidade, "foi a análise dos *think-tanks* mistos do BNDE/CEPAL e da Escola Superior de Guerra de 1953-1954 que forneceu as diretrizes para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek."(OLIVEIRA, 1977, p.84).

A influência dos Estados Unidos da América nas decisões políticas das sociedades latino-americanas, no período pós-guerra, antes e após os golpes militares, foi de tal forma expressiva que foram denominadas de sistemas penetrados:

> Sistemas onde não membros de uma sociedade nacional participam diretamente e com autoridade, por intermédio de ações realizadas em conjunto com os membros da referida sociedade, da designação de seus valores ou da mobilização de apoio na defesa de seus objetivos. (ROSENAU, 1966, p. 28 apud DREIFUSS, 1991, p.113).

O modelo de desenvolvimento concebido pela tecnoburocracia brasileira, a partir da metade da década de 60, estendendo-se por toda a década de 70, consolidou uma articulação entre o Estado, o capital privado nacional e o capital estrangeiro, o famoso tripé que, por sua vez, se alicerçara no Governo Juscelino Kubitschek, mais precisamente na metade da década de 50. Foi com base nesse modelo que o Brasil passou a ser uma sociedade industrializada, com grande presença de multinacionais nos principais setores da economia, com grandes estatais dirigindo os setores estratégicos da economia, com um mercado interno significativo, com uma dívida externa de U$$ 105 bilhões em 1985, no fim da ditadura militar, que teve início em 31 de março de 1964.

A partir da segunda guerra mundial se conformou um modelo de produção, acumulação de capital e regulação política, que mundializou a cultura do consumo de massas, incorporando matéria-prima à dinâmica da economia dos países de capitalismo avançado a baixo custo de extração e transporte, de zonas não capitalistas de produção e de regiões com

baixa composição orgânica do capital. Esse modelo, que teve o Estado nacional como instrumento planejador, regulador e empreendedor, sustentou o processo de acumulação de capital até 1973 quando ocorre a primeira crise do Fordismo. (HARVEY, 1998). Junto à crise do sistema de produção vive-se também a crise dos modelos regulação política das sociedades que convivem com os modelos fordistas. O pacto de poder entre o Estado, grande capital e trabalho organizado (HARVEY, 1998) é rompido a partir da investida dos governos da Inglaterra, Estados Unidos da América e Alemanha, abrindo uma nova fase na história econômica e política, marcada pela defesa da auto-regulação do mercado.

3 TRANSIÇÃO DA RIGIDEZ FORDISTA À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Após a primeira crise do fordismo, de 1973 (HARVEY, 1998), vai ocorrer uma nova investida dos governos de países de capitalismo avançado, no sentido de construir um discurso favorável à redução da presença do Estado na economia. Margareth Tatcher, Ronald Reagan, Helmult Kohl iniciam em seus países as reformas liberalizantes. Esses países tinham vivido o momento denominado de "era de ouro do capitalismo" (ANDERSON, 1995), após a segunda guerra mundial, quando atingiram os maiores índices de produção, de produtividade do trabalho, menores índices de desemprego, nível salarial que permitia o um padrão de consumo sem precedente na história das classes trabalhadoras, serviços públicos de saúde, educação, política de moradia.

As teorias Keynesianas orientaram novas formas de ação anticíclicas do Estado – isto é, de ação preventiva em relação a novas crises – que continham no seu bojo o chamado Estado bem-estar social. "Essas teorias foram um fato decisivo para a expansão das economias das potências capitalistas no segundo pós-guerra, na contramão do liberalismo". (SADER, 2005, p. 18). A industrialização dos países periféricos, do então chamado terceiro mundo, foi feita com forte intervenção do Estado na economia, apoiado na teoria da industrialização substitutiva de importações. (TAVARES, 1976; BRITO, 2001; SADER 2005).

O ano de 1989 constitui um novo marco histórico no processo de reorganização de uma nova ordem econômica para a América Latina, que implicará na definição de um novo papel do Estado, que passa a atuar no sentido de quebrar o monopólio estatal sobre os setores estratégicos da economia; criar um novo marco regulatório que possibilite o investimento direto do capital estrangeiro nos setores estratégicos, inclusive no setor de mineração; privatizar empresas estratégicas; abrir o mercado nacional para a entrada de produtos com preços competitivos, eliminando as reservas de mercado; fazer reforma tributária que desonere exportações e importações para tornar as empresas competitivas no mercado internacional; criar os meios legais e linhas de financiamento para uma nova etapa no processo de exploração e exportação de matérias-primas a serem ofertadas ao mercado internacional, e novamente funcionarem como instrumentos para sustar a tendência decrescente da taxa de lucro e contribuir na conformação de um novo regime de acumulação de capital e um novo

modo de regulação. Harvey (1998) denomina a mudança na economia capitalista do final do século XX de acumulação flexível.

De acordo com Lipietz, (1988, p.9): "[...] regulação se refere à maneira pela qual um processo contraditório se reproduz de modo regular apesar e através de suas próprias contradições". Entre as contradições existentes no processo de transição de um regime de acumulação e modo de regulação para outro está o fato de que a mudança é sempre apresentada como uma conquista das lutas históricas da sociedade. Muitas vezes até as terminologias utilizadas pelos movimentos sociais são apropriadas pelos discursos das classes que dirigem um determinado processo de transformação e são apresentadas, em um novo contexto com um novo conteúdo, mas como sendo a realização dos anseios populares, das bandeiras de lutas dos trabalhadores ou da sociedade como um todo.

> A estabilização de um regime de acumulação e de um modo de regulação não deve absolutamente ser analisada em função de sua pura lógica econômica. Tais achados são frutos de processos de lutas sociais e políticas que se estabilizam em *sistemas hegemômicos* no sentido gramcista do termo, ou seja, em alianças de classes baseadas num consenso mais ou menos misturado de coerção incorporando no âmbito do regime de acumulação os interesses das classes dominantes e, às vezes, parcialmente, os interesses das classes dominadas. (LIPIETZ, 1988, p. 35, grifo do autor).

Embora o neoliberalismo já tenha sido colocado em prática na Inglaterra, no Governo de Margareth Tatcher; na Alemanha, no Governo Kohl; nos Estados Unidos Unidos no Governo Reagan; no Chile com Pinochet, (ANDERSON, 1995), foi a partir de 1989 que o Brasil aderiu de forma sistemática à implementação das políticas que visavam dar um novo perfil ao Estado e à economia, retirando deste o papel de empreendedor, ou proprietário de empresas e aprimorando seu papel como instrumento de acumulação de capital, dentro de uma forma de organização flexível do processo produtivo.

3.1 ORDEM INTERNACIONAL A PARTIR DO CONSENSO DE WASHINGTON

A imposição ou a construção social de uma nova ordem econômica, política pressupõe a existência de determinadas condições objetivas e subjetivas que tornem tal ordem possível de ser legitimada. Para regulacionistas,

> A emergência de um novo regime de acumulação não está inscrito no destino do capitalismo [...] e a estabilização de um modo de regulação não é o fruto das exigências de um regime de acumulação [...] regime de acumulação e modo de regulação são *achados* da história da luta dos

> homens, achados que deram certo durante certo tempo porque se mostraram capazes de garantir uma certa regularidade, uma certa permanência para a reprodução social [...] Um regime de acumulação estabilizou-se com certas formas de regulação, porque conjuntamente permitiam a reprodução sem crise das relações sociais durante um certo tempo. (LIPIETZ, 1988, p.31, grifo do autor).

O Estado cumpre um papel fundamental no processo de regulação política da luta de classe e garante a estabilização de um dado regime de acumulação por um longo período, intermediando as relações de conflito entre as classes:

> O Estado é a forma arquetípica de toda regulação: é no seu nível que se regula toda a luta de classes, é a forma institucional onde se condensa o compromisso sem o qual os diferentes grupos que compõem a comunidade nacional (ou, pelo menos, territorial) se destruiriam numa luta sem fim (não queremos dizer a luta em si tenha fim, mas em geral as classes nela não se liquidam). (LIPIETZ, 1988, p.34).

Foi com o apoio do imperialismo estadunidense e dos estados nacionais que o neoliberalismo ganhou legitimidade na América Latina e no Brasil a partir de 1990. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é "O Caminho da Servidão", de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. [...] O alvo imediato de Hayek, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: "Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna". (ANDERSON, 1995, p.9).

Em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça.

> Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. (ANDERSON, 1995, p.9).

Hayek confirma o seguimento dos fundadores da doutrina liberal:

> Durante pelo menos vinte e cinco anos antes de o espectro do totalitarismo se tornar uma ameaça real, fomos nos afastando progressivamente das idéias básicas sobre as quais se erguera a civilização ocidental. O fato de que este novo rumo tomado com tanta esperança e ambição nos fizesse deparar com o horror do totalitarismo representou um profundo choque para esta geração, que se recusa ainda a relacionar uma coisa à outra. Contudo, este desdobramento apenas confirma as advertências **dos fundadores da filosofia liberal que ainda professamos**. Fomos aos poucos abandonando aquela liberdade de ação econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existiu no passado. (HAYEK, 1990, p.41 grifo nosso).

Hayek faz relação da escravidão com o socialismo:

> Embora alguns dos maiores pensadores políticos do século XIX, como De Tocqueville e Lorde Acton, nos advertissem de que **socialismo significa escravidão**, fomos continuamente avançando em direção ao socialismo. E agora, tendo visto uma nova forma de escravidão manifestar-se diante de nós, já esquecemos de tal modo essa advertência que mal nos damos conta da possível relação entre as duas coisas. [...]. Enquanto a democracia procura a igualdade na liberdade, o socialismo procura a igualdade na repressão e na servidão. [...]. Os mais diversos observadores, a despeito da expectativa em contrário com que abordam o assunto, têm-se impressionado com a extraordinária semelhança, em muitos aspectos, das condições de vida nos regimes fascista e comunista. (HAYEK, 1990, p.41-53, grifo nosso).

O avanço para o socialismo é interpretado como uma ruptura profunda com o processo civilizatório, com as idéias constituídas na renascença, no iluminismo e com o cristianismo:

> A tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente, mas com toda a evolução da civilização ocidental, e isso se torna claro quando o consideramos não só em relação ao século XIX, mas numa perspectiva histórica mais ampla. Estamos rapidamente abandonando não só as idéias de Cobden e Bright, de Adam Smith e Hume, ou mesmo de Locke e Milton, mas também uma das características mais importantes da civilização ocidental que evoluiu a partir dos fundamentos lançados pelo cristianismo e pelos gregos e romanos. Renunciamos progressivamente não só ao liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas ao individualismo essencial que herdamos de Erasmo e Montagne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides. (HAYEK, 1990, p. 41-42).

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, (HARVEY, 1998) quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. A América Latina e o Brasil logo foram alvos da ação dos neoliberais, por meio da ação de governos e órgãos financeiros internacionais, sediados nos Estados Unidos da América.

A hegemonia deste programa não se realizou do dia para a Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE)tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schimidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. (ANDERSON, 1995).

Segundo os ideólogos do neoliberalismo o mercado livre tornou-se um modelo dominante em função das falhas do estatismo e das virtudes inerente do mercado. Mas o registro histórico sugere que o mercado livre surgiu na América Latina justamente como reação contra o êxito da reforma social e foi imposto apelando-se para a violenta intervenção política. (PETRAS; VELTMEYER, 2000, p. 28). O modelo neoliberal inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. (ANDERSON, 1995). E, lançaram-se em amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é talvez o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Mas também envolvia interesses sobre as empresas em processo de privatização na América Latina. A maior parte do Investimento Direto do Capital (FDI)

tem sido usado para comprar os ativos de empresas públicas privatizadas e empresas "privadas" com problemas financeiros na região, envolvendo pequena formação de capital. Essas aquisições respondem juntas por 68 a 75% de todo o FDI NA região. A natureza improdutiva desse FDI está refletida nas estatísticas relativas à explosão de fusões e aquisições cruzando fronteira, em conseqüência da qual setores industriais essenciais e corporações de primeira linha caíram nas mãos (possuindo ou operando companhias) e sobre controle de conglomerados norte-americanos, as principais unidades operativas do imperialismo dos EUA. Em 1999, mais de 33 das 100 maiores corporações latino-americanas haviam caído vítimas de investidores estrangeiros, sobretudo norte-americanos. (PETRAS; VELTMEYER, 2000, p.36-37).

Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política. (ANDERSON, 1995).

Em que pese todas as medidas no sentido de transferir o patrimônio público para as grandes corporações, por um longo período, o neoliberalismo ganhou aceitação popular e em outros momentos enfrentou contestações. Para Anderson (1995): o neoliberalismo é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado.

O estabelecimento de uma estratégia que para a imposição de uma nova ordem econômica para a América Latina ocorre a partir de novembro de 1989, quando se reuniram na capital dos Estados Unidos, funcionários do governo dos Estados Unidos e dos organismos financeiros internacionais ali sediados FMI, Banco Mundial e BID – especializados em

assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for international Economics*, sob o título "*Latin American Adjustament: How Much Has Hapened*?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "consenso de *Washington*". (BATISTA, 1994, p.11).

O referido encontro estabeleceu uma pauta a ser seguida para efeito de avaliação. O objeto do consenso de Washington abrangeu 10 áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual. (BATISTA, 1994, p.33).

A decisão de adotar esse conjunto de medidas nas sociedades latino-americanas foi tomada antes do evento, mas esse momento do consenso de Washington deu maior legitimidade e repercussão para esse programa de interesse do governo dos Estados Unidos. Com a divulgação e implementação dessas medidas se inaugurava uma ampla tentativa de estabelecer uma nova ordem econômica mundial, que significava a construção das condições materiais, políticas, legais ideológicas para a conformação de um novo regime de acumulação de capital e um novo modo de regulação.

> Um regime de acumulação descreve a estabilização por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção, como das condições de reprodução de assalariados. Um sistema particular de acumulação pode existir porque seu esquema de reprodução é coerente. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo o tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes políticos e econômicos - assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, uma materialização do regime de acumulação que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulação. (LIPIETZ: 1988, p.19).

Os dez pontos do programa do Consenso de Washington, quando implementados, representavam mudanças profundas na economia, na legislação, no comportamento de indivíduos. Mudanças essas que alteraram os principais pontos da ordem internacional do segundo pós-guerra, criando uma nova ordem econômica, em vista de sustar a tendência

declinante da taxa lucro, por meio do estímulo à extração, produção e transformação e circulação de recursos naturais que são transformadas em mercadoria, *commodities*, no mercado internacional, em geral, procedentes de zonas com baixa composição orgânica do capital.

Vejamos a explicação sobre a entrada de matéria-prima, bens minerais, no caso, no circuito produtivo industrial:

> Na indústria extrativa, na mineração, por exemplo, as matérias-primas não constituem parte componente do capital adiantado. O objeto de trabalho, nesse caso, não é produto de trabalho anterior, mas um presente gratuito da natureza, minérios, minerais, carvão, pedras, etc. Aí o capital constante se constitui quase exclusivamente de instrumental de trabalho, capaz de suportar uma quantidade muito ampliada de trabalho, com turmas noturnas e diurnas de trabalhadores, por exemplo. Ficando invariáveis as demais circunstâncias, a quantidade e o valor do produto aumentam na razão direta do trabalho empregado. Como no primeiro dia de produção, conjugam-se o homem e a natureza, os fatores originais da riqueza, criando agora os elementos materiais do capital. Graças à elasticidade da força de trabalho, ampliou-se o domínio da acumulação sem haver aumento prévio do capital constante.
> [...]
> Por fim, na indústria propriamente dita, cada dispêndio adicional de trabalho pressupõe um dispêndio correspondente em matérias-primas, mas não necessariamente em instrumental de trabalho. E uma vez que a indústria extrativa e a agricultura fornecem à indústria propriamente dita as matérias-primas desta e as matérias-primas de seu instrumental de trabalho, beneficia-a também o acréscimo de produção que aquelas conseguem sem capital adicional.
> Resultado geral: Ao incorporar as fontes originais da riqueza, a força de trabalho e a terra, adquire o capital uma força de expansão, que lhe possibilita ampliar os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente estabelecidos por sua própria magnitude, fixados pelo valor e pela quantidade dos meios de produção já produzidos, através dos quais existe o capital. (MARX, 1996 p.701).

Seguindo esse raciocínio de Marx, uma empresa como a Vale recebe o minério como presente da natureza e do Estado que dela se apropriou. E este ainda remunera a empresa com recursos públicos para fazer o aproveitamento ou a valorização dos bens minerais. Como os recursos naturais são abundantes, a empresa pode ampliar o número de trabalhadores, sem a necessidade de efetuar gastos adicionais com matéria-prima, objeto de trabalho. A empresa investe somente em infra-estrutura, máquinas, em uma parte do capital constante. Esse trabalho empregado sobre a mina, pela sua elasticidade, tem uma extraordinária capacidade de expansão e reprodução do capital, na mesma proporção do trabalho empregado.

Na indústria propriamente dita, aquela de transformação, cada despesa com trabalhador, capital variável, exige gasto com matéria-prima, mas não necessariamente com máquina, uma parte do capital constante. Uma vez que a Vale, indústria extrativa, fornece matéria-prima para a indústria propriamente dita e para a fabricação do seu maquinário, capital constante, a indústria propriamente dita, nesse ato, beneficia-se também com o acréscimo de capital que a indústria extrativa obteve sem capital adicional.

É assim, que com o presente da natureza existente na Província Mineral de Carajás ou em Ourilândia do Norte, em Onça Puma, que a Vale não necessita de dispor de capital adicional para adquirir e pode ampliar o número de trabalhadores e maquinários sem ter que comprar mais matéria prima, que a Vale amplia seu capital, graças a elasticidade do trabalho.

Na medida em que a Vale, indústria extrativa, repassa essa matéria-prima para a indústria propriamente dita e que esta pode utilizar a matéria-prima, adicionando trabalho, na mesma proporção, mas não necessariamente máquinas, capital constante, e ainda adquire a matéria-prima para produzir os seus maquinários, com o ferro de Carajás, ou com o níquel de Onça puma, nesse ato, a indústria propriamente dita é beneficiada com o ganho da indústria extrativa, que recebeu o presente da natureza, sem ter que dispor de capital adicional para comprar matéria-prima.

É assim que os recursos naturais que são colocados no mercado internacional contribuem permanentemente para a ampliação do capital, por meio do aumento da mais valia e sustam a tendência declinante da taxa de lucro na economia internacional. O novo regime de acumulação de capital que trouxe de volta o ideário liberal, foi construído com o objetivo de favorecer e intensificar a exploração das fontes de matéria-prima, justamente para dar continuidade a essa lógica de exploração. A América Latina é um desses territórios historicamente priorizados para ser fornecedora de produtos primários. O consenso de Washington foi um evento que marcou a retomada dos setores estratégicos da economia pela iniciativa privada.

O ideário neoliberal já havia sido, contudo, apresentado de forma global pela entidade patrocinadora da reunião – o *Instituute for international Economics*- numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America,* de cuja elaboração participou Mário Henrique Simonsen. Não se tratou no Consenso de Washington, de

formulações novas, mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências.

> A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse. (BATISTA, 1994, p.12).

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes tivessem se dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas – a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio – e devia-se apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. "Assim, a solução residiria em reformas neoliberais, apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas". (BATISTA, 1994, p.13).

No Brasil, a década de 1980 vivia um período de crise econômica, de agitação política. O regime militar teve no início dessa década, seu período de mais intensa contestação popular. Foi nessa década que surgiram novos atores (SADER, 1995) na luta política e social. Nesse contexto nasceu o novo sindicalismo (BOITO JUNIOR, 1991; RODRIGUES, 1991). Estavam em debate as propostas de alterar a estrutura sindical, fazer reforma agrária, auditoria e/ou não pagamento da dívida externa entre tantas outras. Esse momento de agitação política era resultante do esgotamento do modelo imposto pela ditadura militar, como meio de garantir o processo de acumulação de capital. Aquela crise manifestava-se na forma de altos índices de desemprego e subemprego; altas taxas de inflação, ultrapassando a cifra de 80% ao mês; crescente endividamento externo e interno. Por conta da amplitude da crise, e por ter o Estado nacional como o principal ator, instrumento nas mãos das classes dominantes, foi denominada de crise da modernização conservadora (LEITE, 1994) e a década de 1980 foi considerada uma década perdida.

As pequenas crises, que apenas sancionam um desajuste latente entre os comportamentos [...] fazem parte do funcionamento normal da regulação. [...] As grandes crises são marcos da inadequação do modo de regulação e do regime de acumulação, seja

porque um novo regime se encontre limitado por formas de regulação caducas, seja porque o próprio regime de acumulação tenha esgotado suas possibilidade dentro do modo de regulação vigente [...] caso da crise atual. (LIPIETZ, 1988, p. 49). Aquela era considerada uma grande crise, portanto, a situação exigia mudança.

Há sempre o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica. Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado de regime de acumulação flexível uma reveladora maneira de caracterizar a história recente. (HARVEY, 1998, p. 119).

Essa crise da década de 1980, que não está restrita ao território, Estado e povo brasileiro, mas toda a América Latina enfrentava os mesmos problemas econômicos, políticos e sociais (SADER, 1996, p.95) tratava-se de uma crise do regime de acumulação que foi construído a partir da segunda guerra mundial e que se fortaleceu e se intensificou com a tomada do Estado brasileiro pelos militares e tecno-empresários, que associados aos órgãos internacionais de financiamento e governo estadunidense, criaram uma estrutura de poder que facilitou a acumulação de capital com base no modelo do tripé: Estado, capital nacional e capital estrangeiro. Era esse modelo que enfrentava uma forte crise de acumulação de capital.

E foi justamente nesse contexto de crise que se realizou o encontro denominado de Consenso de Washington. Esse encontro tinha como objetivo criar as condições políticas na América Latina para a escalada de um conjunto de políticas que favorecessem a imposição aos Estados Nacionais, de um novo regime de acumulação de capital. Esse novo regime de acumulação não poderia ser implantado sem a adesão do Estado Nacional, do empresariado, dos intelectuais orgânicos da burguesia brasileira e da América Latina. Era necessário que se tivesse as oligarquias da região como aliadas do novo regime de acumulação de capital, pois o novo regime exigiria a adequação do ambiente institucional, do ordenamento jurídico, bem de uma mudança no comportamento dos indivíduos, ou seja, de um novo modo de regulação, adequado ao novo regime de acumulação.

Não tardou o processo de adesão às novas propostas procedentes de Washington. Exemplo desse processo de cooptação intelectual é o documento publicado em agosto de 1990 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) sob o título “Livre para crescer

– propostas para um Brasil moderno" [...] no qual a entidade sugere a adoção de agenda de reformas virtualmente idênticas à consolidada em Washington.

O marketing das idéias neoliberais foi tão bem feito que, além de sua identificação com a modernidade, permitiria incluir no Consenso de Washington com toda naturalidade a afirmativa de que as reformas realizadas na América Latina se devem apenas à visão, à iniciativa e à coragem dos seus novos líderes. O que "vinha de fora emerge transmutado em algo que teriam resolvido fazer por decisão própria, no interesse de seus próprios países e sem pedir reciprocidade, compensação ou ajuda. Com o que perdiam *pour cause* o direito de pleitear uma ou outra coisa". (BATISTA, 1994, p.16).

Passou-se a admitir abertamente e sem nuances a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular política macroeconômica e à conveniência de se transferir essa grave responsabilidade a organismos internacionais, tidos por definição como agentes independentes e desinteressados aos quais tínhamos o direito de recorrer como sócios. "Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal". (BATISTA, 1994, p.16).

Começou-se a se pôr em dúvida se teria o Estado competência até para administrar responsavelmente recursos naturais em seu território, sempre que, como no caso da Amazônia, viessem a ser considerados em nome do equilíbrio ecológico mundial, um "patrimônio da humanidade". Caso em que esses recursos naturais estariam sujeitos, em princípio, a no mínimo um regime de co-gestão com participação de organismos multilaterais e de organizações não governamentais dos países desenvolvidos. (BATISTA, 1994, p.17)

Apresentado como fórmula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado no consenso de Washington, constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial [...] o modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo faz dois séculos. Algo que a Inglaterra, pioneira da revolução industrial, pregaria para uso das demais nações, mas ela mesma não seguiria à risca. "No consenso de Washington prega-se também uma economia de mercado que os próprios Estados Unidos tampouco praticaram ou praticam". (BATISTA, 1994, p.33-34).

Para economias com baixa composição orgânica do capital, de regiões como a Amazônia, percebe-se essa regressão, pois no caso do estado do Pará, em 2010, 86% da

balança comercial é formada pela participação da economia do setor mineral, e destacam-se nessa composição da pauta os bens minerais da indústria extrativa, que no início de 2011, nos primeiros dois meses, ultrapassou a cifra dos 80%, ficando a indústria da transformação com participação de menos de 20% da indústria da transformação mineral. Além dos bens minerais da indústria extrativa (minério de ferro, bauxita, caulim, cobre e manganês, níquel, ouro [em barra, fios, bulhões dourados], madeira serrada, pasta química de madeira, pimenta-do-reino, boi vivo; tem-se os bens minerais da indústria da transformação (alumínio, alumina calcinada). Esse é o perfil da modernização da economia do Pará no período pós consenso de Washington, pós privatização, pós desregulação.

As doutrinas de ontem, os senhores conhecem. A primeira é a velha e nobre doutrina liberal do *laissez-faire* e do *laissez-passer*. Pelo que suscitou de iniciativas felizes, prestemo-lhes as homenagens que merece. Reconheçamos, porém, que em face da concentração do capital, da dimensão das empresas, da internacionalização dos negócios, ela não é mais suficiente. (TARDIEU, 1931 apud BATISTA, 1994, p.20).

Com o presidente Fernando Collor de Melo é que se produziria a adesão do Estado brasileiro aos postulados neoliberais recém-consolidados no consenso de Washington:

> Comprometido na campanha e no discurso de posse com uma plataforma essencialmente neoliberal e de alinhamento aos Estados Unidos o presidente se disporia a negociar bilateralmente com aquele país uma revisão, a fundo, da legislação brasileira tanto sobre informática quanto sobre propriedade industrial, enviando subseqüentemente ao Congresso projeto de lei que encampava as principais reivindicações americanas. Com base em recomendações do Banco Mundial, procederia a uma profunda liberalização do regime de importações, dando execução por atos administrativos a um programa de abertura unilateral do mercado brasileiro. [...] As linhas mestras do pensamento neoliberal da era Collor sobreviveriam ao seu *impeachment* e continuariam a contar com forte apoio externo. [...] O programa do Consenso de Washington instalou-se solidamente no Governo Fernando Henrique Cardoso, ganhando mais terreno no país. (BATISTA, 1994, p.50-52).

O programa do Consenso de Washington passou a ser considerado, dentro e fora do governo brasileiro, como a única proposta capaz de modernizar o país. A adesão à proposta "evitaria que perdêssemos o bonde da História", que nos levaria a uma inserção aberta e competitiva numa presumida "nova ordem internacional." (BATISTA, 1994, p.52) Essa postura representava seguir o pensamento econômico predominante no mundo. Essa idéia de modernização pela via da economia de mercado não tardou a influenciar as principais

instituições representativas do empresariado brasileiro. Em maio de 1988 a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o documento "Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil".

> A CNI buscou, com esse documento, estimular uma nova institucionalidade nacional de forma a permitir que a economia nacional alcançasse novos patamares de competitividade – definida como sendo o alcance de uma maior produtividade e de mais eficiência da indústria –, garantindo assim uma maior participação do Brasil nos mercados mundiais, bem como uma maior expansão do mercado interno [...]. O alcance de uma maior produtividade por parte da indústria nacional significava, no entendimento da CNI, além de uma maior participação da nossa economia no mercado mundial, a possibilidade de integrar novos contingentes populacionais ao mercado consumidor, o que representaria o aumento do padrão de vida de boa parte da população excluída deste mercado (CNI, 1988 apud OLIVEIRA, 1993).

Conforme Oliveira, esse documento de 1988 da CNI refletia a percepção do empresariado brasileiro sobre o esgotamento do ciclo de desenvolvimento baseado no modelo denominado de substituição de importações, que teve sua base de apoio no tripé: capital nacional privado, Estado, capital estrangeiro. É essa percepção que estimula o empresariado a elaborar uma nova proposição de políticas em vista de alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro e contribuir assim para a superação da crise vivida pelo setor industrial. Até aquele momento, 1988, não se percebe em nenhum dos documentos da CNI as idéias que serão definidas no programa esboçado no denominado Consenso de Washington.

Não tardou o processo de adesão às novas propostas procedentes de Washington. Exemplo desse processo de cooptação intelectual é o documento publicado em agosto de 1990 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) sob o título “Livre para crescer – propostas para um Brasil moderno”, no qual a entidade sugere a adoção de agenda de reformas virtualmente idênticas à consolidada em Washington. Sugeria à economia brasileira e ao empresariado nacional participar de forma mais competitiva e autônoma no processo de globalização econômica (BATISTA, 1994). Este documento da FIESP reflete o programa do Consenso de Washington.

Até o ano de 1988 o empresariado apresenta uma proposta que envolve mudança na política brasileira no sentido de geração de mercado interno para resolver o problema de mercado para a produção industrial. Defende-se a necessidade de geração de novos empregos para a superação da crise, por meio da inclusão de contingentes da população nacional no

consumo de bens industriais pelo aumento do emprego e do salário. A partir de 1994 a Confederação Nacional da Indústria (CNI) vai incluir nos seus documentos a importância da competitividade ser articulada às medidas governamentais que assegurassem um ambiente econômico favorável ao aumento da produtividade e da eficiência econômica, assim como afirmava que, além da estabilidade econômica, era necessária uma transformação qualitativa do sistema educacional. Ou seja, em 1994, a CNI já está sob a influência das idéias do programa definido no Consenso de Washington.

À medida que as propostas empresariais foram tomando forma na sociedade brasileira, principalmente por estar à frente do governo federal um presidente comprometido com o modelo de desenvolvimento sugerido por estas elites empresariais, estas, mais uma vez, por meio do documento "Emprego na indústria" da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1997, ressaltaram que o modelo econômico adotado não era o responsável, na década de 1990, pela perda de mais de um milhão de postos de trabalho no setor industrial. Na apresentação desse documento, afirmou-se que essa diminuição de postos de trabalho era uma decorrência das profundas transformações na economia ao nível internacional. Para a CNI, não deveria haver lugar para o pessimismo, pois, daquele processo de mudança e dinamismo vivido pelo parque industrial brasileiro, devia-se esperar a geração de diversos empregos em diversos setores do país. (OLIVEIRA, 2003)

A idéia de um Brasil moderno, nesse documento, tem como base o modelo de economia eficiente e competitiva, baseado na auto-regulação. Desse modo, caberia ao Estado manter uma ação coordenadora de forma a garantir a regência das leis de mercado. (OLIVEIRA, 2003). Compreendendo que não bastavam medidas de cunho econômico visando alcançar uma maior competitividade da indústria nacional, a CNI, nesse documento, exortou um maior apoio do Congresso Nacional às ações desencadeadas pelo poder executivo, visando a reformulação do Estado brasileiro. Era fundamental que o Congresso Nacional aprovasse as reformas políticas, sem as quais o poder executivo teria dificuldades de implementar ações que pudessem contrariar interesses específicos, ou seja, dos trabalhadores.

À medida que o governo brasileiro e o empresariado foram aderindo ao ideário liberal, foi iniciando também o processo de desmonte do patrimônio público brasileiro, construído antes, durante e depois da segunda guerra, na gestão de Getúlio Vargas, e nos governos de Juscelino, e durante a ditadura militar. O empresariado da CNI e FIESP

desempenharam um importante papel no apoio aos governos, assumindo posição clara em favor das reformas institucionais que assegurassem o processo de regulação política da mudança na economia e na legislação para garantir a privatização dos serviços, tradicionalmente, mantidos pelo Estado e das empresas públicas que interessavam ao capital privado nacional e estrangeiro.

Para o empresariado, era necessário criar um ambiente macroeconômico que incentivasse os ganhos de capital nas indústrias e que gerasse novos empregos. Esses novos empregos deveriam ser resultantes da flexibilidade do mercado de trabalho, incluindo medidas para reduzir o custo da mão-de-obra, bem como por meio das chamadas políticas ativas do mercado de trabalho, englobando um elenco de medidas destinadas a aperfeiçoar seu funcionamento. Ou seja, a posição do empresariado era a de não dividir os seus ganhos com os trabalhadores, mas apenas aumentá-los. (OLIVEIRA, 2003).

As propostas do empresariado para a reforma das relações trabalhistas no Brasil, expressas no documento "Modernização das relações de trabalho" (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚTRIA, 1995 apud OLIVEIRA, 2003), está amplamente de acordo com as propostas de flexibilização das relações de contrato de trabalho surgidas no governo Fernando Henrique Cardoso, pois a CNI é uma das principais instituições representativas do empresariado brasileiro, que encontra na flexibilização das relações de trabalho a saída mais aconselhável para a geração de novos postos de trabalho. Entretanto, na sua perspectiva, a solução para o desemprego não se restringe à relação direta entre capital e trabalho. Como pode ser observado, nos seus documentos, particularmente no que discute a questão do emprego na indústria (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚTRIA, 1997 apud OLIVEIRA, 2003), o investimento na educação tem uma importância fundamental para a criação de novas possibilidades de emprego aos trabalhadores fora do mercado de trabalho. É dizer, a causa do desemprego passa também a ser atribuída à falta de qualificação profissional.

Na medida em que as idéias básicas do programa do consenso de Washington ganharam a adesão das organizações mais importantes representativas do empresariado e das lideranças políticas, não tardaram as medidas via Congresso Nacional, Decreto, medidas provisórias, em vista da criação da nova institucionalidade que favorecesse a criação de um ambiente social e de um ordenamento jurídico que facilitasse a construção de um novo modo

de regulação política e social do novo regime de acumulação de capital em processo de construção na América Latina e no Brasil.

3.2 DESREGULAR PARA INTERNACIONALIZAR A ECONOMIA

Um dos temas do evento denominado Consenso de Washington era desregulação. Vasta literatura surgiu para defender a necessidade de se retirar o Estado da economia como planejador, regulador e empreendedor. Passou-se a defender a auto-regulação do mercado. Nesse contexto surgiu uma série de medidas legais alterando o funcionamento da economia brasileira. Em nome da desregulação o Estado passa a privatizar empresas públicas, abrir mercado, fazer as reformas (constitucional, previdenciária, tributária, trabalhista), garantir investimento direto do capital estrangeiro, a quebra de monopólios sobre os setores estratégicos, elaborar e lançar o plano de estabilização econômica, denominado Plano Real.

3.2.1 O Plano Real

Sobre o Plano Real está mencionado no Diário Oficial da União, de 26 de junho de 1996:

> [...] Plano Real
> Os Passos da Implementação
> O ano de 1995 foi marcado pela implementação de etapas fundamentais ao êxito do **Plano de Estabilização Econômica**, conhecido como Plano Real, que determinou a realização de significativos **ajustes**, com vistas à **retomada do processo de desenvolvimento econômico e social**, de forma auto-sustentável, contemplando as seguintes etapas:
> a) 1° etapa - o ajuste das contas do Governo, via Fundo Social de Emergência, mecanismo transitório de desvinculação de receitas provenientes da arrecadação de tributos federais (impostos e contribuições), para **diminuir os gastos da União com repasses de recursos aos Estados e Municípios**, aprovado pela Emenda Constitucional de Revisão n° 1, de 10 de março de 1994;
> b) 2° etapa - criação da Unidade Real de Valor - URV, com a finalidade de restituir, à moeda nacional, sua função básica de unidade de conta estável. De caráter transitório, pretendia garantir a **estabilidade de preços** e viabilizar a conversão para a nova moeda, sem traumas ou surpresas, dos valores dos salários, preços, contratos e obrigações. Após a re-edição de várias Medidas Provisórias, as mudanças introduzidas foram convalidadas pela Lei n° 8.880, de 27.05.94;
> c) 3° etapa - consistiu na transformação da URV em moeda nacional, o Real, pela Medida Provisória n.° 542, de 30.6.94, reeditada sucessivas vezes até resultar na Lei o° 9.069, de 29.6.95, tendo como objetivo principal dotar a

> economia de **moeda forte e de poder aquisitivo estável**. (BRASIL, 1996, não paginado, grifo nosso).

O discurso oficial apresentou o Plano Real como plano de estabilização, que implementava ajustes para garantir a retomada do desenvolvimento econômico e social. Entre os objetivos do plano estavam os de reduzir a quantidade de recursos repassados a Estados e municípios pela União; estabilizar os preços; dotar a economia de moeda forte e poder aquisitivo estável. Além da sistematização das medidas econômicas colocadas nas páginas do Diário Oficial da União, como se vê, o Governo Brasileiro investia em propaganda nos meios de comunicação de massa e explorava justamente os aspectos considerados positivos do plano, como a estabilização, o controle da inflação, o poder aquisitivo estável, elementos que favoreceram a construção social da legitimidade do processo de mudanças.

O plano Real constitui uma peça-chave na conformação da nova situação institucional, legal e econômica, pois terá função de criar um ambiente institucional, econômico e social seguro, estável, com regras claras, com estabilidade econômica, que favoreça o investimento privado nacional e estrangeiro em setores da economia até então restritos ao investimento estatal, como era o caso da mineração, entre outros. A partir de 1994, com o plano real, consolidou-se uma política econômica que rompia com a concepção do Estado como empreendedor. A matriz econômica da política que implantou o Plano Real fundamentava-se nas seguintes variáveis: 1) abertura de mercado; 2) sobrevalorização do câmbio e; 3) controle da inflação (BENJAMIN, 1998).

As duas primeiras variáveis tiveram como efeito imediato sobre a economia um déficit permanente na balança comercial e na balança de serviços, forçando o Governo, através do Banco Central, a recorrer a altas taxas de juros para captar no mercado internacional de capitais os recursos necessários para fechamento de balanço. Sem que essa operação fosse suficiente se retomou um processo de empréstimos pelo Governo Brasileiro junto aos órgãos internacionais de financiamento, a partir de novembro de 1998, cujo acordo foi renovado por mais três vezes, sendo duas no Governo Fernando Henrique e uma no início do primeiro mandato do Governo Lula, com empréstimos para manter as reservas internacionais.

Dentro da matriz econômica do plano real restava somente uma alternativa, para o Governo Brasileiro evitar os empréstimos externos e os juros altos, que era a saída via exportação de produtos brasileiros para a aquisição de divisas. Essa parece ter sido a estratégia

adotada pelo Governo Federal e confirmada com ênfase na cerimônia de posse do Ministro do Desenvolvimento, Sérgio Amaral, no dia 23 de agosto de 2001, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso pronunciou a frase: "exportar ou morrer!", sintetizando a necessidade de trilhar pela saída denominada modernização exportadora. Ou seja, na conformação do novo regime de acumulação o mercado externo vai cumprir um papel fundamental como variável exógena dinamizadora da economia brasileira.

3.2.2 A Reforma Constitucional de 1995

O processo de elaboração da Constituição Federal de 1888, no período de 1987-1988, pelo Congresso Nacional, representou um momento de grandes debates no Congresso Nacional e na sociedade brasileira. Era um período de efervescência política e social. As mobilizações e participação popular no movimento em defesa da bandeira de lutas "diretas-já!"; o fim da ditadura militar; a presença de partidos políticos, naquele momento, progressistas, no cenário político brasileiro, entre eles, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); a participação popular nas diversas frentes de lutas por todo o país; o processo de formação de lideranças pelo movimento popular, político, sindical, religioso; a participação de intelectuais no processo de formação de militantes; a eleição de uma bancada de Deputados Federais com forte inserção nas lutas sociais pela redemocratização do país; esses elementos influenciavam aquele momento histórico, um período de disputas e conflitos de interesses que tinham no Congresso Nacional o palco de maior repercussão.

> Em seu discurso de despedida da Presidência da Assembléia [Constituinte] na sessão de promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, Ulisses Guimarães quantificou e qualificou alguns aspectos desta participação: o enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas [...]. (GUIMARÃES; ULISSES et al., 1988, p.9-10 apud PILATTI, 2006, p.11).

Naquele cenário,

> partidos [...] experimentaram prática de atuação como bloco parlamentar [...] Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e, a partir de junho de 1988, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em coalizão com a liderança do PMDB na Assembléia e a chamada "esquerda" da bancada majoritária [do PMDB] formaram um bloco, que se autodenominou de

> "progressista" e construiu maiorias [...] que determinaram [...] a derrota de propostas do bloco "conservador", integrado pelo Partido Democrático Social (PDS), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Liberal (PL), pelo Partido Democrático Cristão (PDC), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pela fração "conservadora" do PMDB – bloco este [...] a partir de novembro de 1987, autodenominado "Centrão". (PILATTI, 2006, p. 14).

Essa atuação em bloco dos chamados progressistas, combinada com o processo de mobilização da sociedade brasileira, garantiu a elaboração de um texto constitucional que representou a vitória dos interesses de grupos que propugnavam o monopólio do Estado sobre os setores da economia considerados estratégicos, entre eles, a mineração, o petróleo, o transporte de cabotagem. Ao mesmo tempo o texto constitucional estabeleceu privilégios às empresas brasileiras em detrimento das empresas estrangeiras. Às empresas estrangeiras era vedado o acesso ao subsolo pela constituição de 1988.

A reforma constitucional de 1995 alterou o Capítulo I - Dos Princípios Gerais Da Atividade Econômica. Essa alteração priorizou os aspectos relacionados ao conceito de empresa e à questão do subsolo. Percebe-se que as mudanças cumpriram o objetivo de retirar o conteúdo favorável às empresas brasileiras; incluir conteúdo que favorecia o investimento do capital estrangeiro na mineração; manter a separação de propriedade do solo e subsolo; e eliminar por completo o conceito de *res nullis* atribuído às riquezas do subsolo desde o Código Mineral de 1934 e a Constituição Brasileira de 1934.

> O fato de o dispositivo constitucional [da Constituição de 1988] definir que o recurso mineral seria de domínio da nação brasileira induz a admissão de que o regime jurídico *res nullis* vigorou da Constituição de 1934 até 1988, embora jamais a propriedade tivesse sido considerada como algo de ninguém ou coisa sem dono. (NERY, 2011, p. xviii).

A constituição de 1988 oferecia uma série de vantagens à empresa brasileira. Por exemplo, era reservado o direito de acesso ao subsolo somente à empresa brasileira e os princípios gerais da ordem econômica garantiam "[...] IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte". (BRASIL, 1988. não paginado.).

Vejamos o que alterou com a Emenda Constitucional nº 6 de 15 de agosto de 1995: Altera o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal de 1988. A seguir trechos da constituição de 1988. Os textos marcados foram revogados pela Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995. Os textos que não estão marcados, ou foram mantidos conforme o original, ou foram alterados pela referida Emenda Constitucional, como estão indicados:

CAPÍTULO I

Dos princípios gerais da atividade econômica

Art. 170. A ordem econômica, [...] tem por fim assegurar a todos existência digna, [...], observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

[...]

~~IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte~~

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~**Art. 171.** (~~Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

~~São consideradas:~~

~~I - empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País;~~

~~II - empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.~~

Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 15/08/95

~~§ 1º - A lei poderá, em relação à empresa brasileira de capital nacional:~~

~~I - conceder proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País;~~

~~II - estabelecer, sempre que considerar um setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, entre outras condições e requisitos:~~

~~a) a exigência de que o controle referido no inciso II do "caput" se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia;~~

~~b) percentuais de participação, no capital, de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito público interno.~~

§ 2º - Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

[...]

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

> ~~§ 1º - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.~~
>
> § 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)
>
> [...] (BRASIL, 1988. não paginado).

A Emenda Constitucional nº 6 não somente fez alterações no texto constitucional referentes ao conceito de empresa nacional e às questões do subsolo, mas também incluiu o Artigo 246 no Título IX da Constituição de 1988:

> **Art. 2º** Fica incluído o seguinte art. 246 no Título IX - Das Disposições Constitucionais Gerais:
> Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995. **Art. 3º** Fica revogado o art. 171 da Constituição Federal. (BRASIL, 1988. não paginado).

A reforma constitucional de agosto de 1995, da qual faz parte a Emenda Constitucional nº 6, que alterou itens importantes dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, mudou o conceito de empresa nacional e quebrou o monopólio das empresas estatais sobre os produtos do subsolo. Essa mudança legal constitui uma peça-chave na constituição do novo regime de acumulação e modo de regulação e no processo de privatização da companhia Vale do Rio Doce, pois pela constituição de 1988 empresas estrangeiras não poderiam acessar o subsolo brasileiro, o que inviabilizaria o leilão da referida empresa num ambiente de abertura econômica. Com a reforma constitucional no Capítulo sobre a Ordem Econômica o setor mineral ficou aberto ao investimento privado e estrangeiro, pois foi quebrado o monopólio da empresa e nacional sobre o subsolo.

3.2.3 A Lei Kandir e a CFEM

A Lei Kandir de 1996, que desonerou a exportação de produtos primários e industrializados semi-elaborados também constitui peça-chave na formação do novo regime de acumulação e modo de regulação, pois como demonstrou (CARVALHO, 2000) - organizando dados dos boletins do Banco Central do Brasil, Secretaria do Comércio Exterior, Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1995 o Estado do Pará gerou divisas num montante de 2,2 bilhões de dólares, de um total de 46.5 bilhões de dólares de toda a economia brasileira. O principal produto exportado do Pará para o mercado externo foi o ferro gusa (US$ 704,6 milhões) e o alumínio (US$ 592,4 milhões).

Com a Lei Complementar n° 87/96, a Lei Kandir - que desonerou as operações e prestações que destinem ao mercado exterior mercadorias, inclusive produtos primários e industrializados semi-elaborados – "em 1996 a perda de ICMS sobre as exportações no Pará, entre outubro e dezembro de 1986, após a vigência da LC-87/96, foi de R$ 23.358 milhões. A estimativa da perda de tributos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para o ano de 1997, foi avaliada em R$ 95.499 milhões" (CARVALHO, 2000, p.19).

O referido autor fez um levantamento detalhado de todas as perdas resultantes da Lei Kandir e concluiu que: "a perda total do Estado do Pará, inclusive com os créditos fiscais, no período de 1996/1997, foi de R$ 349,2 milhões (CARVALHO, 2000, p.25). A plena desoneração do ICMS para os produtos e serviços de exportação vem agravar a crise financeira dos Estados que, como o Pará, dependem das receitas tributárias das exportações. É oportuno ressaltar que dos 10 principais produtos da pauta de exportação da economia paraense, que representam 94% do valor da pauta de exportação, 7 (sete) são de produtos semi-elaborados, donde provém os fluxos das receitas tributárias mais significativas do Estado.

A Lei Kandir foi sancionada com base na justificativa, de que com a sua aprovação, inclusive com o apoio dos Estados, permitiria elevar o grau de competitividade das mercadorias e serviços das empresas brasileiras no mercado externo. Mas, ainda conforme Carvalho: "a pressa na regulamentação da L-C n° 87/96 está mais ligada aos graves problemas dos déficits na balança comercial decorrentes da política de estabilização sustentada em taxas de câmbio super valorizadas e taxas de juros nominais elevadas" (CARVALHO, 2000, p.13).

Para compensar as unidades federativas desoneradas do ICMS das exportações o Governo Federal reservou para os exercícios financeiros de 96/97, 3,6 bilhões de dólares, e, para os exercícios de 1998 e seguintes, US$ 4,4 bilhões. O ressarcimento admitido pela União, pela perda tributária do Estado do Pará é de R$ 158,9 milhões, no período de 1996/1997, e R$ 169,9 milhões para o período de 1998/2002.

Dentro desse contexto, sugere que:

> O Governo do Estado do Pará por se sentir prejudicado com as perdas das receitas tributárias líquidas efetivas e esperadas no futuro, venha a solicitar da União uma compensação em outras bases. De fato, os efeitos da Lei Kandir não alterarão no curto prazo o perfil da estrutura da base produtiva do Estado do Pará. Ademais, como já foi dito, a desoneração das exportações não atrairá, de imediato, novos e maciços investimentos privados se o Governo do Estado, particularmente em parceria criadora de sinergia com a União, não investir maciçamente na região em capital social básico – infra-estrutura econômica e social – gerador de externalidades positivas rebaixadoras de custos externos às empresas produtivas. (CARVALHO, 2000, p.16).

E continua:

> Para a mudança do perfil da estrutura produtiva da economia do Estado do Pará, e superação da forte dependência de impostos de produtos semi-elaborados de exportação, rumo a uma verticalização da indústria local, é preciso que o Estado Estruturante procure viabilizar os investimentos em capital social básico, a exemplo da reconstrução da rodovia Santarém-Cuiabá, das eclusas de Tucuruí e da hidrovia Araguaia-Tocantins, para atrair novos investimentos privados. (CARVALHO, 2000 p.16).

Como se pode deduzir dos textos, o autor compreende a Lei Kandir como prejudicial aos Estados exportadores de produtos primários e semi-elaborados; como sendo uma medida tomada em função das altas taxas de juros e dos déficits na balança comercial. Mas no momento de apontar saídas, posiciona-se dentro da mesma perspectiva dos Governos Federal e Estadual que buscam alterar a base produtiva da economia no Estado do Pará com investimentos em infra-estrutura econômica voltada à atividade primário-exportadora.

A posição teórica adotada por Carvalho (2000) não difere da argumentação de Monteiro (2008) expressa em texto que será apresentado adiante. Carvalho defende o investimento do Estado estruturante em capital social básico (eclusas de Tucuruí, hidrovia Araguaia-Tocantins e asfaltamento da Santarém-Cuabá) para atrair capital privado e alterar o perfil da economia do estado rumo à verticalização da indústria local. Para Monteiro (2008) os investimentos previstos nas obras mencionadas por Carvalho e outras mais, como portos,

representam a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que influencia as taxas de crescimento de um Estado ou país.

O conjunto de investimentos públicos e privados, em curso, em obras de infra-estrutura de integração econômica do Pará com a economia internacional tem como objetivo consolidar um novo regime de acumulação de capital baseado em relações flexíveis, que podem ser traduzidas por privatização, precarização das relações de trabalho, intensificação da exploração de mais valia por meio da terceirização de serviços e de contratos temporários de trabalho, ampliação da exploração e exportação de recursos naturais, a baixo custo, sobretudo minerais do estado do Pará. O processo de implantação desse novo regime de acumulação, envolve setores da economia que estavam sob a propriedade e monopólio do Estado Nacional - no caso, a mineração - e que eram considerados como estratégicos dentro do modelo de desenvolvimento que ficou conhecido como substituição de importação (TAVARES, 1977; MELO, 1982; SADER, 2005) que tinha o Estado Nacional como órgão planejador, regulador e empreendedor de projetos produtivos em áreas estratégicas. Mas esse novo regime de acumulação e modo de regulação pode envolver outros segmentos de atividades primário-exportadoras no Pará, tais como: extração madeireira intensificada com a Lei de Concessão de Florestas Públicas; agronegócio com o cultivo de grãos (arroz e soja); desenvolvimento da pecuária com o crescimento da exportação de boi vivo; agroindústria associada à produção de bio-combustíveis etc. o que Almeida (2009, p.57) denomina de agroestratégias. Outras pesquisas poderiam aprofundar esses aspectos da economia no Estado do Pará. Esta pesquisa, porém, tem sua análise centrada na economia do setor mineral.

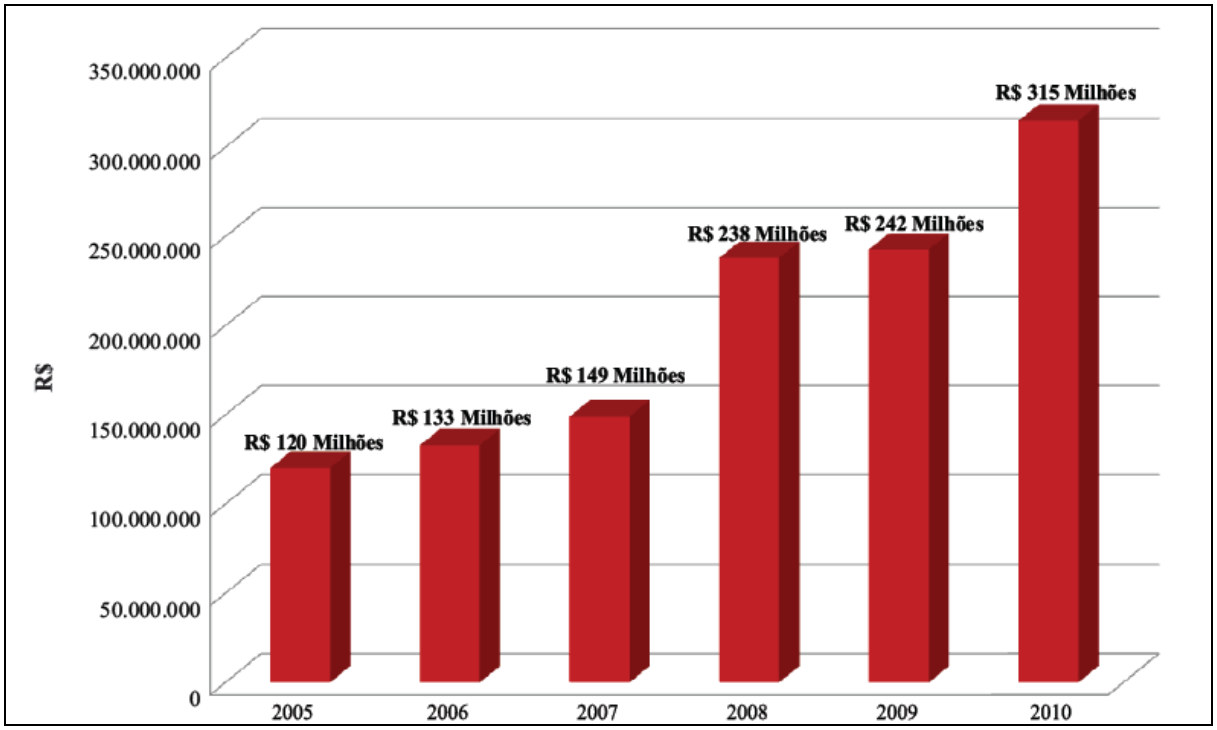
As mudanças na legislação e na economia, resultantes da Lei nº 87/96, têm correspondência, no curto, médio e longo prazos, com as transformações que ocorrem na economia brasileira e com o crescimento da lucratividade e do valor de mercado da organização aqui estudada, a CVRD ou Vale, bem como com o crescimento da indústria mineral, sobretudo a extrativa, que cresce a um ritmo sem precedente na história da atividade de mineração no Pará. Essa Lei tem um papel fundamental no crescimento da economia e da CVRD, portanto a Lei nº 87/96, Lei Kandir, constitui mais um elemento integrante do novo modo de regulação associado ao novo regime de acumulação, voltado a organizar a economia brasileira e paraense para a inserção no mercado internacional de forma competitiva.

O Decreto nº 01, de 11/01/1991 (DOU-14/01/1991) regulamentou o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) instituída pela Lei nº 7.990, de 11/12/1989 (DOU14/12/1989). A CFEM, cuja alíquota para o minério de ferro é 2% (dois por cento), incide sobre o faturamento líquido, definido como valor total das receitas de vendas, deduzidos os impostos incidentes sobre a comercialização, as despesas de transporte e seguros. A arrecadação da CFEM é distribuída entre o Município Produtor (65%), Estado (23%) e União (12%).

A mineração do ferro é a atividade no segmento da indústria da extração mineral principal arrecadadora dos tributos e da CFEM no País. Quando da existência do Imposto Único sobre Minerais (IUM) de competência federal que vigorou até o ano de 1988, também a arrecadação do minério de ferro era a principal fonte de arrecadação e abrangia todas as etapas da atividade mineral, desde a extração até a comercialização, incluindo o transporte e a pelotização como uma atividade em que qualquer mina ou em qualquer Estado, era taxado por um valor de pauta fixado pelo Governo Federal. Independentemente de qual o valor de venda ou transferência, o imposto era fixado com um valor da base de cálculo fixa cujas alíquotas de 15% e 7,5% sobre o valor de pauta determinavam o imposto para a comercialização ao mercado interno ou à exportação respectivamente.

O gráfico 2 apresenta a evolução da arrecadação da CFEM no estado do Pará no período de 2005 a 2010. Como o ferro é um dos minerais que tem maior participação na arrecadação, o crescimento da indústria extrativa do minério de ferro repercute no crescimento da arrecadação, como aparece no gráfico 2, abaixo. Como se vê, entre 2005 e 2010, a CFEM cresce mais de duas vezes e meia.

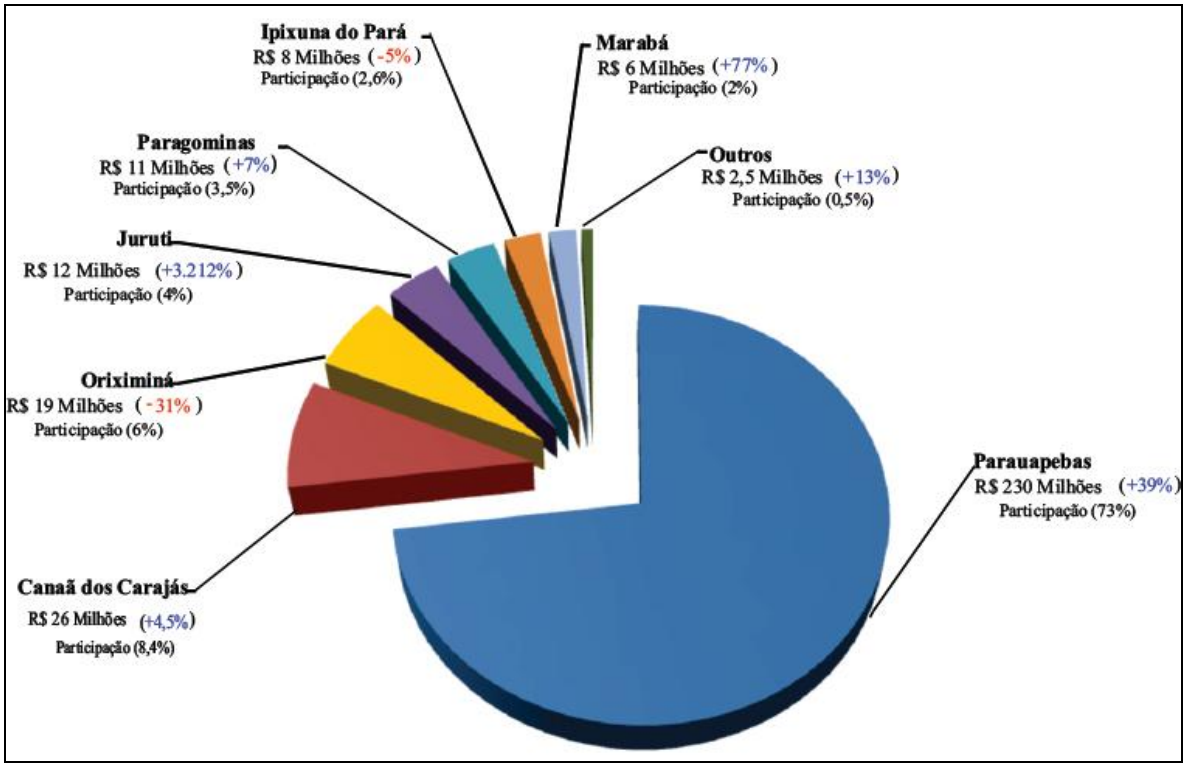
Gráfico 2 – Arrecadação da CFEM no Pará



Fonte: DNPM/CFEM (2011); IBRAM (2011) Reelaborado pelo autor (2012).

O gráfico 3, apresenta a arrecadação da CFEM por município do estado do Pará, no ano de 2010. Parauapebas tem uma participação de 73% no total da arrecadação, o que está relacionado com a participação do minério de ferro, da Província Mineral de Carajás, situada no município, na composição do total de minérios explorados e exportados do Pará.

Gráfico 3 – Arrecadação da CFEM por Município do Pará (2010)



Fonte: DNPM/CFEM (2011, IBRAM (2011) Reelaborado pelo autor (2012).

O ICMS sobre os bens minerais instituído após a Constituição Federal de 1988, incluiu os bens minerais no campo de incidência deste imposto estadual com alíquotas de 12% se destinados aos Estados do Sul e sudeste. Se enviados aos Estados do Norte, Nordeste e Espírito Santo a alíquota incide a 7% sobre o valor de comercialização. Nas exportações, até 1996, a alíquota era de 13%. Quanto à arrecadação ligada ao setor de minerais, em 2007, do total de ICMS recolhido pelo Estado, 1,7% foram provenientes da comercialização de minérios (R$ 65 milhões). Segundo o Anuário Estatístico de Receitas do Estado do Pará referente ao ano 2007, 30% da arrecadação de ICMS da mineração esteve ligada ao minério de ferro e 41% à bauxita.

Desde o final de 1996, o ICMS de exportações de minerais foi eliminado. Com essa desoneração o Estado perdeu sua fonte de receita mais importante vinda da atividade mineral. Como contrapartida, as empresas de mineração são convidadas a colaborar com o governo em políticas regionais e sociais. A Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é o principal tributo incidente sobre a mineração. A distribuição de seus recursos é de 12% para a União (DNPM, IBAMA e MCT), 23% para os estados e 65% para o município produtor (onde ocorre a extração da substância mineral). (PARÁ, 2009, p.8).

As exportações de minério de ferro estão isentas de qualquer tributo na comercialização ao mercado exterior, a partir da Lei 87/96, que isenta os bens minerais, além do ICMS, também o COFINS e o PIS incidentes sobre o faturamento da venda de minério de ferro. A fase do IUM mostra a média de US$ 1,30/t. A fase do ICMS, registra duas característica, a primeira entre 1988 e 1996 quando existia o imposto sobre as exportações, uma média de US$ 1,05/t e após a isenção a média passa a ser de US$ 0,25/t por tonelada comercializada. (BRASIL, p.58)

> A CFEM por tonelada em média representa US$ 0,26/t, sobre o valor médio por tonelada no mesmo período (1991-2008) de US$18,90/t, representando 1,3% do valor de produção *situ mina*. Como a alíquota é de 2% o valor de 1,3% representa os descontos que as empresas praticam para determinar a base de cálculo na ocorrência do fato gerador. (BRASIL, p.59).

Quando ocorreu a exploração do manganês no estado do Amapá, na Serra do Navio, o valor pago na forma de *royalties* foi de US$ 0,93 (noventa e três centavos) de dólares por tonelada de manganês, vendida por um preço médio de US$ 20,00 (vinte dólares) a tonelada. Esses cálculos foram feitos por Leal (1996) e estão apresentados nesta tese. O pagamento da CFEM de US$ 0,26 (vinte e seis centavos de dólar) por tonelada de minério de ferro, vendida a um preço médio de US$ 18,90 por tonelada está bem abaixo do que foi pago pela ICOMI ao Governo do Amapá.[8] Quando existia a cobrança do ICMS a mineração representava entre 65% a 70% do total da arrecadação do Estado do Pará. Naquele momento a CVRD era estatal. Quando existia a cobrança do ICMS sobre a exportação de bens minerais, a CFEM representava uma contribuição importante para compensar o município que sediava o projeto. Porém, com a extinção do ICMS melhorou a competitividade da empresa, que pode colocar produto a baixo custo no mercado internacional, mas onerou a população brasileira que teve que arcar com os custos da desoneração da empresa. No caso do Estado do Pará os consumidores tiveram que pagar IMCS dos serviços de telefonia (30%), energia (25%) para compensar a desoneração da exportação de bens primários. No Pará a Vale foi uma das principais empresas beneficiadas com essa mudança na legislação.

Com essa alteração na tributação a CFEM ficou como a forma de compensar o município, o estado e a Nação brasileira. Mas como a parcela maior vai para o Município que sedia o projeto, nesse espaço a CFEM repercute positivamente. No âmbito do Estado já é um

[8] Os cálculos sobre o valor médio da tonelada de ferro e o valor médio pago pela CFEM foram feitos pelo Banco mundial que realizou os estudos sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mineração 2010-2030 para o Governo Brasileiro.

recurso irrisório. No plano nacional mais insignificante ainda. Nesse sentido a CFEM remunera o município e o Estado que sediam o empreendimento de mineração e sofrem o impacto ambiental e social do projeto. Mas ao mesmo tempo, funciona como elemento legitimador do processo de exploração mineral, pois no âmbito municipal é possível dar bastante visibilidade e repercussão para os resultados da aplicação dos recursos que são arrecadados pelos municípios mineradores. Normalmente, são esses municípios que apresentam os melhores índices de geração de emprego, investimento em saúde pública, educação, PIB per capta. Essa repercussão positiva do investimento no âmbito municipal pode contribuir para escamotear os prejuízos que incidem sobre o Estado do Pará e a Nação brasileira, com a perda das isenções resultantes da Lei Kandir e com a retirada e exportação dos minérios estratégicos para o processo produtivo, que são exportados na forma de matéria prima, com o estímulo da Lei que desonera exatamente o produto primário e semi-elaborado e onera o produto industrializado. Nesse sentido A CFEM e a Lei Kandir constituem peças-chave do novo modo de regulação e regime de acumulação.

3.2.4 A Medida Provisória 2166-67 e obra de utilidade pública

No dia seguinte à posse do Ministro Sérgio Amaral, 24 de agosto de 2001, mencionada anteriormente, o Governo Federal (Fernando Henrique Cardoso), editou a medida provisória n° 2.166-67, que alterou o Código Florestal, de 15 de agosto de 1965. Essa medida provisória constitui outra peça-chave no processo de conformação do novo regime de acumulação e modo de regulação. Vejamos partes da medida provisória que: "altera [...]) os artigos 1°, 4°, 14, 16 e 44 da Lei 4.771, que institui o Código Florestal, de 15 de setembro de 1965 [...]" (BRASIL, 2001. não paginado).

Essa medida provisória, no seu artigo 1°, parágrafo IV, criou a categoria "**utilidade pública**" e no mesmo parágrafo IV, alínea b, definiu como de utilidade pública: "as obras essenciais de **infra-estrutura** destinadas aos serviços públicos de **transporte**, saneamento e **energia**". No artigo 4° estabelece que: "a supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de **utilidade pública** [...] No artigo 4°, parágrafo V, estabelece que: "a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, ou de dunas e mangues [...] somente poderá ser autorizada em caso de **utilidade pública**". Ainda no

artigo 4°, parágrafo 6° estabelece que: "na implantação de **reservatório artificial** é obrigatório a desapropriação ou aquisição pelo empreendedor das áreas de preservação permanente, criadas no seu entorno." (BRASIL, 2001. não paginado, grifo nosso).

O texto da Medida Provisória 2.166-67 constitui um artifício legal para viabilizar as obras de infra-estrutura de transporte e energia. Passados alguns anos da assinatura da medida provisória, percebe-se o efeito prático dessa medida legal. Os empreendimentos de infra-estrutura de energia e transporte executados, em execução e projetados para entrarem em execução nos próximos anos, foram sistematizados no discurso da Governadora Ana Júlia Carepa, na abertura do ano legislativo, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 2010:

> Ela se referiu também à data de inauguração das eclusas de Tucuruí, em 30 de junho deste ano, quando a navegabilidade do Rio Tocantins será restabelecida após 34 anos de interrupção, criando condições para viabilizar a hidrovia Araguaia-Tocantins e o escoamento da produção das regiões sul e sudeste do Pará e do oeste do país, impulsionando o desenvolvimento econômico e social. "As eclusas de Tucuruí, a hidrovia Araguaia-Tocantins, o Porto Público de Marabá, a ampliação do Porto de Barcarena, as hidrelétricas-plataformas do Rio Tapajós, a Usina de Belo Monte, a pavimentação das rodovias Santarém-Cuiabá e Transamazônica, a recuperação das rodovias estaduais e vicinais nos dão a base para impulsionar o nosso salto para o futuro", afirmou a governadora[9]. (PARÁ, 2010, não paginado).

Como se pode deduzir do discurso da Governadora do Estado do Pará há uma série de investimentos em curso e previstos que estão orientados para dotar o Pará de infra-estrutura de transporte e energia. Uma grande parte dessa infra-estrutura projetada e em execução deve favorecer o desenvolvimento da economia do setor mineral, sobretudo as atividades da Vale, como por exemplo, a Hidrelétrica de Belo Monte, O porto público de Marabá, a ampliação do Porto de Barcarena. Segundo a Governadora essas obras são responsáveis para impulsionar nosso salto para o futuro.

Sobre as hidrelétricas-plataformas do Rio Tapajós, mencionadas pela governadora, o Jornal O Liberal do dia 12 de abril de 2010, no caderno PODER, p.2, apresenta um debate esclarecedor:

> A idéia de usinas-plataforma nasceu na mente dos engenheiros da Eletronorte quando começaram a simular alternativas para diminuir os custos de implantação, construção e operação das usinas em áreas de

[9] Discurso pronunciado pela Governadora na abertura do ano legislativo, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, no dia 02 de fevereiro de 2010.

> florestas e longe das cidades. Um bom exemplo do que esse custo financeiro e ambiental representa pode ser visto na história da hidrelétrica de Tucuruí quando a Eletronorte se viu obrigada a construir uma cidade para abrigar 30.000 empregados que por lá passaram [...] O pensamento [dentro do novo modelo] é não construir vilas operárias permanentes ao lado da barragem e sim fazer com que todos os envolvidos na construção continuem a morar nas cidades próximas. [...] A Eletrobrás assegura que não haverá impacto ao meio ambiente [...] porque não haverá moradia permanente ao lado da usina. (CHARONE FILHO, 2010, p.2)[10].

Os dados a seguir apresentados por Edilberto Sena já indicam os efeitos da medida provisória que alterou o Código Florestal.

> O que a Eletronorte não esclarece é que o desastre será irreversível e em várias formas: ambiental, social e econômica para os povos da região. Confira apenas as inundações das áreas de proteção ambiental protegidas por lei: Parque Nacional da Amazônia (9.935 hectares inundados), Parque Nacional do Jamanxim (24.202 hectares), Floresta Nacional Itaituba I (9.632 hectares), Floresta Nacional Itaituba II (40.836 hectares). Só a barragem de São Luiz do Tapajós terá 745 km de inundação. (SENA, 2010, p. 2)[11].

Assim está sintetizada a ação do PAC – II, referente à construção de hidrelétricas no Rio Tapajós e Jamanxim, em O liberal:

> Cinco usinas-plataforma devem ser construídas na bacia do Rio Tapajós, no Estado do Pará [...] está previsto na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o de número 2, anunciado no dia 29 do mês passado [29 de março de 2010]. A usina-plataforma é um novo conceito de construção e operação de hidrelétricas, que será adotado no Complexo Hidrelétrico do Rio Tapajós, no Pará. (SOBRAM POLÊMICAS NO TAPAJÓS, 2010, p. 2).

Segundo Monteiro (2008) um novo paradigma de desenvolvimento vem se consolidando no Estado do Pará. Elenca as diversas iniciativas que vêm sendo implementadas pelo Governo do Estado, pelo empresariado e pela sociedade como um todo:

> O Estado do Pará vive perspectivas extraordinárias de desenvolvimento. Nem na época da construção da Transamazônica e da hidrelétrica de Tucuruí se investiu tanto aqui em infra-estrutura, energia e saneamento. Nos próximos três anos, o governo federal destinará mais de R$ 10 bilhões, que vão concretizar reivindicações históricas do Estado, como o asfaltamento da BR-163 e a conclusão das duas eclusas de Tucuruí. Também será ampliado o porto de Vila do Conde e construída a hidrovia do Tocantins nos trechos que ligam Marabá a Tucuruí e Tucuruí ao Porto de Vila do Conde.
>
> O setor privado também vai investir de forma inédita: só a Vale planeja aplicar mais de US$ 20 bilhões até 2012.

[10] O autor é engenheiro civil e professor da Universidade Federal do Pará.

[11] O autor é padre diocesano, coordenador da Rádio Rural de Santarém, vigário de 4 comunidades da periferia da cidade e integrante do Movimento Social Frente em Defesa da Amazônia.

> Infra-estrutura, estradas, energia, instalação de novos empreendimentos. Estes itens é que conformam a chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que influencia as taxas de crescimento de um Estado ou país. Os investimentos previstos projetam um crescimento de 8% já em 2008 e de 8,5% até 2010, final do governo de Ana Júlia Carepa (PT) no Pará.
> Outro fator extraordinário é que estas condições acontecem no momento em que se induz no Estado um novo modelo de desenvolvimento, em que todas as ações (governamentais, de empresas, sindicatos, organizações não-governamentais) se articulam entre si, ganhando força, identificando gargalos e soluções. Estas articulações começam na nova estrutura governamental, em que as secretarias e órgãos são agrupados por área, potencializando ações isoladas e evitando ações similares ou repetidas. (MONTEIRO, 2008. não paginado).

Somente no primeiro semestre de 2002, logo após a edição da referida medida provisória 2.166-67, foram licitadas 09 hidrelétricas no Brasil. Dez anos depois, assistiu-se a declaração utilidade pública para a desapropriação de área para a Hidrelétrica de Belo Monte, segunda maior obra do PAC, que deve ser construída com 80% de financiamento do BNDES e com os incentivos fiscais para projetos estruturantes na Amazônia. A declaração de utilidade pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica, legalmente fundamentada no texto da medida provisória 2.166/67 se situa dentro do novo marco regulatório que compõe o novo modo de regulação do qual a medida provisória 2.166/67 é parte integrante.

A desapropriação de área para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, que na verdade é uma declaração de utilidade pública, é denunciado em nota pelo movimento Xingu Vivo:

> Publicado em 06 de janeiro de 2012
> Por Xingu Vivo
> Sem audiências públicas, consulta prévia e explicações o governo federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), formalizou na última terça-feira (3) a desapropriação de 282 mil hectares de terras entre os municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo, no Estado do Pará.
> A resolução teve publicação no Diário Oficial da União (DOU) e de acordo com a Aneel a área é a última fronteira para o Consórcio Norte Energia efetivar o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, além da construção do reservatório de água, criação de Área de Preservação Permanente (APP) e para reassentar populações afetadas pelo empreendimento. Para Antonia Melo, liderança do Movimento Xingu Vivo Para Sempre [...] trata-se de uma postura antidemocrática do governo, porque não ocorreu qualquer procedimento de consulta. "A decisão foi tomada em meio aos feriados de final de ano, quando as pessoas estão desmobilizadas".
> **Utilidade pública**
> A decisão da Aneel tem ainda um caráter mais perverso, pois a resolução é em verdade uma **Declaração de Utilidade Pública**. Com isso, a Norte Energia está autorizada a invocar o caráter de urgência e a remover

> ribeirinhos, indígenas e pequenos agricultores de forma amigável ou por via judicial.
>
> "Em relação às propriedades privadas referidas no artigo 1º, a Norte Energia S.A. fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações de domínio, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse dos bens", diz o texto da resolução publicada na última terça-feira no DOU.
>
> [...] "O projeto era da ditadura militar. Pensávamos que esse fantasma desapareceu quando os militares engavetaram o projeto. O próprio Lula e o PT se manifestaram expressamente contra. E por isso a nossa revolta e indignação: depois de eleito, o PT defende com unhas e dentes o que antes condenou. Quais são os reais motivos para executar um projeto que antes se condenava?", questiona Dom Erwin (GOVERNO FEDERAL..., 2012. não paginado).

O texto da medida provisória faz referência direta "a implantação de reservatório artificial", claramente indicando que não se faz hidrelétrica sem reservatório. A diferença é que a partir da medida provisória 2.166-67, reservatório para hidrelétrica, eclusas, hidrovias, ampliação e construção de portos, construção de ferrovias, construção de linha de transmissão de energia, todas essas obras passam a ter o caráter de obra de utilidade pública, o que torna praticamente impossível impedir qualquer uma dessas obras, pois se estaria contrariando o interesse nacional, como é alegado pelo Executivo Federal e Estadual, no caso de Belo Monte. Portanto, a medida provisória 2166-67, constitui um dos elementos-chave que compõem o modo de regulação e regime de acumulação que vai se consolidando a partir dos anos 1990.

3.2.5 Resolução do CONAMA sobre Mineração em Área de Preservação Permanente

No dia 29 de março de 2006, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução de nº 369 de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre Mineração em Área de Preservação Permanente (APP). Essa resolução define as atividades de utilidade pública, além das que já haviam sido definidas pela Medida Provisória 2166-67, acima mencionada. Ficou definido pela resolução nº 369 do CONAMA que são atividades de Utilidade pública:

> a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;
> b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;
> **c) as atividades de pesquisa e extração de substâncias minerais, outorgadas pela autoridade competente, exceto areia, argila, saibro e cascalho;**

> d) a implantação de área verde pública em área urbana; a implantação de área verde pública em área urbana;
> e) pesquisa arqueológica. obras públicas para implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados;
> f) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos privados de aqüicultura, obedecidos os critérios e requisitos previstos nos §§ 1 o e 2 o do art. 11, desta Resolução. (BRASIL, 2006. não paginado).

O que de fato interessa nessa nova definição da Resolução 369 do CONAMA, é que foram reafirmadas as obras de infra-estrutura de energia e transporte como obra de utilidade pública e foram acrescentadas as atividade de pesquisa e extração de substâncias minerais. Essa parece ser a questão mais importante da referida resolução, pelo menos para efeito deste estudo. A resolução foi um complemento importante para a Medida Provisória 2166/67, pois infra-estrutura de energia e transporte é um assunto diretamente relacionado à temática pesquisa e exploração mineral.

A partir dessa resolução, mineração em área de preservação permanente passa a ser considerada obra de utilidade pública. Sendo obra de utilidade pública se confunde com o interesse nacional. Os objetivos das mineradoras são colocados como objetivos nacionais, os projetos de mineração passam a ser considerados como de interesse nacional. Por isso será muito difícil impedir que se justifique uma luta social contra a implantação de um projeto de mineração mesmo que seja para a exploração e exportação de matéria-prima e sem pagamento de ICMS e em área de preservação permanente. Aqueles que lutam em defesa das áreas de preservação permanente passam a ser vistos como opositores dos interesses nacionais e as organizações e movimentos sociais podem ser intimidados e legalmente impedidos de agirem em defesa das Áreas de Preservação Permanente e das pessoas que as habitem. Nesse sentido, a Resolução de nº 369 do CONAMA constitui mais um elemento-chave componente do modo de regulação social e política do novo regime de acumulação aqui em análise.

3.2.6 A Lei de responsabilidade fiscal - Lei Complementar nº 101

Um dos pontos do decálogo do Consenso de Washington era a priorização dos gastos públicos. Como será observado a seguir, a partir do conteúdo da referida Lei, essa priorização implica em transferir recursos da seguridade social, do salário social, do trabalho para o

capital financeiro. Mas neste caso específico da Lei, reorientar a destinação do orçamento público por meio de mecanismos legais que inibam os gastos sociais do poder público com investimentos que venham a ultrapassar o limite legal estabelecido e garanta o repasse regular dos serviços da dívida pública. Para este último gasto público não existe limite legal na Lei Complementar, nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao longo dos anos os neoliberais haviam mantido uma postura crítica em relação às formas de intervenção do Estado na economia. Após a crise do fordismo e o retorno dos liberais ao poder na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, a investida tinha se voltado à América Latina. O programa está em curso. A crítica ao Estado interventor era centrada entre outros pontos na incompetência para gerir a atividade econômica; na ineficiência no uso e gastos dos recursos públicos; no desperdício de recursos; na cobrança altos tributos, o que geraria altos custos de produção e distribuição de mercadorias. O Estado era considerado mau gestor, ineficiente como investidor, incompetente como empreendedor. Para os liberais era urgente fazer uma reforma do Estado.

O que não faltavam eram elementos para fundamentar e legitimar as críticas dos liberais ao Estado. Sobretudo porque essas críticas vinham acompanhadas de um conteúdo aparentemente progressista, renovador, reformador, positivo. A lei aqui em análise era denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal. O grande público era induzido a pensar que os recursos públicos seriam tratados com responsabilidade, portanto, se colocaria um fim no mau uso do orçamento público. Construiu-se um discurso sobre a necessidade de usar com responsabilidade o dinheiro público. A sociedade brasileira assistiu o implemento do Plano Real, que foi um plano de estabilização econômica. Os termos: reforma estrutural, ajuste estrutural, responsabilidade fiscal, estabilização econômica entre outros, criavam no imaginário popular a idéia de que tudo estava mudando para melhor.

Em 1998, é lançado o Programa de Estabilidade Fiscal Brasileiro. Este programa tem como premissa, que:

> [...] o Estado não pode viver além dos seus limites, gastando mais do que arrecada. Este programa discorria, também, sobre uma lei que [...] definirá princípios básicos de responsabilidade, derivados da noção de prudência na gestão dos recursos públicos, bem como limites específicos referentes a variáveis como nível de endividamento, déficit, gastos e receitas anuais. (BRASIL, 1998. não paginado).

Em 4 de maio de 2000, como resultado direto do Programa de Estabilização Fiscal, entrou em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com objetivos explícitos de estabelecer uma coordenação das políticas fiscais de todos os entes da federação e de afirmar no país o equilíbrio fiscal como obrigação da administração pública.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é o sustentáculo jurídico para o superávit primário, mecanismo utilizado para direcionar recursos públicos dos gastos sociais para pagamento de juros, afirma Fatorelli , auditora Fiscal da Receita Federal. O que está se fazendo com a atual política econômica é uma transferência de renda dos mais pobres aos mais ricos.

Vejamos o texto da Lei de Responsabilidade Fiscal que em seu artigo primeiro:

> Art. 1o [...] estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal [...]
> § 1o A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe [...] obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, [...] (BRASIL, 2000. Não paginado).

Trata-se de uma Lei para estabelecer limites de gastos do poder público com funcionalismo e gastos com seguridade social e outras despesas. Mas fica expresso no texto da Lei que não há limites de gastos com serviços da dívida:

> Art. 9º [...]
> § 2o Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, **inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida**, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
> [...]
> Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
> I - União: 50% (cinqüenta por cento);
> II - Estados: 60% (sessenta por cento);
> III - Municípios: 60% (sessenta por cento).
> [...]
> Do Controle da Despesa Total com Pessoal
> Art. 21. **É nulo** de pleno direito o ato que provoque aumento da **despesa com pessoal** e não atenda:
> I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1o do art. 169 da Constituição;
> II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
> Parágrafo único. Também **é nulo** de pleno direito o ato de que resulte **aumento da despesa com pessoal** expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.
> [...]
> Das Despesas com a Seguridade Social

> Art. 24. **Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total**, nos termos do § 5o do art. 195 da Constituição, atendidas ainda as exigências do art. 17. (BRASIL, 2000. não paginado).

A Lei de Responsabilidade Fiscal não pode ser entendida isoladamente, pois é parte integrante de um conjunto de medidas coerentes, do ponto de vista do regime de acumulação e do modo de regulação, aqui explicado. Em 1997-1998 o modelo liberal, implementado por Fernando Henrique Cardoso, enfrentava uma forte crise, tendo que recorrer a empréstimos junto a órgãos internacionais de financiamento, entre estes, o FMI, e ao mesmo tempo o Governo brasileiro dava seguimento à agenda das privatizações de empresas públicas como forma de garantir o repasse dos recursos públicos em forma de pagamento pelos serviços da dívida. Assim foi adquirida pela iniciativa privada grande parte das empresas públicas brasileiras.

Como resultado da LRF foram estabelecidos acordos com o FMI para a definição de metas inflacionárias e de porcentagem do superávit primário, que deveria ser repassado para o pagamento dos serviços da dívida. O grupo Auditoria Cidadã da Dívida procedeu levantamento dos números de repasse do orçamento público brasileiro a banqueiros e concluiu o que segue sobre os gastos com juros dos dois últimos presidentes: No Brasil a dívida externa chega a 350 bilhões e a dívida interna aos 2,5 trilhões. A dívida bruta consome 70% do PIB [...]. É uma festa para os investidores mundiais [...]. O governo de FHC consumiu, só em juros, dois trilhões de reais, o governo Lula, 4,7 trilhões. Para Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, estudos feitos por esse movimento, a partir de dados oficiais, demonstram que só no ano de 2010 o orçamento nacional foi consumido em 44,93% (635 bilhões de reais) para pagamento de juros das dívidas. Isso, graças à LRF. (FATORELLI, 2011). A LRF representa mais um componente do regime de acumulação e modo de regulação que vem se organizando a partir dos anos 1990 no Brasil e no Pará.

3.2.7 Lei de Modernização dos Portos

Outro segmento da economia fundamental no processo de organização do novo regime de acumulação de capital e do novo modo de regulação é o serviço de logística portuária e a Lei nº.8.630/93, denominada Lei de Modernização dos Portos. Interessa sobremaneira a esta pesquisa por tratar-se de um segmento diretamente relacionado à

exportação, principal variável que garante a acumulação de capital pela empresa aqui estudada. Além do mais, dentro do programa do consenso de Washington, que prega as mudanças, ou ajustes estruturais, com base no discurso da modernização, os portos brasileiros foram alvos privilegiados da crítica dos neoliberais, pois estavam sob a gestão do Estado e a mão-de-obra sob a coordenação do órgão de representação sindical. Ou seja, "o controle das contratações pelos próprios trabalhadores, por meio de seus sindicatos". (SANTA CATARINA, 2010).

Quando aprovada em 25 de fevereiro de 1993, durante o governo do presidente Itamar Franco, a Lei nº.8.630/93, mais do que estimular a modernização física dos portos no país, se constituiu em um novo marco legal e institucional para quebrar o poder dos trabalhadores e o monopólio estatal, por meio da definição de novas regras e da criação de novos organismos de gestão do sistema portuário e da mão de obra, em particular.

> Apesar da Lei nº. 8630 ser vista como um instrumento jurídico que possibilitava uma ampla reestruturação portuária, deve-se lembrar, também, que esta lei organizou o setor no que diz respeito à regulamentação, pois revogou sete outras Leis, cinco Decretos-Lei e sete Decretos, bem como uma série de disposições em contrário. Esta complexa Lei, organizada em setenta artigos, propõe a reestruturação do sistema portuário nacional segundo duas vertentes distintas as quais visavam a **descentralização administrativa e a quebra dos monopólios estatal e sindical**. (RODRIGUES, 2007, p.86, grifo nosso).

A Lei nº.8630/93, propõe a gestão público/privada dos portos, atuando a autoridade pública apenas na oferta de instalações comerciais para o segmento privado, sem estar presente nas operações. A administração portuária, até então nas mãos do governo federal (representado pelas Companhias Docas S.A.), seria transferida aos municípios, aos estados da Federação e ao Distrito Federal ou a consórcio firmado entre eles, constituídos como Autoridade Portuária. "A Autoridade Portuária deve fiscalizar as operações portuárias, autorizar a entrada e a saída, a atracação e desatracação, o fundeio e tráfego e o movimento de carga nas embarcações, além de definir as **jornadas de trabalho** no cais." (RODRIGUES, 2007, p.86, grifo nosso).

> Art. 56. É facultado aos titulares de instalações portuárias de uso privativo a contratação de trabalhadores a prazo indeterminado, observado o disposto no contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho das respectivas categorias econômicas preponderantes.
> Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, as atuais instalações portuárias de uso privativo devem manter, em caráter

> permanente, a atual proporção entre trabalhadores com vínculo empregatício e trabalhadores avulsos.
> Art. 57. No prazo de cinco anos contados a partir da publicação desta lei, a prestação de serviços por trabalhadores portuários deve buscar, progressivamente, a **multifuncionalidade do trabalho, visando adequá-lo aos modernos processos de manipulação de cargas e aumentar a sua produtividade.**
> § 1° Os contratos, as convenções e os acordos coletivos de trabalho deverão estabelecer os processos de implantação progressiva da multifuncionalidade do trabalho portuário de que trata o caput deste artigo.
> § 2° Para os efeitos do disposto neste artigo a multifuncionalidade deve abranger as atividades de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, vigilância de embarcações e bloco. (BRASIL, 1993. não paginado).

A nova legislação, o novo modelo de gestão dos portos e da mão-de-obra, a entrada da iniciativa privada no processo de decisão, a nova forma de tomada de decisão e o discurso da participação e da descentralização, por meio da criação de conselhos gestores, o afastamento do órgão sindical do processo de gestão da mão-de-obra, à medida em que a Lei definiu que o órgão Gestão de Mão de Obra não poderia desempenhar outra atividade: "Art. 25. O órgão de gestão de mão-de-obra é reputado de utilidade pública e não pode ter fins lucrativos, sendo-lhe vedada a prestação de serviços a terceiros ou o exercício de qualquer atividade não vinculada à gestão de mão-de-obra." (BRASIL, 1993. Não paginado). A combinação desses elementos representa uma mudança importante do ponto de vista daqueles que tinham interesse de controlar este importante setor da economia brasileira.

Em complementação à medida de descentralização, foram criados os Conselhos de Autoridade Portuária (CAP), destinados a servir como um mecanismo de discussão e controle da situação dos portos. De acordo com a Lei, o CAP deve ser instituído em cada porto organizado ou no âmbito de cada concessão, na forma de órgãos colegiados dos quais devem participar todos os segmentos envolvidos na atividade portuária (representantes dos governos federal, estadual e municipal, administração portuária, armadores, instalações portuárias privadas, operadores portuários, trabalhadores portuários avulsos, demais trabalhadores portuários, exportadores e importadores, proprietários e consignatários de mercadorias e dos terminais retroportuários). (RODRIGUES, 2007, p.8).

Buscando fazer avançar o processo de modernização portuária iniciado com a Lei nº.8630/93, um conjunto de novas medidas foi adotado, destinado à concretizar as metas previstas na Lei de 1993. A partir de um extenso levantamento, organizado por uma comissão interministerial (Transportes, Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Agricultura e Planejamento), sobre os aspectos legais, institucionais e operacionais considerados como obstáculos às atividades portuárias foi organizada a Agenda Portos. O documento destaca os problemas relacionados à dragagem, acessibilidade, congestionamentos, deficiências no gerenciamento das operações portuárias e falta de articulação entre os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário das administrações portuárias e o Plano Diretor Urbano dos municípios.

> A Agenda Portos reúne um conjunto de propostas, a serem implementadas no período 2004-2006, que visa a melhorar a operação de 11 dos 54 portos brasileiros - Rio Grande (RS), Paranaguá (PR), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Itajaí (SC), São Francisco do Sul (SC), Sepetiba (RJ), Salvador (BA), Aratu (BA), e Itaqui (MA) - que, juntos, respondem por 89% das exportações brasileiras. (RODRIGUES, 2007, p.89, grifo nosso).

Além de medidas administrativas, seriam necessários investimentos em obras de acesso aos portos e de melhoria da infra-estrutura dos terminais, como a construção de novos píeres, balanças de cargas e estacionamentos de caminhões, organização das alfândegas, desobstrução de canais, alargamento ou duplicação das vias de acesso, reordenação e criação de novas rotas de trânsito nas localidades próximas às zonas portuárias etc., além da integração de sistemas de informações e criação de centros administrativos únicos. “A Lei de Modernização dos Portos **definiu que o BNDES se responsabilizaria pelos investimentos** [...] Art. 73. O BNDES, por intermédio do Finame, financiará, com prioridade, os equipamentos portuários”. (BRASIL, 1993, grifo nosso). Para não ser diferente do que ocorria no restante da economia, os portos passariam por processo de modernização, de reforma, com investimentos públicos, para serem entregues à iniciativa privada. Outras pesquisas podem aprofundar estes aspectos para verificarem como ocorreu o processo de investimento público e apropriação dos portos, modernizados, pela iniciativa privada.

No porto de Santos, por exemplo, além da dragagem nos canais de acesso, a Agenda pretende implantar um estacionamento rotativo em uma área da RFFSA para resolver as filas de caminhões que se formam perto do porto e implementar mudanças no acesso ferroviário, garantindo a todas as concessionárias o direito de passagem das locomotivas em trecho de 14km arrendado para a MRS Logística. Para acessar o porto há de se fazer a troca de locomotivas, o que atrasa em até 10 horas o percurso. No porto do Rio de Janeiro, estão previstos na Agenda: a dragagem de manutenção e aprofundamento do canal de acesso, a remoção de uma favela instalada no leito da ferrovia de acesso (obrigando à redução da

velocidade dos trens), a modernização da subestação de energia elétrica e a instalação de três balanças rodoviárias e uma balança rodo-ferroviária para combater a evasão de receitas e sobrecarga nos pavimentos. (RODRIGUES, 2007, p.90).

Outra importante medida, formulada em 2004, é o reporto, Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária. O programa foi organizado com base em um estudo realizado pela Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), e contou com a participação de representantes do setor que integram o Fórum de Logística. Trata-se de uma medida de incentivo fiscal e de financiamento que prevê a isenção de impostos (Imposto sobre Produtos Industrializados, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e Imposto sobre Circulação de Mercadorias de Serviços) na aquisição de máquinas e equipamentos para a atividade portuária. (RODRIGUES, 2007, p. 85-87).

A Lei de Modernização dos Portos, por ter quebrado o monopólio do Estado sobre a gestão portuária e a influência do órgão sindical representativo dos trabalhadores na gestão da mão-de-obra, definido o processo de modernização com recursos públicos e estabelecido que o BNDES deveria financiar a compra de equipamentos para o processo de modernização, e estabelecido ainda um conjunto de incentivos fiscais a serem usufruídos pela iniciativa privada, e por terem os portos passado por processos de ampliação de suas capacidades de movimentação de carga, por tudo isso, a Lei nº 8033/93 pode ser considerada também uma peça-chave no processo de constituição de um novo regime de acumulação e novo modo de regulação.

4 ESTADO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O Estado nacional, que dentro do contexto da ordem internacional definida a partir da Conferência de Bretton Woods, constituía o principal instrumento regulador do modelo Fordista-keynesiano, a partir de 1990 passou a ser objeto central da crítica por parte dos liberais. Em oposição ao Estado tido como obsoleto, apresentava-se a auto-regulação do mercado, a iniciativa privada e a privatização, como sinônimos de eficiência e modernização. O estado era criticado como o sinônimo do arcaico, da rigidez, da burocracia desnecessária; o mercado era o espaço onde emergiam as forças da modernização, da flexibilidade, da rapidez e pontualidade necessárias para uma produção e gestão eficientes.

4.1 O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

Muito defendida em nome da eficiência da gestão privada dos negócios, a privatização é também promovida em função de objetivos fiscais de curto prazo. A saber, a necessidade de assegurar aos tesouros depauperados recursos não inflacionários e não tributários necessários ao equilíbrio das contas governamentais, sem necessidade, portanto, de aumentar impostos ou cobrá-los com maior rigor. Com a vantagem adicional de proporcionar, ao mesmo tempo, bons negócios ao setor privado. (BATISTA, 1994, p.37).

> Das mudanças que compõem a agenda da reforma do Estado, a privatização das empresas públicas foi aquela que mais avançou no Brasil. Em menos de oito anos, uma parte significativa das empresas produtivas do Estado passou para o controle privado. Entre 1991 e 1998, foram vendidas 63 empresas controladas pelo governo federal. Nesse período, também nos estados ocorreram importantes privatizações. Até o final de 1998, o programa federal chegou perto de US$ 57,5 bilhões, incluindo as dívidas transferidas aos novos proprietários. (ALMEIDA, 1999, p. 1).

A questão da privatização era um dos elementos do programa do consenso de Washington. Essa foi uma das pautas que avançou muito rapidamente no Brasil: “consideramos a privatização de empresas públicas – à semelhança de qualquer outra reforma de política pública – como um processo em dois planos. O primeiro é o da criação do marco institucional-legal da mudança; o segundo o da execução da nova política”. (ALMEIDA, 1999, p.3).

A intelectualidade não tardou em assumir as idéias básicas do programa no processo de formulação de trabalhos acadêmicos. Na década de 1980 a teoria da dependência foi abandonada por economistas da América Latina e substituída pela moderna onda neoliberal. Sobre esse fato Thomas Coutrot fez a seguinte afirmação:

> Desse ponto de vista nota-se um estranho paradoxo: quando nos anos 70, a distância que separa o primeiro do terceiro mundo parecia-se reduzir graças à manutenção de ritmos de crescimento bastante altos na periferia, a teoria dominante era justamente a que previa o aprofundamento do fosso entre os dois mundos. Inversamente nos anos 80 triunfa a teoria (neoclássica inspirada nas vantagens comparativas de Ricardo) que prevê a diminuição espontânea das desigualdades, quando estas estão na verdade se agravando espetacularmente. (COUTROT, 1991, p.161 apud FARIA, 1992, p.22).

Foi nesse contexto de mudança e sob a hegemonia das antigas teorias liberais, que iniciou no Brasil e na América Latina o programa de desestatização que resultou na privatização de um grande número de empresas estatais, entre elas a CVRD.

> Confira nas páginas seguintes os grandes negócios que foram feitos com as privatizações – "negócios da China" para os "compradores", mas péssimos para o Brasil. [...] Assim é a privatização no Brasil: [o governo investe dinheiro público para tornar a empresa atraente ao mercado]; o governo financia a compra no leilão, vende "moedas podres" à longo prazo e ainda financia os investimentos que os "compradores" precisam fazer [...] e para aumentar os lucros dos futuros "compradores" o governo "engole" dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. (BIONDI, 1999, p.5)

O ideário liberal que legitima o processo de privatização desenvolve uma base teórica com um arcabouço conceitual que possibilita a visualização de práticas do passado como portadoras de um novo conteúdo. Instituições como a CEPAL que criaram toda a fundamentação teórica para justificar a intervenção do Estado na economia como planejador, regulador e empreendedor, a partir de 1949, com o lançamento do primeiro documento da instituição, nos anos 1990 vai se transformando em defensora da economia neoclássica, contribuindo para a reformulação do ideário liberal, popularizado como o neoliberalismo. Vejamos como se coloca a questão da competitividade:

> *En El mercado internacional compiten economias donde la empresa constituye um elemento que, siendo crucial, está integrado a uma red de vinculaciones con el sistema educativo,* ***la infra-estrutura tecnológica, energética y de transportes,*** *las relaciones entre empleados y empleadores, el* ***aparato institucional público y privado*** *y el sistema financiero: es decir, está integrada a todo um sistema*

> *socioeconômico (*CEPAL, 1990, p.14 apud HURTIENNE; MESSNER,1994, p.26, grifo nosso).

Conforme Hurtienne e Messner (1994, p. 26, grifo nosso):

> *La Cepal postula para los años noventa uma estratégia más compleja y a la vez más flexible, que evita los falsos dilemas del pasado. Busca estabelecer y mantener* ***estructuras competitivas*** *persistentes, tanto en el mercado interno cuanto en el de exportación. En contraste com la competitividad espuria del pasado, basada em vantajas estáticas de precios de factores, una* ***competitividad auténtica*** *sólo puede alconzarse com la incorporación dinámica del progreso técnico, complementada com un mejor* ***entorno institucional y de infraestructura****. Sólo sobre esa base se puede dinamizar los potenciales no aprovechados de una* ***articulación creativa entre los atores públicos e privados.***

Para a CEPAL a competitividade autêntica depende de um entorno institucional e de infra-estrutura tecnológica, energética e de transporte que possibilite articulação criativa entre os atores públicos e privados. Os novos conceitos apresentados pela Cepal estão em sintonia com as mudanças que vêm ocorrendo e que se materializam na Iniciativa de Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA). Pois, segundo Carvalho (2006, p.34, grifo nosso):

> IIRSA é um grande projeto coordenado pelos governos sul-americanos, que visa construir um sistema integrado de logística nesta parte do continente, envolvendo as áreas de **telecomunicações, transporte e energia**, a fim de criar as condições para a integração econômica.

Esse projeto de integração foi pensado, inicialmente, por Eliezer Batista, que tomou como referência o modelo de gestão empreendido pela CVRD:

> A CVRD foi uma das primeiras companhias a ser concebida como um sistema globalmente integrado de logística operando não apenas minas, mas também estradas de ferro, instalações portuárias e uma frota de cargueiros de minério e petróleo.
> [...] Sistema de transporte, comunicação e energia foram planejados e instalados como uma mesma unidade, operando conjuntamente e assim maximizando sua eficiência.
> [...] A questão que deu origem a este trabalho foi: como se pode aplicar o que as indústrias de nível internacional aprenderam sobre desenvolvimento e infra-estrutura física, e sobre questões ambientais e sociais, há a meta de alcançar a integração econômica e o desenvolvimento sustentado da América do Sul (SILVA, 1997, p.7 apud SILVA, p. 39).

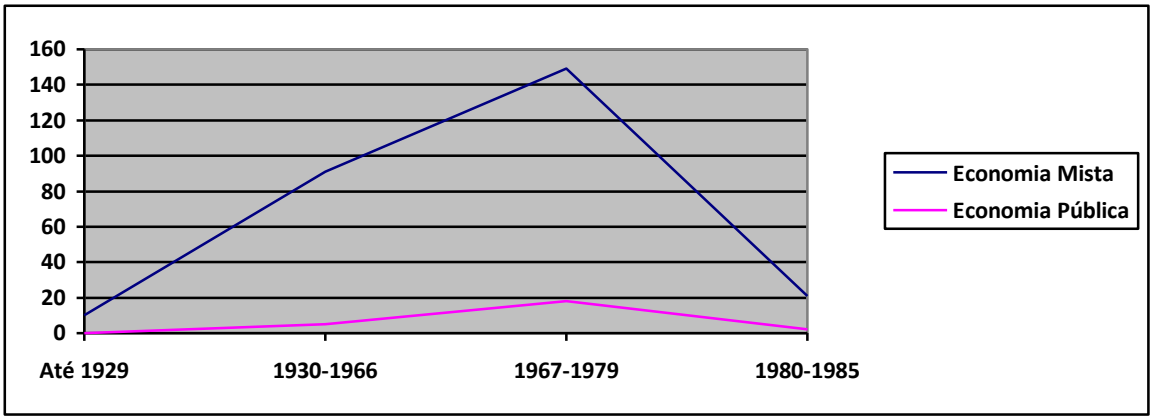
A nova política de logística internacional, em processo de implantação na América do Sul é bem sintetizada por Castro (2009, p.119):

> O Modelo de Desenvolvimento que subjaz à política de integração sul-americana não alterou o rumo das políticas neoliberais que, junto com as

> crises do petróleo de 1973 e de 1979, impuseram um aumento na já elevada concentração de renda e de riqueza. Elas fragilizam a economia industrial, levaram a processos de desindustrialização, desestruturação de serviços públicos, liberalização de seus mercados de capital e à privatização de empresas estatais.

As empresas estatais desempenharam papel central no processo de industrialização no Brasil. A partir dos anos 1930, a participação governamental direta na produção de bens e na provisão de serviços de utilidade pública foi crescendo sistematicamente. O gráfico 4 apresenta a evolução do número de empresas estatais, no plano federal, em quatro períodos. (ALMEIDA,1999).

Gráfico 4 - Evolução das empresas estatais no Brasil



Fonte: SEST (Teodoro, 1998).

Desde os anos 40, a criação de empresas estatais foi um instrumento importante para promover e dirigir a industrialização. Castro (1993 apud AlMEIDA, 1999) enfatiza a relevância dessas empresas para o planejamento de longo prazo do desenvolvimento, na ausência de uma burocracia estável e profissional, capaz de assegurar continuidade às políticas de industrialização.

A expansão do setor produtivo estatal ganhou impulso sob os governos militares, especialmente nos anos 70. Seu crescimento ocorreu em um marco institucional que promoveu a concentração de recursos e de capacidade decisória no Executivo Federal e, simultaneamente, libertou as empresas de economia mista do controle governamental direto, outorgando-lhes ampla autonomia para definir investimentos, preços, contratos e remunerações (MARTINS, 1985, p.43 apud ALMEIDA, 1999).

Uma legislação ambígua, produzida entre 1967 e 1978, permitiu também que as estatais escapassem à supervisão do Tribunal de Contas sobre seus gastos (PESSANHA, 1997, p.132-133, apud ALMEIDA, 1999). Embora as empresas individuais devessem ser reguladas por órgãos setoriais vinculados aos ministérios, estes careciam de recursos e poder para desempenhar adequadamente suas funções. As empresas estatais eram quase sempre mais poderosas do que seus reguladores. Além da fraqueza dos órgãos setoriais de regulação, não houve no período um mecanismo de controle sobre o conjunto do setor produtivo estatal. Às numerosas agências – ministérios, conselhos, *holdings* setoriais – com diferentes capacidades e eficiência, eram atribuídas funções de controle e regulação. O governo federal manteve em suas mãos apenas um instrumento importante: o poder de nomear os dirigentes das empresas.

Assim, no final dos anos 70, o setor produtivo estatal brasileiro, extenso e descentralizado, constituía uma "caixa-preta", uma complexa trama de relações *titular-agente*. A assimetria de informações era o trunfo dos dirigentes das poderosas estatais. O governo desconhecia o montante de seus ativos e dívidas. Nem o Executivo nem muito menos o Congresso dispunham de instrumentos para exercer um controle eficiente. (ALMEIDA, 1999)

Não obstante só em 1990 a privatização ganhar importância na agenda governamental, o governo Figueiredo marcou a inflexão da tendência histórica de crescimento da participação direta do Estado no provimento de bens e serviços. A partir desse período, o setor produtivo estatal deixou de crescer. Em 1981, o governo federal estabeleceu por decreto a Comissão Especial de Desestatização, com o propósito de limitar a criação de novas empresas públicas cessando as atividades ou transferindo ao setor privado aquelas cujo controle público não mais se faz necessário ou se justifica. (ALMEIDA, 1999).

Em 1985, o governo criou o Programa de Privatização e substituiu a Comissão Especial pelo Conselho Interministerial de Privatização. O decreto ampliava o alcance do programa de forma a incluir todas as empresas do Estado, à exceção dos monopólios públicos estabelecidos na Constituição de 1969; permitia o uso de títulos da dívida externa na privatização; e aumentava o poder do ministro do Planejamento nas decisões relativas à inclusão ou exclusão de empresas do rol das privatizáveis.

Em 1989, sem publicidade e anúncio prévio, o governo Sarney enviou ao Congresso, junto com a legislação sobre o Plano Verão, Medida Provisória (MP) que autorizava a privatização de todas as empresas do Estado, com exceção das que estavam protegidas pela

Constituição. A proposta, que contou com a oposição dos líderes dos dois maiores partidos do Congresso, foi derrotada por ampla maioria de votos.

Apesar das iniciativas legislativas, os resultados concretos foram insignificantes. Sob o último governo militar e a primeira administração democrática, a privatização restringiu-se à venda de empresas privadas que haviam passado ao controle do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e de pouquíssimas subsidiárias de empresas públicas. Nada se assemelhava a um programa amplo de alienação das grandes empresas do Estado. A privatização não era uma política de governo, ainda que contasse com a adesão de algum ministro e de técnicos do escalão intermediário, da administração direta e do BNDES, preocupados em racionalizar o Estado desenvolvimentista herdado dos militares (SCHNEIDER, 1990, p.26-28, apud ALMEIDA, 1999). Mas estava claro que a fase do Estado empreendedor, empresário, havia encerrado.

O governo Collor (1990-1992) trouxe uma alteração rápida e dramática na maneira de tratar o tema da privatização. Ela tornou-se ingrediente importante de um programa de reformas econômicas de mercado, encaradas como indissociáveis da política de estabilização da moeda. As novas regras da privatização faziam parte do conjunto de medidas provisórias enviadas ao Congresso que instituía o Plano Brasil, mais conhecido como Plano Collor. Discutidas e aprovadas pelo Congresso elas deram origem à Lei nº 8.031/90 que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). A nova lei definia uma lista inicial de empresas públicas a serem vendidas, concedia ao Executivo a prerrogativa de incluir ou excluir empresas, estabelecia as regras para venda em leilão e transferia ao BNDES a administração do programa. Legislação complementar estabeleceu as moedas de privatização, permitindo a utilização de vários tipos de títulos públicos nos leilões de privatização. Na administração Collor foi iniciada a privatização das empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes. Sua renúncia não impediu a continuidade do programa, apesar da relutância do presidente Itamar Franco (1992-1994). A política de privatização ganhou impulso durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso. (ALMEIDA, 1999).

Mudanças institucionais importantes foram então introduzidas. A Lei nº 8.031/90 foi significativamente modificada e a Constituição sofreu emendas pelo Congresso em 1995-96, possibilitando incluir no programa empresas de telecomunicações, eletricidade, navegação de cabotagem, gás e petróleo, até então monopólios estatais. O número de empresas privatizadas

cresceu e ampliaram-se também as receitas em moeda corrente, resultantes do processo de privatização, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Resultados da Privatização por Período Presidencial e Tipo de Moeda (US$ milhões)

Período	Número de Empresas	Ingressos em Dinheiro	Ingressos Totais	% em dinheiro
1981-1984	20	Sem informação	188,51	Sem informação
1985-1989	18	Sem informação	548,30	Sem informação
1990-1992	18	4.015,00	5.371,00	74,7
1993-1994	15	4.593,00	11.096,00	41,4
1995-1998 (PND)	30	11.033,00	16.938,00	65,1
1998 (Teles)	–	26.557,00	28.682,00	92,6
Total 1981-1989	38	Sem informação	736,81	Sem informação
Total 1990-1998	63	46.198,00	62.087,00	74,4

Fonte: "Privatização" (2012).

Do conjunto das mudanças ocorridas a partir dos anos 1990 a privatização foi uma das mais importantes. Mas não se pode entendê-la isoladamente, pois faz parte de todo o processo de organização do novo regime de acumulação e modo de regulação, por isso pode ser compreendida no contexto geral de transformações legais e econômicas aqui discutidas. Porém sua importância resulta do volume de recursos envolvidos e da característica de segmentos privatizados, como os setores considerados estratégicos para o desenvolvimento, como a mineração, por exemplo, que neste trabalho o que interessa analisar, sobretudo a privatização da CVRD.

4.2 A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD E SEU CRESCIMENTO

Embora a privatização da CVRD tenha ocorrido no ano de 1997 foi a partir de 1990 que se iniciou um processo de re-ordenamento legal e institucional, que resultou na sua privatização. Esse re-ordenamento ocorre a partir das seguintes medidas legais, entre outras: a) Lei nº 8017, de 08 de abril de 1990, que autoriza o poder executivo a proceder o empenho das despesas que menciona, entre elas, [...] III- **Recursos para aumento do Patrimônio Líquido da Companhia Vale do Rio Doce-** CVRD. (BRASIL, 1990, grifo nosso); b) Lei 8031/90 de 12 de abril de 1990 que criou o Programa Nacional de Desestatização; c) Decreto /92, de 10 de junho de 1992, que dispõe sobre o contrato de gestão para a CVRD e suas controladas, que cria as condições para que a CVRD se torne uma empresa com estrutura de organização privada; d) Decreto 1.510/95 de 1º de junho de 1995 que dispõe sobre a inclusão da CVRD no Programa Nacional de Desestatização; e) Decreto 2201/97, de 8 de abril de 1997 que dispõe sobre as condições complementares para a efetivação da transferência de ações de emissão da CVRD, de que trata a medida provisória nº 1481-47, de 14 de março de 1997; f) Decreto 97, de 27 de junho de 1997, que declara extinta concessão que menciona e outorga à Companhia Vale do Rio Doce - CVRD concessão para explorar e desenvolver serviço público de transporte ferroviário de cargas e de passageiros na Estrada de Ferro Carajás - EFC, nos Estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências.

Após essa sequência de alterações na legislação brasileira que possibilitou o leilão CVRD, a mais cobiçada empresa do setor mineral pela iniciativa privada, uma instituição financeira, "o grupo Opportunity, e um empresário sem maior destaque até então, Benjamin Streibruch, receberam maciça injeção de dinheiro, que não tinham, para poder bancar o lance vencedor do leilão da Vale [...]". (PINTO, 2003, p.18). A CVRD foi privatizada por um valor de US$ 3,34 bilhões (três bilhões e trinta e quatro milhões de dólares) para explorar um "patrimônio imensurável, pois envolve recursos essenciais na atualidade e de modo crescente para as futuras gerações" (VIDAL, 2000, p.69).

Assim Vidal sintetiza o perfil e o tamanho da CVRD no momento da privatização:

> A Companhia Vale do Rio Doce era guardiã de ponderável porção da parte mais rica do território brasileiro (solo, subsolo, águas, portos, ferrovias, florestas), especialmente na região Amazônica. Com mais de 1800 quilômetros de modernas ferrovias; centenas de milhares de hectares de florestas; várias fábricas de celulose; dois portos de elevado calado; 41 bilhões de toneladas de minérios de ferro de excepcional qualidade; 2

> bilhões de toneladas de bauxita (minério de alumínio) e 1 bilhão de toneladas de minério de cobre; 100% das reservas de manganês do país; a maior frota marítima do mundo; as maiores reservas de ouro da América Latina. A maior produtora de alumínio, a Vale atua nos campos de produção de aço, ferro-ligas, fertilizantes, caulim, cobre, prata, níquel etc. Tem importantes reservas de minério de nióbio, titânio e potássio. Opera 34 empresas de grande porte, diretamente ou a si coligadas. Muito maior do que ela, são suas imensas potencialidades como a maior mineradora do mundo, que detém o maior número de jazidas e uma imensa potencialidade como gestora do riquíssimo subsolo brasileiro, o mais promissor e menos explorado do planeta. (VIDAL, 2000, p.69).

Uma monografia feita em 1988 e publicada em 1991, na revista especializada *Economic geology*, revela como se deu a descoberta de Carajás [...] A monografia é assinada por J. F. Machamer, diretor do Birô de Minas dos Estados Unidos, Robert L'Esperance, então presidente da Meridional e por G. E. Tolbert, geólogo chefe da Meridional [...] Revelação importante da monografia é a avaliação do valor de Carajás e o imenso potencial das reservas das jazidas de ferro (18 bilhões de toneladas métricas). [...] "Numa tabela de comparação de valores dos maiores depósitos do mundo, Carajás era avaliada em 1988, ao preço da tonelada FOB Ponta da Madeira, em 308 bilhões de dólares, aproximadamente. Sem incluir ouro e outros minerais existentes". (PASSARINHO, 2003, p.5) Com base nessas informações, a conclusão a que se pode chegar é de que a CVRD foi privatizada por um valor de aproximadamente 92 vezes menor que o estimado para uma única reserva mineral – a de Carajás – cuja exploração é feita pela referida empresa.

Os supostos astros do leilão não passariam, na verdade de "doublés". Uma vez cumprida a missão de risco, saíram de cena. (PINTO, 2003, p.18). E os verdadeiros acionistas foram aparecendo:

> O lance mais explícito envolveu o Bradesco. Valendo-se de sucessivas conexões societárias, o líder do sistema financeiro privado nacional atuou nos dois extremos do enredo da privatização da CVRD. De um lado integrou o consórcio liderado pela estrangeira Merril Linch e por Ernest Young e KPMG, contratados pela Vale para modelar a sua venda e avaliar seu valor. Do outro lado, estava por trás de um dos associados que arrematou a ex-estatal. [...] O próprio Bradesco assumiu, publicamente, em março de 2000, pela primeira vez, sua participação na Vale (de 7,5% do capital votante e 4,8% do capital total). [...] desmoronou o argumento de que o Bradesco praticou um "ato negocial" regular quando fez um empréstimo para o responsável pela aquisição. (PINTO, 2003, p.18-19).

Mais de 100 ações populares foram movidas por cidadãos, cidadãs e parlamentares questionando o edital, as ilicitudes do leilão de privatização da CVRD e a subavaliação do

patrimônio da empresa. Esses processos foram encaminhados para o Ministério Público Federal no Estado do Pará, que tratou de apurar qual foi a participação do Bradesco no leilão da empresa. Essa investigação forneceu um dos elementos de prova:

> [...] De acordo com Ubiratan Cazetta, [Procurador da República no Pará] que atuou na investigação, a participação do Bradesco deu-se de forma indireta no leilão da Vale, do seguinte modo: o banco já possuía 17,9% do capital votante da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que, por sua vez, montou o consórcio comprador da maior fatia das ações da Valepar. (o atual controlador acionário da Vale). (A PARTICIPAÇÃO DO BRADESCO NA PRIVATIZAÇÃO..., 2011, não paginado).

Tal fato constitui irregularidade segundo o artigo nono da lei de licitação, que proíbe quem participa da avaliação de ser comprador da empresa. Além do mais, ao elaborar o edital de venda, o banco teve acesso a informações privilegiadas. Segundo Ubiratan Cazetta: "Você não vê o Bradesco claramente no processo de venda. Ele não podia ter participado da licitação, pois avaliou e, segundo o edital, isso o impedia de participar. No entanto, participou indiretamente por meio da CSN e da Elétron". (A PARTICIPAÇÃO DO BRADESCO NA PRIVATIZAÇÃO [...], 2011).

E continua o que (PINTO, 2003) denomina de conexões societárias:

> A Elétron é a outra peça-chave que marcou presença na compra da Vale. Trata-se de uma empresa cujo principal acionista era um fundo de investimento administrado pelo Banco Opportunity, de Daniel Dantas. Também neste caso o Bradesco não ficou de fora, pois às vésperas da venda, em 1997, financiou debêntures emitidas por duas empresas, que eram controladoras da Elétron: Valetron e Belapart. Tanto a Valetron quanto a Belapart eram de propriedade de uma pessoa física ligada ao Opportunity e ao Sweet River Fund, que participaram da compra de ações da Vale do Rio Doce com direito a voto. (A PARTICIPAÇÃO DO BRADESCO NA PRIVATIZAÇÃO..., 2011).

A partir do momento em que as duas empresas não honraram as debêntures, depois de sucessivas operações, o Bradesco passou a ser o acionista majoritário da Elétron e, assim, um dos controladores da Vale. "O que não faz sentido é porque não houve o pagamento, se a Elétron possuía condições de fazê-lo e havia interesse na participação, já que o Sweet River Fund participava diretamente da VALEPAR, além de sua cota na Elétron", confirma o representante do Ministério público Federal no Pará, Ubiratan Cazetta. (A PARTICIPAÇÃO DO BRADESCO NA PRIVATIZAÇÃO..., 2011, não paginado).

A entrada do Bradesco na Vale criou uma mistura entre as ações que o banco já possuía da CSN e da própria Vale. Anos mais tarde, em 2000, houve uma operação de

descruzamento das ações. A CSN então finalmente deixou a Vale e o Bradesco deixou a CSN. [...] à época do descruzamento, foi criada a Bradespar, empresa e nome que figuram entre os atuais acionistas controladores da mineradora. Na visão do jurista Eloá Cruz, autor de ação popular pedindo a nulidade do Leilão de 1997, a criação da Bradespar acobertou a participação do Bradesco no consórcio que preparou o edital do leilão da Vale. Ele conta que durante o descruzamento das ações, o Bradesco, como credor, por possuir o maior número de ações, recebeu do BNDES o valor de 859 milhões de reais. Dessa transação surgiu a Bradespar. (A PARTICIPAÇÃO DO BRADESCO NA PRIVATIZAÇÃO..., 2011. Não paginado).

A CVRD informa em seu site que a operação de descruzamento representou uma valorização da Bradespar que introduziu na empresa uma nova estrutura de Governança, uma nova definição das diretrizes estratégicas, como segue:

> A operação de descruzamento propiciou uma expressiva valorização da participação da Bradespar pelos direitos que passou a deter, além de causar reflexos importantes para a própria Vale do Rio Doce, em função do novo alinhamento de objetivos entre os principais acionistas e da definição de uma moderna estrutura de governança corporativa. Essa conjunção possibilitou a redefinição das diretrizes estratégicas a serem desenvolvidas e implementadas por uma nova e ampliada diretoria executiva. (COMPANHIA VALE..., 2009, não paginado).

O grupo que adquiriu a CVRD passou a acumular lucros recordes, ano após ano, aumentando a produção e a distribuição de dividendos pagos aos acionistas. No ano 2002 o lucro líquido da CVRD atingiu um total de R$ 2.043 bilhões (dois bilhões e 43 milhões de Reais); No ano de 2003 o lucro líquido da CVRD ficou em R$ 4.509 bilhões (quatro bilhões e quinhentos e nove milhões de reais); no ano de 2004 a empresa teve o maior lucro líquido em 62 anos de existência, totalizando R$ 6.460 bilhões (seis bilhões e quatrocentos e sessenta milhões de reais). Seu lucro anual foi crescendo até atingir R$ 21,3 bilhões no ano de 2008. No ano de 2009, pela primeira vez após a privatização, a empresa sofreu uma redução nos seus lucros: “O lucro líquido da Vale em 2009 foi fortemente afetado pela crise global e caiu pela metade, passando de R$ 21,3 bilhões em 2008 para R$ 10,2 bilhões no ano passado, [em 2009], informou a empresa nesta quarta-feira (10).” (LUCRO DA VALE CAI PELA METADE EM 2009..., 2010. Não paginado). A Vale [...] encerrou 2010 com lucro líquido recorde de R$ 30,1 bilhões, "o maior da história na indústria da mineração", segundo a companhia. O resultado foi 42,6% superior ao recorde anterior, de R$ 21,279 bilhões,

registrado em 2008. Em 2011 o lucro da Vale atingiu a cifra de 37,8 bilhões de reais. (VALE FECHA 2010 COM LUCRO RECORDE..., 2011, não paginado).

O empresário que integrou o consórcio vencedor do leilão "Benjamin Steinbruch, [há tempo], se fora levando consigo seu bilhão de reais" (PINTO, 2003, p.105). A saída de Jório Dauster da presidência da CVRD, em 2001, significava que 4 anos depois da privatização de seu controle acionário o grupo Bradesco assume o comando administrativo. A saída de Jório completou o desligamento de Benjamin Steinbruch, que era "o resultado da teia de ligações, umas claras e outras obscuras, na qual foi tecida a privatização da empresa federal." (PINTO, 2003, p.109).

Com a entrada de Roger Agnelli, em julho de 2001, como Diretor-presidente da Vale, a empresa ganha nova dinâmica no processo de crescimento, no Pará, no Brasil e no mundo. O novo presidente egresso do grupo Bradesco, tem um perfil profissional que envolve a função de diretor executivo do referido Banco (1998 a 2000); cargo de direção na Bradespar (2000 A 2001) e no Conselho de Administração de Vale; participação na Comissão Internacional Consultiva da Bolsa de Valores de Nova Iorque; larga experiência na relação entre organizações representativas do empresariado e o poder público. O pequeno currículo de Agnelli demonstra tratar-se de personagem com habilidade na articulação dos interesses públicos e privados, no Brasil e em nível internacional. Portanto, um dirigente empresarial preparado para pautar sua ação no sentido de tirar o maior proveito possível da relação entre Estado e Vale em benefício da segunda. Foi na relação com o Estado e aproveitando do ambiente institucional favorável, construído no país, a partir da década de 1990, que a Vale apresentou os maiores índices de crescimento organizacional, expansão territorial, ampliação do portfólio de produtos ofertados ao mercado, distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio, na gestão de Roger Agnelli. A seguir, uma pequena parte da experiência profissional do ex-diretor presidente da Vale:

> Roger Agnelli, 50: Diretor-presidente da Vale desde julho de 2001.
> [...] Experiência profissional:
> De maio de **2000** a julho de 2001, presidiu o Conselho de Administração da **Vale**. Foi também Diretor-Presidente da **Bradespar** de março de **2000** a julho de 2001, Diretor executivo do Banco **Bradesco de 1998 a 2000**, Membro do Comissão Internacional Consultiva da **Bolsa de Valores de Nova York** (NYSE), Vice-Presidente do Centro das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Membro do Conselho Superior Estratégico da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), membro do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da **Câmara de Comércio Exterior da Presidência da**

> **República do Brasi**l, membro do Conselho de **Assessoramento Internacional ao Presidente da República de Moçambique**, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (**CDES – órgão de assessoramento ao Presidente da República do Brasil)** de 2003 a 2007[...]. (COMPANHIA VALE..., 2009, p. 122, grifo nosso).

Na gestão de Roger Agnelli a Vale veio crescendo em produção e lucratividade e confirmando sua liderança como maior produtora mundial de minério de ferro, entre outros produtos do seu portfólio. Nestes termos a Vale apresenta seu perfil no Relatório de 2010:

> Somos a segunda empresa mineradora do mundo e a maior das Américas, baseada na capitalização de mercado. Somos os maiores produtores mundiais de minério de ferro e pelotas e o segundo maior produtor global de níquel. Somos um dos maiores produtores mundiais de manganês e ferro ligas. Também produzimos cobre, carvão térmico e metalúrgico, fosfatados, potássio, cobalto, caulim e metais do grupo da platina (PGMs) e outros produtos. Para sustentar a nossa estratégia de crescimento, participamos ativamente da exploração mineral em 24 países. Operamos um grande sistema de logística no Brasil, incluindo ferrovias, terminais e um porto marítimo, integrados às nossas operações de mineração. Além disso, temos um portfólio de frete marítimo para transporte de minério de ferro. Diretamente e por intermédio de afiliadas e de *joint venture*s, temos importantes investimentos no setor energético e do aço. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.15).

A Vale chegou ao final do ano de 2010 caracterizada como uma empresa multinacional brasileira, exportadora de matéria-prima. A segunda maior empresa do Brasil, e a maior empresa em exportação, tendo superado a Petrobrás, por dois anos seguidos; suas ações são negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque, São Paulo, Hong Kong etc.; tem uma composição acionária com ampla participação de capital estrangeiro; está presente em 38 países com a estratégia de garantir a descoberta ou a aquisição de novas reservas de matéria-prima, bem como de conquistar sempre mais mercado para os produtos de seu portfólio; tem a Ásia, mas sobretudo a China, como cliente principal; a exploração e comércio de minério de ferro representam 56,8% de suas operações e faturamento, se somado com as operações de pelotas (de ferro) 13,7% esse valor vai para 70,5% do seu faturamento total, o que determina a importância que tem o minério de ferro para a maior produtora mundial desse minério.

4.2.1 A Vale no mundo

Mapa 1 – A Vale no mundo anos de 2010 e 2011

Fonte: Site da Vale (2012).

A Vale se destaca como líder mundial na produção de minério de ferro e pelotas e a segunda maior produtora de níquel. “Somos a segunda maior mineradora diversificada do mundo e a maior das Américas em valor de mercado”. (COMPANHIA VALE..., 2011). A Vale está “presente em 38 países, atuando por meio de escritórios, operações, exploração e *join ventures* e empregamos mais de 119 mil pessoas em todo o mundo e outras 54 mil em projetos”. (COMPANHIA VALE..., 2011).

Quadro 1- A Vale no mundo, suas atividades e ano de instalação.

Continente	**País**	**Atividade da empresa**	**Chegada**
Africa	1. África do Sul	Mantém um escritório em Johannesburgo e desenvolve atividade de exploração mineral.	-
	2. Angola	Funciona um escritório em Luanda Sul e faz pesquisa mineral no país.	2005
	3. Gabão	Desenvolve pesquisa e tem atividade de exploração mineral.	

	4. Guiné	Detém concessões para extração de minério de ferro em Simandou Sul (Mina de Zogota) além de licença de exploração em Simandou Norte (Bloco 1 e 2), por intermédio da Join venture Vale BSGR Limited (VBG), detendo 51% das ações. Simandou é considerado um dos melhores depósitos de minério de ferro não desenvolvido do mundo, em termos de tamanho e qualidade, comparável a Carajás, no Brasil. O início da produção está previsto para 2012. A Vale já iniciou, em 2011, as obras de recuperação da ferrovia que faz o transporte de passageiros e carga geral entre Conakry, a capital, e Kankan, no leste do país. Essa ação da empresa faz parte de um acordo entre a Vale e o Governo da Guiné.	2006
	5. Libéria	A Vale está construindo ferrovia e terminal marítimo na costa do Atlântico para escoar minério de ferro das concessões de Simandou, na Guiné. O projeto inclui também a reconstrução da hidrelétrica Mount Coffe.	2008
	6. Malauí	A empresa trabalha na recuperação de ferrovia da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor Norte SA. (SDCN). O projeto envolve outras ferrovias para o escoamento do carvão da mina de Moatize, em Moçambique.	2009

	7. Moçambique	Opera duas concessões para extração de carvão em Moatize, na bacia do rio Zambeze, considerada uma das maiores reservas carboníferas do mundo. Além disso, mantém o projeto Evate, na província de Nampula, para aprodução de rocha fosfática. E ainda, tem planos para investir em infra-estrutura logística para expandir o corredor ferroviário que liga a região das minas até Nacala, o maior porto natural em águas profundas da costa oriental da África. Para isso adquiriu em 2010 o controle acionário (51%) da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor Norte SA (SDCN) da empresa moçambicana Insitec.	2004
	8. República Democrática do Congo	Realiza estudo de viabilidade da mina de Kalumines, no chamado "cinturão do cobre africano", a região mais promissora do mundo em termos de depósitos de minérios com alto teor do metal. Nessa região a Vale prevê a exploração de cobre e cobalto utilizando depósitos de alto teor e baixa profundidade, por meio de join venture com a empresa African Rainbow Minerals limited, nela detendo 50% das ações.	2007
	9. Zâmbia	Desenvolve projeto de mina de cobre Konkola North, localizada no "cinturão" zambiano, parte da mais promissora região quanto a depósitos de minério com alto teor do metal, por meio de join venture com a African Rainbow minerals (ARM), na proporção de 50%. [...] O início está previsto para 2013.	2010
ÁSIA	10. Cazaquistão	Tem atividades de pesquisa e exploração mineral no país.	-

	11. China	Mantém um escritório comercial em Xangai. Participa de consórcios de exploração por meio de 5 *join ventures* nas áreas de produção de pelotas de ferro e de carvão. Opera uma refinaria de níquel. Exporta níquel e manganês para os chineses. Tem participação de 25% em duas usinas de pelotização, a de Anyang e a de zhuhai YPM, que compõem o complexo siderúrgico Yueyufeng e conta com instalações portuárias para receber os pellet feed (pó de ferro) das minas da empresa situadas no Brasil. Tem parte ainda em duas empresas (25%) para exploração e produção de carvão: a longyu e a Yankuanq (coque metalúrgico e metanaol). Em Dalian, na província de Lianoing, a Vale é responsável por operações de refinamento de níquel.	1973
	12. Cingapura	Funciona um escritório comercial da Vale.	2007
	13. Coréia do Sul	Tem um escritório em Seul e opera, em Onsan, uma refinaria para a produção de níquel, por meio da Coreia Nickel Corporation, onde a Vale tem 25% de participação.	-
	14. Emirados Árabes Unidos	Mantem um escritório comercial em Dubai.	2010
	15. Filipinas	Desenvolve o projeto Teuk Rubiah, no Estado de Perak, que compreende um centro de distribuição de minério de ferro, com capacidade máxima de 60 milhões de toneladas. Receberá o minério de ferro exportado do Brasil e quando entrar em operação atenderá a demanda das indústrias siderúrgicas da região da Ásia-pacífico.	-

	16. Indonésia	Opera minas de níquel a céu aberto e uma usina de processamento em Sorowako, na ilha de Sulawesi. As operações são realizadas por meio da PT International Nickel indonésia Tbk (PTI), com 59,2% das ações.	-
	17.índia	Tem escritório na cidade de Gurgaon e desenvolve pesquisa para a melhoria da exploração mineral.	2005
	18. Japão	Possui escritório em Tóquio. Opera a refinaria de Matsusaka, que produz derivados de níquel intermediário e refinado, utilizando minério vindo da Indonésia. As operações são realizadas por intermédio da Vale Japan Limited, da qual a Vale detém 87,2 %.	1984
	19. Malásia	Desenvolve o projeto Teluk Rubiah que compreende a construção de um terminal marítimo e um centro de distribuição de minério de ferro, cuja conclusão está prevista para 2013.	
	20. Mongólia	Atividade de pesquisa e exploração mineral	2004
	21. Omã	Tem escritório comercial em Muscat, a capital do país, e opera duas unidades de pelotização de minério de ferro no complexo industrial do Porto de Sohar. Cada unidade tem capacidade de produzir 4,5 milhões de toneladas métricas de pelotas de redução direta. Na cidade de Sohar, a Vale Oman Pelletizing Companhy LLC (VOPC) conta também com um centro de distribuição com capacidade para movimentar até 40 milhões de toneladas métricas de material por ano.	2002
	22. Tailândia	Mantém escritório comercial em Bangkok.	1992

	23. Taiwan	Opera uma refinaria de níquel por meio da Taiwan Nickel Refinning Corporation, da qual detém 49,9% das ações, na cidade de Kaoshiung.	1982
EUROPA	24. França	Controla uma planta de ferro ligas de manganês em Dunquerque, importante região portuária e industrial no norte do país. Essa planta possui o maior forno de ferro ligas de manganês do mundo.	1989
	25. Noruega	Possui uma planta de manganês e ferro ligas localizada no parque insdustrial de MO I Rana.	-
	26.Reino Unido	Mantém escritório em Londres. Possui refinaria de metais preciosos em Acton. Opera a refinaria de níquel Clidach, produzindo níquel refinado na forma de pós e pelotas, refinamento feito com base no óxido de níquel vindo das fundições da Vale no Canadá.	
	27. Suiça	Escritório de vendas na cidade de Saint-Prex.	2006

Oceania	28. Austrália	Produz carvão térmico e metalúrgico, operando por meio de subsidiárias próprias e join ventures não constituídas. Opera em Queensland, na área de produção e pesquisa, por meio de participação de 80% na Carbourough Downs, mina subterrânea que produz carvão metalúrgico e carvão pulverizado para a indústria siderúrgica. Produz também carvão siderúrgico e térmico na mina, a céu aberto, de Isaac Plains, com participação de 50%. Faz pesquisa na região da cidade de Moura, onde está situada a maior mina subterrânea de carvão da Austrália. No Estado de New South Wales, participa da operação Integra Coal, com 61%, que inclui uma mina subterrânea e outra a céu aberto, de carvão. Produz carvão metalúrgico e carvão térmico.	2002
	29. Nova Caledônia	Possui unidade administrativa na capital, Noumea, e uma usina ao Sul da Ilha. Mantém uma mina a céu aberto, com capacidade anual de produção de 60 mil toneladas de níquel e 4500 toneladas de cobalto, como subproduto.	
AMÉRICA DO NORTE	30. Canadá	Explora níquel, cobre PGM (Metais do Grupo Platina), metais preciosos e cobalto. Suas atividades estão situadas em Toronto. Produz níquel e cobre na província de Terra Nova e Labrador, Monitoba e Ontário. Há um projeto de potácio na Região de Regina. Em Mississauga fica a sede da Base Metais Tecnology Development (BMTD), da Vale.	-

	31. Estados Unidos	Possui escritório comercial em Nova Jersey. Detém 50% da California Steel Industries(CSI), que produz aço laminado plano e dutos. Processa e comercializa pós de níquel por meio da Novament Speciality Products Corporation, no Estado de Nova Jersey.	1990
AMÉRICA DO SUL	32 Argentina	Mantém escritório comercial em Buenos Aires. Explora potássio nos projetos Rio Colorado e Neuquén e opera um terminal no Porto de San Nicolás, no Rio Paraná, que integra o corredor Corumbá, transportando minério de ferro e manganês pela hidrovia Paraná-paraguai.	
	33. Barbados	Possui escritório comercial	
	34. Brasil	Sede no Rio de Janeiro. Atua nas área de mineração, logística, siderurgia e energia. Produz minério de ferro e pelotas, fertilizantes, cobre e ferro ligas, manganês e níquel. Opera um sistema de logística com ferrovias, um porto e terminais marítimos integrados às operações. Investe em hidrelétricas, gás natural e biocombustíveis.	1943
	35. Chile	Opera duas minas de produção de óxido de cobre, em Salamanca, região de Coquimbo. Uma subterrânea (Papomono) outra a céu aberto (Dom Gabriel). Tem ainda uma planta para o processamento de cobre com capacidade para produção de 18.500 toneladas métricas de catodo de cobre (placa de metal) por ano.	2010

	36. Colômbia	Produz carvão térmico extraído da mina a céu aberto El Hatillo, no Departamento de Cesar, ocupando uma área de 9.693 hectares. Opera o Porto de rio Córdoba, detém 8,4% de participação na Ferrocarriles Del Norte de Colômbia S.A. (FENOCO), que administra a ferrovia de ligação entre as operações de carvão da Vale e o porto. O carvão, maior parte, é exportado para Europa e EUA.	2009
	37. Paraguai	Tem escritório comercial em Assunção. Transporta minério de ferro e manganês por intermédio da subsidiária integral Transbarge Navegación. A operação logística é realizada pelo corredor Corumbá, pela hidrovia Paraná-paraguai e pelo Porto San Nicolás, na Argentina.	
	38. Peru	Mantém escritório em Lima. Opera a mina de fosfatos Bayóvar, explorando um dos maiores depósitos de fostato da América do Sul. A mina está situada no deserto de Sechura, na província de mesmo nome. Opera também uma planta concentradora, composta de estrada industrial de 32 km, área de descarga de caminhões, correia transportadora sobre o terreno, área para secagem, armazenamento e um porto. A empresa está investindo em pesquisa e exploração.	

Fonte: VALE (2009); Vale (2010) - (Relatórios apresentados à Bolsa de Valores Imobiliários de Nova Iorque-EUA); Elaborado pelo autor (2011), a partir do site da Vale .Quadro elaborado pelo autor (2011).

4.2.2 A Vale no Brasil

Quadro 2- A Vale no Brasil, localização e atividades

Estado	Cidade/região	Atividade
1.BA	25 km dos portos de Salvador e Aratu	Está localizada a maior planta de ferro ligas da Amércia Latina.
2.DF		Escritório
3.CE		Está previsto para 2014 a inauguração da Companhia Siderúrgica do Pacém, em parceria com a Dongkuk Steel Mill (30%) e a Posco (20%), empresas do setor de aço da Coréia do Sul.
4.ES	Vitória	Funciona o Complexo Tubarão (Terminal de Tubarão, o mais eficiente do mundo em minério de ferro; três terminais de carga em geral; 7 pelotizadoras em atividade e uma em construção com funcionamento previsto para 2012; para transporte de cargas a Vale conta com a sua Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM).
5.GO	Catalão (sul do estado)	Extrai rocha fosfática e produz fertilizantes.
6.MA	São Luís	Usina de pelotização que recebe minério de ferro de Carajás que em seguida é embarcado no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, onde é escoada a produção do estado do Pará transportada pela Estrada de Ferro Carajás. Participa da Hidrelétrica de Estreito no rio Tocantins, tendo 30% de participação no consórcio que administra a usina

7.MG	Corumbá	Sistema Centro-Oeste. Inclui as minas de Urucum e de Corumbá, localizadas no estado do Mato Grosso do Sul. Opera minas a céu aberto. Em setembro de 2009, foi concluída a aquisição da mina de Corumbá, onde produz minério granulado. Nas minas de Urucum e de Corumbá, processa-se o ROM por meio de britagem padrão, seguida das etapas de classificação, produzindo granulados e finos. Os produtos de minério de ferro dessas minas são entregues aos clientes por meio de embarcações que trafegam pelos rios Paraguai e Paraná. Há também um complexo de manganês e ferro ligas. O escoamento da produção ocorre pelo Porto de Gregóreo Curvo por meio de barcaças pelo rio Paraguai.
8.MG	Itabira, Minas centrais e Mariana, quadrilátero ferrífero. E Tapira, Patos de Minas, Araxá [...]	Sistema sudeste. Há vários complexos mineradores e vários projetos em desenvolvimento: 10 minas de ferro a céu aberto e uma produção, em 2010, de 116,9 milhões de toneladas. A Vale está na Samarco, join venture, com 50% de participação, onde desenvolvem um integrado com mina, planta de pelotização e porto. A Estrada de Ferro Vitória a Minas conecta essas minas ao porto de Tubarão, em Vitória, no Estado do Espírito Santo. As minas do Sistema Sul estão localizadas também no estado de Minas Gerais, no Quadrilátero Ferrífero. As minas da subsidiária da Vale Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR) são operadas pela matriz, devido a uma licença de arrendamento de ativos. O Sistema Sul possui atualmente três principais complexos de mineração: Minas Itabirito (composto por quatro minas, com duas usinas principais de beneficiamento e três usinas de beneficiamento secundárias); o complexo de Vargem Grande (composto por três minas e uma usina principal de beneficiamento); e Paraopeba (composto por quatro minas e três usinas de beneficiamento). A Vale prevê para 2014 a inauguração de uma usina de fertilizantes. Em 2010, a Vale produziu entre 63,3 a 65,3% da energia elétrica consumida nos Sistemas Sudeste e Sul, nas usinas hidrelétricas (Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candango, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II).

9.PA	Parauapebas, Carajás, Ourilândia do Norte, Tailândia,Moju.	O Sistema Norte, localizado em Carajás, no Estado do Pará, contém alguns dos maiores depósitos de minério de ferro do mundo. As reservas estão divididas em – norte, sul e leste - situadas a 35 quilômetros de distância umas das outras. Desde 1985, vêm sendo realizadas atividades de mineração na área norte, que é subdividida em três troncos principais (N4W, N4E e N5). O Sistema Norte possui minas a céu aberto e uma usina de processamento de minério. Por causa do elevado teor (66,7%, em média) dos depósitos do Sistema Norte, não é necessário operar uma planta de concentração em Carajás. O processo de beneficiamento consiste apenas de operações de medição, inclusive peneiramento, hidrociclonagem, britagem e filtragem. Produz *sinter feed* e *pellet feed*. Opera um sistema integrado de rede ferroviária e terminal marítimo de Ponta da Madeira, no Estado do Maranhão. Participa do consórcio que ganhou a licitação para construir a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Opera mina e usina de processamento de níquel em Ourilândia do Norte, no projeto Onça Puma. A fase de comissionamento de Onça Puma já foi concluída e deu-se início ao período de ramp-up em Ourilândia do Norte. Onça Puma é uma mina de níquel construída sobre uma jazida de níquel laterítico saprolítico e tem uma capacidade de produção nominal estimada de 53.000 toneladas métricas de níquel em ferro-níquel, seu produto final. Iniciou a produção em 2010, com 1,93 milhares de toneladas. A mina de Sossego, em Carajás, tem duas áreas principais de cobre, Sossego e Sequeirinho. O minério de cobre é explorado pelo método de mina a céu aberto e o minério ROM é processado por meio de britagem primária e transporte, moagem SAG (um moinho semi-autógeno que utiliza um grande tambor rotativo cheio de minério, água e esferas trituradoras de aço que transformam o minério numa pasta fina), moagem, flutuação de cobre em concentrado, dispensa de refugo, espessador de concentrado, filtragem e descarga. O concentrado é transportado de caminhão até o terminal de armazenamento em Parauapebas e, em seguida, levado pela Estrada de Ferro de Carajás (EFC) até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, Maranhão. A empresa tem o maior trem da América do Sul. Em 2011 adquiriu o controle da Biopalma.

10.PR	Araucária (região metropolitana de Curitiba)	Opera uma fábrica de fertilizantes nitrogenados.
11.RJ	Rio de Janeiro...	Sede central da Vale. Tem uma das maiores e mais modernas siderúrgicas do mundo, a Thyssemkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico, uma parceria entre Thyssemkrupp Steel (com 73,13% de participação) e a Vale. Aí está situado o Complexo Portuário Sul, que destaca-se pelo transporte de minério de ferro, e é composto pelo Terminal de Ilha Guaíba, em Mangaratiba, e pelo Terminal da Companhia Portuária Baía de Sepetiba, em Itaguaí.
12.RS		A Vale Tem participação na Usina Hidrelétrica de Machadinho, no Rio Pelotas, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
13.SC		Participação na Usina Hidrelétrica de Machadinho.
14.SP	São Paulo, Cajati, Guará, São José dos Campos	Dois escritórios da Vale: um para tratar de logística e outro cuida de fertilizantes. Opera minas em Cajati e plantas de processamento em Cajati, Tubarão e Guará e tem um centro tecnológico em São José dos Campos.
15.SE		Está situada a mina Taquari-Vassouras, o primeiro local de exploração de potássio no Brasil. Aí a Vale prevê a maior planta para a exploração de potássio do Brasil, que deve entrar em operação em 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor (2011), a partir do site da Vale.

4.3 PRINCIPAIS PRODUTOS DA VALE NO PARÁ E NO BRASIL

A Vale, segunda maior mineradora do mundo, opera com um amplo portfólio de produtos e serviços: minério de ferro, pelotas, manganês, ferro ligas, carvão, níquel, cobre, metais do grupo platina (PGM), outros metais precisos, potássio, energia, biodiesel, bauxita, caulim, fertilizantes, serviços de logística entre outros produtos e serviços.

Tabela 2 - Receita operacional de cada uma das principais linhas de negócio da Vale

	Exercício findo em 31 de dezembro.					
	2008		2009		2010	
	(milhões de US$)	(% do total)	(milhões de US$)	(% do total)	(milhões de US$)	(% do total)
Material a granel:						
Minério de ferro	US$ 17.775	46.2%	US$12.831	53.6%	US$26.384	56.8%
Pelotas	4.301	11.2	1.352	5.6	6.402	13.7
Manganês	266	0.7	145	0.6	258	0.6
Ferro ligas	1.211	3.1	372	1.6	664	1.4
Carvão	577	1.5	505	2.1	770	1.6
Subtotal – material a granel	US$ 24.130	62.7%	US$ 15.205	63.5%	US$ 34.478	74.2%
Metais base						
Níquel	US$ 5.970	15.5%	US$ 3.260	13.6%	US$3.835	8.2%
Cobre	2.029	5.3	1.130	4.7	1.608	3.4
PGM (Metais do Grupo da Platina).	401	1.0	132	0.6	101	0.2
Outros metais preciosos	111	0.3	65	0.3	72	0.2
Cobalto	212	0.6	42	0.2	30	0.1
Alumínio	3.042	7.9	2.050	8.6	2.554	5.5
Subtotal – metais base	US$ 11.765	30.6%	US$ 6.679	28%	US$ 8.200	17.6%
Fertilizantes	295	0.8	413	1.7	1.846	4.0
Serviços de logística	1.607	4.2	1.104	4.6	1.465	3.2
Outros produtos e serviços(1)	712	1.9	538	2.2	492	1.1
Receita operacional total	US$ 38.509	100%	US$ 23.939	100%	US$ 46.481	100%

(1) Inclui caulim. *pig iron* e energia.

Fonte: Vale (2010, p.15)

4.3.1 Minério de ferro e pelotas

Em que pese a diversificação dos produtos e a expansão geográfica, no mundo, no Brasil e no Estado do Pará e o crescimento das transações comerciais e do lucro da empresa, o principal produto continua sendo o minério de ferro, com 56,8% das operações da empresa, que somado com os itens pelotas (de ferro), respondem por 70,5% do total das operações da Vale, em 2010. (Tabela 2). É a maior produtora de minério de ferro do mundo.

No Brasil a empresa desenvolve atividade econômica em 15 estados. Para as operações com minério de ferro, pelotas e outros minérios e serviços de logística de transporte, a empresa utiliza 3 sistemas: sistema Sudeste (estados de Minas Gerais e Espírito Santo); sistema Sul e Centro-oeste (estados de Minas Gerais e Mato Grosso de Sul); sistema Norte (estado do Pará e Maranhão). “Os sistemas Norte e Sudeste estão plenamente integrados e consistem de minas, ferrovias, terminais marítimos e instalações portuárias. O Sistema Sul consiste de três minas e dois terminais marítimos”. (COMPANHIAVALE..., 2010, p.15). A produção de ferro da Vale, em 2010, está assim distribuída espacialmente: 67,86% nos

sistema Sul e Sudeste (estado de Minas Gerais); 30,78% no sistema Norte (Estado do Pará)[12]; 1,36% sistema Centro-oeste. Destacam-se, portanto, na produção do minério de ferro os estados de Minas Gerais e Pará.

Dados de 2008 indicam que as principais empresas produtoras de minério de ferro no Brasil são: Vale-79%, CSN-7,4%, Anglo American/MMX-3%, outros - 10,6%. As Principais empresas produtoras no mundo: Vale, Rio Tinto, Anglo American. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2009). É graças à produção e exportação de minério de ferro que a Vale é a maior empresa privada do Brasil e da América Latina e vem expandindo suas atividades investindo em novas descobertas e aquisições de reservas de minério de ferro.

As reservas brasileiras de minério de ferro, quando comparadas com as reservas básicas (medidas e indicadas) no mundo, de 370 bilhões de toneladas posicionam-se em quinto lugar com quase 8% destas reservas. As empresas distribuídas por categoria de porte estão caracterizadas pela produção bruta, e, são identificadas 39 empresas que operam 58 minas (todas a céu aberto) que utilizam 54 usinas de beneficiamento. A recuperação média dessas usinas entre produto bruto e comercial é de cerca de 75%. Via de regra as usinas de tratamento de minérios (UTM) estão localizadas junto às minas e recebem minério bruto de outras minas da mesma empresa para beneficiamento. (BRASIL, 2009).

Em 2007, quando o mundo registrava uma produção de 1,6 bilhão de toneladas (Bt), o Brasil com produção de 355 milhões de toneladas (Mt) participa com 22% da produção mundial, disputando com a China, com produção de 330 Mt (produção beneficiada calculada pela *United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD*) o primeiro lugar no *ranking* mundial. A considerar as exportações mundiais de minério de ferro da ordem de 854,6 Mt em 2007, acima dos 786,6 Mt de 2006, o Brasil participa com 31,4 % em 2007 e com 30,8% das exportações mundiais de 2006. (WORLDSTEEL, 2009 apud DA COSTA, 2011).

A indicação das reservas lavráveis, contempla Minas Gerais com 9,5 bilhões e Pará com 1,2 bilhões de toneladas, junto com Mato Grosso do Sul com 710 milhões são os Estados que devem suportar a produção prevista para os próximos 20 anos. Estas reservas confrontadas com a produção de 2005 destes estados mostram um horizonte de exaustão de 32

[12] A extração do minério de ferro no sistema Norte ocorre toda no Estado do Pará, na Província Mineral de Carajás. No Maranhão tem uma usina de pelotização e o Porto Marítimo, conectado à Província Mineral de Carajás através da (EFC da Vale, comprada no leilão de privatização.

anos em Minas Gerais, 142 anos no Mato Grosso do Sul e 15 anos para o Pará. Portanto, nos dois grandes Estados produtores (MG e PA), as reservas não são muito confortáveis para suportar um aumento de produção para os próximos anos até 2030. As reservas inferidas e novos recursos precisam ser transformados em reservas lavráveis para atender confortavelmente as previsões futuras de abastecimento do mercado nacional, e para atender as exportações, se mantida a posição de país exportador de bens minerais primários. (BRASIL, 2009).

Tabela 3 - Produção de minério de ferro da Vale no Brasil

Mina/Usina	Tipo	Produção no exercício findo em 31 de dezembro			Taxa de recuperação
		2008	2009	2010	
		(milhões de toneladas métricas)			(%)
Sistema Sudeste					
Itabira					
Cauê(1)	A céu aberto	21,5	13,8	19,3	68,0
Conceição(1)	A céu aberto	20,3	17,3	19,4	75,2
Minas Centrais					
Água Limpa/Cururu(2)	A céu aberto	4,7	1,4	5	52,9
Gongo Soco	A céu aberto	5,0	2,7	6,8	90,1
Brucutu	A céu aberto	26,4	23,6	29,7	79,1
Andrade(3)	A céu aberto	1,4	0,7	–	-
Mariana					
Alegria	A céu aberto	12,3	12,1	13,6	81,8
Fábrica Nova(4)	A céu aberto	14	13,7	12,5	66,9
Fazendão(5)	A céu aberto	9,8	3,1	10,6	100,0
Timbopeba	A céu aberto	–	–	–	–
Total do Sistema Sudeste		115.4	88,5	116,9	
Sistema Sul					
Minas Itabirito					
Segredo/João Pereira(6)	A céu aberto	12,1	8,4	12,4	73,5
Sapecado/Galinheiro(7)	A céu aberto	15,1	9,8	17,7	67
Vargem Grande					
Tamanduá(8)	A céu aberto	9,8	7,3	8,6	83,4
Capitão do Mato(8)	A céu aberto	9,7	8	8,2	83,4
Abóboras	A céu aberto	4,2	5,4	5,2	100,0
Paraopeba					
Jangada	A céu aberto	4,3	–	3,5	98,9
Córrego do Feijão	A céu aberto	8,4	5,6	6,8	79,3
Capão Xavier(9)	A céu aberto	13,5	10,9	9,3	82,3
Mar Azul	A céu aberto	3,5	–	3	100,0
Total Sistema Sul		80.5	55,2	,7	
Sistema Centro-Oeste					
Corumbá	A céu aberto	–	0,4	2,8	62,9
Urucum	A céu aberto	1	0,5	1,4	55,3
Total Sistema do Centro-Oeste		1	1	4,2	
Sistema Norte					
Serra Norte(10)					
N4W	A céu aberto	44,3	31	30,2	92,4
N4E	A céu aberto	13,2	16,9	34	92,4
N5	A céu aberto	39,1	36,8	37	92,4
Total Sistema Norte		96,5	84,6	101,2	
Vale		293,4	229,3		
Samarco (11)		8,3	8,6	10,8	57,2
Total		301,7	238	307,8	

(1) O ROM das minas Minas do Meio e Conceição é enviado para as plantas de concentração de Cauê e de Conceição.
(2) Minas e usinas de Água Limpa/Cururu pertencem à Baovale, na qual possuímos 100% das ações com direito a voto e 50% das ações totais. Os dados de produção para Água Limpa/Cururu não foram ajustados para refletir o nosso controle acionário.
(3) O contrato de arrendamento da planta de Andrade foi rescindido em 2009.
(4) Includes Alegria e Fábrica Nova usinas e minas, e Fazendão minas. O minério da Fabrica Nova é enviado para as plantas de Alegria e Fábrica Nova. O minério de Fazendão é enviado para a usina de Alegria e Samarco.
(5) O minério de Fazendão é enviado para a planta de Alegria e Samarco.
(6) Segredo. O minério de João Pereira é processado na planta Fabrica.
(7) O minério de Galinheiro e Sapecado é processado na planta Pico.
(8) O minério de Tamanduá e Capitão do Mato é processado na planta de Vargem Grande.
(9) O minério de Capão Xavier é processado na planta de Mutuca.
(10) Todo o minério da Serra Norte é processado na planta de Carajás.
(11) Os dados de produção de Samarco, na qual temos uma participação de 50%, foram ajustados para refletir o nosso controle acionário.

Fonte: VALE (2010, p. 26).

A participação do minério de ferro no faturamento total da Vale representou 46,2% em 2008; 53,6% em 2009; 56,8% em 2010, o que significou em termos de valores US$17.775 (dezessete bilhões setecentos e setenta e cinco milhões de dólares em 2008; US$ 12.831 (doze

bilhões oitocentos e trinta e um milhões de dólares em 2009; US$ 26. 384 vinte e seis bilhões trezentos e oitenta e quatro milhões em 2010.

A Vale opera 10 plantas de pelotização no Brasil e tem duas pelotizadoras em Omã entrando em produção. Tem participação de 50% em uma *joint venture* que possui três usinas integradas de pelotização no Brasil e uma participação de 25% em duas companhias pelotizadoras na China. (COMPANHIA VALE..., 2010, p. 15). O total da produção do minério de ferro e pelotas da Vale é procedente dos três sistemas mencionados, do Brasil.

A receita operacional total da empresa foi de US$ 38.509 (trinta e oito bilhões e quinhentos e nove milhões de dólares) em 2008; US$ 23.939 (vinte e três bilhões e novecentos e trinta e nove milhões de dólares) em 2009; US$ 46.481(quarenta e seis bilhões quatrocentos e oitenta e um milhões de dólares) em 2010. (Ver tabela 3). Se considerarmos o faturamento de minério de ferro e pelotas, em 2010, que totalizam 70,5% do faturamento, teremos um valor US$ 32.786 (trinta e dois bilhões e setecentos e oitenta e seis milhões de dólares). Restam US$13. 695 (treze bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões) de dólares para todos os outros itens que compõem a receita da empresa no referido ano. Esses números indicam a importância que tem o minério de ferro para o crescimento do lucro líquido da Vale, de US$ 17.453 (dezessete bilhões e quatrocentos e cinqüenta e três milhões) de dólares, em 2010. Embora a empresa esteja atuando em 38 países, todo esse bem mineral primário, minério de ferro, sai do território Brasileiro, 30,78% da Província mineral de Carajás, no Pará.

O Estado do Pará, sistema Norte da Vale, é o segundo maior produtor nacional de minério de ferro, depois do Estado de Minas Gerais. A participação da produção de minério de ferro do Pará na produção total da Vale foi de 96,5 milhões de toneladas métricas em 2008; 84,6 milhões de toneladas métricas em 2009; 101,2 milhões de toneladas métricas em 2010, representando 31,98% em 2008; 35,54% em 2009 e 30,78% em 2010 do total da produção de minério de ferro da empresa. A produção total de minério de ferro da Vale foi da ordem de: 293,4 milhões de toneladas métricas em 2008; 338 milhões de toneladas métricas em 2009; 307,8 milhões de toneladas métricas em 2010, conforme pode ser observado na tabela 3.

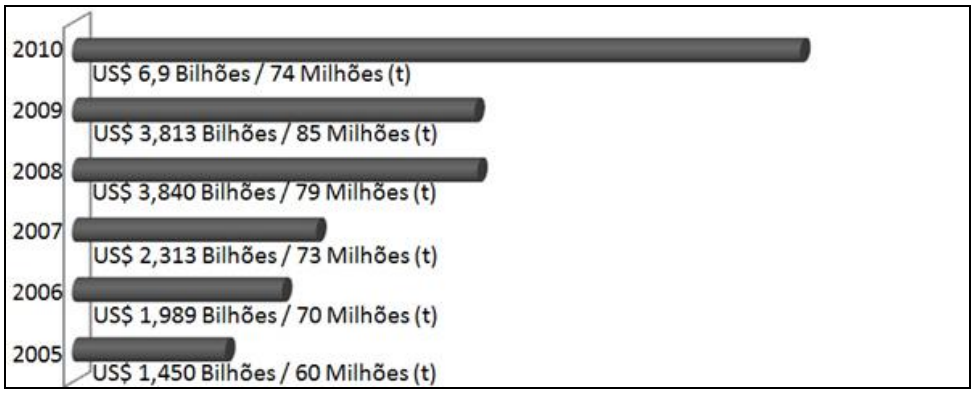
A Vale é a empresa responsável pela extração de minério de ferro no Pará, tendo atingido a produção de 101,2 toneladas métricas em 2010, tem duas plantas de ferro gusa situadas no Pará e uma usina de pelotização em São Luís do Maranhão. Se considerarmos os valores que constam na tabela 3, onde estão elencadas as operações por produto, em termos

proporcionais teríamos a seguinte participação do ferro de Carajás no total das operações da Vale: US$ 5.684.445.000,00 em 2008; US$ 4.598.630.400,00 em 2009; US$ 8.594.136.810,00 em 2010.

Acontece que o minério de ferro da Província Mineral de Carajás é o ferro de mais alto teor de hematita contida que a Vale oferece ao mercado mundial, e dado a esse diferencial do produto de Carajás, a empresa pode receber um valor médio de US$ 21,60 a mais do que recebe pelo minério dos sistemas Sul e sudeste, pois se acrescenta US$ 6,00 por cada 1% adicional de hematita contida a partir de 62% de hematita. E o teor do minério de Carajás é de 66,7% de hematita contida. O preço médio da tonelada de minério de ferro no 3º trimestre de 2010 foi de US$ 126, mas o melhor minério chegou a US$ 148. A partir desses dados, Pinto (2010) conclui que "o ganho marginal da Vale pelo teor do minério de ferro de Carajás, o melhor do mundo, será de US$ 2 bilhões" em um trimestre de bom desempenho. Esse ganho marginal, estimado, elevaria a participação do sistema Norte para mais de US$ 10.500.000.000,00 (dez bilhões e quinhentos milhões) de dólares no total do faturamento bruto da Vale referente ao item minério de ferro, no ano de 2010.

A Vale (2010) estima a exaustão das minas de ferro em Carajás para as seguintes datas: Serra Norte (N4W, N4E, N5) para o ano de 2030; Serra Sul, para o ano de 2061; Serra Leste, para o ano de 2039. O Banco Mundial que contribuiu com a elaboração do Plano Nacional de mineração 2010-2030 do Governo brasileiro é menos otimista, estabelece um horizonte de 15 anos para a exaustão das reservas conhecidas no Estado do Pará.

Gráfico 5- Exportação do Estado do Pará (Cotação média em US$ FOB/Toneladas)



Fonte: MDIC/SECEX

Os principais destinos do ferro de Carajás são China, Japão, Alemanha, Coréia do Sul e Itália. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO et al., 2011, não paginado).

No sistema Norte a Vale possui uma usina de pelotização em São Luís do Maranhão que recebe o minério de ferro procedente de Carajás, transportado pela estrada de ferro da Vale, adquirida no leilão de privatização da CVRD. A usina no ano de 2006 produziu 6.960 milhões de toneladas de pelotas, em 2007 produziu 7,053 milhões de toneladas, deu recesso aos empregados de 23 de dezembro de 2008 ao dia 4 janeiro de 2009. Segundo a Vale, a planta teria voltado a operar normalmente. No relatório de 2010 não está especificada a produção dessa usina.

Em 2010, a China respondeu por 42,9% dos embarques de minério de ferro e pelotas e a Ásia, como um todo, por 60,7%. A Europa respondia por 20,7%, seguida do Brasil, com 13,7%. Os 10 clientes mais importantes da Vale compraram, coletivamente, 130,2 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas da Vale, o que representa 44% das vendas de minério de ferro e pelotas em 2010 e 45% da receita total de minério de ferro e pelotas, da Vale .

> Em 2010, nenhum cliente respondeu individualmente por mais de 10% dos embarques de minério de ferro e de pelotas de minério de ferro. Em 2010 os mercados asiático (principalmenteo Japão e a Coreia do Sul) e europeu eram os principais mercados das pelotas para alto forno, enquanto que a América do Norte, o Oriente Médio e o Norte da África eram os mercados primários para as pelotas de redução direta. (COMPANHIAVALE..., 2010, p. 16).

4.3.2 Carvão

A Vale produz carvão metalúrgico e térmico por intermédio da Vale Australia Holdings (Vale Austrália), que opera ativos de carvão na Austrália por meio de subsidiárias próprias *joint venture*s não constituídas. Produz também carvão térmico no departamento de Cesar na Colômbia, por intermédio de sua subsidiária Vale Coal Colombia Ltd. Sucursal Colômbia (Vale Colombia). Possui interesses minoritários em produção de coque e operações de carvão na China. (COMPANHIAVALE..., 2010).

4.3.3 Manganês e ferro ligas

A Vale realiza suas operações de Manganês e ferro ligas e produz vários tipos de ferro ligas de manganês por meio de subsidiárias no Brasil, na França por meio da Vale Manganèse France e na Noruega por intermédio da Vale Manganese Norway AS. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.36). As operações da empresa com manganês representaram 0,7% em 2008; 0,6% em 2009; 0,6% em 2010, totalizando em termos de faturamento US$ 266 (duzentos e sessenta e seis milhões de dólares); US$ 145 (cento e quarenta e cinco milhões de dólares); US$ 258 (duzentos e cinquenta e oito milhões de dólares) respectivamente. Em termos de quantidade de manganês produzida ocorreu como segue: Em 2008, 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil toneladas métricas; em 2009, 1.700.000 (um milhão e setecentos mil toneladas métricas); em 2010, 1.700.000 (um milhão e setecentos mil toneladas métricas). No período de 2008 para 2010 a redução na quantidade produzida foi da ordem de 29,16% no total da produção de manganês da Vale, no Brasil. (Ver tabela 4).

Tabela 4 - Produção de manganês da Vale

Mina	Tipo	Produção no exercício findo em 31 de dezembro			Taxa de recuperação
		2008	2009	2010	
		(milhões de toneladas métricas)			(%)
Azul	A céu aberto	2,0	1,4	1,6	65,03
Morro da Mina	A céu aberto	0,1	0,1	0,1	88,88
Urucum	Subterrânea	0,2	0,2	0,2	78,76
Total		2.4	1,7	1,8	

Fonte: Vale (2010, p.30).

A Vale produziu na Mina do Azul em Parauapebas, no Pará, a céu aberto 2,0 (dois milhões de toneladas métricas) em 2008; 1,4 (um milhão e quatrocentos mil toneladas métricas) em 2009; 1,6 (um milhão e seiscentos mil toneladas métricas) em 2010. (Tabela 4). Essas quantidades representam do total da produção da Vale 84,66% em 2008; 82,35% em 2009; 88,88% em 2010. Toda a produção de manganês da Vale é em território brasileiro e o Pará, a Província Mineral de Carajás, tem uma participação de quase 90% do total desse item na pauta da empresa. E mesmo no momento da retração da produção o estado do Pará continuou aumentando a proporção de sua participação na produção total da Vale.

A produção de ferro ligas da Vale atingiu em 2008, 475 mil toneladas métricas; em 2009, 223 mil toneladas métricas; em 2010, 451 mil toneladas métricas. Uma retração no

período de 2008 a 2010 da ordem de 5,05%. Esses totais anuais envolvem toda a produção da Vale, no Brasil, na França e na Noruega com manganês do Brasil. A produção de ferro ligas da Vale no Brasil diminuiu de 308 mil toneladas métricas em 2008 para 207 mil toneladas métricas em 2010. Uma retração de 32,80%. A produção da Vale Manganèse France evoluiu da seguinte forma: de 55 mil toneladas em 2008 para 138 mil toneladas métricas em 2010. Um aumento da produção da Vale na França da ordem de 143,10% no mesmo período. A produção da Vale Manganese Norway AS, na Noruega, passou de uma produção de 112 mil toneladas métricas em 2008 para 106 mil toneladas métricas em 2010. A produção da Vale na Noruega diminuiu 5,36%.

Tabela 5- Produção de ferro ligas da vale

	Produção no exercício findo em 31 de dezembro		
Empresa	**2008**	**2009**	**2010**
	(milhares de toneladas métricas)		
Vale Manganês(1)	288	99	207
Urucum(2)	20	0	0
Vale Manganèse France(3)	55	45	138
Vale Manganese Norway AS	112	79	106
Total	475	223	451

(1) A Vale Manganês possui cinco usinas no Brasil: Santa Rita, Barbacena e Ouro Preto, no estado de Minas Gerais e Simões Filho no estado da Bahia.
(2) Urucum possui uma usina em Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul.
(3) Em agosto de 2008 fechamos nossos fornos em Vale Manganèse France devido a problemas técnicos e reiniciamos em setembro de 2009.

Fonte: VALE (2010, p.31).

A Vale produz três tipos de derivados de manganês: minério metalúrgico, utilizado principalmente na produção de ferro ligas; dióxido de manganês natural, adequado à fabricação de baterias eletrolíticas; e minério químico, utilizado em várias indústrias para a produção de fertilizantes, pesticidas e ração animal, além de ser usado também como pigmento na indústria de cerâmica. As minas do Azul e Urucum têm minério de alto teor (pelo menos 40% de teor de manganês) enquanto que a mina do Morro da Mina tem minérios de baixo teor. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.35).

O minério de manganês é um dos primeiros minerais com produção regular no Brasil. O início da produção data do século XIX, quando o manganês do Estado de Minas Gerais era exportado para os Estados Unidos para uso siderúrgico. Na região Norte do Brasil a exploração iniciou no território do Amapá, a partir da re-divisão territorial que ocorreu durante a segunda guerra mundial, no contexto dos acordos de Washington (LEAL, 1998).

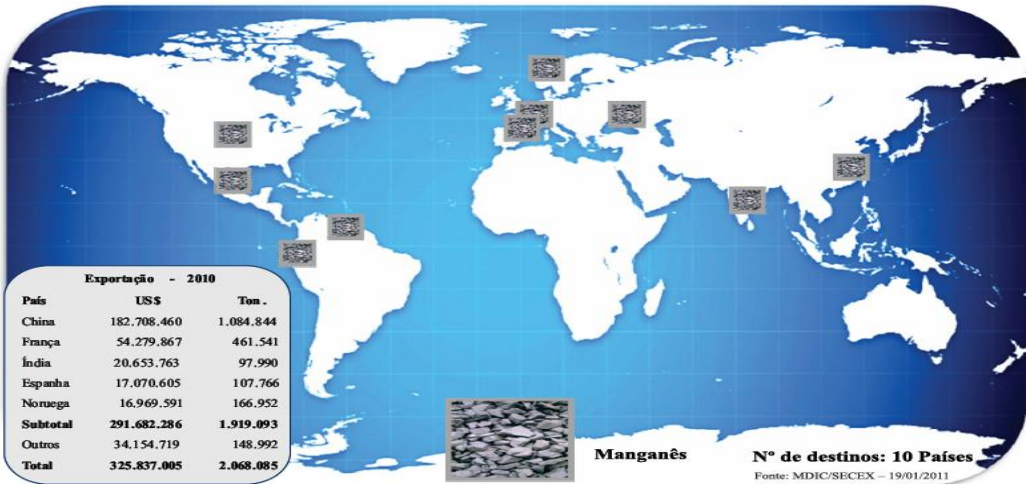
As reservas brasileiras (medidas + indicadas) no ano de 2003 eram da ordem de 131 milhões de toneladas. Em 2008 já atingia 587 milhões de toneladas, motivado pela reavaliação

das reservas existentes no território nacional. O teor médio do manganês das reservas nacionais atinge 32,5%. As principais reservas nacionais estão localizadas nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará. O Estado de Minas Gerais continua sendo o que mais possui reservas, com valor estimado em mais de 511 milhões de toneladas, em seguida aparece o estado de Mato Grosso do Sul com quase 38 milhões de toneladas e o Pará com 25 milhões de toneladas. As reservas localizadas nos demais Estados ainda não são utilizadas de forma expressiva, em virtude dos maiores produtores do manganês em território nacional serem as empresas pertencentes ao grupo VALE que localiza sua produção em sua maioria nos estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul e Pará e a Mineração Buritirama, que concentra sua produção no município de Marabá, no estado do Pará. (PARÁ, 2009).

A redução da produção das empresas do grupo VALE refletiu diretamente na produção nacional, em virtude do grupo responder por aproximadamente 90% da produção nacional. A produção nacional do setor de ferro ligas à base de manganês alcançou 687 mil t (40% de Ferro-Manganês alto carbono-FeMnAc, 51% de Ferro-Silício-Manganês-FeSiMn e 9% de outros). (SANTANA, 2007).

A Vale explora manganês no Pará, no Município de Parauapebas, por meio da Vale Manganês. O minério lavrado em Parauapebas é transportado em caminhões até a planta de beneficiamento, sendo conduzido por meio rodoviário, ferroviário e marítimo para a usina de produção de ferro ligas de manganês, na Bahia, cuja produção é destinada ao mercado externo. O minério de manganês do Pará é destinado para indústrias de aço e ferro ligas de manganês e fábricas de pilhas e componentes químicos, sobretudo, na China, França, Índia, Espanha, Noruega. (PARÁ, 2009).

Mapa 2 - Destino do Manganês do Pará em 2010



Fonte: MDICT / SECEX – (IBRAM, 2011, reelaborada pelo autor (2012).

O Brasil é o segundo maior produtor de Minério de Manganês, com aproximadamente 1,7 milhão de toneladas de concentrado em 2010. Esse número representa 18% da produção mundial que é de 10 milhões de toneladas. A China é a maior produtora desse minério com 24% do total produzido. As reservas de Manganês do Brasil são de 235 milhões de toneladas de minério contido. O Estado de Minas Gerais é onde se localizam as maiores reservas com 87% do total, seguido pelo Mato Grosso do Sul com 6,5%, Pará com 4,3% e outros estados com 2,2%. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO et al., 2011). As empresas produtoras, no Brasil, são a Vale Manganês S.A, e Mineração Buritirama S/A.

4.3.4 Níquel

O níquel é o terceiro item em grau de importância financeira na tabela de operações da Vale, em 2010. Em termos de faturamento, depois dos produtos minério de ferro e pelotas vem o níquel com uma participação de US$ 5.970 (cinco bilhões novecentos e setenta milhões de dólares) ou 15.5% do faturamento, em 2008; US$ 3.260 (três bilhões duzentos e sessenta milhões) ou 13.6% do faturamento, em 2009; US$3.835 (três bilhões oitocentos e trinta e cinco mil) ou 8.2% do faturamento da empresa, em 2010. (Tabela 6). As operações de minas de níquel e processamento são realizadas pela subsidiária integral Vale Canada Limited (Vale Canada, anteriormente Vale Inco Limited), que possui operações de mineração no Canadá e

na Indonésia. A empresa possui também refinarias de níquel no Reino Unido, no Japão, em Taiwan, na Coréia do Sul e na China. Vem aumentando as operações de extração de níquel em Onça Puma, no Município de Ourilândia do Norte, no estado do Pará. Há também um projeto em Nova Caledônia na fase final de comissionamento das operações de níquel. (COMPANHIA VALE..., 2011).

Tabela 6- As operações de níquel da Vale em 2010

Sistema	Local	Operações
Atlântica do Norte	Canadá — Sudbury, Ontário	Minas totalmente integradas, usinas, fundições e refinaria (produzindo níquel refinado e subprodutos)
	Canadá – Thompson, Manitoba	Minas totalmente integradas, usinas, fundições e refinaria (produzindo níquel refinado e subprodutos)
	Canadá – Baía de Voisey, Newfoundland and Labrador	Mina e usinas (produzindo concentrado de níquel e subprodutos)
	R.U.. – Clydach, País de Gales	Refinaria de níquel autônoma (produzindo níquel refinado)
Ásia Pacífico	Indonésia – Sorowako, Sulawesi (1)	Operação de mineração e processamento (produzindo níquel *matte*, um produto intermediário)
	Nova Caledônia — Southern Province (2):	Operação de mineração e processamento (produzindo óxido de níquel e carbonato de cobalto)
	Japão — Matsuzaka(3)	Refinaria de níquel autônoma (produzindo níquel intermediário e refinado)
	Taiwan — Kaoshiung(4)	Refinaria de níquel autônoma (produzindo níquel refinado)
	China — Dalian, Liaoning(5)	Refinaria de níquel autônoma (produzindo níquel refinado)
	Coreia do Sul— Onsan(6)	Refinaria de níquel autônoma (produzindo níquel refinado)
Atlântica do Sul	Brasil — Ourilândia do Norte, Pará	Operação de mineração e processamento (produzindo ferro níquel)

(1) Operações realizadas por intermédio da nossa subsidiária (participação de 59,2%), PT International Nickel Indonesia Tbk.
(2) Operações realizadas por intermédio da nossa subsidiária (participação de 74%),Vale Nouvelle-Calédonie S.A.S..
(3) Operações realizadas por intermédio da nossa subsidiária (participação de 87,2%),Vale Japan Limited.
(4) Operações realizadas por intermédio da nossa subsidiária (participação de 49,9%), Taiwan Níquel Refino Corporation.
(5) Operações realizadas por intermédio da nossa subsidiária (participação de 98,3%), Vale Nickel (Dalian) Co. Ltd.
(6) Operações realizadas por intermédio da Coreia Níquel Corporation (participação de 25%).

Fonte: VALE (2010, p.34).

Tabela 7 - A produção de níquel da Vale

	2008			2009			2010		
	(milhares de toneladas métricas, exceto porcentagens)								
		Teor			Teor			Teor	
	Produção	% Cobre	% Níquel.	Produção	% Cobre	% Níquel.	Produção	% Cobre	% Níquel.
Minas em operação em Ontário:									
Cobre Cliff North	1.165	1,01	1,01	524	0,96	1,06	326	1,13	1,13
Cobre Cliff South(1)	771	1,67	1,48	78	1,45	1,40	–	–	–
Creighton	1.001	1,56	2,14	395	1,57	1,82	426	2,65	3,10
Stobie	2.892	0,65	0,72	1.198	0,64	0,72	775	0,59	0,69
Garson	840	1,72	1,69	328	1,93	1,45	246	2,16	1,60
Coleman	1.425	2,66	1,62	624	3,28	1,64	786	2,74	1,73
Gertrude	124	0,29	0,72	–	–	–	–	–	–
Ellen	–	–	–	–	–	–	86	0,56	0,75
Totten	–	–	–	–	–	–	16	2,54	1,74
Total das operações de Ontário	8.219	1,36%	1,26%	3.145	1,49%	1,19%	2.660	1,78%	1,53%
Operações de Manitoba:									
Thompson	1.320	–	1,77	1.270	–	1,98	1.325	–	1,83
Birchtree	971	–	1,51	769	–	1,48	832	–	1,41
Total das operações de Manitoba	2.291	–	1,66%	2.040	–	1,79	2.158	–	1,67
Minas operacionais de Voisey Bay									
Ovoid	2.385	2,38	3,50	990	2,57	3,20	1.510	2,44	3,20
Total das operações da Voisey Bay	2.385	2,38%	3,50%	990	2,57%	3,20%	1.510	2,44%	3,20%
Áreas operacionais de Sulawesi:									
Sorowako	4.258	–	2,08	3.598	–	2,02	4.176	–	2,00
Pomalaa (2)	417	–	2,29	–	–	–	–	–	–
Total das operações de Sulawesi	4.675	–	2,10%	3.598	–	2,02%	4.176	–	2,00%
Minas operacionais na Nova Caledônia									
VNC	–	–	–	–	–	–	326	–	1,31
Nova Caledônia total das operações	–	–	–	–	–	–	326	–	1,31%
Minas em operação no Brasil									
Onça Puma	–	–	–	–	–	–	1.259	–	1,93
Total das operações no Brasil	–	–	–	–	–	–	1.259	–	1,93%

(1) Esta mina foi fechada indefinidamente desde janeiro de 2009.
(2) Esta mina foi fechada indefinidamente desde maio de 2008.

Fonte: VALE (2010. p.37).

As operações da Vale no Brasil, com o minério de níquel, ocorrem no Município de Ourilândia no estado do Pará. (Tabela 7). No ano de 2010 representaram 1,93% do total do faturamento da empresa no item níquel, com uma produção de 1.259 (um mil duzentos e cinquenta e nove) toneladas métricas. (Tabela 7). É a primeira participação do Brasil na tabela de produção de níquel no relatório anual da Vale, pois a empresa inaugurou no dia 16 de maio de 2011, a unidade de produção de ferro níquel no Projeto Onça Puma[13]. Por meio de nota a empresa informou ao público o evento e aproveitou o momento para mencionar os 33 projetos de investimentos, em curso, e destacar o fato de tratar-se de projetos de baixo custo de investimentos e de geração de valor aos acionistas:

[13] A Vale inaugurou no município de Ourilândia do Norte, sudeste do Pará, seu primeiro empreendimento de exploração de níquel no Brasil. O ato foi marcado pela despedida de Roger Agnelli, que deixou claro que a entrega do projeto níquel foi seu último ato público como presidente da Vale, cargo que ocupou por dez anos.

> **Vale inicia a produção de níquel em Onça Puma**
> Rio de Janeiro, 11 de março de 2011 – A Vale S.A. (Vale) informa que iniciou produção em Onça Puma, uma operação de níquel (mina e planta de processamento) no estado do Pará, com capacidade nominal de produção de 53.000 toneladas métricas por ano de níquel contido em ferro-níquel, seu produto final.
> Em 04 de março de 2011 produzimos o primeiro metal na primeira de duas linhas de produção de ferro-níquel e estimamos que a segunda linha terá a produção iniciada no segundo semestre deste ano. Onça Puma está construída sobre uma jazida de níquel laterítico saprolítico e o investimento total está estimado em US$ 2,841 bilhões, com US$ 146 milhões a serem gastos em 2011 durante o ramp-up.
> Nossa confiança nos fundamentos globais de longo prazo suporta a estratégia de forte crescimento orgânico via o desenvolvimento de projetos de classe mundial para gerar valor para o acionista. De 2011 a 2015, 33 grandes projetos entrarão em operação, aumentando a nossa capacidade de financiamento da expansão das atividades sem a necessidade de alavancar o balanço e estabelecendo a base para a construção de **novas plataformas de criação de valor, mediante desenvolvimento de projetos brownfield com baixo custo de investimento**. (COMPANHIAVALE..., 2011, grifo nosso).

As reservas de minério de níquel no Brasil, predominantemente formadas por minerais lateríticos, estão estimadas em cerca de 10,0 milhões de toneladas de níquel contido, em 2008, e distribuem-se por cinco estados: Goiás, Pará, Piauí, Minas Gerais e São Paulo. Apesar de as estatísticas oficiais não registrarem, a Bahia detém reservas estimadas em mais de 500 mil toneladas de níquel contido. "Entretanto, são nos estados de Goiás e Pará que se concentram mais de 80% dessas reservas e os maiores e os mais importantes depósitos econômicos de níquel do país". (BRASIL, 2009)

O Banco Mundial, no Plano Nacional de mineração 2010-2030 sugere entre outras questões:

> No plano educacional, urge que os governos federal e estadual, notadamente, nos estados do Pará, Goiás e Bahia, busquem ampliar e consolidar a oferta de profissionais de nível médio com perfil próprio para a mineração e a metalurgia do níquel e de outros metais, visto que até hoje, em grande parte, a preparação destes profissionais tem cabido às empresas, quando, na realidade, é um papel de governo. [...] para qualificação de pessoal voltado à atividade de mineração e metalurgia nas principais regiões mineiras do país, principalmente em Carajás e seu entorno, no estado do Pará, e nos distritos níquelíferos do estado de Goiás e Bahia, este último ainda incipiente. (BRASIL, 2009. não paginado).

A mineração do níquel dispõe de fontes internacionais de financiamento de seus projetos, seja através de bancos de investimentos (Banco Mundial, IFC, Eximbank e outros), bancos comerciais e mercados de ações. No Brasil, o Sistema BNDES desponta como o maior banco de investimento com linhas de crédito para o setor mineral, inclusive, participa de projetos da Vale em Carajás, em decorrência dos contratos de risco celebrados na década de 1980. (BRASIL, 2009).

Desde 2003, a mineradora implanta uma infra-estrutura para a lavra de níquel na região que abrange os municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã e São Felix do Xingu. O tempo estimado para a exploração é de 30 a 40 anos com a possibilidade da descoberta de novas jazidas. As áreas das jazidas, consideradas as melhores do mundo, na serra Onça possuem um corpo de aproximadamente 23 Km de extensão, com 3,6 Km de largura, e na serra Puma uma extensão de aproximadamente 22 Km com 3 Km de largura. Deste último corpo, 16 Km estão dentro da reserva indígena Xicrin do Cateté. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA).

Cinquenta e dois contêineres com ferro níquel foram embarcados com destino a Taiwan, Holanda e Japão, cada um deles pesando aproximadamente 25 toneladas. O minério foi trazido via rodovia de Ourilândia até Parauapebas (PA) e de ferrovia até São Luís, quando foi embarcado para a Europa e Ásia, conforme informou o supervisor de equipamentos móveis da Vale, Arthur Wallace Pereira de Figueiredo. “Essa é a primeira operação dessa carga que a Vale está fazendo no Brasil”, destacou o supervisor. [...] O primeiro embarque de 1.078 toneladas de ferro-níquel com 385 toneladas de níquel contido ocorreu no último dia 11 de maio pelo Porto do Itaqui, em São Luís (MA). (MINERAÇÃO SUDESTE PARAENSE, 2011).

4.3.5 Cobre

O Cobre é um item importante do portfólio de produtos da Vale, tendo uma produção no valor de US$ 2.029 (dois bilhões e vinte e nove milhões, em 2008, correspondendo a 5.3% das operações da empresa; em 2009 o valor da produção atingiu US$ 1.130 (um bilhão e cento e trinta milhões, correspondendo a 4.7% do total do faturamento da empresa; em 2010 o valor

da produção foi de US$ 1.608 (um bilhão e seiscentos e oito milhões, o equivalente a 3.4% do faturamento da Vale. (Tabela 8).

Tabela 8 – Produção de cobre da Vale

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a nossa produção de cobre.

Mina	Tipo	Produção no exercício findo em 31 de dezembro		
		2008	2009	2010
		(milhares de toneladas métricas)		
Brasil:				
Sossego	A céu aberto	126	117	117
Canadá:				
Sudbury	Subterrânea	115	42	34
Voisey Bay	A céu aberto	55	24	33
Thompson	Subterrânea	1	1	1
Externo (1)	–	14	14	22
Total		312	198	207

(1) Processamos cobre nas nossas instalações utilizando recursos adquiridos de terceiros.

Fonte: VALE (2010, p.40).

No Brasil, a Vale produz concentrados de cobre em Sossego, Carajás, no estado do Pará. No ano de 1992, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) associou-se à Mineração Morro Velho (Grupo Anglo American), com participação do BNDES, na constituição da empresa Salobo Metais S.A., objetivando através do projeto denominado Salobo, o que denominam de aproveitamento econômico de metais de cobre, ouro e prata da jazida de Salobo, em Marabá, Estado do Pará.

O concentrado de cobre de Sossego é vendido nos termos de contratos de médio e de longo prazo firmados com usinas de fundição de cobre na América do Sul, na Europa e na Ásia. Há contratos de longo prazo de venda garantida para a totalidade do concentrado de cobre da primeira fase de Salobo para usinas de fundição.

As reservas totais de minério de cobre no Brasil, predominantemente formadas por minerais sulfetados, estão estimadas em cerca de 21,7 milhões de toneladas de cobre contido, em 2005, e distribuem-se por nove estados. São eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo. Entretanto, é no estado do Pará que se concentram mais de 85% dessas reservas e os maiores e os mais importantes depósitos econômicos de cobre do país.

A mineração de cobre brasileira, que ultrapassou o patamar de produção de 220.000 toneladas anuais de cobre contido em concentrado em 2008, é realizada predominantemente nos Estados do Pará e Goiás, que juntos respondem por cerca de 85% da produção do país, sendo que do primeiro Estado provém cerca de 57% do total, em 2005. A concentração da

produção em poucas unidades mineiras é também uma característica observada na mineração de cobre brasileira. Cerca de 97 % da produção de concentrado e de catodo *SX/EW2* provêm essencialmente de dois complexos mineiros - voltados única e exclusivamente à produção de concentrado de cobre, com ouro e prata como subprodutos -, quais sejam: o Complexo Sossego/Sequeirinho, localizado na Província Mineral de Carajás, em Canaã dos Carajás, estado do Pará, e formado por duas frentes de lavra e uma única concentradora, e o Complexo Caraíba, compreendendo uma mina subterrânea e frentes de lavra a céu aberto na área da mina Caraíba, uma única planta de concentração e uma planta hidrometalúrgica para produção de catodo *SX/EW*, todos localizados no Distrito Cuprífero do Vale do Curaçá, em Jaguarari, estado da Bahia, e da mina de Chapada, em Alto Horizonte, Estado de Goiás, que tem o concentrado de cobre e o ouro nele contido como co-produtos. O concentrado de cobre é produzido também como subproduto da mineração de níquel laterítico em Niquelândia, estado de Goiás. (BRASIL, 2009).

Em razão do volume de minério movimentado e do seu baixo valor unitário, todo minério de cobre lavrado no país é tratado em usinas de concentração situadas, sem exceção, na própria área da mina, buscando as mineradoras a obtenção do menor custo de movimentação de minério possível. Na área de produção de catodo de cobre *SX/EW*, o país conta também, desde final de dezembro de 2006, com uma planta hidrometalúrgica de 5.000 tpa3 de catodo de cobre, na Mineração Caraíba para tratar minério oxidado. Além de planta SX/EW, a cadeia do cobre conta hoje com a Usina Hidrometalúrgica de Carajás (UHC), em Canaã dos Carajás, Estado do Pará, implantada pela Vale para tratar concentrados sulfetados da região de Carajás. Objetiva-se comprovar a viabilidade e a eficiência em escala industrial. Para tanto, a UHC operará 21 meses, contados de seu início de operação, em dezembro de 2008. (BRASIL, 2009).

A atual mineração de cobre brasileira caracteriza-se por não ser integrada a jusante na cadeia produtiva. Por outro lado, por ser orientada para mercado, a mineração de cobre destina sua produção tanto para o mercado interno quanto o externo. Internamente, o único cliente da mineração de cobre é a planta metalúrgica da Caraíba Metais S/A, localizada em Dias D`Ávila, Estado da Bahia, a qual por razões estratégicas, comerciais e operacionais, compra cerca de 20% de suas necessidades de concentrado de produtores locais.

As atividades de prospecção e exploração mineral para minério de cobre espraiam-se por inúmeros estados, com ênfase, no geral, naqueles onde já ocorrem reservas e recursos de cobre em razão da existência de ambientes geológicos comprovadamente favoráveis, e, em particular, no Estado do Pará, em áreas circunscritas à Província Mineral de Carajás ou em regiões promissoras no seu entorno, bem como na região abrangida pelo município de Alta Floresta d'Oeste, no Estado de Rondônia.

A mineração de cobre brasileira é conhecida por ter um elevado nível de concentração, estando sob controle de apenas três empresas mineradoras a quase totalidade da oferta de concentrado de cobre no país (97,4%), no ano de 2008.

A Cia. Vale do Rio Doce é a líder do segmento e responde por cerca de 56,9% da oferta, seguida pela Mineração Maracá S/A (28,5%) e Mineração Caraíba (12,1%). A partir de 2016, com a entrada em operação de novos projetos em Carajás, a Vale concentrará mais de 80% da produção de concentrado.

Com exceção da Vale, que é a 2º maior grupo empresarial de mineração do mundo, da canadense Yamana Gold, controladora da Mineração Maracá S/A e da Cia. Níquel Tocantins, parte integrante do Grupo Votorantim, um dos maiores grupos empresarial do país, as mineradoras que produzem concentrado de cobre são empresas de porte médio a pequeno.

A logística de escoamento do concentrado de cobre e do catodo SX/EW produzido no país está baseada no transporte intermodal com predominância do transporte ferroviário. Cabe mencionar que com exceção das minas de Sossego/Sequeirinho e Caraíba, as demais carecem de transporte de custo mais baixo, pois o transporte rodoviário é ainda dominante.

Com exceção da mina da Caraíba, a mais antiga mina de cobre em operação no país, todas as demais unidades produtoras, sejam elas voltadas exclusivamente para mineração de cobre ou tenham o cobre como subproduto, são minas novas e modernas com menos de 6 anos de operação. A produtividade média na mineração do cobre no Brasil situa-se no patamar de 100 toneladas de cobre contido por empregado/ano.

Tanto na lavra quanto na concentração, a mineração de cobre brasileira teve significativos avanços tecnológicos com a entrada da Vale, através da sua mina Sossego, e da Mineração Maracá (controlada da Yamana Gold), através de sua mina de Chapada, na produção de concentrado. Seus projetos de grande escala industrial pelo volume de material movimentado em suas minas (mais de 40 a 60 milhões tpa de minério bruto e estéril) e pelo

volume de minério bruto tratado em suas usinas (de 15 a 20 milhões tpa de minério alimentação) contemplam o que de mais moderno existe em processo e equipamento para lavra a céu aberto e para beneficiamento, impondo, assim, um novo padrão de referência à mineração do cobre no país. Tanto as grandes, quanto as médias e pequenas produtoras, estão em linha com este novo padrão trazido pelas líderes do segmento. (BRASIL, 2009)

Mesmo a Mineração Caraíba, a mais antiga e tradicional mineradora de cobre do país, vem modernizando suas unidades produtivas, de forma não só a aumentar a vida útil de reservas, como também tratar minérios até então antieconômicos ou não susceptíveis à concentração convencional via flotação. Talvez por ser um segmento com uma estrutura industrial praticamente nova e no estado da arte no tocante a processos, equipamentos e gerenciamento, a atual mineração de cobre brasileira é, provavelmente, no setor mineral, a mineração que melhor retrata o equacionamento e o gerenciamento das questões ambientais, nos seus múltiplos aspectos, decorrentes, direta ou indiretamente, de sua atividade.

O mês de junho de 2004 pode ser considerado como um importante marco e divisor da história da mineração de cobre no Brasil, quando a Companhia Vale do Rio Doce – Vale deu início à produção e à comercialização do concentrado de cobre da mina Sossego, na Província Mineral de Carajás, no município de Canaã dos Carajás, estado do Pará. Com esse evento, a mineração brasileira mais que triplica a sua produção de concentrado, passando de um patamar médio de 30.000 toneladas anuais de cobre contido, observado no período 1998-2003, para mais de 100.000 toneladas já em 2004, vindo a atingir 216.000 toneladas em 2008.

Mais do que isso, são criadas as condições básicas para a consecução da auto-suficiência doméstica e para tornar o país um novo *player* no mercado internacional, em médio prazo. A mina Sossego é fruto de um amplo e bem sucedido programa de exploração mineral para metais básicos encetado pela Vale, a partir de meados da década de 1970, na Região de Carajás, que culmina com a descoberta, a caracterização e o desenvolvimento de vários e importantes depósitos de minério de cobre, de médio a grande porte, e considerados de classe internacional, muitos deles com amplas possibilidades de se tornarem minas nos cinco próximos anos. Além de Sossego, encontram-se ali os depósitos de Salobo, Alemão, Cristalino, Alvo 118, Pojuca, Gameleira dentre outros, todos encravados na Província Mineral de Carajás, cujos recursos e reservas podem colocá-la entre as mais importantes províncias cupríferas do mundo. (BRASIL, 2009).

Mapa 3 - Destino do cobre do Pará em 2010

Fonte: MDIC/SECEX (2011) Reelaborado pelo autor (2012).

Os referidos depósitos compõem as maiores reservas de minério de cobre do Brasil, localizadas no distrito cuprífero de Carajás, em Marabá, no Estado do Pará, perfazendo uma quantidade total de 853.140.341 t. As reservas medidas somam 618.108.992 t, com teor médio de 0,93% de cobre, correspondendo a 5.767.411 t de cobre contido. Compreendem os depósitos de Salobo, Cristalino, Sossego, Alemão e 118, a maioria sulfetada, contendo ouro, prata e molibdênio, alvos ainda de pesquisa mineral, passíveis, portanto, de reavaliações de reservas. Em Salobo a mineralização está relacionada a xistos em ambiente vulcano-sedimentar. Constituem as reservas de cobre mais significativas e promissoras do Brasil, de nível internacional, apesar de não estarem, no momento, em fase de produção mineral, contemplando cinco projetos de mineração e produção de cobre.

4.3.6 Bauxita, alumina e alumínio

A bauxita não consta como item separado dentro da tabela de operações da Vale. Não tem grande importância do ponto de vista do resultado financeiro. As três principais empresas produtoras de bauxita no Estado do Pará são: "Alcoa, Mineração Rio do Norte e Norsk Hidro". (SIMINERAL, 2011). Em 2010, essas empresas produziram 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil toneladas) de bauxita. Esse produto é exportado para os Estados Unidos da América, Canadá, Irlanda Ucrânia e Suriname. (SIMINERAL, 2011).

O Brasil é o terceiro maior produtor de minério de Bauxita, com produção em 2010 estimada em 29 milhões de toneladas. Este volume significa 14% da produção mundial, de 205 milhões de toneladas. A Austrália é líder em produção, com 31% do total, seguida pela China com 18%. No Brasil, os principais Estados produtores são: Pará (85%) e Minas Gerais (14%). (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO et al.,2011).

A Vale operava diretamente com exploração de bauxita, alumina e alumínio até fevereiro de 2011. A partir dessa data a empresa opera somente indiretamente, por meio de participações nas empresas produtoras de bauxita, alumina e alumínio, como é explicado pela própria empresa:

> Alumínio. Até fevereiro de 2011, realizamos operações de mineração de bauxita, refino de alumina e fundição de alumínio, por meio de subsidiárias no Brasil. Após várias transações relacionadas finalizadas em fevereiro de 2011, possuímos 22% de participação na Norsk Hydro ASA ("Hydro") que recebemos como parte da remuneração pela transferência da Hydro em nossos interesses na Alumínio Brasileiro S.A. ("Albrás"), Alumina do Norte do Brasil S.A. ("Alunorte") e Companhia de Alumina do Pará ("CAP"). Ainda temos operações de mineração de bauxita, por meio de uma participação de 40% na Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN") e 40% de participação na Mineração Paragominas S.A. ("Paragominas"), que iremos, posteriormente, transferir à Hydro em duas partes iguais em 2013 e 2015. Tanto a MRN como a Paragominas estão localizadas no Brasil. (COMPANHIAVALE..., 2010, p. 21).

Com essa transação, descrita acima, a Vale reduziu bastante sua participação na indústria da transformação mineral no Pará, pois conforme as informações apresentadas no Balanço Mineral do Pará de 2010, elaborado pelo IBRAM, a indústria da transformação mineral no Estado produz aluminada calcinada (Alunorte) e alumínio (Albrás) e ferro gusa. Alumina e alumínio eram processados nas duas empresas, subsidiárias da Vale, que foram negociadas com a Norsk Hidro. O que a vale detém é 20% de participação no total do capital

da Hidro. O resultado dessa negociação imprimiu à Vale no Pará a marca de um grupo empresarial exportador de bens minerais primários.

Portanto, a participação direta da Vale na mineração no Estado do Pará resume-se à indústria extrativa mineral.

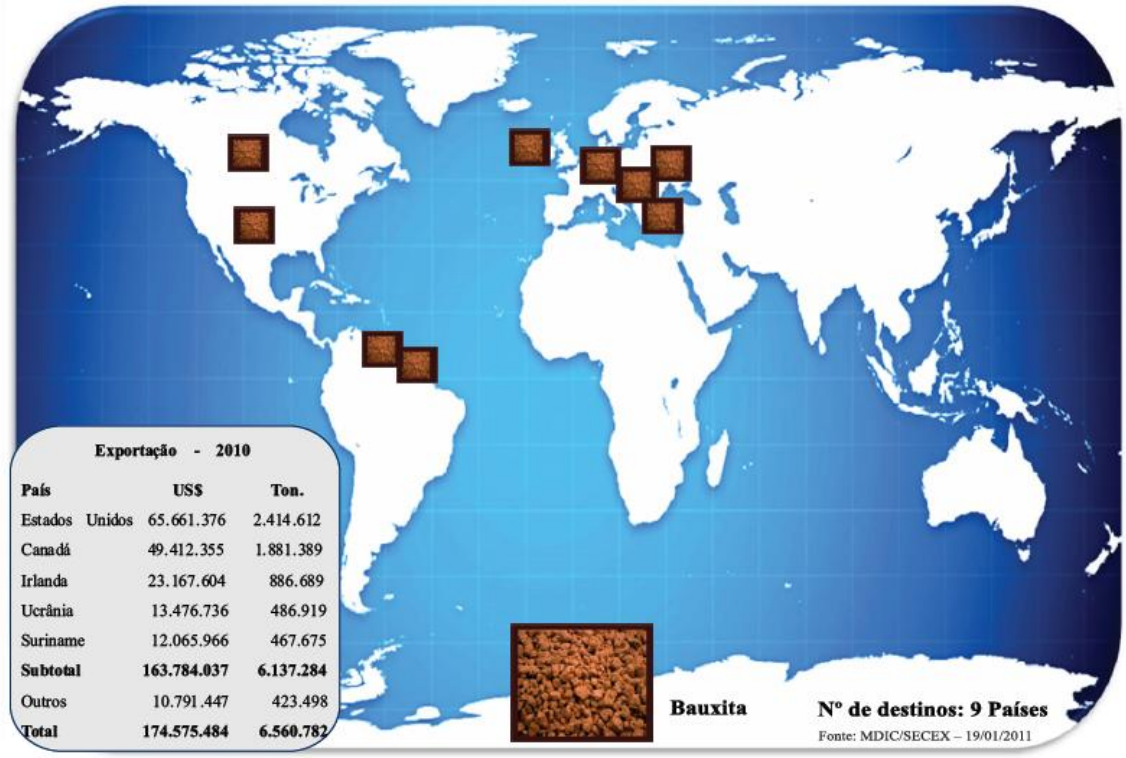
Tabela 9 – produção de bauxita da Vale

A tabela a seguir apresenta informações sobre a nossa produção de bauxita.

Mina	Tipo	Produção para o ano findo em 31 de dezembro			Taxa de recuperação
		2008	2009	2010	
		(milhões de toneladas métricas)			(%)
MRN	A céu aberto	18,1	15,6	17,0	72-77
Paragominas	A céu aberto	4,4	6,2	7,5	60-64

Fonte: VALE (2010, p. 42).

Mapa 4- Destino da bauxita do Pará



Fonte: MDIC/SECEX – (IBRAM, 2011, reelaborado pelo autor, 2012).

4.3.7 Caulim

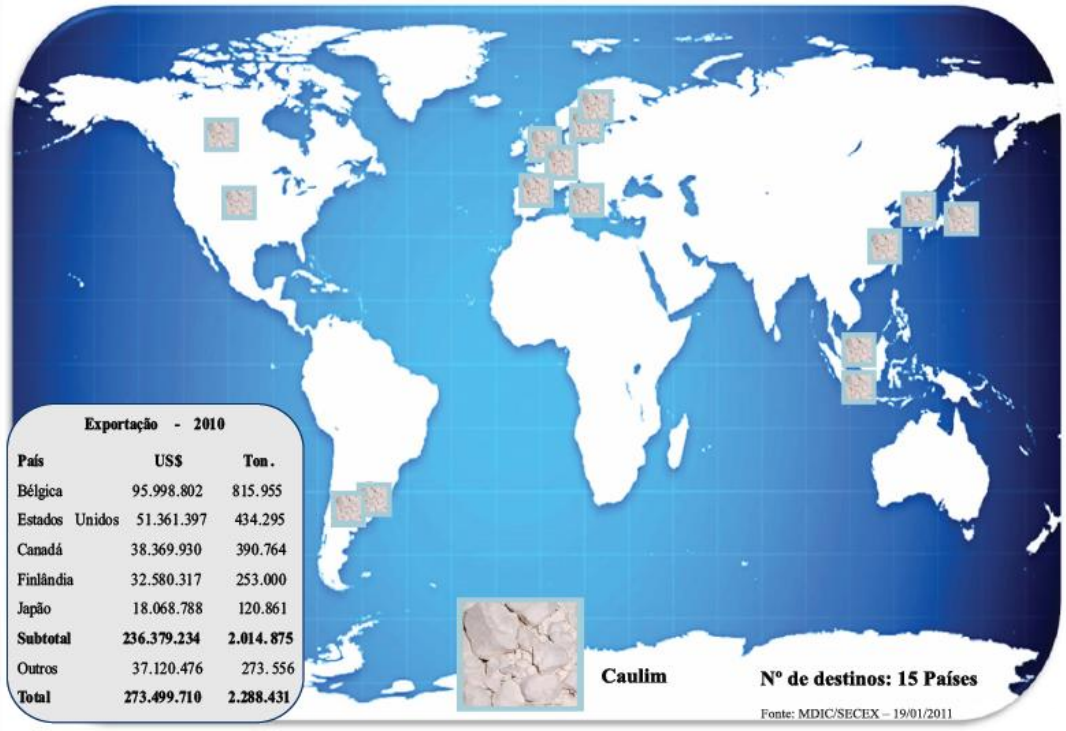
O Brasil é o sexto maior produtor de Caulim, com aproximadamente 2.400 milhões de toneladas em 2010, cerca de 7,8% da produção mundial, que é de 31 milhões de toneladas. Os Estados Unidos são os maiores produtores globais com 17% do total. As reservas de Caulim são abundantes. Quatro países detêm 95% de um total estimado em 15 bilhões de toneladas: EUA 53%, Brasil 28%, Ucrânia 7% e Índia 7%. As reservas medidas brasileiras de Caulim são de 9,4 bilhões de toneladas. São reservas de altíssima qualidade (alvura e pureza) para uso na indústria de papéis especiais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2010).

Os depósitos de caulim hoje conhecidos nos Estados do Amazonas, Pará e Amapá são do tipo sedimentar, caracterizando-se por grandes reservas e com propriedades para diversas aplicações industriais, principalmente em revestimentos de papel (*coating*). Nos demais Estados, verifica-se uma predominância de caulim primário, originado tanto da alteração de pegmatitos como do intemperismo de granitos, destacando-se os Estados de São Paulo, Goiás, Santa Catarina e Paraná. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO 2010).

A CADAM produz caulim para revestimento de papel e realiza pesquisas para buscar outros usos para o caulim e desenvolver um portfólio mais diversificado. “A Vale tem uma participação de 61,5% na CADAM S.A.” (VALE, 2010, p.52), juntamente com BNDES que detém “17% e o Banco do Brasil que possui 22% de participação”. (DA COSTA, 2011, p.37). Localizada na divisa do Estado do Pará com o Estado do Amapá, Em Almeirim, mais precisamente em Monte Dourado, na região amazônica, as reservas da CADAM são principalmente na mina a céu aberto do Morro do Felipe, em Vitória do Jari, no estado do Amapá. O minério é transportado através de mineroduto por debaixo do Rio Jari, da mina para a fábrica, onde é beneficiado para embarque. A usina de beneficiamento e o porto privado estão situados na margem oeste do rio Jari, em Munguba, no Estado do Pará. (VALE, 2010, p. 52). Os produtos da CADAM são os seguintes: Amazon SB, Amazon Premium e Amazon Plus, que são vendidos principalmente nos mercados europeu (Bélgica), asiático e continente americano (Estados Unidos e Canadá); Finlândia e Japão (Ásia). A CADAM

obtém energia da sua própria usina termelétrica. Em 2010, A CADAM produziu 403.000 toneladas métricas de caulim. (DA COSTA, 2011, p.37).

Mapa 5 - Destino do caulim do Pará 2010



Fonte: MDIC/SECEX – (IBRAM, 2011, reelaborado pelo autor, 2012).

4.3.8 Ouro e Prata

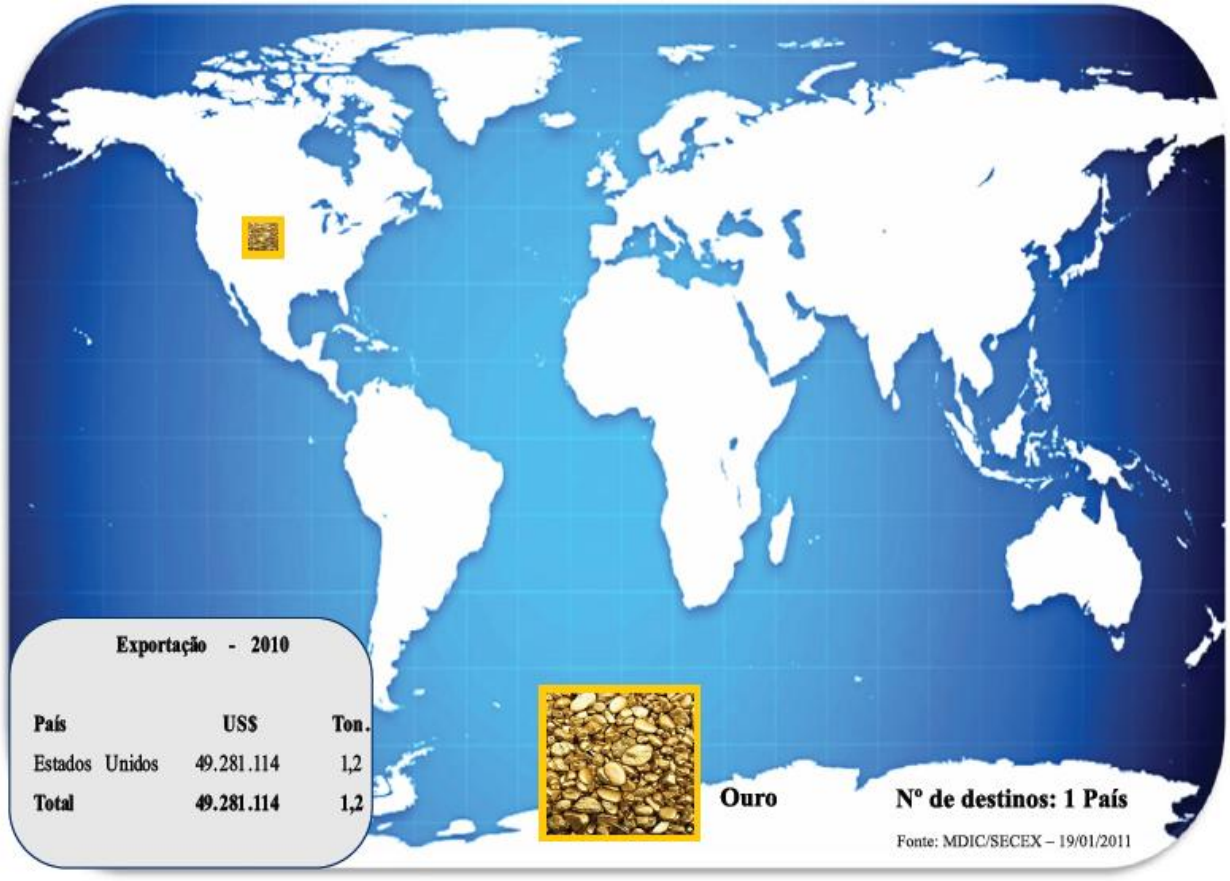
O Brasil é o décimo segundo maior produtor de ouro, com produção estimada de 61 toneladas em 2010. A China é a maior produtora, com 300 toneladas (12% da produção mundial), seguida pela Austrália com 9,3%, pela África do Sul e EUA com 9% cada um. No Brasil, os principais Estados produtores são (dados de 2010): MG (64%), GO (11%), BA (11%) e PA (3%). As principais reservas de ouro estão localizadas na África do Sul (6 mil toneladas), correspondendo a 14% do total mundial. As reservas medidas e indicadas de ouro no Brasil alcançam 1.590 toneladas ou 3,3% das reservas mundiais do minério, distribuídas nos estados do Pará (41,5%), Minas Gerais (37%) Goiás (6,5%) Bahia.(6,3%) e outros (8,7%). (ISTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2010).

Conforme as informações do Balanço mineral do Pará- 2010, o estado do Pará produz 1,2 tonelada de ouro. Toda a produção foi destinada aos Estados Unidos da América. As

empresas que produzem ouro no Pará são : a Vale, Serabi e Reinarda Mineração S. A. A Vale extrai ouro em Canaã dos Carajás, na Mina do sossego, junto com a extração de cobre, pois a empresa estima um teor de ouro, da ordem de 0,3 gramas por tonelada métrica na mina do Sossego e 0,4 gramas por tonelada métricas na Mina do Salobo. (COMPANHIAVALE..., 2010, p. 60). Não foi possível identificar a produção de ouro da Vale em 2010, pelo Relatório da empresa enviado à Bolsa de Valores, pois deve estar incluído no item outros metais preciosos, que tem uma participação de 0,2% no faturamento total da empresa.

Assim está mencionada a produção dos outros metais preciosos: “Produzimos ouro e prata como subprodutos de operações de mineração e processamento de níquel no Canadá. Alguns desses metais preciosos são aperfeiçoados nas instalações de Port Colborne, Ontário e refinados por terceiros no Canadá. (COMPANHIAVALE..., 2010, p.16).

Mapa 6 - Destino do ouro do Pará



Fonte: MDIC/SECEX ; IBRAM (2011) Reelaborado pelo autor (2012).

4.3.9 Ferro gusa

Considerando os três principais produtos, da indústria da transformação mineral no Pará (alumuna calcinada, alumino e ferro gusa), destacados no Balanço Mineral do Pará, 2010 organizado pelo IBRAM, pode-se deduzir que é neste segmento que a Vale participa diretamente na indústria de transformação mineral no Pará, como consta em seu relatório encaminhado à Bolsa de Valores de Nova Iorque:

> Operamos um projeto de ferro gusa no norte do Brasil. Esta operação foi realizada por meio da nossa subsidiária integral Ferro Gusa Carajás S.A. (FGC) até abril de 2008, quando FGC foi incorporada pela Vale. Utilizamos dois mini-altos fornos convencionais para produzir 350.000 toneladas métricas de ferro gusa por ano, usando o minério de ferro das minas de Carajás, no norte do Brasil. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.42)

Como a produção total do Estado foi da ordem de 932 Mil (t), perfazendo um valor total de US$ 375 (trezentos e setenta e cinco milhões de dólares), e como outras empresas operam na produção de ferro gusa e ainda, como não consta ferro gusa na tabela de operações da Vale é de se supor que a produção esteja incluída no item pelotas ou nas 101,2 milhões de toneladas de ferro de Carajás. É importante notar que essa produção de ferro gusa representa a principal participação direta da Vale na indústria de transformação mineral no Pará. O restante faz parte da indústria extrativa mineral. E, como já foi mencionado, a Vale tem participação de 20% na Norsk Hidro.

4.4 SISTEMA DE LOGÍSTICA DA VALE NO BRASIL

Tabela 10 - Infra estrutura de transporte utilizada pela Vale no mundo

Empresa	Negócios	Local	Nossa participação		Nossos Parceiros
			Votante	Total	
			(%)		
Vale	Operações portuárias, marítimas e ferroviárias (EFVM e EFC)	Brasil	100,0	100,0	–
FCA	Operações ferroviárias	Brasil	100,0	99,9	–
FNS(1)	Operações ferroviárias	Brasil	100,0	100,0	–
MRS	Operações ferroviárias	Brasil	37,9	41,5	CSN, Usiminas e Gerdau
CPBS	Operações de terminais marítimos e portuários	Brasil	100,0	100 ,0	–
Log-In	Operações de terminais marítimos e portuários e serviços de logística intermodal	Brasil	31,3	31,3	Mitsui, investidores públicos
PTI	Operações de terminais marítimos e portuários	Indonésia	59,2	59,2	Sumitomo, investidores públicos
SPRC	Operações de terminais marítimos e portuários	Colômbia	100,0	100,0	–
FENOCO	Operações ferroviárias	Colômbia	8,4	8,4	Drummond, Glencore e Comercializadora Internacional Colombian Natural Resources I S.A.S.
Vale Logística Argentina	Operações portuárias	Argentina	100,0	100,0	–
SDCN	Operações de terminais marítimos e ferroviários	Moçambique	51	51	NCI e GESTRA – Gestão e Transportes, SARL; Consórcio de Cabo Delgado, SARL; GEDENA – Gestão e Desenvolvimento, SARL; STP – Sociedade de Tecnologias e Participações, SARL; Niassa Desenvolvimento, SARL; e Moçambique Gestores, SARL
VBG Logistics (Vale BSGR Logistics) Corp	Operações portuárias e ferroviárias	Libéria	51	51	BSG Resources (Guiné)
Transbarge Navigación	Sistema Fluvial no Paraguai e no Paraná (comboios)	Paraguai	100%	100%	–

(1) BNDESPAR possui debêntures da FNS que, a partir de 2018, poderão ser permutadas, a critério do detentor, em uma quantidade de ações ordinárias da FNS representando uma participação minoritária na companhia, conforme determinado pela formula no contrato das debêntures.

Fonte: VALE (2010, p. 46-47).

Na Tabela 10 está apresentada a infra-estrutura logística da Vale, envolvendo operações ferroviárias, portuárias e marítimas, que possibilita a distribuição dos produtos exportados e importados pela empresa. A Vale é detentora de um importante sistema de

logística de transporte no Brasil e no mundo e nos últimos anos vem se organizando para direcionar seus investimentos, como será visto adiante, na ampliação dessa infra-estrutura logística, em vista da expansão das atividades de extração mineral e exportação de bens minerais. A empresa sintetiza seu serviço de logística de transporte, como se lê:

> Somos líderes no fornecimento de serviços de logística no Brasil, com ferrovias e operações portuárias. **Dois dos quatro sistemas de minério de ferro incorporam uma rede ferroviária integrada a um porto e a terminais automatizados**, que fornecem transporte ferroviário para produtos de mineração, carga geral e passageiros, armazenamento nos terminais, serviços de carregamento de navios para operações de mineração e para terceiros. Realizamos o transporte marítimo de granéis a seco e prestamos serviços de rebocadores. Possuímos e fretamos navios para transporte do nosso minério de ferro vendido para clientes em base custo e frete (CFR). Nossos serviços de rebocadores fornecem um serviço eficiente e seguro de reboque em nossos terminais no Brasil. Também possuímos 31,3% de participação na Log-In Logística Intermodal S.A., (Log-In), que presta serviços de logística intermodal no Brasil, na Argentina e no Uruguai e participação de 41,5% na Logística S.A. (MRS), que transporta nossos produtos de minério de ferro das minas do Sistema Sul aos terminais marítimos de Ilha Guaíba e Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. (COMPANHIA VALE..., 2010, p. 16, grifo nosso).

Analisando o breve histórico da empresa, enquanto organização privada e o contexto das privatizações no Brasil é possível verificar que o Estado teve um papel determinante na formação dessa infra-estrutura logística da Vale no Brasil.

4.4.1 Estrada de Ferro Carajás (EFC) e Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM)

Os dois sistemas integrados, mencionados e grifados na citação anterior, tratam-se dos Sistemas Norte e Sistema Sudeste que foram privatizados no ato do leilão de privatização da CVRD. Esses dois sistemas somados com a ferrovia MRS logística, também privatizada, que a Vale tem participação, conforme está indicada na Tabela 10, e que faz a conexão com o sistema Sul, são utilizados para o escoamento do ferro para o porto e terminais marítimos da empresa.

Os dois sistemas, Norte e Sudeste, que constam no primeiro item da Tabela 10, referem-se aos dois complexos mais importantes que eram de propriedade da CVRD no momento da privatização. São os complexos mina-ferrovia-Porto que interligam: 1) as minas da Província Mineral do Carajás, (EFC e Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São

Luís do Maranhão e; 2) as minas do Estado de Minas Gerais ligadas pela Ferrovia Vitória Minas ao Porto de Tubarão em Vitória do Espírito Santo. Os sistemas Norte e Sudeste estão integrados por meio destes dois complexos, que foram adquiridos no ato de privatização da CVRD, em 1997, pela atual Vale. São importantes, por ser o ferro responsável por mais de 70,5% das operações e faturamento da empresa e por estarem as operações de extração de minério de ferro concentradas nos estados de Minas Gerias e Pará. E essa estrutura logística é fundamental no processo de exportação do minério de ferro da Vale.

A Empresa informa em seu relatório do ano de 2010 que: opera a EFC nos termos de um contrato de concessão de 30 anos renováveis, com validade até 2027. Esta ferrovia, localizada no Sistema Norte, começa nas minas de minério de ferro de Carajás, no Pará, e se estende por 892 quilômetros até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, situado perto do porto de Itaqui, no Maranhão. A principal carga da ferrovia é minério de ferro da Vale.

A EFC tem capacidade diária de 313.970 toneladas de minério de ferro. Em 2010, ela transportou um total de 90,4 bilhões tku de minério de ferro. E ainda,

> 341.583 passageiros em 2010. Possui o trem de maior capacidade na América Latina, que mede 3,4 quilômetros de comprimento e um peso bruto de 42.300 toneladas, quando carregado, e possui 330 vagões. Em 2010, a EFC tinha uma frota de 220 locomotivas e 10.701 vagões. (COMPANHIA VALE..., 2010, p. 47).

A Estrada de Ferro Vitória a Minas consiste de duas linhas que se estendem por 601 quilômetros, duplicada nos anos 1960-1970, a fim de permitir deslocamentos contínuos em direções opostas e um ramal de linha única de 304 quilômetros. A Estrada de Ferro Vitória Minas tem capacidade diária de 342.000 toneladas de minério de ferro. Em 2010,

> transportou um total de 78,9 bilhões tku de minério de ferro e outras cargas, dos quais 16,8 bilhões tku, ou 21,3%, foram carregamentos transportados para clientes, inclusive minério de ferro para clientes brasileiros. (VALE, 2010,) A EFVM também transportou um milhão de passageiros em 2010. Em 2010, tínhamos uma frota de 331 locomotivas e 18.967 vagões na EFVM. (COMPANHIA VALE..., 2010, 47).

4.4.2 Ferrovia Centro Atlântica (FCA)

A FCA, na Tabela 10, é o segundo item. Essa ferrovia tinha 7.080 quilômetros de extensão, quando privatizada, em 1996. Era integrante da. (RFFSA). A RFFSA foi criada

mediante autorização da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, pela consolidação de 18 ferrovias regionais, com o objetivo principal de promover e gerir os interesses da União no setor de transportes ferroviários. Durante 40 anos prestou serviços de transporte ferroviário, atendendo diretamente a 19 unidades da Federação, em quatro das cinco grandes regiões do País. A RFFSA operava uma malha que, em 1996, compreendia cerca de 22 mil quilômetros de trilhos (73% do total nacional). (RFFSA, 2012).

Em 1992, a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, a partir estudos, promovidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que recomendaram a transferência para o setor privado dos serviços de transporte ferroviário de carga. Essa transferência foi efetivada no período 1996/1998, de acordo com o modelo que estabeleceu a segmentação do sistema ferroviário em seis malhas regionais, sua concessão pela União por 30 anos, mediante licitação [...]. (RFFSA, 2012, não paginado).

Em 1996 surge a FCA, com a operação do trecho correspondente à antiga Malha Centro-Leste Brasileira: SR2 (Belo Horizonte), SR7(Salvador) e SR8 (Campos). ; em 1999 houve alteração no grupo de controle da FCA. A Vale adquire um percentual do controle acionário da empresa. Em 2003 a Vale assume 99,99% do controle acionário da FCA. (FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA, 2012).

A Ferrovia Centro Atlântica é uma das mais importantes ferrovias do país, sendo considerada como principal e mais eficiente eixo de conexão entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Atravessa mais de 250 municípios brasileiros em sete Estados: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Goiás e São Paulo, além do Distrito Federal. Sua integração a grandes portos como os de Vitória (TVV, Paul, Codesa), Santos; Angraporto (Angra dos Reis - RJ); Terminal de Aratu; Porto de Salvador (BA); Porto de Anápolis - GO e Uberlândia - MG e sua conexão a outras ferrovias, como a Estrada de Ferro Vitória/Minas (EFVM), MRS Logística, Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) e Brasil Ferrovias, fazem da FCA um grande corredor de importação e exportação do País.

A subsidiária da Vale, FCA, opera essa ferroviária com um contrato de 30 anos renováveis, que irá expirar em 2026. A rede centro – leste, hoje com 8.023 quilômetros de trilhos, [...] se conecta com a ferrovia Vitória-Minas perto das cidades de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e Vitória, no Espírito Santo. A FCA opera com a mesma bitola que a ferrovia

Vitória a Minas e oferece acesso ao porto de Santos, São Paulo. Em 2010, a ferrovia FCA transportou um total de 11,4 bilhões tku de carga para clientes. Em 2010, a FCA tinha uma frota de 500 locomotivas e 12.000 vagões e 500 locomotivas monitoradas via satélite (GPS). (COMPANHIAVALE..., 2012).

4.4.3 A Ferrovia Norte-Sul (FNS)

A FNS é o terceiro item da Tabela 10, sobre o sistema de logística da Vale. Desde a segunda metade dos anos 80, do século passado, ainda no governo do presidente José Sarney, a idéia de se construir uma ferrovia que viesse a cortar os Estados de Goiás, do Tocantins e do Maranhão, chegando até o porto de Itaqui em Ponta da Madeira, na capital maranhense de São Luis, se faz presente. A ferrovia foi concebida sob o propósito de ampliar e integrar o sistema ferroviário brasileiro. Ligará Senador Canedo (GO), a Belém, conectando-se, a sul, em Anápolis (GO), com a Ferrovia Centro-Atlântica, da Vale, e, a norte, em Açailândia (MA), com a Estrada de Ferro Carajás, também da Vale.

As obras da ferrovia iniciaram-se em 1987, durante o governo do presidente José Sarney. “Operamos um segmento da FNS que se conecta à ferrovia EFC, permitindo acesso ao Porto de Itaqui, em São Luís, onde está localizado nosso Terminal Marítimo Ponta da Madeira” (VALE, 2010). A Vale Possui uma sub-concessão para a operação comercial durante 30 anos, renovável, de um segmento de 720 quilômetros da ferrovia FNS.

A Ferrovia Norte-Sul é uma ferrovia concessionarizada à Vale S.A. através de licitação realizada pela VALEC-Engenharia Construções e Ferrovias S.A (VALEC) em 2008. Irá atravessar uma boa parte do cerrado brasileiro, com os seus 1,8 milhão de km^2, interligando as regiões Norte e Nordeste à Sul e Sudeste do Brasil, através das Estradas de Ferro Carajás, Centro-Atlântica, Ferroban e Sul-Atlântica, promovendo a integração econômica dessas importantes regiões.

A VALEC tem concessão para a construção e operação da Ferrovia Norte-Sul, cujo traçado, com extensão de 3.100 km, é iniciado em Belém, no Pará, e segue até o município de Panorama, em São Paulo (VALEC, 2012). Esta nova ferrovia cria um novo corredor para o transporte de carga geral, principalmente para a exportação de soja, arroz e milho, produzidos na região centro-norte do Brasil. Em 2010, a FNS transportou um total de 1,52 bilhões tku de

carga para clientes da Vale. Em 2010, a FNS possuía uma frota de seis locomotivas e 440 vagões.

O Estado brasileiro privatizou a RFFSA, no período de 1996 a 1998. O argumento utilizado para justificar a privatização era o de que o Estado brasileiro não tinha recursos para continuar investindo no setor de transporte ferroviário. Com a privatização a Vale adquiriu uma grande parte da estrutura de logística de transporte, ferrovias e portos, como mencionado. No caso da ferrovia Norte Sul, que está sendo construída após a privatização do setor ferroviário brasileiro, o Estado criou uma empresa pública de capital fechado, a VALEC, 10 anos após a privatização da RFFSA, e atribuiu a VALEC, a responsabilidade, entre outras, pela gestão da Ferrovia Norte-Sul, inclusive de receber a concessão e de estabelecer contrato de sub-concessão.

A VALEC-Engenharia Construções e Ferrovias S.A., como é denominada a empresa pública, criada na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, para ser a responsável pela gestão da ferrovia Norte e Sul, construção, concessão e sub-concessão com a iniciativa privada, no caso, com a Vale, que arrematou a sub-concessão como a própria VALEC explica em seu site:

> O expressivo volume de investimento necessário à total implantação da **Ferrovia Norte-Sul** - cerca de R$ 2,5 bilhões - levou à VALEC a buscar um novo modelo de captação de recursos que viabilize a construção dos demais trechos do projeto.
> Os trabalhos para o detalhamento da modelagem fina, realizados em conjunto com a Casa Civil, o Ministério dos Transportes, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, ANTT e o Tesouro Nacional, apontaram para a adoção do modelo de subconcessão, tendo como objeto inicial a construção do trecho ferroviário Araguaína(TO)-Palmas(TO),com 359 km de extensão, e a operação comercial do trecho com 720 quilômetros entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).
> Em 27 junho de 2006, a VALEC iniciou o processo de licitação para contratar a subconcessão e, na primeira etapa realizada em 14 de agosto, as empresas Alvorada Serviços de Engenharia Ltda, ARG Ltda e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) comprovaram sua habilitação jurídica, qualificações técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal para participarem do leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).
> Em 3 de outubro de 2007 a CVRD arrematou, com lance mínimo de R$ 1,478 bilhão, a subconcessão para exploração comercial da Ferrovia Norte-Sul. Nos próximos trinta anos a CVRD será responsável pela operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação deste trecho ferroviário.
> Os recursos **provenientes desta outorga serão utilizados pela VALEC para a construção dos demais trechos da Ferrovia Norte-Sul**, entre os quais, o trecho compreendido entre as cidades de Araguaína e Palmas, no

> Tocantins, com extensão de 359 quilômetros. (VALEC, 2012. não paginado, grifo nosso).

A VALEC-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, controlada pela União e supervisionada pelo Ministério dos Transportes. O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 2.643.139.392,07 (dois bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões, centro e trinta e nove mil, trezentos e noventa e dois reais e sete centavos), representado por 8.090.009 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 100% das ações da empresa. (VALEC, 2012)

As diretrizes traçadas pela diretoria-executiva da VALEC para o exercício de 2009 visaram ao cumprimento de sua função estratégica, resultante das novas atribuições da empresa de construir e explorar a infra-estrutura ferroviária nacional, instituídas pela Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, que atribuiu à empresa a responsabilidade pela construção de novas ferrovias, além de estender o traçado inicial da Ferrovia Norte-Sul (EF- 151), como a empresa explica:

> **O Orçamento Geral da União para 2009 foi aprovado pela Lei nº 11897 de 30/12/08, destinando a VALEC recursos no valor de R$ 1.819.528.047,00.** Em função das alterações orçamentárias aprovadas durante o exercício, o orçamento efetivamente aprovado resultou em R$ 1.510.125.213,00, com limite orçamentário de R$ 1.494.721.567,00, ficando R$ 15.403.646,00 indisponível.
>
> Quanto aos recursos para investimentos em obras, foi disponibilizado o limite orçamentário no total de R$ 1.332.858.964,00, dos quais R$ 1.317.152.499,00 referentes ao PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), correspondendo 99% do total destinado a investimento. O valor restante de R$ 15.706.465,00 oriundos do Plano Plurianual de Investimentos (PPI-2009)–Demais, foram vinculados para aquisição de Equipamentos, na Ferrovia Norte Sul, no trecho Belém/PA – Anápolis/GO, e outras despesas de Investimentos. [...].
>
> A expansão das atribuições da VALEC e as novas ferrovias que lhe foram concedidas, que totalizam mais de 9.000 km, consolidam o Plano de Revitalização de Ferrovias.
>
> Além de reconhecer a importância logística deste modal, ao expandir as atribuições da VALEC, o Governo Federal confirma o papel estratégico representado pela empresa no cenário do desenvolvimento nacional. (VALEC, 2010. não paginado, grifo nosso).

No momento da privatização do patrimônio público o discurso adotado nos documentos de política econômica é o de que o Estado não dispõe de recursos para investimento, portanto, a RFFSA será privatizada para desenvolver o setor com os recursos da iniciativa privada. Após a privatização, no momento da criação da VALEC e do

estabelecimento das políticas de sub-concessão, é afirmado novamente que o Estado não tem recursos suficientes para investir. Apresenta-se a sub-concessão como meio de adquirir recursos para continuar construindo a ferrovia, pois pelo que está determinado na legislação o Estado deve receber 7% do lucro líquido gerado pela concessão e/ou sub-concessão.

Na realidade, a União repassa recursos para a VALEC, como se lê na citação acima. A Valec acumula prejuízo, ano após ano, como se vê em seu relatório financeiro:

> PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 2009 (148.664.222) 2008 (78.331.915)
> Prejuízo por ação (em reais) (18,38) (9,68) (VALEC. DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS, 2012)
> [...]
> c) Prejuízos Acumulados - R$ 538.398.396
> È composto pelo Prejuízo contábil acumulado até o exercício de 2008 no valor R$ 389.734.174, acrescido do prejuízo do exercício de 2009, apurado, também, de acordo com os parâmetros da Lei nº 6404/76, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11638/07 e 11941/09, no valor de R$ 148.664.222. Estes prejuízos são apurados basicamente em função dos efeitos inflacionários da atualização monetária das Reservas de Capital e pela provisão e atualização monetária dos processos trabalhistas impetrados contra a VALEC, a extinta RFFSA e o extinto Geipot. (VALEC, 2010, não paginado).

Em que pese o fato dos recursos da VALEC continuarem saindo do orçamento da União, a empresa continuou acumulando prejuízos líquidos que, em 2010, já ultrapassam a cifra de meio bilhão, mesmo no curto tempo de existência da empresa. Ao passo que os lucros da Vale que detém a sub-concessão da ferrovia, administrada pela Vale, atingiram 30 bilhões de Reais em 2010.

Essa disparidade entre desempenho da empresa privada e da empresa pública só pode ser entendida, quando observamos que embora a sub-concessão seja utilizada pela Vale, a VALEC é a principal responsável pelos gastos com infra-estrutura para a Vale, mais do que a VALEC, sobretudo o Governo Federal, por meio do PAC, continua injetando recursos públicos para criar uma infra-estrutura de transporte, que embora sirva para transportar milhares de passageiros, o que justificaria o emprego de dinheiro público, na prática essa rede de transporte ferroviário visa sobretudo o atendimento dos grandes interesses dos grupos exportadores de minério de ferro e outros bens minerais e importadores de fertilizantes, carvão, combustíveis, além de produtos do agronegócio.

A decisão do atual governo de investir no modal ferroviário está evidenciada por meio do montante de recursos destinados ao setor pelo Programa de Aceleração do

Crescimento – PAC1, dentro do Eixo Infraestrutura Logística, onde estão previstos investimentos de R$ 58,3 bilhões, no período de 2007 a 2010. (VALEC. Ministério dos Transportes. Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias s/a prestação de contas ordinária anual relatório de gestão do exercício de 2009.)

A própria Vale informa o conteúdo transportado pelas ferrovias:

> As principais cargas da EFVM, EFC, FCA e FNS são:
> • minério de ferro e pelotas, transportada para a Vale e clientes;
> • aço, carvão, ferro gusa, calcário e outras matérias-primas transportadas para clientes da Vale;
> • produtos agrícolas, tais como grãos de soja, farelo de soja e fertilizantes; e
> • outras cargas gerais, como materiais de construção, celulose, combustíveis e produtos químicos. (COMPANHIAVALE..., 2010, p. 48).

Foi no dia 9 de maio de 2006, quando da promulgação da Lei de nº 11.297 que ficou estabelecido:

> [...]
> Art. 8º A construção, uso e gozo da EF-151, denominada Ferrovia Norte-Sul, de titularidade da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., dar-se-ão no trecho ferroviário que liga os Municípios de **Belém**, no Estado do Pará, e Panorama, no Estado de **São Paulo**. [...]
> Art. 9º Fica autorizada a construção das ferrovias descritas no art. 6º desta Lei, destinadas à operação de trens de alta velocidade, cujos trabalhos de viabilização e outorga serão coordenados pelo Ministério dos Transportes e regulamentados por instrumentos próprios.
> [...] (BRASIL, 2006. não paginado, grifo nosso).

Em 2012, na volta do feriado da Semana Santa, dia 9 de abril, o Jornal O Liberal estampou uma matéria de capa, com foto do engarrafamento no trânsito na entrada da cidade de Belém e logo apresentava a solução. A matéria informava que o Município de Inhangapi será o novo Eldorado. "[...] O ouro a ser explorado é a iminente chegada de empresas de ponta com atividades na Amazônia e os milhares de empregos a oferecer. O chamariz é a área portuária de 5.800 hectares da Vila de Pernambuco, a 20 quilômetros da Rodovia BR-316 [...] a um passo da BR-010". **(**DESENVOLVIMENTO: PORTO DE PERNAMBUCO ..., 2012).

É como se a partir de uma viagem da equipe de Governo do Estado do Pará a Manaus o empresariado tivesse descoberto uma excelente área portuária e vislumbrado a possibilidade de fazer grandes investimentos nesse município do Nordeste paraense. A matéria do referido jornal mencionava que está prevista a construção de ferrovia interligada ao futuro porto. E anunciava que a construção da ferrovia poderá contribuir para uma maior fluidez do trânsito na entrada de Belém. Certamente a viagem da equipe do Governo do Estado do Pará a

Manaus e a visita do empresariado de Manaus a Inhangapi, não estão motivadas unicamente por razões que se restrinjam aos interesses dos governos e empresariado desses dois Estados do Norte. Pode ser que o novo Eldorado anunciado esteja sim relacionado ao projeto do Governo Federal de estender a Ferrovia Norte Sul até Belém, como se lê na citação acima. Se for, já está sendo dito que virá para atender a demanda do povo do Pará. Mas esta é uma questão a ser aprofundada por outras pesquisas.

4.4.4 MRS Logística S.A. (MRS)

MRS é o quarto item da Tabela 10. A ferrovia MRS tem 1.643 quilômetros de extensão e liga os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Essa ferrovia também era integrante da RFFSA, que foi privatizada nos anos de 1996 a 1998. MRS Logística S.A. é a concessionária que opera a chamada Malha Sudeste da antiga Rede Ferroviária Federal S. A., que era composta pelas Superintendências Regionais SR3 - Juiz de Fora e SR4 - São Paulo.

Foi constituída em agosto de 1996, assumindo a concessão no dia 1º de dezembro do mesmo ano, após a obtenção por cessão dos direitos adquiridos pelo Consórcio MRS Logística, através do leilão de privatização, realizado em 20 de setembro de 1996, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pelo valor de R$888,9 milhões.

Os trechos que foram concedidos para a exploração do transporte ferroviário de cargas, são aqueles que pertenceram às antigas ferrovias, Estrada de Ferro Central do Brasil, nas linhas que ligam Rio de Janeiro a São Paulo e a Belo Horizonte, bem como a Ferrovia do Aço e aqueles pertencentes à Estrada de Ferro Santos-Jundiaí excluídas, em ambos os casos, as linhas metropolitanas de transporte de passageiros no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Suas linhas abrangem a mais desenvolvida região do país interligando as cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Além de se constituir no sistema que une os maiores centros consumidores e produtores do país, as linhas da MRS possibilitam o acesso ferroviário a importantes portos brasileiros: Rio de Janeiro, Itaguaí e Santos, além de atender ao terminal privativo de embarque de minério de ferro de propriedade da MBR, na Ilha de Guaíba na Baía de Angra dos Reis. Em 2010, a ferrovia MRS transportou um total de 144,9 milhões tku de carga, incluindo 60,8 milhões tku de minério de ferro e outras cargas da Vale.

(VALE, 2010, p 48). É essa ferrovia que faz o transporte do minério de ferro do Sistema Sul da Vale.

Portanto, mais de 70% das operações da empresa, que são aquelas relativas ao minério de ferro, são feitas pelas ferrovias que foram adquiridas pela Vale, no processo de privatização do patrimônio público brasileiro, resultante do programa de desestatização, realizado pelo Governo Brasileiro a partir da década de 1990. Foi, portanto, com a participação e apoio do Estado brasileiro que a Vale construiu sua infra-estrutura para operações de logística ferroviária e portuária marítima, que lhe possibilita competir no mercado internacional com o melhor ferro do mundo e com os preços mais competitivos do planeta.

A rede de ferrovias da Vale está conectada a um conjunto de porto e terminais marítimos[14], como informa a empresa no Relatório de 2010:

> Operamos um porto e seis terminais marítimos principalmente como um meio de completar a entrega do nosso ferro e pelotas de minério de ferro a cargueiros a granel que atendem ao mercado transoceânico. [...] Também usamos nosso porto e terminais para trabalhar com cargas de **clientes**. [...] Em 2010, **1,2% da carga administrada em nosso porto e terminais pertencia aos clientes**. (COMPANHIA VALE, 2010, p.48, grifo nosso).

A empresa afirma que do total de carga administrada em seus portos e terminal 1,2% é de clientes. O contrato entre União e a CVRD, que outorga a concessão de Transporte público à CVRD, utilizando a Estrada de Ferro Carajás é um contrato de concessão de transporte público. Mas embora essa infra-estrutura seja utilizada para transporte de passageiros e cargas de clientes, esse número demonstra que, de fato, a estrutura logística de ferrovias, terminais e portos marítimos atende quase que exclusivamente ao transporte de cargas da própria Vale, o que enfraquece o aspecto público do serviço de transporte, pois atende fundamental às necessidades do comércio, exportação e importação, da própria Vale. Posteriormente, serão analisados alguns aspectos do contrato concessão de transporte público na EFC.

4.4.5 Porto de Tubarão

A construção do Porto de Tubarão foi iniciada em 1962, no ano em que foram assinados os primeiros contratos de longo prazo para fornecimento de minério de ferro para o

Japão e a Alemanha. A inauguração ocorreu no ano de 1966. Esse porto foi construído com recursos do Tesouro Nacional e permite o acesso de navios de grande porte. (COMPANHIA VALE..., 2010).

> O Porto de Tubarão ocupa uma área de 18 km², está situado perto do porto de Vitória, no estado do Espírito Santo e possui quatro terminais marítimos. (I) o terminal marítimo de minério de ferro, (II) Terminal Praia Mole, (III) Terminal de Produtos Diversos, e (IV) Terminal de Granéis Líquidos. (COMPANHIA VALE..., 2010, 49).

O terminal marítimo de minério de ferro, localizado nesta área possui dois píers. O Píer I pode acolher dois navios ao mesmo tempo, um de até 170.000 DWT no bordo sul e outro de até 200.000 DWT no bordo norte. O Píer II pode atender a um navio de até 365.000 DWT de cada vez, com profundidade máxima (calado e maré) de 20 metros abaixo da linha d'água. No Píer I há dois carregadores de navio que podem carregar um total combinado de até 14.000 toneladas métricas por hora. No Píer II há dois carregadores de navios que podem funcionar alternadamente e podem carregar, cada um, até 16.000 toneladas por hora. Em 2010, 100,4 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas foram embarcados neste terminal. O terminal marítimo de minério de ferro tem uma capacidade de armazenamento de 2,8 milhões de toneladas métricas. O terminal de Praia Mole é principalmente um terminal de carvão e movimentou 10,7 milhões de toneladas métricas em 2010. O Terminal de Produtos Diversos movimentou 6,6 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes em 2010. O Terminal de Granéis Líquidos movimentou 1,0 milhão de granéis líquidos em 2010. (COMPANHIA VALE, 2010, p.49).

4.4.6 Terminal Marítimo de Ponta da Madeira.

O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira está localizado próximo do porto de Itaqui, no Estado do Maranhão. As instalações do terminal podem acomodar quatro navios. O Píer I pode receber um navio deslocando até 420.000 DWT. O Píer II pode acomodar navios de até 155.000 DWT. O Píer I tem uma taxa máxima de carregamento de 16.000 toneladas por hora. O Píer II tem uma taxa máxima de carregamento de 8.000 toneladas por hora. O Píer III, que possui dois ancoradouros e três carregadores, pode acomodar navios de até 220.000 DWT

[14] Na legislação brasileira porto é de uso público e terminal é de uso privado.

no bordo sul e 180.000 DWT no bordo norte e sua taxa máxima de carregamento é de 8.000 toneladas por hora, em cada carregador. As cargas embarcadas por intermédio do terminal marítimo de Ponta da Madeira consistem principalmente da produção de minério de ferro da Vale. Outras cargas incluem minério de manganês, concentrado de cobre e ferro gusa produzidos pela Vale e ferro gusa e grãos de soja de terceiros. (COMPANHIAVALE..., 2010, p.49).

> Em 2010, 94,2 milhões de toneladas foram movimentadas neste terminal para a Vale e 5,4 milhões de toneladas para **clientes**.
> O terminal marítimo de Ponta da Madeira tem uma capacidade de armazenamento de 6,2 milhões de toneladas métricas. (COMPANHIAVALE..., 2010, 49).

A principal estrutura de logística de transporte da Vale no sistema Norte, que envolve a Estrada de Ferro Carajás e o Porto Marítimo de Ponta da Madeira está sendo ampliada para tornar possível o embarque de 230 milhões de toneladas de ferro de Carajás em 2016. Sua localização torna possível a atracação dos maiores navios, de 420 toneladas, que funcionam como estações flutuantes, verdadeiros depósitos de ferro, que podem abastecer outros navios em alto mar. A ampliação dessa infra-estrutura reduzirá consideravelmente o tempo previsto para exaustão das minas em processo de exploração.

4.4.7 Terminal marítimo de Itaguaí – Cia. Portuária Baía de Sepetiba (CPBS)

O Terminal Marítimo de Itaguaí, inicialmente denominado Porto de Sepetiba, está localizado na cidade de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, adjacente a capital fluminense, foi Inaugurado no dia 7 de maio de 1982, é um dos maiores e mais modernos portos da América Latina.

> A CPBS é uma subsidiária integral que opera o terminal de Itaguaí, no Porto de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro. O terminal marítimo de Itaguaí possui um píer que permite o carregamento de navios de calado de, no máximo, 18 m e até 230.000 de DWT. Em 2010, o terminal carregou 22,6 milhões de toneladas de minério de ferro. (COMPANHIAVALE..., 2010, p.49).

Em 1973, o governo do então Estado da Guanabara, promoveu estudos para implantação do Porto de Sepetiba, destinado a atender, principalmente, ao complexo industrial de Santa Cruz, situado na zona oeste do Rio de Janeiro. Com a fusão dos Estados da

Guanabara e do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975, a implantação do porto ficou a cargo da Companhia Docas do Rio de Janeiro. Com a aplicação das medidas previstas pela Lei nº.8630/93, a Lei de Modernização dos Portos, no porto de Sepetiba, buscava-se a privatização e a modernização de seus terminais para torná-lo especializado no recebimento e transbordo de contêineres. Embora tal meta não tenha sido, até o momento, alcançada, houve sensível transformação no perfil e na posição do porto de Sepetiba no sistema portuário nacional. (RODRIGUES, 2007, p. 88).

Em 2006, o Porto de Sepetiba teve seu nome trocado definitivamente para Porto de Itaguaí. O acesso ferroviário direto ao Porto de Sepetiba é feito a partir do pátio de Brisamar, próximo à cidade de Itaguaí, numa extensão de 1,5 Km em linha tripla. A partir dessa estação, as linhas férreas em bitola larga (1,60 m) interligam-se com a Malha Sudeste da MRS-Logística S/A, atendendo em particular ao triângulo São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e a Malha Centro–Leste, de bitola estreita (1,00 m), arrendada a FCA- Ferrovia Centro –Atlântica S/A, que atende ao restante dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Distrito Federal. Conexões inter-ferroviárias são realizadas através da FEPASA, a partir de São Paulo e Jundiaí, atendendo a todo o interior do estado de São Paulo, e de duas outras empresas que operam na região Centro – Oeste.

Sob o efeito da Lei nº.8630, de 1993, o porto de Sepetiba, atual Itaguaí, no Rio de Janeiro foi considerado uma das prioridades nas políticas públicas destinadas à modernização da infra-estrutura brasileira. A Lei de 1993, destinada à transformação do sistema portuário nacional, resultou da necessidade de adequação dos portos brasileiros às mudanças na organização mundial da produção e nos transportes marítimos, com fortes impactos sobre o conjunto dos portos brasileiros e as atividades direta ou indiretamente ligadas a eles. (RODRIGUES, 2007, p.18).

Em 1996, foi firmado pela CDRJ e pelo BNDES o Protocolo de Petrópolis pelo qual o porto de Sepetiba tornava-se o objeto de um amplo programa de modernização e organização logística destinado à atração de investimentos privados. À CDRJ coube a definição das linhas gerais que orientariam a modernização do porto apresentadas no Plano Diretor Integrado do Complexo Portuário de Sepetiba. (RODRIGUES, 2007, p. 32-33).

As mudanças tiveram início com o arrendamento à iniciativa privada, dos terminais de minério e de carvão, respectivamente em 1996 e 1997. O terminal de minério, TM1, foi

arrendado pela Companhia Portuária Baía de Sepetiba, CBPS, um consórcio liderado pela Ferteco Mineração (do grupo alemão Thyssen Krupp Stahl) e pela Camargo Correia. Este terminal passou ao controle da Companhia Vale do Rio Doce por meio da compra da Ferteco Mineração, em 2001. O terminal de carvão foi arrendado pela Companhia Siderúrgica Nacional. Pelo TECAR são movimentados carvão e coque a granel em importação.

Em 1998, o processo de privatização no porto de Sepetiba avançava com a construção e o arrendamento do terminal de contêineres ao consórcio Sepetiba Tecon S.A., STSA, constituído à época pela CSN e pela CVRD. O novo terminal foi entregue à iniciativa privada com a infra-estrutura básica (acesso marítimo, dois berços de atracação, parte do pátio, linhas férreas etc), ficando o arrendatário encarregado da construção de armazéns e de equipamentos, de prédios administrativos e de um novo pátio. As operações do STSA tiveram início em 1999, com a contratação da empresa alemã Eurogate, operadora de terminais em diversos países do mundo. As primeiras linhas regulares de porta-contêineres de longo curso entrariam em operação somente em 2003. (RODRIGUES, 2007).

O porto de Sepetiba se manteria, assim, como um porto de pouca expressão até a implementação da Lei nº.8630/93. O programa federal de recuperação e modernização do sistema portuário nacional, incluído no Plano Plurianual de Investimentos, 1996-1999, denominado Brasil em Ação, colocava em destaque o antigo porto. O Governo Fernando Henrique Cardoso que deu sequência e organicidade à política de privatização no Brasil foi também o responsável por esse tipo de procedimento: injetar dinheiro público para recuperar o patrimônio e em seguida fazer o repasse à iniciativa privada, por meio dos leilões de privatização. O porto de Sepetiba tem uma história emblemática, cuja lógica pode ser estendida aos demais: construído com recursos públicos, sucateado enquanto patrimônio público, recebe investimento público para ser modernizado e em seguida é leiloado e entregue à iniciativa privada.

4.4.8 Terminal Marítimo da Ilha Guaíba.

O Terminal da Ilha Guaíba começou a operar em 1973 no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro. Conectado à ferrovia MRS, com participação da Vale, é hoje uma das principais áreas privativas para a movimentação do minério de ferro proveniente do sul do Estado de

Minas Gerais. É considerado o terceiro maior porto para minério de ferro no Brasil. As instalações ocupam área de 500 mil metros quadrados.

> Operamos um terminal marítimo na Ilha Guaíba, na baía de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro. O terminal de minério de ferro tem um píer que permite o carregamento de navios de até 300.000 de DWT. Em 2010, o terminal carregou 37,9 milhões de toneladas de minério de ferro. (COMPANHIAVALE..., 2010, p.50).

4.4.9 Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB).

A Vale opera o Terminal Marítimo de Inácio Barbosa, localizado no Estado de Sergipe. O terminal pertence à Petrobras. A Vale e a Petrobras estabeleceram um acordo em dezembro de 2002, que permite à Vale operar esse terminal durante um período de 10 anos. Em 2010, 600 mil toneladas métricas de combustível e produtos agrícolas e aço foram embarcados por intermédio do TMIB. (COMPANHIAVALE, 2010..., p.50).

4.4.10 Terminal Marítimo de Santos (TUF).

A Vale opera um terminal marítimo, por intermédio da subsidiária Vale Fertilizantes, em Santos, São Paulo. O terminal tem um píer que permite o carregamento de navios de até 67.000 de DWT. Em 2010, o terminal carregou 2,1 milhões de toneladas de amônia e sólidos a granel, 10,2% a mais do que em 2009. (COMPANHIA VALE..., 2010, p. 50).

4.4.11 Modalidade de Contratos de concessão de ferrovias

Em 28 de junho de 1997, o Governo Federal outorgou à Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, no processo de sua privatização, a exploração por 30 anos, prorrogáveis por mais 30, das Estrada de Ferro Vitória a Minas e Estrada de Ferro Carajás, utilizadas basicamente no transporte de minério dessa companhia.

As ferrovias EFVM e EFC são concedidas à CVRD por um período de 30 anos prorrogáveis por mais 30 anos. O contrato foi celebrado entre a União por intermédio do Ministério dos Transportes e Companhia Vale do Rio Doce – CVRD para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros na

Estrada de Ferro Carajás em decorrência do resultado de licitação pública sob a modalidade de leilão realizado por intermédio do edital nº PND-A-01/97, CVRD, em 06 de maio de 1997 [...] no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, regido pela Lei nº 8.031de 12 de abri de 1990, e suas alterações, dentro do processo de desestatização da concessionária.

Lendo o contrato e entendendo que a outorga é por um prazo de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos, se for do interesse da empresa e do Estado, se tem a impressão de que se trata de uma outorga pela qual a empresa efetua algum tipo de pagamento. Mas em seguida se lê: "**nenhum pagamento será devido** pela concessionária à concedente em razão da prorrogação do presente contrato". (AGÊNCIA NACIONAL..., 1997, grifo nosso).

E ainda, a cláusula quarta: do preço e do pagamento estabelece o que segue: "em observância aos artigos 27 e 28 da Lei Nº 9074, de 07 de julho de 1995, a concedente dá à concessionária plena e irrevogável quitação, considerando o pagamento realizado do preço de alienação das ações do capital da Concessionária obtido no leilão." (AGÊNCIA NACIONAL..., 1997, CONTRATO de concessão que entre si celebram a União e [...] a CVRD, 1997).

Ou seja, a VALE não paga absolutamente nada pela concessão das Ferrovias e Portos, navios e rebocadores, trens, vagões e tudo o que compõe a sua infra-estrutura de transporte que era da CVRD no momento do leilão, pois tudo isso foi incluído na venda por meio do leilão de privatização das ações da CVRD.

A infra-estrutura de transporte e logística é um dos elementos destacados permanentemente pela Vale como instrumento que favorece a sua competitividade no mercado de bens minerais em todo o planeta. Repete-se, permanentemente, cada vez que se descreve a competitividade de um produto de seu portfólio: "Nossos preços são competitivos pelo baixo custo de transporte[...] que rebaixa os custos dos minérios [...]". (VALE, 2010, p. 29).

O Governo Federal alega que foi com o intuito de aumentar a oferta e melhoria de serviços, que colocou em prática ações voltadas para a privatização, concessão e delegação de serviços públicos de transporte a Estados, Municípios e iniciativa privada. A Lei n.º 8.031/90, de 12 de abril de 1990, e suas alterações posteriores, instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND). O processo de desestatização do setor ferroviário foi iniciado em 10 de

março de 1992, a partir da inclusão da RFFSA no PND, pelo Decreto n.º 473/92. (AGÊNCIA NACIONAL..., 1997).

O Plano Nacional de Desestatização, relativamente à modalidade ferroviária, estabeleceu como principais objetivos os seguintes: "Desonerar o Estado; Melhorar a alocação de recursos; Aumentar a eficiência operacional; Fomentar o desenvolvimento do mercado de transportes; e Melhorar a qualidade dos serviços. (AGÊNCIA NACIONAL..., 1997). Também no setor de transporte ferroviário a justificativa para a privatização foi essa de tornar o setor competitivo, eficiente e moderno. A alegação sempre foi a incompetência do Estado para gerir o setor e a eficiência do setor privado. Na prática o Estado privatizou e continuou atuando no sentido de modernizar o setor, com recursos públicos, para utilização pela iniciativa privada.

A inclusão da Rede Ferroviária Federal S.A. no Programa Nacional de Desestatização através do Decreto n.º 473/92, propiciou o início da transferência de suas malhas para a iniciativa privada, durante um período de 30 anos, prorrogáveis por mais 30. Esse processo também resultou na liquidação da RFFSA, a partir de 07 de dezembro de 1999. A CVRD privatizada tirou proveito do processo de privatização dessa infraestrutura ferroviária estatal que foi colocada em leilões de privatização e com isso a empresa expandiu suas atividade no mundo, no Brasil e no Pará, sistema Norte.

Como se pode observar na Tabela 10 a estrutura logística da Vale envolve, além das ferrovias já analisadas, um conjunto de operações marítimas e portuárias e de logística internacional por meio da gestão de portos e terminais marítimos que são utilizados no transporte de minérios e outros produtos do portfólio da Vale em escala nacional e internacional. O crescimento da rede de infra-estrutura logística dá uma idéia da dimensão do crescimento e da expansão geográfica da empresa:

> A Vale opera uma frota de embarcações de baixo custo, composta dos nossos próprios navios e navios arrendados por meio de contratos de médio e longo prazos, para dar suporte aos nossos negócios de material a granel. Nos últimos anos, adquirimos 22 embarcações capezise. No fim de 2010, 14 das nossas próprias embarcações estavam em operação. Encomendamos 19 unidades de navios de grande porte, cada uma delas com capacidade de 400.000 DWT, e mais quatro embarcações capesize, cada uma delas com capacidade 180 mil DWT. A primeira unidade de grande porte para transporte de minério de ferro foi entregue em março de 2011. Acreditamos que esse serviço possa melhorar nossa capacidade de **oferta dos nossos produtos de minério de ferro ao mercado asiático a preços competitivos e aumentar a nossa participação na China e no mercado transoceânico**. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.50, grifo nosso).

Em 2010, 72,1 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas foram embarcados em base CFR para a China. No sistema fluvial do Paraná e do Paraguai, transportamos minério de ferro e manganês, por intermediário da nossa subsidiária integral Transbarge Navigación, que transportou 1.335.210 toneladas por via fluvial em 2010, e da nossa subsidiária integral Vale Logística Argentina, que carregou 1.629.000 toneladas de minério no Porto Saint Nicolas em embarcações marítimas em 2010. Em 2010, também compramos dois novos comboios (dois barcos empurradores e 32 barcaças), que começarão a operar em 2011. (COMPANHIA VALE..., 2010).

A empresa opera uma frota de 28 rebocadores (23 próprios e 11 fretados) em terminais marítimos no Brasil, nos portos de Vitória, no Espírito Santo, Trombetas e Vila do Conde, no Pará, São Luís, no Maranhão e Aracaju, no Sergipe. Possui 31,3% da Log-In, que opera o segmento de logística intermodal. A Log-In oferece serviços portuários e de transporte de container, marítimo ou ferroviário, além de serviços de armazenamento de container. A Log-In opera embarcações próprias ou arrendadas para navegação de cabotagem, um terminal para container (Terminal Vila Velha - TVV) e terminais multimodais. (VALE, 2010).

Às redes, de transporte, de comunicação e logísticas, é atribuído o papel de estruturação e desestruturação de territórios. (RODRIGUES, 2007, p. 138-142). Considerando ainda que segundo Becker (2006, p. 30): "a logística é um dos principais vetores de reestruturação do território, [...] reduzindo custos e tempo de circulação [...], que a logística agrega valor aos produtos, ela mesma se transformando num serviço de alto valor agregado", pode-se concluir que nesse item o Estado brasileiro e em menor medida o estado do Pará têm contribuído decisivamente para o crescimento da estrutura logística da Vale. É graças a esse apoio do poder público que a Vale tem crescido e expandido suas atividades pelo Pará, pelo Brasil e pelo mundo. Não haveria poder de organização do território se não houvesse uma destinação de recursos públicos para viabilizar a infra-estrutura logística que as grandes corporações, entre elas a Vale, necessitam para suas transações no mercado internacional.

4.5 A CVRD PRIVATIZADA NO PARÁ

Até o início dos anos 1990 a indústria extrativa e a indústria de transformação mineral no Pará estavam concentradas em torno Província de Carajás; no Rio Trombetas, em

Oriximiná; e em Barcarena. A partir do Plano Real, com controle de inflação e abertura de mercado; da Lei de Responsabilidade Fiscal, com controle de gastos públicos; da reforma constitucional de 1995, que alterou a constituição de 1988, mudando o conceito de empresa nacional e permitindo que empresa estrangeira tivesse acesso ao subsolo; da Lei Kandir que desonerou a exportação de produtos primários e semi-elaborados; da privatização da CVRD, que eliminou a chamada rigidez do controle estatal e da gestão pública sobre a empresa e a colocou nas mãos da iniciativa privada como um agente econômico com uma estrutura organizacional de empresa privada, com um ambiente institucional favorável ao crescimento no mercado nacional e internacional. A flexibilidade que a empresa ganha com a privatização somada às mudanças legais que ocorreram no Brasil, constitui elemento importante no processo de crescimento, diversificação e expansão geográfica da atividade de extração mineral no Pará, Brasil e no mundo, e pelo aumento da participação da empresa na formação do PIB do Pará e do Brasil, pelo crescimento da participação da mineração no saldo da balança comercial e pelo superávit contínuo na balança comercial brasileira.

O sistema Norte, da CVRD, que surgiu em torno do PGC, com o complexo mina-ferrovia-porto, ligando a Província Mineral de Carajás ao Porto Marítimo de Ponta da Madeira (TMPM), em São Luís do Maranhão, através da EFC com 892 km, envolve as atividades da empresa no Estado do Pará e Maranhão, onde além do TM PM a Vale implantou uma usina de pelotização, que recebe minérios de Carajás no Pará, processa e faz o embarque no Porto de sua propriedade, parte do seu sistema de logística de transporte, adquirido no leilão de privatização, em 1997.

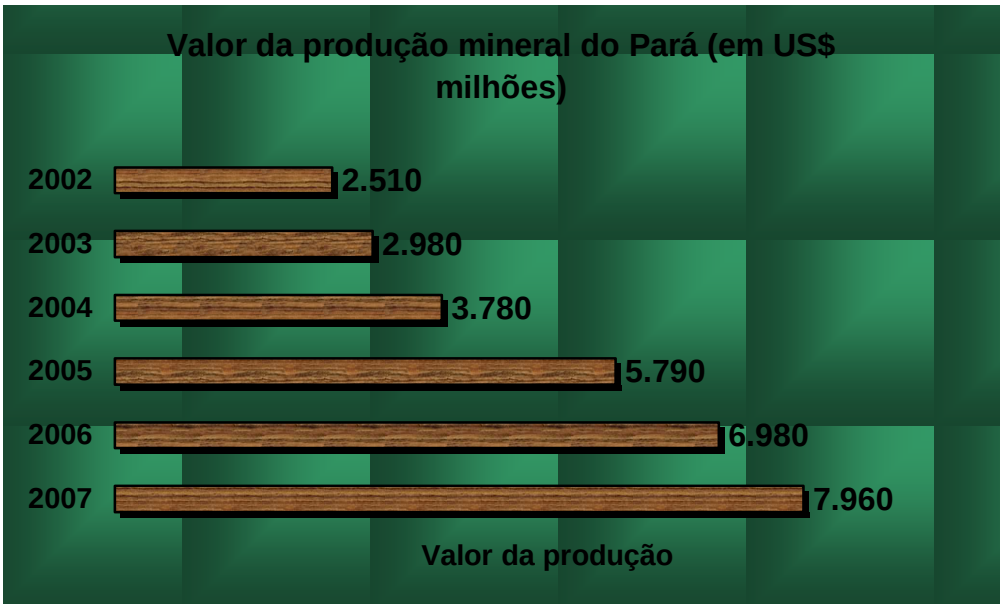
No período posterior à privatização, o sistema Norte passou a representar um espaço prioritário na estratégia de expansão geográfica e diversificação de seu portfólio de produtos para a inserção internacional da Vale. No período de 2001 a 2004 a CVRD informa que investiu US$ 6.4 bi (seis bilhões e quatrocentos milhões de dólares) e que exportou US$ 16,2 bi (dezesseis bilhões e duzentos milhões de dólares), sendo responsável por 18,4% do superávit acumulado na balança comercial brasileira. (COMPANHIA VALE..., 2005). No ano de 2004 informa que investiu US$ 1.956 bi (um bilhão e novecentos e cinqüenta e seis milhões de dólares), concluindo quatro (04) projetos, sendo dois no Estado do Pará: a) a Mina Vale do Sossego, no Pará; b) a expansão da capacidade de produção de minério de ferro em

Carajás, no Pará; c) o Píer do III terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão e; d) a Usina Hidrelétrica de Candango em Minas Gerais.

Em 04 de julho de 2005, iniciou o ciclo do cobre no Pará, explorado pela CVRD, com a inauguração da Mina do Sossego em Canaã dos Carajás e com a definição de implantação de mais cinco (05) projetos de exploração do cobre no Pará: a) Mina de Níquel do Vermelho, em Canaã dos Carajás, que possui reservas lavráveis de 218 milhões de toneladas de cobre, níquel e cobalto; b) Projeto 118, em Canaã dos Carajás, a 6,5 quilômetros da Mina do Sossego; c) Alemão, em Parauapebas; d) Salobo, em Marabá e; e) Cristalino em Curionópolis. O que, segundo estimativas da CVRD, possibilitaria, a partir de 2010, uma exportação anual de 650 mil toneladas de cobre. (INÍCIO do ciclo do cobre no Pará, 2005). Nos anos de 2008, 2009 e 2010 a Vale produziu 226, 217 e 217 toneladas métricas de cobre respectivamente. Diferentemente do que ocorreu com o mercado do minério de ferro, a demanda por cobre em 2010 ainda refletia os efeitos da crise de 2008/2009.

Esses investimentos associados à abundância de minérios no Pará e à infra-estrutura adquirida no leilão de privatização da empresa contribuem para o aumento da produção mineral no Pará e para o crescimento da participação do setor mineral na composição da pauta de exportação e na situação superavitária da balança comercial brasileira, como é mencionado no site da empresa, para o período de 2001 a 2004 e como pode observar nos dados sobre a produção da empresa, já analisados, do período de 2008 a 2010. O crescimento da produção da CVRD reflete diretamente nos dados sobre o valor da produção mineral no Pará.

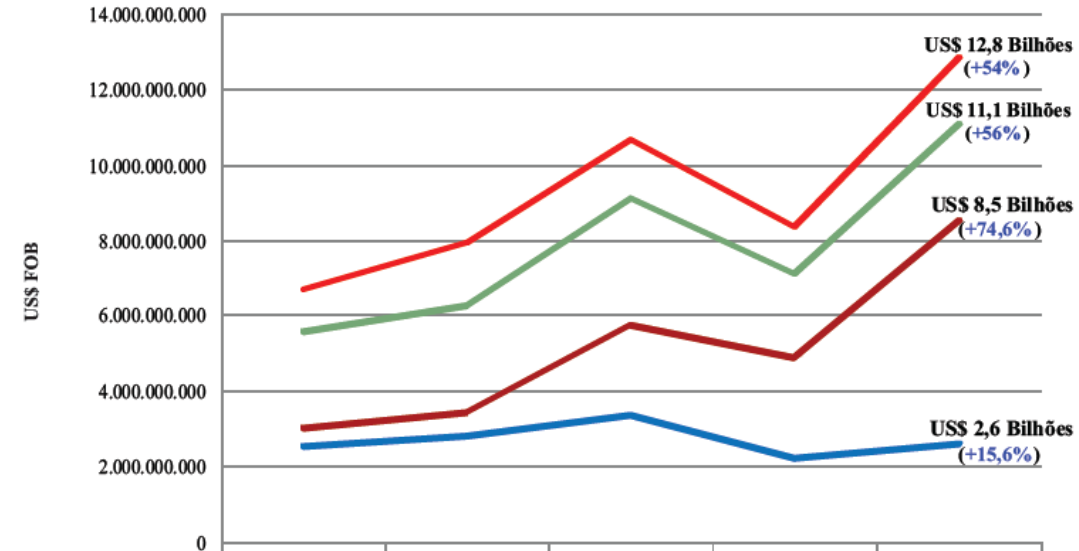
Gráfico 6 – Valor da produção mineral do Pará (em US$ milhões)



Fonte: IBRAM Amazônia. Reelaborado pelo autor (2012).

No gráfico 6 é apresentado o valor da produção mineral no Pará nos anos de 2002 a 2007, período em que a média anual de crescimento ficou em 26% ao ano, atingindo no ano de 2007 um total, em valor bruto, mais que três vezes superior ao valor da produção mineral do ano de 2002. Esse crescimento do valor da produção mineral no Pará reflete a nova estratégia de expansão da empresa inaugurada com a nova governança implantada a partir da entrada do grupo Bradesco para o comando administrativo da organização.

Gráfico 7 - Exportação mineral do estado do Pará 2006 a 2010



	2006	2007	2008	2009	2010
Total Pará	6.707.888.191	7.925.093.138	10.680.295.509	8.345.255.133	12.835.420.476
Total Mineral	5.570.966.697	6.260.249.523	9.127.623.618	7.115.279.993	11.103.121.086
Extrativa Mineral	3.016.311.718	3.430.745.040	5.772.014.800	4.874.956.166	8.513.688.042
Transformação Mineral	2.554.654.979	2.829.504.483	3.355.608.818	2.240.323.827	2.589.433.044

Fonte: MDIC/SECEX – 19/01/2011 (IBRAM AMAZÔNIA, 2011**).**

A produção mineral no Pará sofreu uma redução no faturamento relacionado à exportação, como se pode observar no Gráfico 7 , de US$ 10. 345 bilhões, em 2008, para US$ 8. 345 bilhões em 2009, resultante do efeito da crise financeira internacional, iniciada nos Estados Unidos da América (EUA). Mas no ano de 2010 a recuperação ocorreu em nível bem mais elevado que aquele do crescimento que vinha sendo registrado nos anos anteriores. No ano de 2010 o valor do total da produção mineral exportada foi de US$ 12. 835 bilhões. Desse total, 23,32% pertenciam à produção da indústria de transformação e 76,68% à indústria extrativa mineral. Nos primeiros dois meses do ano de 2011, no que se refere a essa distribuição a situação ficou da forma que segue: de um total de US$ 2,1 bilhões de produção mineral exportada, 19,05% pertencia à indústria de transformação mineral e 80,95% pertencia à indústria extrativa mineral.

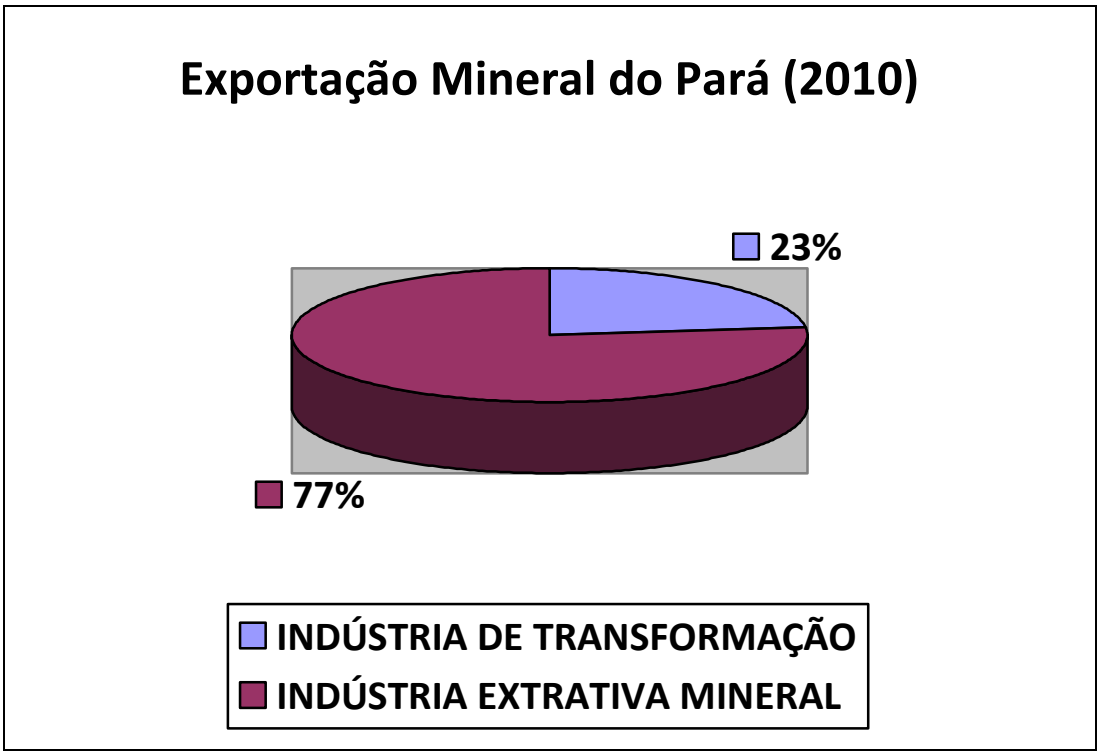
No gráfico 7, o Instituo Brasileiro de Mineração apresenta uma projeção do crescimento da indústria da mineração do Pará. Considera um valor da produção, arredondando os números para 8 bilhões de dólares em 2007. Desse total, 40% são referentes à indústria de transformação e 60% da indústria extrativa. Considerando o ritmo de crescimento e de investimentos o IBRAM projetou para 2012 o valor da produção em US$

34,7 bilhões, o que significaria continuar crescendo a um ritmo superior à média do período de 2002 a 2007, pois estima-se que o crescimento será mais que quadruplicado de 2007 a 2012.

Gráfico 8 - Projeção do crescimento da Indústria mineral no Pará

Os dados da projeção do IBRAM para 2012 estabelecem a expectativa de que 75% do valor da produção mineral no Pará resultarão da indústria extrativa e 25% será procedente da indústria da transformação. A tendência que se observa a partir dos dados do balanço mineral de 2010 e dos dados dos dois primeiros meses de 2011, da economia do setor mineral no Pará está muito aproximada da projeção do IBRAM realizada com base no crescimento de 2002 a 2007 e na perspectiva de investimento anunciada para o setor. Percebe-se que há uma tendência de que a indústria extrativa cresça além da expectativa do IBRAM.

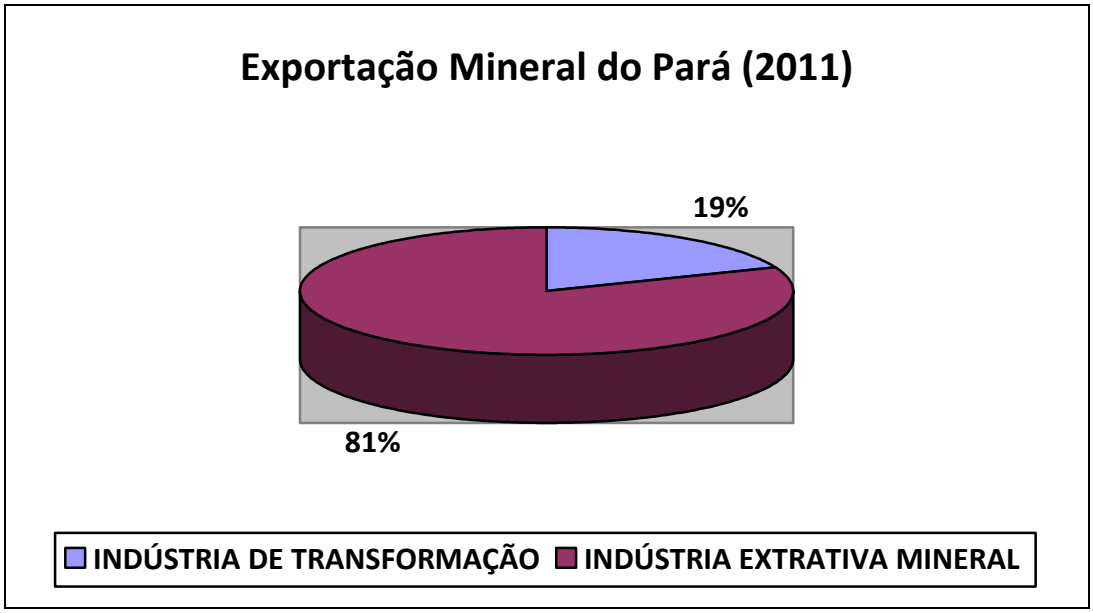
Gráfico 9 - Exportação Mineral do Pará em 2010



Fonte: IBRAM (Gráfico elaborado pelo autor, 2012)

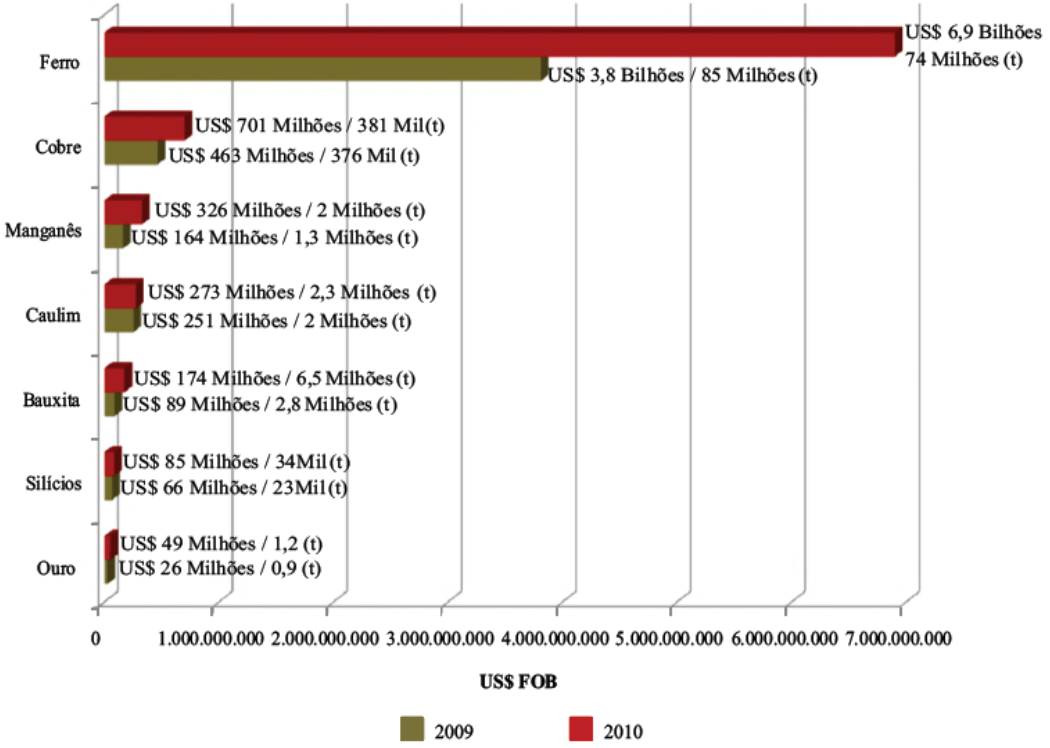
Os dados expressos no gráficos 9 apresentam em 2010 uma distribuição de 23% para a indústria da transformação e 77% para a indústria extrativa. Já nos dois primeiros meses de 2011 a indústria extrativa tem uma participação de 81% e a indústria de transformação tem uma participação de 19%. Isso indica a tendência de redução da participação da indústria da transformação e a ênfase no perfil primário-exportador da economia do setor mineral no Pará.

Gráfico 10 - Exportação Mineral do Pará janeiro e fevereiro de 2011



Fonte: IBRAM (Gráfico elaborado pelo autor, 2012)

Gráfico 11 Principais produtos exportados pela indústria extrativa mineral do Pará

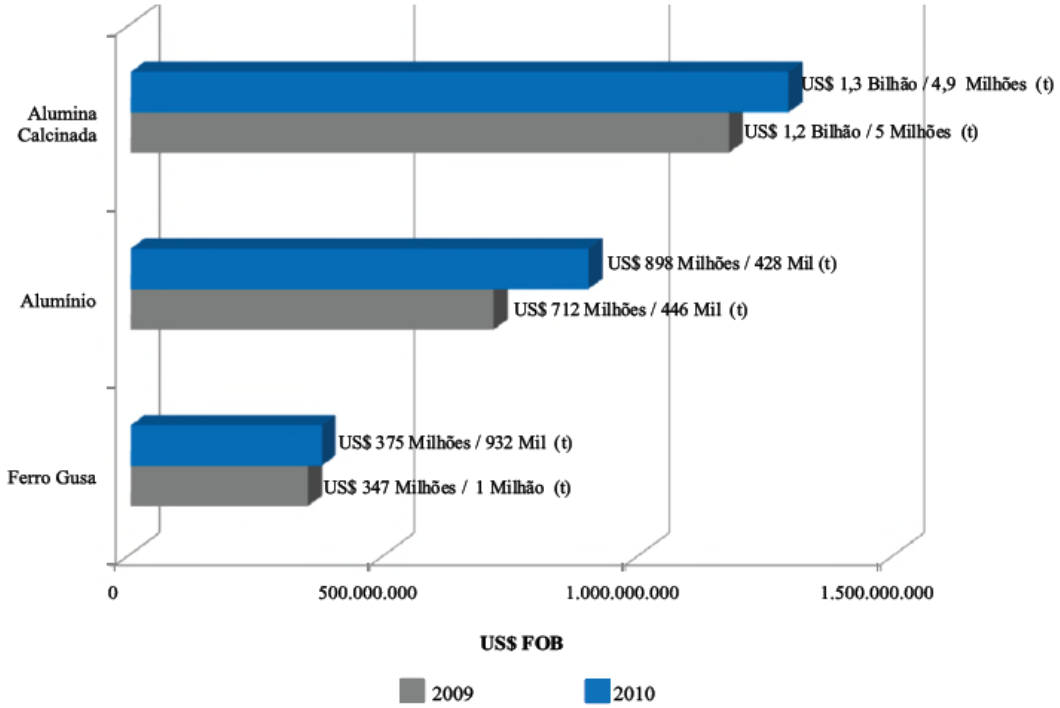


Fonte: MDIC/SECEX (2011) (IBRAM, (2011) Reelaborada pelo autor (2012).

Conforme os dados do gráfico 11, apresentados no Balanço Mineral do Pará (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2010), os principais produtos da indústria extrativa mineral no Pará são: ferro, cobre, manganês, caulim, bauxita, silício, ouro. Poderíamos acrescentar o níquel do projeto Onça Puma, em Ourilândia do Norte. Desta lista de produtos minerais, somente o silício não é produzido pela Vale. Essa empresa no período pós privatização especializou-se na produção de matéria-prima para exportação. O ferro, que é o principal produto mineral da balança comercial no Pará, é extraído e comercializado exclusivamente pela Vale.

Portanto, o regime de acumulação de capital e o modo de regulação política desse processo, que vem sendo construído a partir de 1990 e que se mantém estável até o ano de 2012, mesmo que intercalado por pequenas crises, sendo a mais acentuada aquela de 2008 e 2009, no Estado do Pará esse novo regime de acumulação tem como principal organização privada responsável a Vale e como organização pública planejadora e reguladora o Estado Nacional e o Estado do Pará. Esse regime de acumulação de capital é baseado na exportação de produtos primários, bens minerais, e tem como principal função na economia internacional aquela de injetar matéria-prima no mercado mundial a baixo custo e o Estado tem sido o principal instrumento facilitador e determinante na definição do rebaixamento dos custos, por meio de medidas legais que favorecem o acesso da empresa à infra-estrutura logística, desoneração tributária, financiamento, crédito, subsídios, incentivos fiscais, concessão e sub-concessão de serviços etc., como se analisou em outro momento neste trabalho.

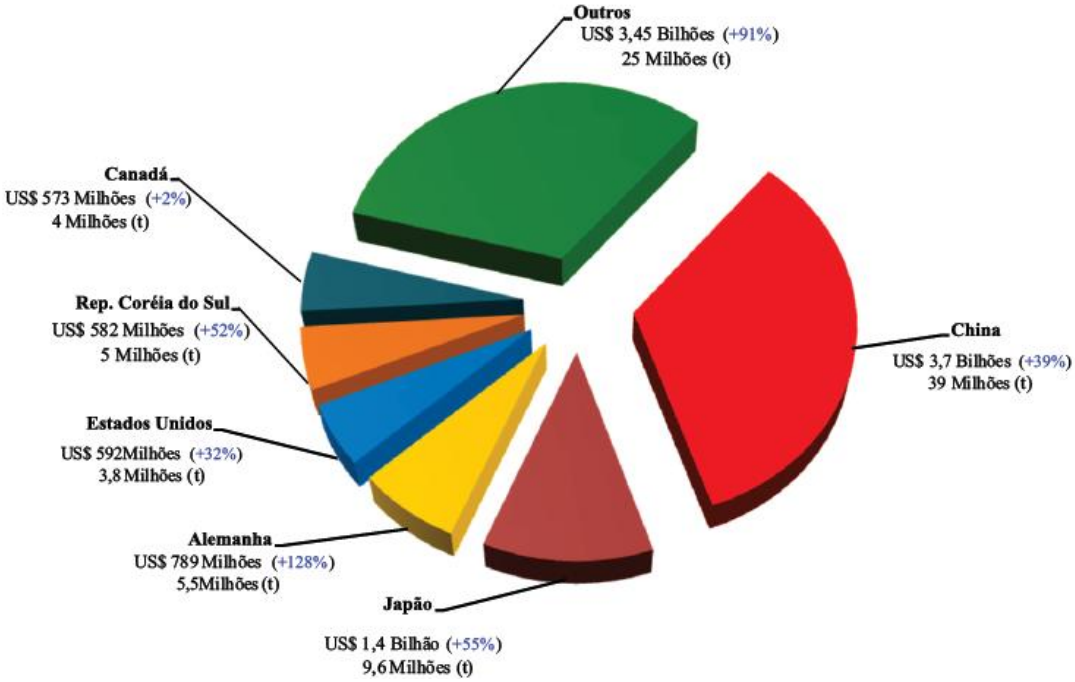
Gráfico 12 - Principais produtos exportados pela indústria de transformação do Pará



Fonte: MDIC/SECEX (2011) (IBRAM, 2011). Reelaborada pelo autor (2012).

Como pode-se observar pelo dados do Gráfico 12, os produtos da indústria de transformação mineral no Pará são: Alumina calcinada, alumínio e ferro gusa. A Vale era proprietária das empresas que produzem alumina e alumínio e trocou por 20% de participação na Norsk Hidro. Portanto, a atividade de transformação mineral da Vale no Pará, se reduz a pequena produção de ferro gusa, que conforme já foi comentado, nem aparece separado no relatório da empresa, do ano de 2010, o que reforça a afirmação de que a vale contribui para a consolidação de um regime de acumulação primário-exportador.

Gráfico 13 - Destinos dos bens minerais exportados do Pará em 2010



Fonte: MDIC; SECEX; IBRAM (2011).

Percebe-se pelos dados do Gráfico 13 que a China representa o principal mercado consumidor dos bens minerais do Pará. Esse fato indica entre o primeiro e o segundo momento, aqui estudados, ocorreu a emergência de um novo ator no comércio mundial de bens minerais, pois a Vale surge para fornecer matéria-prima para os Estados Unidos da América e Inglaterra, em seguida, na década de 1960, constrói o Porto de Tubarão a partir de 1962 a 1966, para fornecimento de minério de ferro para o Japão e a Alemanha; na década de 1980 com início da exploração de minério de ferro da Província Mineral do Carajás e da bauxita de Oriximiná, foi construído um complexo mina-ferrovia-porto, ligado pela EFC e a hidrelétrica de Tucuruí e duas fábricas em Bracerena-PA, Albrás e Alunorte, também para atender compromissos de longo prazo com o Japão.

Com o crescimento da participação da China no comércio internacional, com a diversificação dos parceiros comerciais do Brasil, o que motivou o surgimento do grupo de países denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a Ásia, sobretudo a China, vem se destacando como cliente de bens minerais do Pará. Durante o mandato do Governo Ana Júlia Carepa foram realizadas viagens de comitiva governamental juntamente com empresários brasileiros e paraenses para visitar a China e de empresários chineses para visitarem o Pará. A Vale realizou compra de grandes navios da China, o que estaria entre os fatos geradores da

decisão de atores do Governo brasileiro de negociarem a demissão do presidente da empresa, em 2010, Roger Agnelli.

O que importa aqui é que mesmo tendo ocorrido a expansão geográfica da Vale e havido um deslocamento do polo dinamizador do comércio internacional da Vale e do Estado do Pará, tendo a China superado os clientes históricos da CVRD na relação comercial com o Pará, o perfil do comércio internacional para o Estado do Pará em nada foi alterado. A única mudança que ocorreu foi no processo de intensificação da exploração e exportação de bens minerais primários e no perfil da CVRD que concentrou suas atividades na extração mineral e na exportação de produtos primários, pois o que tinha de indústria de transformação mineral entregou para a empresa da Noruega, Norsk Hidro. Ou seja, o regime de acumulação de capital levado à frente pelo Estado e pela Vale aprofunda a característica primário-exportadora da economia da Vale e do Estado Pará.

4.6 INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA MINERAL NO PARÁ ATÉ 2015

Tebela 11 - Investimentos previstos pela indústria extrativa mineral no Pará até 2015

Nº	Indústria Extrativa Mineral	Localização	Investimentos Totais US$ x bilhões
1	Vale – Carajás Serra Sul - S11D	Canaã dos Carajás	11,297
2	Anglo American – Níquel (Jacaré)	São Feliz do Xingu	4,3
3	Vale - Carajás - + 30 MTA	Parauapebas	2,478
4	Vale – Onça Puma	Ourilândia	2,841
5	Vale – Projeto Salobo I	Marabá	1,808
6	Vale – Cristalino	Curionópolis	1,5
7	Vale – Projeto Salobo II	Marabá	1,025
8	Norsk Hydro – Paragominas III	Paragominas	0,487
9	Vale – Serra Leste	Curionópolis	0,3
10	Alcoa – Juruti 2ª Fase	Juruti	0,3
11	MRN – Novas Minas	Oriximiná e Terra Santa	0,29
12	Mineração Caraíba	Tucumã	0,275
13	Colossus Geologia e Participações - Nova Serra Pelada – Ouro	Curionópolis	0,12
14	Brazilian Gold Corporation	Itaituba	0,01
		Total de investimentos previstos pela Indústria Extrativa Mineral = US$ 27,031 Bilhões	

Fonte: IBRAM (2011) Reelaborado pelo autor (2012).

Conforme os dados da tabela 11, acima, de 14 projetos de investimento na indústria extrativa mineral 7 são da Vale. E de US$ 27,031 bilhões que podem ser investidos

US$21.249 serão da Vale. Ou seja, a Vale pode ser responsável por 79,71% dos investimentos na indústria extrativa. Os outros 8 grupos empresariais investirão 21,29% em 50% dos investimento previstos para o estado do Pará. Se for incluídos os valores do Gráfico 13, referentes à ampliação da EFC que é infra-estrutura de exportação, o investimento da Vale na indústria extrativa fica no patamar de 88,22% do total.

Tabela 12 Investimentos previstos pela indústria de transformação mineral no Pará até 2015

Nº	Indústria de Transformação Mineral	Localização	Investimentos Totais US$ x bilhões
1	USIPAR – Siderúrgica/ Navegação/ Porto	Barcarena	4,2
2	Vale – ALPA	Marabá	3,7
3	Norsk Hydro – CAP Alumina	Barcarena	2,2
4	Usina Integrada (Sinobras e Alpa)	Marabá	0,8
5	Votorantin – Fábrica de Cimento	Primavera	0,238
6	Mineração Buritirama – Fábrica de Ferro/ Reflorestamento	Breu Branco	0,08
7	Sinobras – Trefilamento	Marabá	0,07
8	Mineração Buritirama – Sinterização/ Porto	Barcarena	0,05
9	Mineração Buritirama – Calcinação/ Porto	Marabá	0,018
	Total de investimentos previstos pela Indústria de Transformação Mineral = US$ 11,356 Bilhões		

Fonte: IBRAM (2011). Reelaborado pelo autor (2012).

Conforme tabela 12 , acima, de um total de 9 projetos na indústria da transformação no Pará, 1 projeto é da Vale. Representa 37% do total do investimento na indústria de transformação no Pará. Prevê o investimento na Aços Laminados do Pará (ALPA), a ser implantada em Marabá. Logo depois da saída de Agnelli da presidência da Vale o novo presidente, Murilo Ferreira, anunciou que a ALPA é uma prioridade da Vale. Os Governos, Federal Lula e Dilma e a Governadora Ana Júlia investiram financeiramente, como analisado, e politicamente para garantir a implantação da siderúrgica, pois embora estejam inseridos na lógica de exportar produtos primários para garantir o equilíbrio temporário de um modelo de capitalismo liberal que está levando as minas do Pará e do Brasil à exaustão em curtíssimo prazo, necessitam também da criação de uma agenda que possibilite a verticalização da produção, o que implicaria na geração de trabalho emprego, na agregação de valor aos bens minerais, e na regionalização e / ou a nacionalização de dividendos tendo como corolário a possibilidade de continuidade, no cenário político eleitoral.

O problema maior é como equacionar os interesses de acionistas de uma empresa privada que buscam o lucro no curto prazo dentro de um ambiente institucional que foi todo

regulado para transformar a economia paraense e brasileira numa plataforma de exportação de produtos primários, com os interesses de lideranças políticas que, embora necessitem criar uma agenda que poderia lhes possibilitar uma sobrevivência no longo prazo, são reféns de calendários eleitorais, que tem funcionado como instrumentos de negociação e de convergência dos interesses dos detentores do capital privado e daqueles que aspiram ser os detentores da preferência do eleitorado, no curto prazo. Essa combinação de interesses, desses segmentos que atuam na esfera econômica e política, tem colocado como perdedores a natureza e o povo empobrecido do Pará.

Tabela 13 - Investimentos da indústria mineral em infraestrutura e transporte no Pará até 2015

Nº	Infraestrutura e Transporte	Localização	Investimentos Totais US$ x bilhões
1	Vale – CLN S11D - Logística EFC	Canaã dos Carajás	2,6
2	Anglo Ferrous – Porto Flutuante (TRANSSHIPMENT)	Curuçá	0,063
3	Porto de Vila do Conde – ampliação (Vale)	Barcarena	0,041
		Total de investimentos em Infraestrutura e Transporte = US$ 2,704 Bilhões	

Fonte: IBRAM (2011) Reelaborado pelo autor (2012).

Tabela 14 - Investimentos da indústria mineral em outros negócios no Pará até 2015

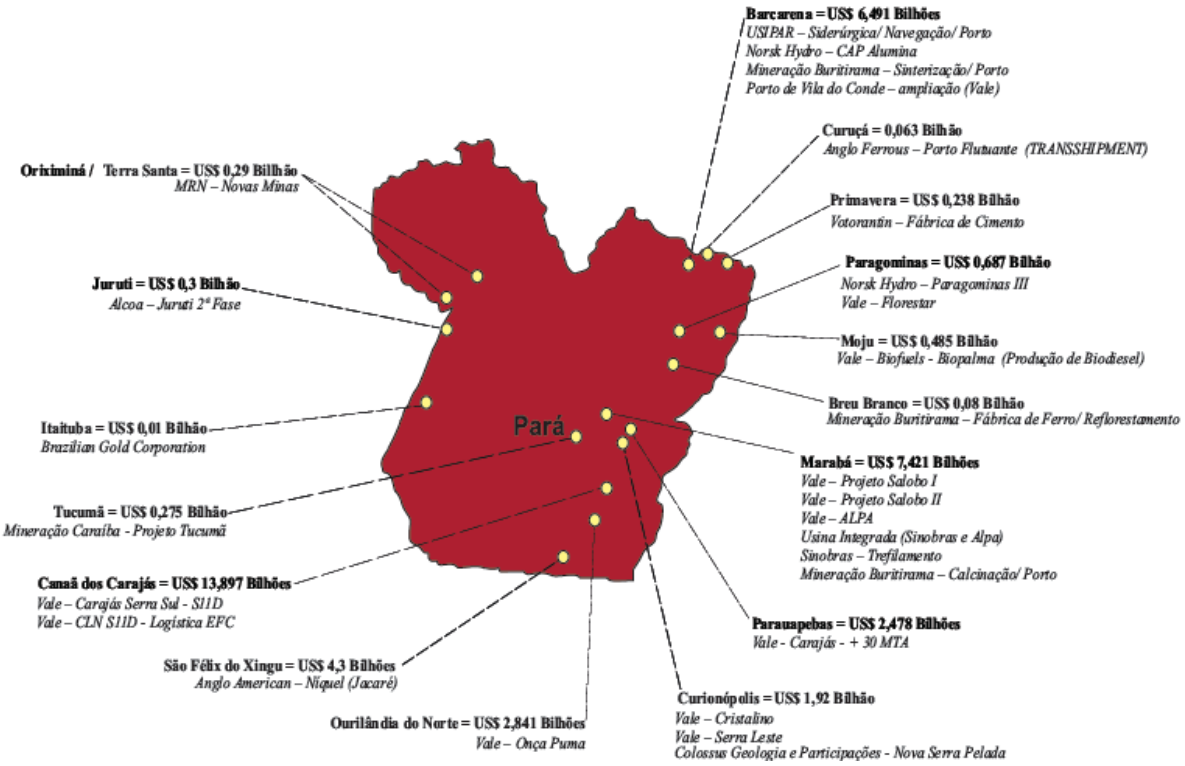
Nº	Outros Negócios	Localização	Investimentos Totais US$ x bilhões
1	Vale – Biofuels - Biopalma (Produção de Biodiesel)	Moju	0,485
2	Vale – Florestar	Paragominas	0,2
		Total de investimentos em Outros Negócios = US$ 0,685 Bilhão	

Fonte: IBRAM (2011). Reelaborado pelo autor (2012).

Até o ano de 2015 conforme tabela 12, o único investimento da Vale previsto para a indústria de transformação é de US$ 3,7 bilhões no projeto ALPA, em Marabá. O restante é destinado à indústria extrativa. Em que pese a importância do investimento em siderúrgica, se sair a siderúrgica, não parece que alterará a tendência que vem se projetando, pois os investimentos na economia do setor mineral extrativista estão orientados para que se atinja a cifra de 230 milhões de toneladas de minério de ferro em 2016, como já comentado.

No mapa 7, pode-se visualizar a distribuição geográfica dos empreendimentos que constam na previsão de investimento da indústria do setor mineral no Pará. Até a década de 1990, os projetos de mineração estavam situados nas áreas de Carajás, Trombetas e Barcarena.

Mapa 7 - Investimentos previstos pela indústria mineral no Pará até 2015



Fonte: SIMINERAL; IBRAM (2011) Reelaborado pelo autor (2012).

4.7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA VALE EM MARÇO 2011

A tabela a seguir apresenta as informações relativas à titularidade das ações da Vale em 31 de março de 2011, de propriedade das partes beneficiárias de mais de 5% de ações ordinárias e preferenciais e dos diretores executivos, como um todo.

Tabela 15 - titularidade das ações da Vale em 31 de março de 2011

	Titularidade das ações ordinárias	% da classe	Titularidade das ações preferenciais	% da classe
Valepar (1)	1.716.435.045	52.7%	20.340.000	1%
BNDESPAR (2)	218.386.481	6.7%	69.432.770	3,3%
Diretores e Diretor Executivos como grupo	257.294	Menos de 1%	1.145.338	Menos de 1%

(1) Ver outras informações sobre os acionistas da Valepar, nas tabelas abaixos.
(2) BNDESPAR é subsidiária integral do BNDES. Os números não incluem as ações ordinárias em copropriedade (em vez de diretamente) pela BNDESPAR.

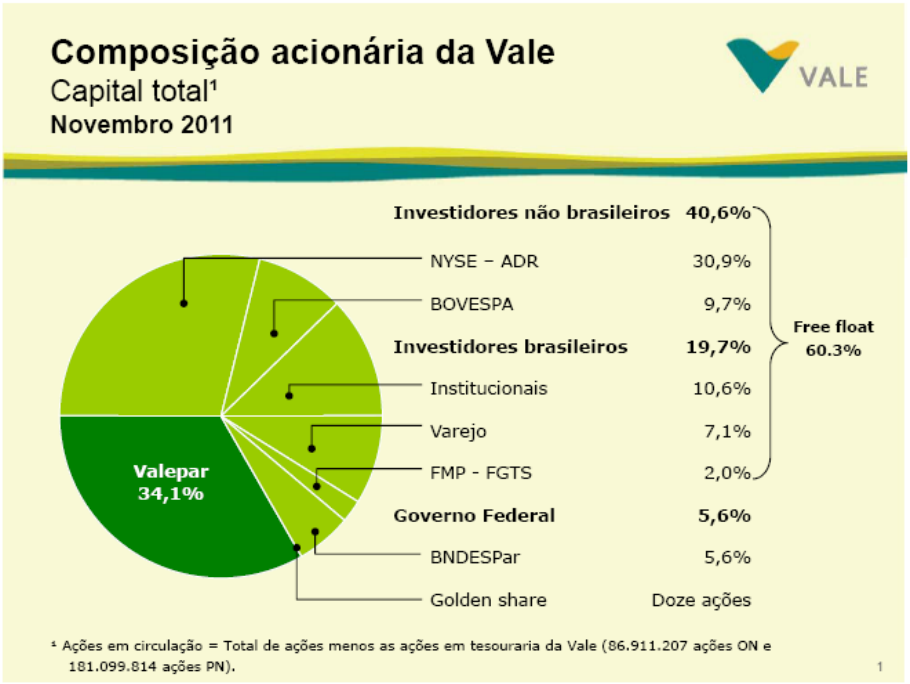
Fonte: Vale (2010, p.112).

A Valepar é a acionista controladora da Vale. A Valepar é sociedade de propósito específico, organizada conforme a legislação brasileira,

> constituída com o único objetivo de ter uma participação na Vale. A Valepar não possui nenhuma outra atividade de negócios. A Valepar adquiriu o controle da Vale do governo brasileiro em 1997 como parte da primeira etapa da privatização da Vale. (COMPANHIAVALE..., 2010, p.5).

Fundada em junho de 1942, a Vale foi registrada na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em outubro de 1943 e na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em abril de 1968. Em fevereiro de 2000, ingressou na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), em junho do mesmo ano, na New York Stock Exchange (NYSE), em julho de 2008 na NYSE Euronext Paris e em dezembro de 2010 Hong Kong Stock Exchange (HKEx). (COMPANHIAVALE..., 2011).

Gráfico 14 Composição acionária da Vale

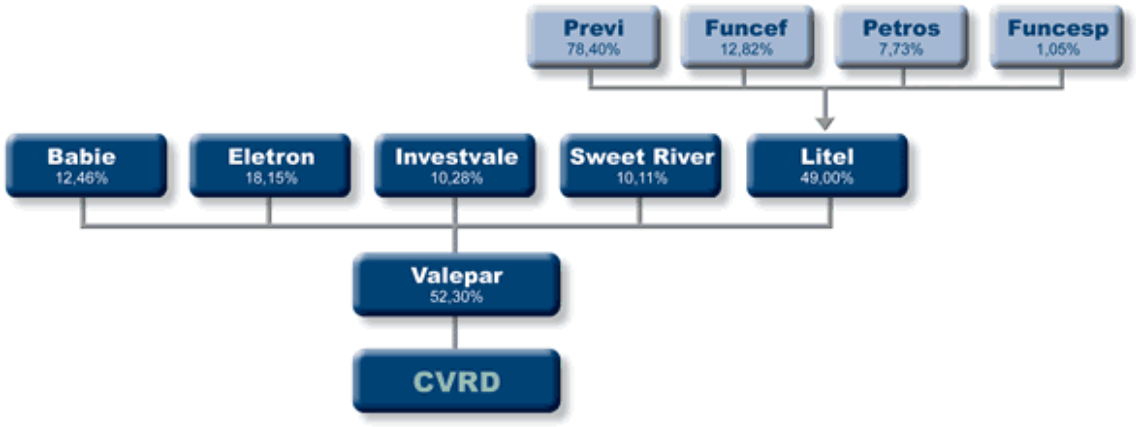


Fonte: Vale (2011).

> *Nosso acionista controlador exerce influência considerável sobre a Vale e o governo brasileiro possui certos direitos de veto.*
> Em 31 de março de 2011, a Valepar S.A., (Valepar) detinha 53,5% das ações ordinárias em circulação e 33,3% do nosso capital total em circulação. Em consequência da quantidade de ações em seu poder, a Valepar pode controlar o resultado de algumas medidas que dependem da aprovação dos acionistas. [...]
> O governo brasileiro possui 12 *golden shares* da Vale, com poder de veto limitado sobre certas decisões da empresa, como, mudanças na nossa razão social, localização da sede e objeto social relacionado com atividades de mineração. (COMPANHIAVALE.., 2010, p. 5, grifo do autor).

No final do ano passado, a PREVI ampliou sua participação no bloco de controle da Vale. A operação foi feita com o aumento da participação da Litel – que reúne os fundos de pensão PREVI, Petros, Funcef e Funcesp – na Valepar, holding que controla a Vale. Por meio da incorporação de 10% das ações ordinárias da Vale, que os fundos de pensão já possuíam antes da privatização da empresa, a Litel passou a deter 49% do capital ordinário da Valepar. A PREVI possui 78% do capital da Litel. A operação traz ganhos para a PREVI e os demais fundos de pensão porque as ações incorporadas passam a integrar o bloco de controle e, por isso, têm valor diferenciado. Em março/2003, outra negociação que aumentou a participação da Litel e, conseqüentemente, a da PREVI na Vale foi a compra de 10,1% do capital ordinário que a Sweet River possuía na Valepar. A operação era um compromisso contratual e foi feita pela Bradespar e pela Litel. (PREVI, 2010).

Gráfico 15 - Estrutura societária da Vale antes da saída da Sweet River



Estrutura societária da Vale antes da saída da Sweet River

Fonte: PREVI (2010).

4.8 INVESTIMENTO PÚBLICO EM INFRA-ESTRUTURA NO PARÁ

O Estado brasileiro, a partir de 1990, vem passando por um processo de transformação, se adequando a nova ordem econômica que ele mesmo vem moldando. No momento de elaboração e lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC I e II) os novos dirigentes do Estado brasileiro demonstraram uma capacidade de transformar as orientações dos órgãos internacionais em medidas de política econômica, com um grau de sistematização poucas vezes percebido na História da Política brasileira.

O PAC, lançado no início do segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, representou a sistematização de prioridades do governo brasileiro em torno de três (3) grandes eixos principais, com um total de 503,9 bilhões de reais, distribuídos em projetos nas áreas de infra-estrutura de energia, logística de transporte e saneamento. Para o item energia foi destinado um total de 274,8 bilhões; para o item logística de transporte foi destinado 58,3 bilhões de reais; e para saneamento 170,8 bilhões de reais. Os projetos definidos no âmbito do PAC estão em consonância com aqueles estabelecidos no âmbito da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul Americana (CARVALHO 2007; CASTRO, 2010).

Conforme documento de divulgação do PAC: "O governo federal criou, em 2007, o PAC para estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando inclusão social e a melhora na distribuição de renda". (BRASIL, 2010. Não paginado). Concluído em 2010, o programa foi capaz de reduzir tributos para diversos setores. O plano contemplou também medidas fiscais de longo prazo, como é caso do "controle das despesas com a **folha de pagamento** e a modernização do processo de licitação, fundamentais para garantir o equilíbrio dos gastos públicos". (BRASIL, 2010, Não paginado). As medidas de desoneração tributária representaram, uma renúncia fiscal de R$ 6,6 bilhões apenas em 2007.

O Governo Federal informa que para gerar energia elétrica, 76 projetos de usinas estão em andamento no Brasil. Juntas, acrescentarão 26.252 MW ao parque gerador brasileiro. Estão em obras as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, ambas no rio Madeira. Outra grande obra, a da usina de Belo Monte, começou em 2011. Além da geração, o Governo Federal considera importante garantir a transmissão da energia, com segurança e qualidade. No primeiro semestre de 2011 foram concluídas as obras de quatro linhas de transmissão. Também foram iniciadas este ano as obras de interligação das usinas do Madeira, que permitirão o escoamento da energia para o resto do País. Outras 21 linhas e 19 subestações estão em andamento. (BRASIL, 2011). A seguir serão analisadas algumas obras de infra-estrutura de energia e transporte que foram realizadas no Estado do Pará relacionadas ao objeto de estudo desta tese, a construção de um novo regime de acumulação e um novo modo de regulação.

4.8.1 Eclusas de Tucuruí

No dia 30 de novembro de 2010, o presidente Lula, a presidenta eleita Dilma, a Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, já nos últimos dias de governo, participaram da inauguração das Eclusas de Tucuruí, uma das maiores obras de engenharia hidráulica no mundo, com custo aproximado de 1,6 bilhão de reais. A comitiva presidencial chegou a Tucuruí por volta de 14h. Foi do aeroporto para a eclusa um, que fica ao lado da usina hidrelétrica de Tucuruí. Lá, a comitiva embarcou para uma viagem de aproximadamente 40 minutos. Após passar pela eclusa um e por parte do canal de seis metros que a liga à segunda eclusa, o presidente Lula, presidenta Dilma, Governadora Ana Júlia e demais convidados, desembarcaram num galpão onde em torno de três mil pessoas os esperavam.

A Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí situa-se no Rio Tocantins, a 250 quilômetros de sua foz, distando aproximadamente 300 quilômetros da cidade de Belém. Sua construção foi iniciada em 1976 pela Eletronorte, sendo que sua operação comercial teve início em 1984. A construção da barragem seccionou a hidrovia, impondo a realização de uma obra de navegação de grande porte capaz de vencer o desnível de 72 metros criado. Dessa forma, o aproveitamento de Tucuruí-PA compreende, também, um sistema de transposição localizado na margem esquerda do Rio Tocantins e constituído por duas eclusas e um canal intermediário. O objetivo precípuo é dar continuidade à navegação no trecho da hidrovia interrompido com a construção da barragem. A Eclusa 1 se conecta pela Cabeça de Montante ao eixo da Barragem de Terra da Margem Esquerda, através de quatro blocos de muros de ligação. A Eclusa 2 está localizada junto à margem esquerda do Rio Tocantins, próximo à cidade de Tucuruí - PA. Está posicionada de tal forma que dois terços de sua estrutura estão encaixados em rocha e tem a finalidade de redirecionar o fluxo do Rio Tocantins. (FRANÇA et al., 2010).

As eclusas de Tucuruí eram esperadas por empresários da mineração e do agronegócio. Trata-se de um dos grandes projetos que há trinta anos vinha sendo anunciado e no governo do presidente Lula, foi incluído no PAC e concluído. Trata-se possibilitar novamente a navegabilidade no Rio Tocantins. Mas, para grandes navegações que passarão pelas eclusas, com bens minerais e produtos siderúrgicos, ferro gusa e chapas de aço, produtos florestais e grãos produzidos pelo agronegócio.

> As duas eclusas vão tornar proibitiva a navegação nesse trecho para as pequenas embarcações [...]. Para poder ter acesso aos elevadores hidráulicos e ao canal de concreto, com 5,5 quilômetros de extensão [...] a embarcação precisará contar com defensas para se proteger das muralhas laterais das câmaras, que têm 140 metros de extensão. Terão que dispor ainda de cabos de amarração para ficarem engatadas aos cabeçotes flutuantes, e rádio do tipo VHF, necessário para a comunicação com o operador da eclusa. Só farão a eclusagem as embarcações legalizadas junto à autoridade marítima e cujo condutor seja aquaviário, devidamente legalizado.
> A esmagadora maioria das embarcações em operação na região não atende a essas exigências e nem possui condições para preenchê-las [...]. As providências são necessárias para proteger tanto as embarcações que atravessarem o sistema de transposição como as instalações das eclusas.
> [...] ninguém pensou na navegação local, nem no habitante nativo da área sob a influência da barragem [...]. O objetivo é atender grandes e poderosos clientes, como os mineradores e os produtores de grãos. (PINTO, 2011. Não paginado).

A expectativa dos empresários que necessitam das eclusas é de que outras obras sejam realizadas para completar a navegabilidade nas condições necessárias para as grandes embarcações:

> [...] O derrocamento dos 40 quilômetros do Pedral do Lourenço, acima da barragem, a dragagem do baixo Tocantins, a ampliação do porto de Vila do Conde (ao custo de R$ 700 milhões), o porto de Marabá, e mais as eclusas de Lajeado, no Estado do Tocantins, e Estreito, no Maranhão. (PINTO, 2011. Não paginado).

A inauguração das eclusas de Tucuruí é mais uma obra do Governo Federal, construída, entre aquelas do Programa de Aceleração do Crescimento, que demonstra o compromisso do Estado brasileiro com os interesses dos grandes grupos de mineradoras e do agronegócio. A expectativa é de que, sejam transportadas, pela hidrovia, 40 milhões de toneladas de carga, ao ano, sendo compostas, sobretudo, por produtos minerais e soja. É uma obra daquelas que o Governo Federal denomina de projeto estruturante, que de fato contribui para estruturar o novo regime de acumulação de capital, baseado na exportação de recursos naturais para o mercado internacional em vista de que a região, o Estado do Pará, continue cumprindo seu papel na divisão internacional do trabalho de fornecedor de produto primário ou semi-elaborado em vista de impedir a tendência de queda da taxa de lucro. Portanto, as eclusas são uma peça-chave na estruturação da infra-estrutura de integração da região com o mercado internacional, para exportar matéria-prima.

4.8.2 Rodovia PA-256

No dia 19 de março de 2010, ocorreu outro evento importante para este estudo, relacionado à agenda do Governo do Estado do Pará. Foi a inauguração de 41 Km de pavimentação da Rodovia PA-256. Segundo o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de "Incentivar o setor produtivo, promover segurança, criar alternativas de lazer e garantir o desenvolvimento do Estado". (PARÁ, 2010). O informativo on-line do Governo do Estado informava que "A rodovia PA-256, com 41 km, foi entregue pavimentada pela governadora Ana Júlia Carepa à população da Região do Rio Capim [...]. A estrada interliga duas das mais importantes rodovias do Estado: a Belém/Brasília (BR-010) e a PA-150." (PARÁ, 2010). Mas somente um pequeno trecho foi asfaltado. E ainda, fora do padrão das rodovias estaduais.

Fotografias 1, 2, 3, 4 - Trecho da PA-256, fiscalizada e sinalizada

Maria José da Silva destaca as melhorias que a pavimentação trouxe para seu pequeno comércio, localizado à margem da estrada

Rapidez e segurança, para motoristas e moradores da região, agora fazem parte da rotina da PA-256, entre Paragominas e o rio Capim

Pavimentada e sinalizada, a rodovia cria condições para que melhore o escoamento da produção de vários setores da economia

A fiscalização dos veículos é garantida no posto da Companhia Independente de Policiamento Rodoviário do Estado

Fonte: Agênciapara (2012). Organizadas pela autor.

A matéria elaborada pela Secretaria de comunicação do Governo do Estado apresenta com clareza e riqueza de detalhes todos os benefícios trazidos pela rodovia. No final da notícia é explicado que a estrada passa em frente ao projeto de bauxita da Vale, e que no trecho onde passam os caminhões da Vale a estrada foi pavimentada fora dos padrões das

rodovias estaduais. Explica ainda que foi construída com recursos emprestados pelo Estado do Pará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

> O complexo Albras/Alunorte, em Barcarena, também será beneficiado, já que grande parte da carga que chega e sai de Vila do Conde deverá utilizar esse novo corredor. A empresa **Vale**, que retira bauxita de mina perto do rio Capim - com acesso pelo trecho do KM-23 da PA-256 - também poderá escoar o minério com mais rapidez e segurança. [...] **A PA-256 tem pista de pouco mais de sete metros, acostamento, sinalização vertical e horizontal e placas indicativas nas comunidades e diversas vicinais existentes na região. De Paragominas até o trevo de entrada para a mina da Vale, o revestimento e o acostamento são em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente) com 7,5 cm (para suportar o pedo dos veículos que transportam a bauxita).** Daí em diante, possuem 5 cm, com acostamento em capa selante. Essa espessura está acima da média das demais rodovias estaduais, que fica em torno de 3 a 4 cm. (PARÁ, 2010, grifo nosso).

Na informação distribuída pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado, constava que o novo corredor de transporte favorece setores produtivos da economia paraense, como o madeireiro, o agropecuário, o de mineração e o da indústria de transformação, melhorando o tráfego e trazendo benefícios para o transporte interno e nas demais regiões brasileiras, em especial o Nordeste e o Centro-Oeste. A partir do município de Paragominas, a 340 quilômetros de Belém, a PA-256 atinge a PA-150 na altura do município de Tailândia, num percurso de pouco mais de 200 quilômetros. O trecho pavimentado é o que vai de Paragominas até a margem direita do Rio Capim, local que serve para pesca e diversão, incluindo passeios de lancha e jet sky. A travessia é feita por balsa, que chega à outra margem, no distrito de Quatro Bocas, município de Tomé-Açu. Os 174 quilômetros que vão da margem esquerda do Rio Capim até a PA-150 ainda não receberam asfalto, mas já foram recuperados pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Transportes (SETRAN). (PARÁ, 2010).

Segundo Ana Júlia Carepa, as obras fazem parte do projeto de desenvolvimento do Estado, beneficiando desde o cidadão que pretende se divertir nas margens do rio até agricultores que precisam comercializar seus produtos. [...] [para] Verônico Bispo, agricultor e presidente da Associação Diamantina, localizada na comunidade de Canaã, no município de Ipixuna do Pará, vizinho a Paragominas, "a diferença foi expressiva, foi tão grande que as palavras não podem expressar. [...] sem o asfalto, não tínhamos viabilidade para escoar a produção"; [...] moradora e [proprietária] de um estabelecimento comercial no KM-12 da PA-

256, Maria José Gomes vê aumentar a clientela, formada por passageiros dos ônibus e carros de passeio; a comerciante Maria José da Silva, 66 anos, 25 deles morando à margem do Rio Capim, em Paragominas. Segundo ela, a substituição da estrada de piçarra ajudou também no controle do transporte ilegal de madeira. "Melhorou muito, porque acabou com os compradores de madeira ilegal e agora é só madeira legal. Também aumentou a pesca e vem mais ônibus de turismo. No final de semana vem muita gente brincar aqui no rio". (PARÁ, 2010).

A construção dessa rodovia vai favorecer as pessoas que circulam de carro até as margens do rio Capim para se divertir, ou atravessar de balsa para vender sua produção agrícola. Mas o trecho construído para suportar o peso dos caminhões da Vale, que transportam bauxita, certamente representa uma infra-estrutura que valorizou a Mineração Paragominas S.A, da Vale, implantada recentemente para fazer a exploração da Bauxita no município com o mesmo nome. A estrada foi concluída para ficar em condições de ser utilizada pelos caminhões da Vale no início de 2010, quando foi inaugurada pela Governadora Ana Júlia, mas logo no início de 2011, um ano depois, a Vale já estava fechando negociação com a Hidro para a transferência da empresa para a qual a estrada foi construída, como a própria Vale explica:

> Em fevereiro de 2011, transferimos uma parte substancial das nossas operações de alumínio à Hydro, uma companhia integrada de alumínio com operações na Noruega e em outros países, cotada na Bolsa de Valores de Oslo e na Bolsa de Valores de Londres (código: NHY). Transferimos nossos interesses na Albras, Alunorte e CAP, com uma dívida líquida de US$ 655 milhões, juntamente com direitos de venda de longo prazo e contratos comerciais pendentes, no valor de US$ 503 milhões à vista e ações da Hydro representando uma participação de 22%. Também transferimos para a recém-constituída Mineração Paragominas S.A (Paragominas) a mina de bauxita de Paragominas e todos os outros direitos de exploração da bauxita (com exceção dos direitos que derivam da nossa participação na Mineração Rio do Norte S.A.). Além disto, transferimos 60% da Paragominas à Hydro em troca de US$ 578 milhões à vista. Transferiremos os restantes 40% da Paragominas em duas parcelas iguais em 2013 e 2015, cada uma em troca de US$ 200 milhões à vista. Além disso, como parte do acordo, Tito Martins, nosso Diretor Executivo de Operações de Metais Base, foi para o Conselho da Hydro. (COMPANHIAVALE..., 2010, p.16).

Pode ser que a negociação com BID tenha sido feita pelo Governo anterior, de Simão Jatene, mas isso não importa para este trabalho, que analisa a influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral, e não de um Governo específico. Aqui o que interessa é que os recursos do Estado do Pará são colocados em função do atendimento de

grandes grupos econômicos, mineradores, entre eles, a Vale, objeto deste estudo. A decisão de construir um trecho de Rodovia, com sinalização horizontal e vertical, com policiamento, com sinalizações indicando as comunidades existentes na margem da rodovia, e, sobretudo com Concreto betumado à Quente, e 7,5 cm de espessura, até a entrada do projeto de bauxita, não há como esconder o destinatário do empreendimento público, mesmo com todo o esforço de comunicação para evidenciar outros atores beneficiados.

> A Setran iniciou o asfaltamento da PA-256 em outubro de 2007, por meio das Empresas Leal Júnior/Construa, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), num montante de R$ 25 milhões, com a participação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (Sedurb). No trecho de 12 quilômetros da sede de Tomé-Açu até o distrito de Quatro Bocas, onde funciona a Camta, a Setran já recuperou a malha asfáltica, que estava em péssimo estado, investindo pouco mais de R$ 2 milhões de recursos do Estado. (PARÁ, 2010).

Embora se trate de um trecho de 41 Km de rodovia, envolveu recursos da ordem de 25 milhões somente de empréstimo de órgão internacional, para viabilizar uma produção mineral que mesmo que gere empregos, enquanto durar a atividade de extração e semi-elaboração, não gera ICMS para o Estado, pois é uma atividade desonerada de ICMS para a exportação, de uma empresa que já desfruta de subsídios energéticos, incentivos fiscais, outorga gratuita para a utilização de água. Portanto, é um tipo de obra que se enquadra no conjunto de empreendimentos que representam a construção de uma infra-estrutura para um novo regime de acumulação de capital por mineradora, seja a Vale ou a Hidro, que assumiu a propriedade do projeto, para colocar recursos naturais, matéria-prima ou produto semi-elaborado no mercado internacional a baixo custo, convergindo para interromper a tendência de queda da taxa de lucro e evitar crise cíclica do capitalismo.

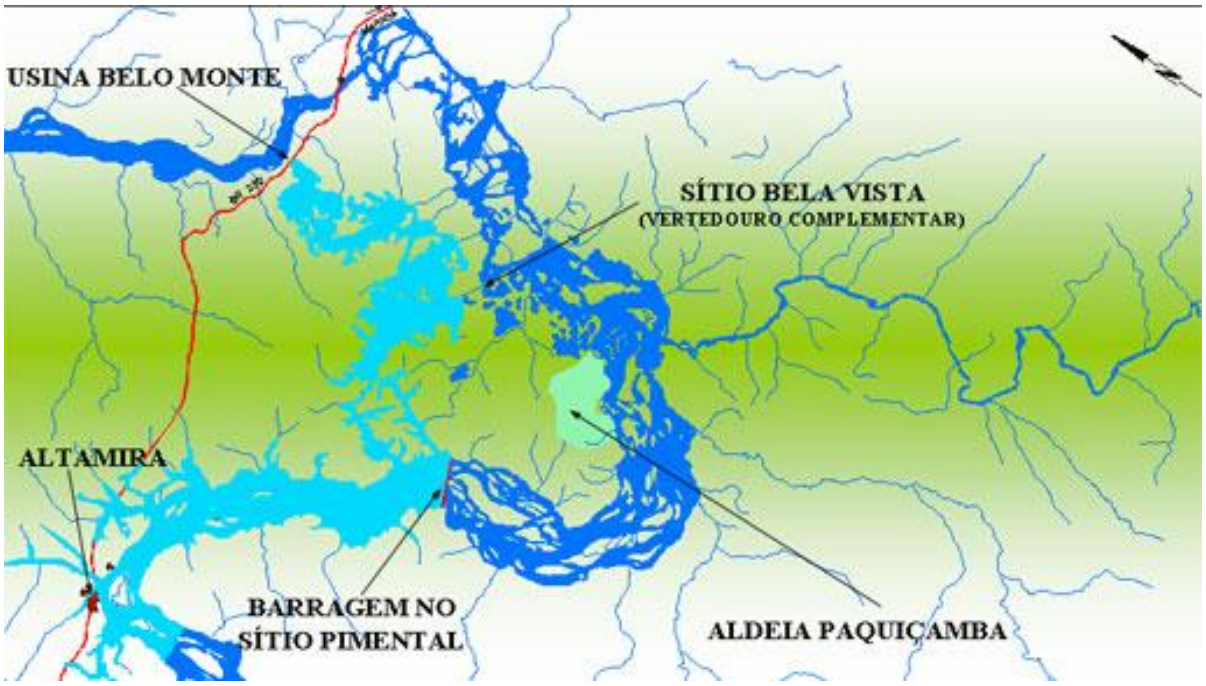
4.8.3 Hidrelétrica de Belo Monte e incentivos fiscais

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é a segunda maior obra, em termos de orçamento, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dos Governos Lula e Dilma. Ela será interligada ao sistema elétrico brasileiro, como afirma o representante da Eletronorte:

> Espero que grande parte desta energia seja consumida no próprio Pará, mas isso ainda é um sonho. No cenário atual, ela será incluída dentro do Sistema Elétrico Brasileiro, e acho que a tendência natural será utilizar a energia não usada no Pará para suprir o Nordeste, para suprir todo o país, afirmava José Muniz Lopes, presidente da Eletronorte, em 2002. (INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL, 2010, p.5)

A hidrelétrica será construída na volta grande do Rio Xingu, que tem uma queda de 96 metros, onde o rio quadruplica de largura e forma diversas cachoeiras e ilhas. (INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL, 2002, p.6). Belo Monte, um dos sete barramentos previstos para o Rio Xingu, terá um reservatório de 440Km² , extensão que no projeto original era de 1.200km², evitando a inundação da Aldeia de Paquiçamba, por meio da redução da vazão do Rio Xingu no território da Aldeia, o que pode comprometer o usufruto dos recursos proporcionados pelo Rio Xingu aos povos indígenas da Aldeia Paquiçamba, como se pode observar no Mapa 8, abaixo.

Mapa 8 - Rio Xingu e Aldeia Paquiçamba



Fonte: Wikipédia (2001)

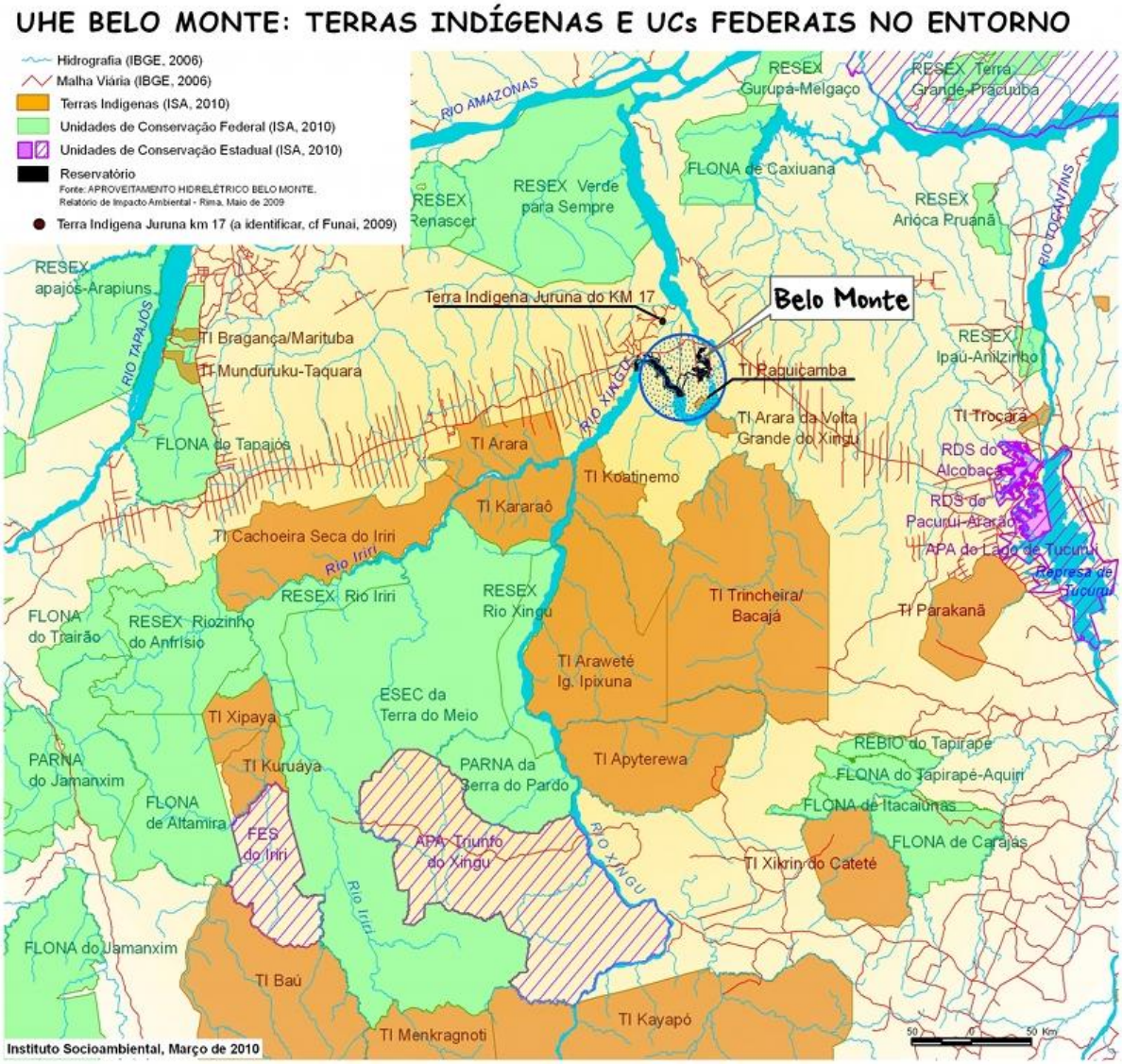
Está previsto para o empreendimento a construção de uma casa força principal com 20 máquinas com potência unitária de 550 MW, responsáveis pela geração de 11mil MW, uma casa força secundária com sete unidades de 25,9 MW cada, que totalizam os 181 MW adicionais. Segundo a Eletronorte a segunda casa força foi projetada para melhorar o aproveitamento da vazão do rio e reduzir os impactos ambientais. (ISTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2010, p.5).

Serão construídos dois canais de adução, cada um com cerca de 12 quilômetros de extensão com 250 metros de largura, para auxiliar na pressão da água sobre as turbinas. Para a escavação desses canais serão cavados 144 milhões de m³ de terra e 51 milhões de m³ de rocha, 3,8 m³ de concreto, contra 12,6 de Itaipu.

Segundo a Eletronorte, nos estudos iniciais, nove povos indígenas serão atingidos: os Juruna, os Assurini do Xingu, os Araweté, os Parakanã, os Kararaô, os Xikrin do Bacajá, os Arara, os Xipaia e os Kuruaia. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) inclui ainda vários povos Kaiapó da Região e mais de mil (1000) índios que vivem na cidade de Altamira. Ainda segundo Dom Erwin Klauter: O empreendimento afetará pelo menos 30 povos indígenas, biodiversidade [...] o deslocamento compulsório da

população rural e urbana. Cerca de 30 mil pessoas serão chutadas de lá [...]. Essa obra vai ser a maior agressão já vista à Amazônia.

Mapa 9 - UHE Belo Monte Terras Indígenas e UCs Federais no entorno



Fonte: Instituto Socioambiental (2010).

No Mapa acima aparecem os territórios indígenas que serão afetados direta ou indiretamente com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, bem como unidades de conservação ricas em biodiversidade. Populações ribeirinhas e de regiões urbanas serão remanejadas. Tudo isso, por ser Belo Monte uma das prioridades do Governo Lula, como se pode deduzir das matérias que seguem.

No dia 14 de abril de 2010 no Jornal Diário do Pará Caderno A, página 3 consta a seguinte notícia:

> O Conselho Deliberativo (CONDEL) da SUDAM faz reunião extraordinária hoje a pedido do Ministério das Minas e Energia. Na pauta, a prorrogação dos incentivos fiscais às empresas que vão entrar em operação após 2013, quando termina o prazo de validade desses incentivos. O objetivo do ministério é beneficiar projetos da área de infra-estrutura que vão atuar sintonizados com a implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte. A reunião será transmitida de Brasília por meio de uma videoconferência no Banco da Amazônia, a partir das 10h. (DIÁRIO DO PARÁ, 2010, p. 3)

No dia 15 de abril de 2010 no Jornal diário do Pará, Caderno A, página 11, trazia a seguinte matéria:

> A proposição do Ministério das Minas e Energia (MME), de alteração do regulamento de incentivos fiscais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foi aprovada na 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Sudam. Realizada por meio de videoconferência a reunião definiu que **projetos estruturantes**, como os que envolvem **energia**, devem ter prazo dilatado para recebimento de **incentivos fiscais**. A norma atual determina o prazo máximo [...] o ano de 2013. A proposta visa ao enquadramento dos projetos na área de infra-estrutura cujo prazo de entrada em operação seja posterior a 31 de dezembro de 2013. [...] Presidida pelo Ministro das Minas e Energia, João Santana, a reunião deliberou que o benefício fosse estendido também a outros projetos considerados estruturantes. A medida visa a gerar demandas de investimentos, permitindo que outras empresas se instalem na região, principalmente as que atuam na área energética, a exemplo das que farão parte do consórcio que administra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE de Belo Monte), disse o superintendente da Sudam Djalma Melo, na abertura da videoconferência. [...] "A aprovação da mudança da norma certamente vai atrair mais empresas para o Estado e a obra de Belo Monte deve ser diretamente afetada", disse Carlos Toni da Confederação Nacional do Comércio. (DIÁRIO DO PARÁ, 2010, p. 11, 2010, grifo nosso).

A reunião do CONDEL da SUDAM que decidiu pela continuidade dos incentivos fiscais para projetos estruturantes na Amazônia ocorreu no momento em que o presidente Lula e a Governadora Ana Júlia participavam do 21º Congresso Brasileiro do Aço e da ExpoAço 2010. Os eventos ocorreram no Transamérica Expo Center, em São Paulo, nos dias 14, 15 e 16 de abril. A reunião extraordinária do CONDEL da SUDAM, convocada pelo Ministério de Minas e Energia, ocorreu no dia 15 de abril, durante a reunião dos "gigantes do aço" e cinco (5) dias antes da realização do leilão de Belo Monte. Essas medidas do Estado brasileiro visavam estimular os investimentos em projetos estruturantes, sobretudo de geração de

energia e de verticalização do setor mineral, pois essas são duas prioridades dos governos e do empresariado paraense e brasileiro.

No dia 20 de abril aconteceu o leilão para definir o consórcio que construirá a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O Consórcio vencedor, Norte Energia, é formado pelas seguintes empresas: Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) subsidiária da Eletrobrás, Construtora Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, Serveng, J.Malucelli Construtora, Contern Construções, Cetenco Engenharia e Gaia Energia e Participações.

Empresas do setor mineral têm demonstrado interesse no empreendimento: A Alcoa, multinacional americana do alumínio, [...] vê no projeto Belo Monte uma oportunidade única de oferta de energia para seus planos de expansão no Brasil. Com essa energia, poderá instalar uma nova fábrica e um local cotado é Altamira, próximo à usina de Belo Monte. (RIBEIRO; GOULART, 2010).

A Vale, em diversas ocasiões, tem manifestado publicamente que sem infra-estrutura de energia e transporte não será possível fazer os investimentos já mencionados na verticalização do setor mineral. Como forma de afirmarem publicamente o compromisso com a geração de energia para a indústria extrativa e de transformação mineral o presidente Lula e a Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, estiveram em Altamira e Marabá, no dia 22 de junho de 2010. Em Altamira para participarem de ato em defesa da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e em Marabá para inaugurarem o que ficou conhecido como o início da era do aço, ou seja, o lançamento do início do processo de terraplenagem do empreendimento denominado Aços Laminados do Pará- ALPA, que consistirá na implantação de uma siderúrgica e de um pólo industrial anunciado pelos governos Lula e Ana Júlia.

Segundo o presidente Lula:

> O crescimento do mercado interno, provocado pelo aumento do poder aquisitivo dos mais pobres, desafia a indústria brasileira do aço a ampliar a produção, já que os investimentos públicos e as políticas de distribuição de renda estão fazendo o Brasil crescer e a indústria deve acompanhar este movimento. [Essa] recomendação foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura do 21º Congresso Brasileiro do Aço & da ExpoAço 2010, [...] em São Paulo, onde a governadora Ana Júlia Carepa representou o Pará na mesa de abertura do evento.[...] (PARÁ, 2010, não paginado).

Seguindo a linha de discurso do presidente:

> A governadora Ana Júlia Carepa reiterou a recomendação do presidente aos estados produtores de minério de ferro, como Pará e Minas Gerais, para que

> verticalizem sua produção e exportem produtos acabados, e não apenas minérios. "Não podemos só extrair o minério e a riqueza no nosso Estado. Estamos há mais de 20 anos ouvindo falar da necessidade de verticalizar a produção mineral do Pará, e nosso governo agora está fazendo isso", disse ela. (PARÁ, 2010).
> Para a governadora Ana Júlia Carepa, "chegou a vez de o Pará crescer". "O volume de investimentos públicos e privados nos próximos quatro anos chega a R$ 100 bilhões. Temos as eclusas de Tucuruí, a hidrovia Tocantins-Araguaia, o porto de Vila do Conde sendo ampliado, a pavimentação das rodovias BR-163 (Santarém-Cuiabá) e BR-230 (Transamazônica). Com estas obras, aliadas ao investimento do Estado nos distritos industriais de Marabá [...].(PARÁ, 2010, não paginado).

Depois de ter integrado um dos consórcios que participaram do leilão para a construção da Hidrelétrica de Belo Monte a Vale realizou a compra da participação da empresa Gaia Energia (Grupo Bertin) pois,

> O projeto também permite que a companhia limpe sua matriz energética e oferece uma rentabilidade dentro dos limites estabelecidos pelos nossos acionistas [...] A expectativa é de que 75% do projeto sejam financiados e que o orçamento da obra fique em R$ 25,8 bilhões [...] A Vale pretende elevar dos atuais 45% para 63% a geração de energia da mineradora para consumo próprio. (COMPANHIA VALE, 201, Não paginado).

A entrada da Vale na composição do Consórcio Norte Energia faz parte da estratégia da empresa para que possa operar com segurança e com redução de custo de produção de energia e de bens minerais que dependem de energia. Como o projeto além de ser financiado pelo BNDES, em até 80%, e como continuarão os incentivos fiscais para projetos considerados pelo Governo Federal como estruturantes, certamente a Vale aproveitará essa oportunidade para produzir energia a preço baixo e continuar o ritmo de expansão de suas atividades de extração e exportação de bens minerais primários, que é o que lhe favorece a estruturação dos meios de alcançar altas taxas de lucro no curto prazo e ajudar o Governo Federal a atingir superávit na balança comercial.

> Desenvolvemos nossos ativos de energia com base nas necessidades energéticas atuais e previstas das nossas operações de mineração, com o objetivo de reduzir nossos custos de energia e minimizar o risco de problemas de abastecimento de energia. [...].
> Brasil
> Por causa das incertezas associadas às mudanças na estrutura regulatória e dos riscos de aumento das tarifas elétricas e de escassez de energia (como o Brasil enfrentou no segundo semestre de 2001) o gerenciamento e o fornecimento eficaz de energia no Brasil é uma prioridade para nós. Temos atualmente oito usinas hidrelétricas e quatro usinas hidrelétricas menores em operação. Além disso, em dezembro de 2010, obtivemos a licença de

> operação para a usina de Estreito, a primeira hidrelétrica da Vale na região norte, que começou a gerar energia em março de 2011. Em 2010, a nossa capacidade instalada no Brasil era de 818 MW, semelhante à do ano anterior. Utilizamos a eletricidade produzida por esses projetos para suprir as nossas necessidades de consumo. Por sermos grandes consumidores de eletricidade, acreditamos que o investimento em projetos energéticos ajude a reduzir custos e a nos proteger contra a volatilidade do preço da energia. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.51).

Em 1986, o Governo Federal concluiu o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2011, propondo a construção de 165 usinas hidrelétrica até o ano de 2010, sendo que deste total, 40 delas estariam localizadas na Amazônia Legal. Em fevereiro de 1989 foi realizado na cidade de Altamira o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (SOUSA, 1990). Em 1994 um novo projeto é apresentado à sociedade brasileira procurando minimizar os impactos sócio-ambientais da obra. Duas novidades chamaram a atenção: mudou o nome e reduziu a área prevista para alagamento, de 1.225 km2 para um pouco mais de 400 km2, evitando com isto a inundação da área indígena denominada de Paquiçamba. Mas não evita a escassez do fluxo de água para a região onde está situada a Aldeia. O fato de evitar o alagamento é apresentado como a eliminação do impacto social, mas acontece que os povos da referida aldeia sobrevivem também dos recursos existentes no Rio Xingu que passa em frente ao território da referida Aldeia.

A geração de energia passou a ser considerada uma prioridade nacional ao ponto de ser incluída entre as obras de utilidade pública. Nos dois últimos anos do Governo Fernando Henrique (2001 e 2002) o Brasil enfrentou a denominada crise do apagão, em função da elevada estiagem e da crise de oferta energética, levando o Governo Federal a lançar um "plano de emergência estimado em 30 bilhões de dólares, que incluía a construção de 15 usinas hidrelétricas, e dentre elas o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte". (COSTA, 2011).

O Governo do presidente Lula incluiu a UHE de Belo Monte no PAC como a segunda maior obra em termos de custos. No mês de maio de 2008 foi realizado na cidade de Altamira o "Encontro Xingu Vivo para Sempre" que se notabilizou pelas cenas envolvendo a agressão ao engenheiro da Eletrobrás, Paulo Fernando Rezende, coordenador dos estudos de inventário da UHE de Belo Monte e pelo lançamento da Carta Xingu Vivo para Sempre na qual os movimentos sociais da região do Xingu se posicionam contra a barragem e a favor de modelo alternativo de desenvolvimento para a região. (COSTA, 2011).

O atual argumento em favor da obra é a alegação de que esta é fundamental para dar sustentabilidade ao novo ciclo de crescimento da economia brasileira. Estimativas apontam que se o Brasil mantiver a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a taxas médias de 5% ao ano, em torno de aproximadamente 5 anos ter-se-ia um novo descompasso entre oferta e demanda. Assim, a construção da UHE de Belo Monte insere-se como questão estratégica nacional, possuindo menor impacto ambiental que as termelétricas. Por outro lado, de acordo com cálculos da Eletrobrás, a operação da usina de Belo Monte proporcionará por ano uma arrecadação de cerca de R$ 170 milhões a título de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, os chamados *royalties*. Não se trata somente de Belo Monte, de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Energético 2010/2011 estão previstas a construção de 12 usinas hidrelétricas somente no estado do Pará. (COSTA, 2011).

O grande problema é que o Brasil e o Pará estão gerando energia para continuar o processo de exportação de matéria prima e de bens minerais primários e/ou semi-elaborados, atividade econômica que tem historicamente impactado sobre o meio ambiente, desregionalizado e desnacionalizado os dividendos. E agora, após a Lei Kandir, como já analisado, a situação de exploração mineral vem se intensificando, reduzindo os prazos previstos para exaustão das minas em processo de exploração e não se percebe nenhum indicativo de mudança positiva para as grandes maiorias da população regional em termos de desenvolvimento. Há sim, política de apoio ao crescimento econômico.

Belo Monte insere-se entre os grandes projetos financiados com os recursos públicos para atender a necessidade de crescimento do PIB, tornar as empresas mineradoras, com projetos intensivos em energia, competitivas no mercado internacional, ofertar matéria-prima da Amazônia ao mercado internacional, de zonas com baixa composição orgânica do capital, em vista de aumentar a taxa de mais valia das empresas exportadoras, entre elas, a Vale, e sustar a tendência declinante da taxa de lucro. Nesse sentido Belo Monte é mais uma obra componente do novo regime de acumulação de capital aqui estudado.

4.8.4 Porto Público de Marabá

No dia 23 de dezembro de 2009 o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR), abriu a concorrência pública n° 001/2009, que tinha o seguinte objeto: "**Serviços de consultoria consultiva para a elaboração do estudo de viabilidade, eia/rima e projeto básico para implantação do projeto "plataforma logística intermodal de transporte de marabá – PA."** [...]. (PARÁ..., 2009, p. 52, grifo do autor).

Para a execução dos serviços relacionados ao objeto da licitação em questão, o Governo do Estado do Pará estabeleceu que o valor dos serviços e as fontes de pagamento são como segue:

> [...] orçamento do presente certame é de **R$ 6.203.668,03 (seis milhões, duzentos e três mil, seiscentos e sessenta e oito reais e três centavos). [e que]** as despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão à conta da(s) verba(s): **04.121.1228.4840 Nat.: 449051. Fontes: 0106 e 6121. [**...] Nos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, as despesas correrão à conta dos créditos próprios consignados no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos. (PARÁ, 2009, p. 52, grifo do autor).

O lançamento da licitação para os serviços básicos de implantação do Porto Público de Marabá, com alocação dos recursos para o projeto básico, EIA-RIMA e definição das fontes das despesas nos anos seguintes, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, deixa claro que se tratava de um projeto prioritário e estratégico para o Governo do Estado, como de fato era mencionado em documentos e discursos dos representantes do Governo do o Estado, como aparece em discurso da Governadora Ana Júlia Carepa na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, no ano de 2010, já citado neste trabalho.

A licitação foi regularmente autorizada pelo Secretário de Estado de Integração Regional, conforme consta do processo administrativo nº. 2009/165880 **(**PARÁ, 2009, p.53). Na exposição dos objetivos do Governo do Estado do Pará tem-se uma visão do que se pretende com o projeto do Porto:

> A SEIR do Estado do Pará pretende implantar no município de Marabá, junto a margem esquerda do rio Tocantins uma Plataforma Logística Intermodal de Transportes com o objetivo de atender as cargas já existentes na região, bem como aquelas que irão surgir em função das próprias facilidades de transporte advindas do projeto da Hidrovia do Tocantins.
> Assim, o Porto de Marabá deverá considerar não somente **os tipos de carga conhecidos (granéis minerais)**, mas também prever futuras instalações para

> o atendimento de granéis sólidos vegetais, granéis líquidos e carga geral. (PARÁ, 2009, p.53, grifo nosso).

A seguir a SEIR em documento expõe a expectativa dos gestores sobre a Plataforma de logística intermodal de transportes a ser implantado em Marabá:

> A concepção das instalações da Plataforma Logística Intermodal deverá considerar as seguintes facilidades:
> **1.1 Terminal de Granéis Sólidos – minérios:**
> a. instalações de atracação para comboios fluviais (tipo Hidrovia Tocantins), com dolfins de atracação, bem como dolfins de amarração para as barcaças em espera.
> b. pátios diferenciados de estocagem de minérios – minério de ferro, ferro gusa, manganês, carvão, coque, etc.
> c. sistema de correias transportadoras tanto para embarque como desembarque, carregador e descarregador de barcaças e equipamentos de pátio.
> d. ponte de acesso ao berços de atracação.
> **1.2 Terminal de Carga Geral:**
> a. instalações de atracação para comboios fluviais (tipo Hidrovia Tocantins), com dolfins de atracação, bem como dolfins de amarração para as barcaças em espera.
> b. pátio de estocagem de carga geral.
> c. equipamentos de pátio (empilhadeiras de grande e médio porte, guindastes veiculares, etc).
> d. rampa de acesso ao berço de atracação.
> **1.3 Terminal de Granéis Líquidos – derivados de petróleo:**
> a. instalações de atracação para comboios fluviais (tipo Hidrovia Tocantins), com dolfins de atracação, bem como dolfins de amarração para as barcaças em espera.
> b. tanques de estocagem de derivados de petróleo.
> c. sistema de dutos e de bombeamento para carregamento e descarga de barcaças.
> d. ponte de acesso ao berço de atracação.
> **1.4. Terminal de Granéis Sólidos – agrícolas:**
> a. instalações de atracação para comboios fluviais (tipo Hidrovia Tocantins), com dolfins de atracação, bem como dolfins de amarração para as barcaças em espera.
> b. silos/armazéns para estocagem de granéis agrícolas.
> c. sistema de correias transportadoras tanto para embarque como desembarque, carregador e descarregador de barcaças e equipamentos de pátio.
> d. sistema de recepção, composto por moegas para caminhões, recuperadores nos armazéns e carregadores de caminhões.
> e. ponte de acesso ao berço de atracação.
> **1.5 Instalações administrativas**: constituídas de prédio de administração, prédio operacional, oficina/almoxarifado e portaria/gate.
> **1.6 Instalações de suporte e suprimento:** constituídas pela estação de tratamento de efluentes, subestação, brigada de incêndio, castelo d´água e cisterna, etc. (PARÁ, 2009, p.53).

Embora a prioridade seja a obra completa, o Governo do Estado já indica na licitação para o projeto básico e EIA-RIMA que iniciará com o terminal de granéis sólidos, destinado ao embarque de minérios.

> Em função da demanda de cargas projetadas e de estudo inicial do *layout* do Porto Fluvial de Marabá, foi definido que o empreendimento seria executado em duas fases:
> **Fase 1:** Terminal de **Granéis Sólidos (minerais**), Terminal de Carga Geral, instalações
> administrativas e operacionais/suporte.
> **Fase 2:** Terminal de Granéis Líquidos e Terminal de Granéis Agrícolas. (PARÁ, 2009, p.53, grifo nosso).

O Porto Público de Marabá constitui mais uma das grandes obras que devem servir para transportes de cargas da Vale, de outras mineradoras, de produtos do agronegócio, será um importante elo de ligação entre Rodovia Transamazônica, a Hidrovia Araguaia Tocantins, a eclusa de Tucuruí, o Porto de Vila do Conde, onde está a empresa da Noruega, Norsk Hidro. O Porto público de Marabá constitui uma obra estratégica para o processo de implantação da Siderúrgica da Vale em Marabá, portanto representa mais um componente do novo regime de acumulação de capital, aqui analisado.

A declaração de parceria entre Governo do Estado e Vale fica evidente nas palavras de Secretário de Estado Maurílio Monteiro:

> Do total de R$ 50,3 bilhões do PAC do Pará (recursos do Tesouro estadual e privados), R$ 41 bilhões virão de investimentos privados, "e incluímos no programa por vários motivos", explicou Maurílio Monteiro. "Primeiro, o governo do Estado ajudou a criar a infraestrutura necessária para vários empreendimentos, como investir mais de R$ 50 milhões no Distrito Industrial de Marabá, para garantir a implantação, pela Vale, da siderúrgica Aços Laminados do Pará. Depois, alguns empreendimentos previstos no programa, estratégicos para o governo do Estado, terão prioridade no licenciamento ambiental, para que todas as obras sejam concretizadas de forma articulada e no tempo previsto", informou. (PARÁ, 2010, não paginado).

O Governo brasileiro e o Governo do estado do Pará pareciam mais interessados na implantação da siderúrgica do que os dirigentes da Vale, como já foi comentado e citado texto do relatório da Vale, onde a empresa expressa que tem interesse em siderúrgica como meio de abrir mercado para o principal produto de seu portfólio, minério de ferro.

4.9 INVESTIMENTOS DO BNDES E COMPETITIVIDADE DA VALE

A Vale como maior exportadora brasileira e maior empresa privada da América do Sul atribui o seu crescimento e lucratividade à habilidade brasileira de gerenciamento e planejamento, destaca a participação da Bradespar entre seus principais acionistas e a moderna estrutura de governança corporativa como elementos que contribuem para que a empresa seja referência de eficiência e lucratividade:

> **Desde maio de 1997, quando foi privatizada**, a Companhia Vale do Rio Doce vem se transformando em referência de eficiência e lucratividade, uma empresa que reflete a habilidade brasileira de gerenciamento e planejamento, atuando com destaque em alguns dos mais competitivos mercados do planeta. Líder entre os grandes produtores globais de minério de ferro e listada entre as maiores empresas de mineração do mundo, **a Vale do Rio Doce opera dois grandes sistemas produtivos mina-ferrovia-porto.** Através de empresas direta ou indiretamente controladas, ou de controle compartilhado, a Vale atua em segmentos diversos, que multiplicam e complementam seu universo de possibilidades de negócio. Das pesquisas e desenvolvimentos minerais, associados à exploração do minério de ferro, ouro, manganês, potássio, cobre e bauxita e das plantas de geração de energia elétrica aos serviços de logística, o nome Vale do Rio Doce é cada vez mais interpretado como sinônimo de qualidade.
> Suas ações, entre os papéis de maior liquidez do mercado, estão listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, através do Programa American Depositary Receipts - ADRs. (COMPANHIA VALE..., 2009, não paginado, grifo nosso.).

Dá-se destaque para a privatização da CVRD como o elemento que marca o início da trajetória de desempenho em termos de competitividade e lucratividade da empresa. Enfatiza-se a diversificação dos segmentos de atuação da empresa e o fato de ser o nome da organização sinônimo de qualidade. Ao mesmo tempo menciona-se o fato da empresa operar dois complexos mina-ferrovia-porto, que são justamente aqueles que foram privatizados no leilão de privatização em maio, como escrito no início da citação acima.

Como já comentado, esses dois sistemas, Norte e Sudeste, associados à ferrovia MRS logística, que também integrava o patrimônio público brasileiro, privatizado a partir de 1996, que faz a integração das minas do sistema Sul com o Porto de Itaguaí, fazem o escoamento de quase todo o minério de ferro exportado pela Vale e que compõe cerca de 70% das operações da empresa. Esse sistema de logística cumpre uma função estratégica na competitividade da empresa. A aquisição de ferrovias, locomotivas, portos, frota de navios, rebocadores etc. por custo baixo constitui um dos elementos determinantes da competitividade da Vale.

O fato da Vale ter acesso ao minério de ferro com o mais alto teor de hematita do planeta; com baixa profundidade; e grande concentração de minério por mina, pois a Província mineral do Carajás tem os maiores depósitos de ferro do mundo, também favorecem a competitividade da empresa, pois essas condições possibilitam que a empresa tenha vantagem em termos de competitividade até mesmo com empresas que estão situadas muito mais próximo do principal mercado consumidor, que é a Ásia.

> Embora os custos de transporte para entrega de minério de ferro da Austrália para os clientes da Ásia sejam em geral mais baixos do que os nossos, em razão da localização geográfica, somos capazes de manter a competitividade no mercado asiático [...] Nosso minério de ferro tem baixos níveis de impurezas e outras propriedades que costumam resultar em custos mais baixos de processamento. Por exemplo, além do seu alto teor, o teor de alumina do nosso minério de ferro é muito baixo, comparado ao dos minérios australianos, reduzindo o consumo de coque e aumentando a produtividade nos altos fornos. [...]
> Em termos de confiabilidade, a nossa participação e operação das instalações de logísticas dos Sistemas Sudeste e Norte ajudam a assegurar que os produtos sejam entregues a tempo, com um custo relativamente baixo. Além disso, estamos desenvolvendo um portfólio de frete de baixo custo, para melhorar a nossa capacidade de oferta de produtos ao mercado asiático a preços competitivos [...]. Como suporte a essa estratégia, encomendamos novas embarcações, compramos navios usados e firmamos contratos de frete de médio e longo prazo. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.29).

Um outro fator que favorece a competitividade da Vale é o acesso ao crédito público para investimento. Esse acesso pode ser facilitado pelo fato do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ser acionista da empresa e fazer investimento em projetos de mineração por intermédio e em conjunto com a Vale.

> Em 2008, estabelecemos uma linha de crédito para R$7.300 [sete bilhões e trezentos milhões de reais] ou US$ 4 bilhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para auxiliar nosso programa de investimento. Até 31 de dezembro de 2010, utilizamos o equivalente a US$1.153 dessa linha de crédito. (COMPANHIA VALE..., 2010, p. 197).
>
> Mantemos relações puramente comerciais, no contexto habitual de negócios, com a Mitsui, acionista da Valepar (nosso acionista controlador) e também mantemos relações puramente comerciais, no contexto habitual de negócios, com o Bradesco, controlado pelo mesmo grupo que o Bradespar, também acionista da Valepar. O BNDES é a controladora de um dos nossos maiores acionistas, o BNDESPAR. O BNDES e a Vale firmaram contrato referente a autorizações para projetos de mineração. Este contrato, expresso Contrato de Risco para Exploração Mineral, tem por objeto a exploração conjunta de alguns depósitos minerais ainda não explorados, que fazem parte do Sistema

> Norte (Carajás), assim como a participação proporcional nos lucros obtidos a partir da exploração de tais recursos. Os depósitos de minério de ferro e manganês que já haviam sido identificados no momento em que foi firmado o Contrato de Risco para Exploração Mineral foram especificamente excluídos do contrato. Em 2007, o Contrato de Risco para Exploração Mineral foi prolongado indefinidamente, com regras específicas para projetos avançados e objetivos básicos e direitos de exploração mineral, nos termos do contrato. Além disso, o BNDES nos forneceu uma linha de crédito de R$7,3 bilhões, ou US$4,3 bilhões, para nos ajudar no financiamento de nossos programas de investimento, e sua subsidiária BNDESPAR detem um total de R$1,050 bilhões, ou US$630 milhões, em debêntures, permutáveis em ações da FNS, que foram emitidas para financiar a expansão da ferrovia FNS. O BNDES também tem participado de alguns dos nossos outros acordos de financiamento (COMPANHIA VALE..., 2010, p.112).

A Vale é competitiva também pelo fato de expandir suas operações com carvão térmico, que segundo a empresa é o combustível fóssil de mais baixo custo e talvez um dos mais poluentes utilizado para a produção de energia:

> O mercado transoceânico global de carvão térmico tem se expandido de forma significativa nos últimos anos. O crescimento da demanda de carvão térmico está intimamente relacionada ao crescimento do consumo de energia elétrica, que continuará a ser impulsionado pelo crescimento econômico, particularmente nas economias emergentes. As grandes frotas existentes de usinas movidas a carvão com longos ciclos de vida levam décadas para serem substituídas ou modernizadas e isto faz com que a participação do carvão metalúrgico na matriz energética continue alta nos países com grande consumo. De maneira característica, o custo do combustível é a maior variável de custo envolvida na geração de energia elétrica e o carvão é atualmente o combustível fóssil mais barato para este propósito. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.32).

A Vale é competitiva por ser beneficiada por incentivos fiscais, que historicamente tem sido criticados por constituírem formas de repasse de recursos públicos para empresas privadas e por terem facilitado e enriquecimento de muitos grupos do Brasil e de outros países. A Vale tem acesso a uma longa e diversificada lista de incentivos fiscais no Brasil e em muitos outros países, inclusive do continente africano, como a própria empresa expõe de forma detalhada:

> A Vale e algumas companhias relacionadas no Brasil possuem incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações regionais com minério de ferro, ferrovia, manganês, cobre, bauxita, alumina, alumínio, caulim e potássio. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Em geral tais incentivos expiram até 2018. Parte das

> operações com ferrovia e minério de ferro na região norte recebeu incentivos fiscais por 10 anos a partir de 2009.
> Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.
> Podemos também nos beneficiar com a destinação de parte do imposto de renda devido para ser reinvestida na aquisição de equipamentos na operação incentivada, sujeita a aprovação posterior pela agência reguladora da área incentivada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Quando aprovado o reinvestimento, o benefício fiscal correspondente deve ser apropriado em uma reserva de lucros também sujeito as mesmas restrições, com respeito a futura distribuição como dividendos aos acionistas.
> Temos também incentivos de impostos relacionados ao projeto Goro na Nova Caledônia ("O Projeto Goro"). Estes incentivos fiscais incluem isenções temporárias totais do imposto de renda durante a fase de construção do projeto, e, também por um período de 15 anos iniciando-se no primeiro ano da produção comercial, conforme definido pela legislação aplicável, seguido por cinco anos com 50% de incentivos fiscais temporários. Além disto, Goro está qualificado para determinadas isenções de impostos indiretos tais como taxa de importação durante a fase de construção e durante toda a vida comercial do projeto. Alguns destes benefícios fiscais, incluindo incentivos fiscais temporários, estão sujeitos a uma interrupção antecipada, caso o projeto alcance uma taxa acumulada específica de retorno. Goro está sujeito a tributação de uma parte do lucro começando no primeiro ano em que a produção comercial for atingida, conforme definido pela legislação aplicável. Até o momento, não foi realizado nenhum lucro tributável na Nova Caledônia. Os benefícios desta legislação são esperados para quaisquer impostos então aplicáveis quando o projeto Goro estiver em operação.
> A Vale obteve incentivo fiscal para os projetos em Moçambique, Omã e Malásia, que terá efeito quando os projetos iniciarem sua operação comercial. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.24).

A Vale é competitiva também por ter acesso a empréstimos em bancos comerciais em condições bastante favoráveis, como se lê: "Os empréstimos e financiamentos a curto prazo registrados em 31 de dezembro de 2010 são de bancos comerciais para financiamentos à importação, denominados em dólares norte-americanos, com taxa média de juros de 2,0% ao ano". (COMPANHIA VALE..., 2010, p. 28).

A Vale é competitiva por ter acesso ao minério de ferro de alta qualidade e de fácil acesso, mas também a níquel, cobre, manganês, bauxita, caulim, carvão térmico, ouro e outros bens minerais no Pará, no Brasil e no mundo. Tem acesso a "minas de longa vida [...]. Acreditamos que nossas operações são competitivas no mercado [...] por causa da alta qualidade dos nossos produtos de níquel e nossos custos de produção relativamente baixos.

(COMPANHIA VALE..., 2010, p.39).

A Vale é competitiva também por tantas outras razões:

> A seguinte matéria do portal Carta Maior compara Vale e Petrobrás em seus lucros, estratégias e influências políticas. Numa entrevista famosa de 2009, ao portal da revista Veja, FHC justificou a venda da Vale do Rio Doce, entre outras razões, ao fato de a 2ª maior empresa de minério do mundo ter se reduzido -na sua douta avaliação - a um cabide empregos, 'que não pagava imposto, nem investia'. Notícias frescas da Receita Federal abrem um contraponto constrangedor à discutível premissa fiscal tucana.
> A Vale foi acionada e dificilmente escapará, exceto por boa vontade de togados amigos, de pagar R$ 30,5 bilhões sonegados ao fisco durante a década em que esteve sob o comando de Roger Agnelli. O calote, grosso modo, é dez vezes maior que o valor obtido pela venda da empresa, em 1997. Ademais do crime fiscal, o golpe injeta coerência extra aos personagens desse episódio-síntese de uma concepção de país e de desenvolvimento desautorizada, de vez, pela crise mundial.
> [...] Além de pagar apenas 2% de royalties ao país, a Vale no ciclo Agnelli notabilizou-se por sonegar R$ 30,5 bilhões em Imposto de Renda e CSLL aos cofres públicos. Com o velho truque de contabilizar em subsidiárias no exterior ganhos de fato auferidos pela matriz, surrupiou ao país quase um ano de faturamento da empresa (da ordem de R$ 37 bi em 2011). Com o processo movido pela Receita Federal , fecha-se um ciclo, mas ainda resta um personagem importante da história a ser desmascarado. (COMPANHIA VALE..., 2012. não paginada).

A Vale apresenta a seguinte situação referente aos processos nos quais a empresa é ré, no Brasil. A empresa informa que estas são as questões que considera principais. Quando é somada a dívida cobrada da Vale, pela alegação de sonegação e danos ambientais, chega-se a um total de R$39,853 bilhões (trinta e nove bilhões e oitocentos cinqüenta e três milhões), em 2010.

> **PROCESSOS JUDICIAIS**
>
> A Vale e suas subsidiárias são rés em várias ações judiciais no curso normal dos negócios, incluindo causas civis, administrativas, fiscais e trabalhistas. Os procedimentos mais significativos são discutidos abaixo. Os valores reclamados e os valores das nossas provisões para cobrir prejuízos possíveis, são indicados a partir de 31 de dezembro de 2010.
> **Processo Praia Mole**
> Somos réus em uma ação civil pública proposta por agências federais em novembro de 1997, visando anular o convênio de concessão, nos termos do qual a Vale e outros réus operam o terminal marítimo de Praia Mole, no Estado do Espírito Santo. Houve sentença em nosso favor, em novembro de 2007, reconhecendo a
> validade do acordo de concessão, mas o Ministério Público da União recorreu junto ao STJ, em abril de 2008, ainda pendente.
>
> **Processos de Itabira**

> Somos réus em dois processos diferentes ajuizados pelo município de Itabira, no Estado de Minas Gerais. Na primeira ação, ajuizada em 1996, o município de Itabira alega que as operações de minério de ferro na região provocaram danos ambientais e sociais e reivindicam perdas e danos com relação à degradação ambiental da área de uma das minas, assim como a imediata restauração do complexo ecológico afetado, além da implantação de programas ambientais compensatórios na região. **Os danos alegados, ajustados à data em que foram registrados, chegam a aproximadamente R$ 2,440 bilhões (US$ 1,464 bilhões).** Foi realizada uma audiência e expedido um parecer favorável à Vale, mas ainda não houve sentença, e é aguardada a análise das provas periciais.
> No segundo processo, ajuizado em setembro de 1996, o município de Itabira reivindica reembolso pelas despesas relacionadas aos serviços públicos prestados, em consequência das atividades de mineração. Os **danos alegados, ajustados à data em que foram registrados, chegam a aproximadamente R$ 2,825 bilhões (US$ 1,695 bilhão).** Este processo foi suspenso, e está pendente o nosso pedido de inclusão de provas favoráveis incluídas em outro processo. (COMPANHIA VALE..., 2010, p. 133, grifo nosso).

A CFEM que legalmente, pelos cálculos do BIRD, deveria destinar R$0,26 (vinte e seis centavos) por tonelada de ferro para ser dividido entre Município minerador, Estado minerador e União já acumulava R$7,88 bilhões, em valores de dezembro de 2010, exigidos pelo DNPM contra a Vale na justiça, sob alegação de terem sido sonegados pela empresa.

> **Processos relativos a CFEM**
> Somos parte em processos administrativos e judiciais em que discutimos exigências de CFEM efetuadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Autarquia do Ministério de Minas e Energia. Nessas ações são contestadas diferenças de valores decorrentes de deduções de tributos e gastos com transporte, arbitramento e prazo decadencial para cobrança. Também é contestada a inobservância do devido processo legal, a incidência de CFEM sobre a venda de pelotas e o pagamento da CFEM sobre receitas geradas por nossas subsidiárias no exterior. Acreditamos que as cobranças são indevidas. As decisões proferidas em primeira instância foram parcialmente favoráveis à Companhia, sobretudo quanto aos argumentos referentes às deduções, ao prazo para cobrança e à inobservância do devido processo legal. **A valor total das cobranças é de aproximadamente R$ 7,880 bilhões (US$ 4,729 bilhões).** (COMPANHIA VALE..., 2010, p.134, grifo nosso).

Além da exigência pelo DNPM de pagamento da CFEM pela Vale, a Receita Federal cobra da empresa, em valores de dezembro de 2010, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no valor de R$ 26,708 bilhões, que segundo a Receita teriam sido sonegados pela organização. A Vale expõe a seguir seu ponto de vista sobre a questão:

Outros Litígios na área tributária:

> Em 2003 a Vale ajuizou medida judicial para contestar o disposto no artigo 74 da Medida Provisória 2.158-34/2001, que determina o pagamento, no Brasil, do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre os lucros das subsidiárias estrangeiras. Nossa defesa tem por base os seguintes argumentos:
> (i) O artigo 74 da Medida Provisória ignora os tratados contra a bitributação assinados entre o Brasil e os países em que se encontram algumas das nossas subsidiárias; (ii) o Código Tributário Nacional proíbe referida tributação por meio de Medida Provisória; (iii) mesmo que o artigo 74 da Medida Provisória fosse válido, a variação cambial deveria ser excluída do cálculo dos tributos devidos (de acordo com os novos princípios contábeis em vigor no Brasil e o IFRS); e (iv) violação do princípio da anterioridade tributária, na hipótese de tributação antes de dezembro de 2001. **Na primeira instância foi proferida sentença desfavorável, à Companhia**, tendo o seu recurso de apelação sido recebido no efeito suspensivo. Em março de 2011, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou provimento à apelação da Vale. Aguarda-se a publicação do acórdão para apresentação de novos recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Em abril de 2011 o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão favorável em ação na qual foram apresentados argumentos semelhantes aos sustentados pela Vale. A ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) proposta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) questionando a constitucionalidade do artigo 74 da Medida Provisória ainda aguarda julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Mesmo que a ADIN seja julgada improcedente, **continuaremos contestando legalmente a exigência, com base nos outros argumentos de defesa existentes.**
> As autoridades tributárias lavraram quatro autos de infração para cobrança de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, **com base no Artigo 74 da Medida Provisória, referentes ao período de 1996 a 2008, no valor total de R$ 26.708 bilhões (US$ 16,029 bilhões).** Estes autos aguardam julgamento na esfera administrativa. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.134).

Litígios com a Rede Ferroviária:

> Em agosto de 2006, a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) ajuizou uma ação por descumprimento de contrato no valor de R$ 2,662 bilhões (US$ 1,597 bilhões) em perdas e danos, oriundo de um acordo de 1994, relativo à construção de duas redes ferroviárias. Houve substituição processual da RFFSA pela União. Em 1994, antes de privatizada, a Vale assinou um contrato com a RFFSA para construir duas redes ferroviárias em Belo Horizonte, que deveriam ser incorporadas em um segmento ferroviário existente, em um projeto denominado "*Transposição de Belo Horizonte*." Firmamos um acordo com o governo brasileiro para iniciar a construção de um segmento ferroviário adicional, porque os segmentos inicialmente acordados não poderiam ser construídos. Antes de a RFFSA ajuizar o processo, nós ajuizamos um processo conta a RFFSA, atualmente substituída pela União, que questionava os dispositivos de ajuste da inflação no contrato firmado com a RFFSA. Nós argumentamos que o método de cálculo utilizado pelo governo não seria legal, de acordo com a lei em vigor. Afirmamos que os custos de construção do novo segmento deveriam compensar as perdas e danos do processo original da RFFSA, reduzindo, de

> maneira significativa, os valores que teríamos que pagar. O processo ainda será examinado, sem data fixada para audiência. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.134).

Litígios sobre contratos futuros de ouro:

> Em 1988 e 1989, a Vale firmou contratos futuros de ouro com diversos fundos de pensão privados brasileiros. Nos termos desses contratos a liquidação era permitida tanto por entrega física quanto por liquidação em caixa. Entretanto, em maio de 1989, o governo brasileiro, por intermédio do Banco Central, aprovou uma resolução proibindo a liquidação por entrega física e a Vale foi obrigada a efetuar a liquidação em caixa. **Durante esses anos o Brasil experimentou um período de forte inflação e, no início de 2005, alguns desses fundos de pensão nos processaram**, alegando que o ajuste inflacionário previsto nesses contratos não compensava corretamente as perdas monetárias decorrentes das ações utilizadas pelo governo para controlar a inflação durante esse período. Há 11 processos contra nós. Ganhamos duas das ações na instância inferior mas partes adversas apelaram nas Cortes Superiores. Perdemos **quatro ações nas instâncias inferiores e em abril de 2011, no nosso maior processo, o Superior Tribunal de Justiça emitiu uma decisão apelativa contra nós, mas estamos recorrendo a cada uma das sentenças. Os cinco outros processos ainda estão em fase probatória nas instâncias inferiores e os valores reivindicados nestes casos remanescentes não são materiais. Os valores totais das ações são de R$ 495,5 milhões** (US$ 297.4 milhões). (COMPANHIA VALE..., 2010, p.134, grifo nosso).

E mais processo:

> Nossa subsidiária FCA é réu em uma ação ajuizada no fórum de Minas Gerais pela Transger S.A. (Transger) e, posteriormente, transferida para a esfera federal. A Transger busca ser ressarcida por perdas e danos e anular algumas das Assembleias Gerais que ocorreram no início de 2003, nas quais os acionistas aprovaram um aumento do capital autorizado da FCA, sob a alegação de supostos atos abusivos cometidos pelo grupo controlador da FCA. A sentença do juízo de primeira instância foi contra os réus, mas a decisão foi suspensa, aguardando-se a preparação de um relatório adicional de perícia. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.134).

Entre as questões principais de seu relatório de 2010 a Vale não menciona as ações que se encontram no Ministério Público Federal do Pará e que questionam o processo de privatização, sobre o valor da venda e a participação do grupo Bradesco no processo de avaliação da empresa e aquisição, como já analisado em capítulo que trata sobre o processo de privatização da empresa.

A Vale é competitiva porque o Estado deixa de cobrar por outorgas de água das mineradoras que poderiam render recursos da ordem de 5 bilhões por ano, aos cofres públicos:

> **OAB exige que Pará cobre R$ 5 bi de mineradoras**
> O Pará está jogando fora uma fortuna [...]. Deixa de arrecadar R$ 5 bilhões por ano com a exploração dos recursos hídricos por empresas mineradoras que atuam no Estado. A cobrança, que não é taxa ou imposto, está prevista em lei, mas nunca foi feita. A omissão já dura mais de dez anos.
> As empresas usufruem de outorga gratuita e ainda gozam de renovação sistemática das licenças a cada dois anos. Se a cobrança fosse realizada hoje e as mineradoras tivessem de pagar tudo o que deixaram de recolher em mais de uma década, segundo especialistas consultados pelo Estado, a dívida seria de US$ 80 bilhões a US$ 100 bilhões, o equivalente a quase duas vezes o Produto Interno Bruto do Pará.
> A Ordem dos Advogados do Brasil no Pará (OAB/PA) decidiu exigir do governo estadual que a cobrança seja feita. O presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, Ismael Moraes, argumenta que "inexiste qualquer motivo para que as empresas que utilizam as águas paraenses sejam isentadas de pagamento como está ocorrendo há mais de uma década".
> [...] As indústrias, segundo especialistas ouvidos pelo Estado, consomem a média de 3,5 bilhões de litros de água no processamento dos minerais. Os gastos também são grandes no resfriamento dos lingotes de alumínio e nas refinarias de alumina. Mas é no transporte de bauxita e caulim pelos minerodutos que o consumo é astronômico.
> [...] Técnicos que atuam nos projetos estimam, com base nas centenas de milhões de m³ de água utilizados nas indústrias minerais, multiplicadas por apenas 30% do valor cobrado pela Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) do consumidor doméstico, que o Estado perca mais R$ 800 milhões apenas com o mineroduto de 244 km da norueguesa Norsk Hydro, que leva bauxita de Paragominas, no leste do Pará, para Barcarena, polo industrial próximo a Belém. (MENDES, 2012).

Até fevereiro de 2010, o mineroduto era da Vale e foi repassado para a Norsk Hydro, conforme já foi explicado em capítulo anterior. A informação é confirmada pelo órgão de classe, representante das mineradoras:

> O diretor do Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará (Simineral), José Fernando Júnior, afirma que o setor cumpre a legislação. Ele confirmou que as mineradoras são licenciadas pela Sema e que não pagam pela exploração da água. "Nós somos autorizados pelo órgão ambiental, que concede a outorga e faz a renovação a cada dois anos." O governo do Pará e a Sema não quiseram se pronunciar.(MENDES, 2012).

A Vale é competitiva por que conta com apoio do Estado na desapropriação de área agrícola e na organização da infra-estrutura urbana necessária para a implantação de projetos de mineração:

> Antonia Lima dos Santos, advogada da organização, explica que a Onça Puma solicitou ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a desapropriação dessa área para dar continuidades às suas atividades. O projeto da Onça Puma atinge diretamente três mil famílias de dois assentamentos do Incra, o Campos Altos, situado no município de

Ourilândia, e o Tucumã, localizado entre Ourilândia, Tucumã e São Felix. Em agosto do ano passado, o Incra já havia desafetado uma área de assentamento de agricultores. A CPT, representando 83 famílias, assumiu uma ação popular para anular essa portaria. As famílias não deixaram ainda as terras, porque somente agora o Incra realiza os planos de realocação e de indenização dessas pessoas.

Além disso, logo no início da implantação da sua infraestrutura, outras pessoas já haviam sido deslocadas das suas residências. Segundo a CPT, a empresa adquiriu, sem a devida autorização, propriedades que eram contempladas pela reforma agrária. De acordo com o relatório da organização, muitos assentados foram pressionados a vender suas benfeitorias para a mineradora. A CPT faz a defesa jurídica desses agricultores por meio de uma ação civil pública.

A mineradora também é responsável por danos ambientais, como a poluição de grotas, a extinção de igarapés e a intoxicação de animais. As intervenções vão desde construção de barragens e diques, a desvios de cursos d´água. As consequências do empreendimento são a desestabilização da organização social e do sistema produtivo dos assentamentos. Os camponeses que continuaram nos assentamentos são afetados pela poluição ambiental e sonora, além dos danos às suas propriedades. Por outro lado, nesses últimos cinco anos, a região teve um boom migratório. Além da chegada de cerca de 7 mil funcionários de empresas terceirizadas que chegaram com a atividade da Onça Puma, muitas pessoas se mudaram para a região na busca de trabalho e de melhores condições de vida. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2011).

5 O REGIME DE ACUMULAÇÃO NO PARÁ É PRIMÁRIO-EXPORTADOR

Na nova divisão internacional do trabalho, que emerge juntamente com o novo regime de acumulação de capital, cabe ao Estado do Pará e à Amazônia, como zona social com atividade econômica com baixa composição orgânica de capital, o velho papel de fornecer matéria-prima ao mercado internacional para sustar a tendência declinante da taxa de lucro. Em outras palavras, cabe ao Estado do Pará, como detentor das maiores reservas minerais do planeta, transformar essas reservas de recursos naturais em mercadorias, colocando-as no mercado de commodities. Cabe à Vale, entre outras mineradoras, fazer a extração e transporte desses minerais.

Nessa nova divisão internacional do trabalho surgem alguns elementos novos: a intensificação do processo de exploração da matéria-prima, com o crescimento sem precedente da exploração do minério de ferro na Província Mineral do Carajás, no Pará; a redução sem precedentes da taxa de tributos pagos pelas empresas mineradoras, a partir da isenção do ICMS, tendo como corolário a desnacionalização e desregionalização dos dividendos; a consolidação da China como o principal mercado dos bens minerais exportados do Pará pela Vale; a consolidação da Vale como empresa exportadora de matéria-prima. A composição do PIB do Estado do Pará com a participação de 86% da economia do setor mineral em 2010; o aumento da participação da mineração no saldo da balança comercial paraense e brasileira.

5.1 A MINERAÇÃO DE 1970 -2010, O CRESCIMENTO DO PIB E O SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

O PIB do Brasil, no final do século XX início do século XXI teve a seguinte evolução: em 1970, US$ 430 bilhões; em 1980, US$ 983 bilhões; em 1990, US$ 1.149 trilhão; em 2000, US$ 1.469 trilhão; em 2010, US$ 2.089 trilhões. A participação da economia do setor mineral na composição do PIB do Brasil nesses períodos ocorreu da forma que segue: em 1970, participava com 5,86% do PIB; em 1980, com 6,22% do PIB; em 1990, 4,61% do PIB; em 2000, 3,17% do PIB; em 2010, 3,82% do PIB. Houve, portanto, uma redução da participação desse setor da economia na formação do PIB do Brasil na medida em

que ocorreu um crescimento econômico e os valores do PIB da economia do setor mineral não acompanharam na mesma proporção o aumento do PIB do país.

A economia do setor mineral está dividida em três segmentos, na tabela 17, em análise: mineração, metalurgia e não metálicos. Os dados acima se referem a esses três segmentos consolidados. Se analisados separadamente, percebe-se a seguinte situação em relação à participação de cada segmento na composição do PIB do Brasil:

Tabela 16 – PIB e energia no Brasil 1970 - 2010

PIB E ENERGIA					
PIB Brasil e PIB Setorial	1970	1980	1990	2000	2010
PIB BRASIL - 10^9 US$ (2010)	430	983	1.149	1.469	2.089
PIB Mineração (%)	0,78	0,84	0,56	0,59	0,85
PIB Metalurgia (%)	3,46	3,61	2,80	1,90	2,19
PIB Não-Metálicos (%)	1,62	1,77	1,26	0,69	0,78
Min+Met+NM (% do Brasil)	5,86	6,22	4,61	3,17	3,82
PIB INDÚSTRIA - 10^9 US$ (2010)	165	395	423	408	560
Min+Met+NM (% da Indústria)	15,3	15,5	12,5	11,4	14,2
Consumo Final Energético	1970	1980	1990	2000	2010
BRASIL (10^6 tep)	60,6	98,7	117,6	157,7	224,2
Mineração (%)	0,43	1,27	1,10	1,47	1,47
Metalurgia (%)	6,30	11,1	14,0	13,2	10,7
Não-Metálicos (%)	4,67	5,34	3,91	4,08	3,88
Min+Met+NM (% do Brasil)	11,4	17,7	19,0	18,8	16,1
INDÚSTRIA (10^6 tep)	18,7	43,4	55,6	74,1	111,3
Min+Met+NM (% da Indústria)	37,0	40,2	40,3	39,9	32,4
Cons. de Energia Elétrica	1970	1980	1990	2000	2010
BRASIL (TWh)	39,66	122,7	217,6	331,6	458,3
Mineração (%)	1,14	2,21	2,74	2,24	2,33
Metalurgia (%)	14,9	18,7	20,5	15,1	13,9
Não-Metálicos (%)	4,02	4,2	2,20	2,16	2,09
Min+Met+NM (% do Brasil)	20,1	25,1	25,4	19,5	18,4
INDÚSTRIA (TWh)	21,6	72,4	119,1	157,2	223,8
Min+Met+NM (% da Indústria)	36,8	42,6	46,4	41,2	37,6
Autoprodução Energia Elétrica (% do consumo):					
Mineração=40%; ferro-gusa=50%; não ferrosos=31%; não-metálicos (cimento e cerâmica)=15% .					

Fonte: Ministério das Minas e Energia (2011).

A mineração, que é a indústria extrativa incluindo a pelotização, na tabela 16, em análise, tem uma participação na formação do PIB da seguinte ordem: em 1970, participa com 0,78%; em 1980, participa com 0,84%; em 1990, participa com 0,56%; em 2000, participa com 0,59%; em 2010, participa com 0,85%. Ou seja, embora ocorra uma retração em 1990, e

início da recuperação no ano 2000, chega-se ao ano de 2010 com um índice mais elevado do que no ano de 1970. Isso não ocorre com os dois outros segmentos.

A metalurgia apresenta uma redução na participação na composição do PIB do Brasil

Tabela 17 – Mineração e transformação mineral (metálicos e não metálicos)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL - SGM
Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral - DTTM

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração - DIPLAM

SINOPSE 2011

Mineração & Transformação Mineral
(Metálicos e Não-Metálicos)

Atualização: 15/8/2011

RESUMO M & TM	unid.	2008	2009	2010	10/09 (%)
FATURAMENTO TOTAL	10^9 US$	131,3	99,5	142,3	43,0
PIB BRASIL	10^9 US$ $_{2010}$	1.955	1.943	2.089	7,5
PIB INDÚSTRIA	10^9 US$ $_{2010}$	535,5	493,6	559,7	13,4
PIB M&TM	10^9 US$ $_{2010}$	81,5	61,5	79,8	29,8
Particip. M&TM no PIB Industrial	%	15,2	12,4	14,3	
Particip. M&TM no PIB Brasileiro	%	4,2	3,2	3,8	
INVESTIMENTOS PRIVADOS	10^9 US$	17,0	18,2	14,7	(19,2)
EMPREGOS DIRETOS	10^3	786	773	847	9,6
EXPORTAÇÕES M&TM [1]	10^9 US$	44,3	30,8	50,8	64,9
IMPORTAÇÕES M&TM [1]	10^9 US$	29,4	16,3	24,8	52,1
SALDO COMERCIAL M&TM [1]	10^9 US$	14,9	14,5	26,0	79,3
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	10^9 US$	197,9	153,0	201,9	32,0
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	10^9 US$	173,2	127,6	181,6	42,3
SALDO COMERC. BRASILEIRO	10^9 US$	24,7	25,4	20,3	(20,1)
Particip.nas Exportações Brasileiras	%	22,4	20,1	25,2	
Particip. M&TM no Saldo Brasileiro	%	60,3	57,1	128,1	

CONS. ENERGÉTICO TOTAL M&TM - 2010: da Indústria = 32%; do Brasil = 16%.
CONSUMO ELÉTRICO M&TM - 2010: da Indústria = 38 %; do Brasil = 18%.

(1) Exclusive petróleo e gás e derivados. Inclusive compostos químicos inorgânicos.

na seguinte ordem: em 1970, participa com 3,46%; em 1980 participa com 3,61%; em 1990 participa com 2,80%; em 2000 participa com 1,90%; em 2010, participa com 2,19%. O segmento dos não metálicos apresenta a seguinte situação, no que se refere a participação na

formação do PIB do Brasil: em 1970, participa com 1,62%; em 1980, participa com 1,77% ; em 1990, cai para 1,20%; em 2000 cai para 0,69%; em 2010 sobe para 0,79. Uma redução, em relação à participação no PIB, de mais de 50%, no período.

Ou seja, apesar da redução da participação da economia do setor mineral como um todo na composição do PIB do Brasil para o período de 1970 a 2010, verifica-se um crescimento da participação do segmento mineração, que envolve a indústria extrativa e a pelotização.

Essa lógica de crescimento da participação da mineração, em índice mais elevado que os segmentos de metalurgia e não metálicos é recorrente na economia brasileira e é o que se verifica nos dados, aqui analisados, a partir de 1970. Quando se observa o período de 2008 a 2010, na tabela 17, constatam-se os valores do PIB do Brasil, em cada ano: em 2008, US$ 1.955 trilhão; em 2009, US$ 1.943 trilhão e em 2010, US$ 2.089 trilhões. A participação da mineração e transformação mineral no PIB do Brasil nesses anos foi da ordem de 4,2% em 2008, correspondendo a US$ 81,5 bilhões; 3,2% em 2009, que equivale a US$ 61,5 bilhões; e 3,8% em 2010, totalizando US$ 79,8 bilhões. O movimento de queda do PIB em 2009, e, subida em 2010 está relacionado à crise financeira internacional, iniciada nos Estados Unidos da América, em 2008, que impactou sobre toda a economia internacional e a economia brasileira não ficou isenta de tal efeito.

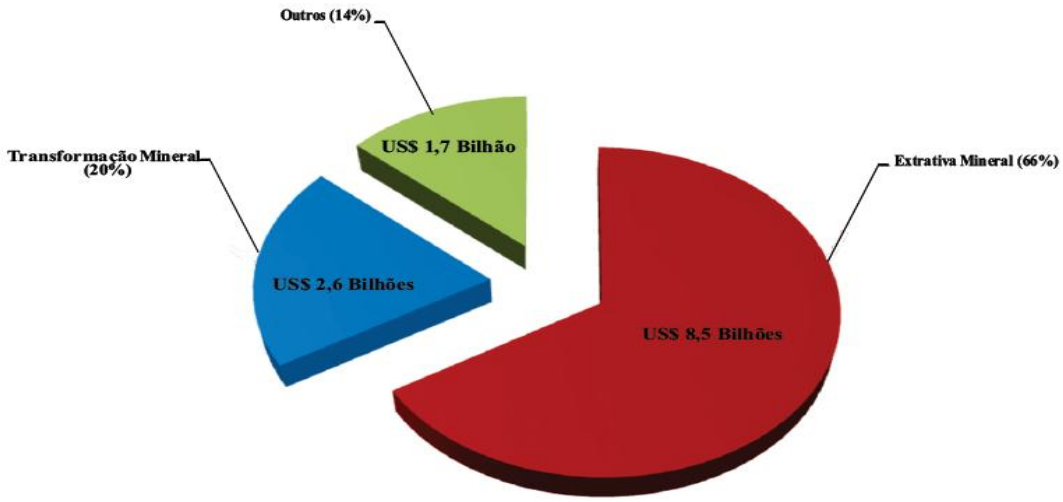
A análise desses dados, nos dois momentos distintos, demonstra que a economia da mineração e transformação mineral cumpre um papel importante na composição do PIB do Brasil. Mas sua importância é maior ainda no que se refere a sua influência no saldo da balança comercial brasileira. Quando se observa o total das exportações brasileiras e o total das importações brasileiras, na tabela 17, se tem os seguintes saldos: em 2008, saldo de USS 24,7 bilhões; em 2009, saldo de US$ 25,4 bilhões e em 2010 saldo de 20,3 bilhões. A redução do saldo da balança comercial do ano de 2009 para o ano de 2010 foi da ordem de 20,1%.

Quando se observa isoladamente o total das exportações da mineração e transformação mineral e o total das importações da mineração e transformação mineral se tem os seguintes saldos da balança comercial desse segmento: em 2008, US$ 14,9 bilhões; em 2009, US$ 14,5 bilhões; e em 2010, US$ 26,0 bilhões. O aumento do saldo da balança comercial da mineração e transformação mineral, do ano de 2009 para o ano de 2010, foi da ordem de 79,3%.

A participação da mineração e transformação mineral na pauta de exportação brasileira foi da ordem de: 22,4% em 2008; 20,1% em 2009; e 25,2% em 2010. Como o segmento de mineração e transformação mineral exportou mais e importou menos que os demais segmentos da economia, sua participação no saldo da balança comercial brasileira foi da ordem de: 60,3% em 2008; 57,1% em 2009; e 128,1% em 2010. Portanto, a contribuição da mineração e transformação mineral é de fundamental importância para a situação superavitária da balança comercial brasileira. Foi devido ao alto superávit na balança comercial da mineração e transformação mineral, em 2010, que a balança comercial brasileira saiu de uma situação deficitária para o saldo positivo, demonstrado na tabela17. Quando são analisados, separadamente, cada um dos três segmentos: mineração, metalurgia, não metálicos, para os anos de 2008, 2009 e 2010, constata-se o que segue, para cada um dos segmentos:

O PIB da mineração apresentou a seguinte evolução: em 2008, US$ 20,5 bilhões; em 2009, US$ 7,77 bilhões; em 2010, US$ 17,8 bilhões. Esses valores representam uma participação no PIB nacional da ordem de: 1,05%, em 2008; 0,4%, em 2009; 0,85, em 2010. As exportações desse segmento foram de US$ 19,5 bilhões em 2008; US$ 15,1 bilhões em 2009; US$ 31,6 bilhões em 2010. O Saldo da mineração foi de US$ 8,9 bilhões, em 2008; 9,5 US$ bilhões, em 2009; 23,9 bilhões em 2010. Uma participação da mineração na composição do saldo da balança comercial brasileira da ordem de: 36%, 37% e 118% nos anos de 2008, 2009 e 2010 respectivamente.

Gráfico 16 - Participação da indústria mineral no total da exportação do Pará em 2010



Fonte: MDIC/SECEX – 19/01/2011**,** IBRAM (2011, reelaborado pelo autor, 2012).

Quando são analisados os dados da economia do setor mineral do Estado do Pará, como são apresentados no Gráfico 16, se pode perceber que a extração mineral tem uma participação de 66% no total da exportação paraense e já se discutiu em outro momento neste trabalho que nesse período a participação total da economia do setor mineral atinge 86% de toda a exportação do Estado do Pará no ano de 2010.

Continuando a análise da Tabela 17, o PIB da Metalurgia teve a seguinte evolução: em 2008, US$ 47,3 bilhões; em 2009, 38,9 bilhões; em 2010, 45,7 bilhões. Esses valores representam uma participação no PIB do Brasil da ordem de: 2,42%, em 2008; 2,0%, em 2009; 2,19%, em 2010. As exportações totalizaram US$ 21,2 bilhões, em 2008; US$ 13,1 bilhões em 2009; 16,0 bilhões. Acumulou um saldo na balança comercial de: US$ 11,5 bilhões; US$ 6,8 bilhões; US$ 4,7 bilhões em 2008, 2009 e 2010 respectivamente. Teve uma participação no saldo da balança comercial brasileira da ordem de 46% em 2008; 27% em 2009; 23% em 2010.

O segmento de não metálicos tem um PIB de US$ 13,7 bilhões, em 2008; US$14bilhões, em 2009; US$ 16,3 bilhões em 2010. Tem uma participação no PIB do Brasil da ordem de 0,70% em 2008; 0,76 em 2009; 0,78% em 2010. A participação desse segmento nas exportações é de US$ 3,55 bilhões, em 2008; US$ 2,52 bilhões, em 2009; US$ 3,17 bilhões, em 2010. Acumulou um saldo na balança comercial de US$ 1,65 bilhão, em 2008;

US$ 1,90 bilhão, em 2009; US$ 2,69 bilhões, em 2010. Não tem participação na composição do saldo da balança comercial brasileira, conforme se verifica na tabela 18.

O saldo da balança comercial é outro aspecto que faz da mineração um setor essencial para a economia paraense e nacional. Do saldo total da balança comercial brasileira de 2008, a indústria extrativa e de transformação mineral colaborou com R$ 22,9 bilhões para o superávit, o que representa 93% do saldo total nacional. Já o Pará obteve um saldo na balança comercial mineral da ordem de R$ 8,8 bilhões, valor correspondente a 38% do saldo setorial nacional e 91% do saldo comercial paraense. Considerando o saldo da indústria extrativa mineral isoladamente, que participa com 63% do saldo da balança comercial mineral paraense, a colaboração para o saldo comercial estadual cai para 57%. Assim, percebe-se que apesar da economia paraense ser bastante diversificada, é o setor mineral primário, principalmente através do minério de ferro, que exerce papel predominante na constituição do saldo comercial. (PARÁ, 2009, p. 10).

Pode-se concluir da análise dos dados, sinopse 2011, do setor mineral que a mineração e transformação mineral como um todo contribuem para a composição do PIB, mas quando os dados são analisados separadamente, por segmento, mineração, metalurgia e não metálicos verifica-se que a mineração por ter acentuada participação na pauta da exportação brasileira, sua contribuição para o saldo positivo da balança comercial é bem maior que os outros dois segmentos. O segmento dos não metálicos está voltado quase que na sua totalidade para o mercado interno, portanto, sua contribuição para o saldo positivo da balança é quase inexistente.

O fato do segmento dos não metálicos estar voltado para o mercado interno, associado à estabilidade da economia brasileira no período de 2008 a 2010, embora se verifique retração nos setores da economia voltados à exportação, esse segmento não sofre as oscilações, ou retrações sofridas pelos outros dois segmentos. O PIB do segmento dos não metálicos permanece estável, praticamente inalterado, no período da crise internacional.

Embora a mineração e transformação mineral como um todo contribuam para o crescimento do PIB brasileiro, no atual modelo econômico, que vem se organizando a partir da década de 1990, é fundamentalmente a mineração, a indústria extrativa, seguida da metalurgia, que contribuem para o saldo positivo na balança comercial, o que reforça a confirmação da hipótese de que o modelo econômico que vem se implantando a partir de 1990

necessita continuar crescendo apoiado na exportação de produtos de base primária, as commodities, que colocadas no mercado internacional funciona como instrumento que contribui para o processo de rebaixamento dos preços das matérias-primas e ocasionado o efeito de sustar a tendência declinante da taxa de lucro, contribuindo para a superação da crise cíclica do capitalismo.

A função da mineração e transformação mineral como elemento responsável pelo superávit na balança comercial da economia brasileira, do ponto de vista macroeconômico tem a função de contribuir para o equilíbrio financeiro das contas da União, pois favorece uma entrada de recursos financeiros na economia brasileira, que associados a outros recursos tais como: saldo de arrecadação, investimentos estrangeiros irão contribuir para a formação das chamadas reservas internacionais, que têm contribuído para seguidas avaliações positivas do Brasil, como um país de baixo risco para investimento estrangeiro.

Ou seja, em 2001, quando o Fernando Henrique Cardoso pronunciou a frase: "exportar ou morrer", na posse do ministro Sérgio Amaral, e na véspera da assinatura da medida provisória nº 2166/67, que alterou o Código Florestal e criou o conceito de obra de utilidade pública e definiu que obra de energia e transporte são obras de utilidade pública, estava se referindo à necessidade de atingir saldos positivos na balança comercial brasileira, para não necessitar de recorrer seguidamente aos empréstimos que seu governo vinha fazendo junto às Instituições Financeiras Internacionais, sobretudo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e para poder fugir da lógica da necessidade do estabelecimento de altas taxas de juros para a captação de recursos financeiros no mercado de capitais em vista do cumprimento de compromissos do governo com credores.

Portanto, o modelo de crescimento econômico com ênfase na exportação de produtos primários, inclusive bens minerais, passou a ser uma necessidade dos governos que adotaram medidas de política econômica com o discurso de modernização do país, sob as orientações políticas dos governos de países de capitalismo avançado, sobretudo os EUA, e das instituições financeiras internacionais que organizaram o evento denominado consenso de Washington. A partir do momento em que adotaram as políticas que implicaram em abertura de mercado, quebra de monopólios de setores estratégicos, privatização, controle de inflação por via do controle da taxa de juros, desoneração tributária por meio da Lei Kandir, Lei de Responsabilidade Fiscal etc. o crescimento econômico, o superávit na balança comercial,

passou a ser uma necessidade dos governos, inclusive do governo brasileiro, para garantir o equilíbrio macroeconômico e uma necessidade das empresas para distribuir dividendos aos acionistas. A empresa crescendo e contribuindo para o saldo positivo da balança comercial, está ajudando no equilíbrio macroeconômico do Estado, que, mesmo com a baixa arrecadação do setor primário, necessita da contribuição desse setor, inclusive da mineração, influenciando no saldo positivo balança comercial e no equilíbrio macroeconômico e ainda coloca matéria-prima a baixo custo no mercado internacional, contribuindo para sustar a tendência declinante da taxa de lucro.

Como essa lógica de exportação de produtos primários tem o objetivo de rebaixar os preços para sustar a tendência declinante da taxa de lucros, o Estado deve entrar com aporte de subsídios para as empresas exportadoras com o argumento tornar os preços competitivos no mercado internacional. Não faltam formuladores de teorias que justificam a organização da economia dentro de um ambiente institucional favorável, como por exemplo, os representantes da nova economia institucional (NORTH, 2000), que defendem a necessidade de redução dos custos de contrato, para facilitar as transações comerciais e o desenvolvimento das firmas.

5.2 A VALE EXPORTADORA DE MATERIA-PRIMA

Na nova Divisão Internacional do Trabalho a China transformou-se na maior compradora de bens minerais do Pará, por meio da Vale.

> Nos últimos anos, a China foi o principal gerador mundial da demanda de minérios e metais. Em 2010, a China representou 59% da demanda global de minério de ferro transoceânico, 37% da demanda mundial de níquel, 38% de alumínio e 41% da demanda global de alumínio. O percentual da nossa receita operacional decorrente das vendas para clientes na China foi de 33,1% em 2010. (COMPANHIAVALE..., 2010, p.2).

A China representa um importante mercado para a Vale, enquanto exportadora de produtos primários. A empresa mantém um escritório comercial em Xangai. Participa de consórcios de exploração por meio de 5 *join ventures* nas áreas de produção de pelotas de ferro e de carvão. Opera uma refinaria de níquel. Exporta níquel e manganês para os chineses. Possui participação de 25% em duas usinas de pelotização a de Anyang e a de zhuhai YPM, que compõe o complexo siderúrgico Yueyufeng e conta com instalações portuárias para

receber os pellet feed (pó de ferro) das minas da empresa situadas no Brasil. Tem parte ainda em duas empresas (25%) para exploração e produção de carvão: a longyu e a Yankuanq (coque metalúrgico e metanaol). Em Dalian, na província de Lianoing, a Vale é responsável por operações de refinamento de níquel. (COMPANHIA VALE..., 2011).

Em que pese a grande propaganda dos governos federal, estaduais, municipais; a ação do empresariado local, da Federação das Indústrias do Estado do Pará, no sentido de defender a construção da siderúrgica de Marabá, no relatório de 2010 da Vale, não sobra dúvida de que interessa à Vale incentivar siderúrgica a fim de criar demanda para o minério de ferro, principal produto, do seu portfólio, do ponto de vista da acumulação de capital no curto prazo. A lógica adotada pela empresa na relação com a China é a mesma adotada para o mundo todo, inclusive para o Brasil. Não se percebe nenhuma tendência diferente. Mesmo tendo um alto investimento do Governo Federal e Estadual no sentido de iniciar a construção da siderúrgica em Marabá, para a produção do aço, inclusive com visita do presidente Lula para inaugurar a pedra fundamental da Siderúrgica, no dia 23 de junho de 2010, consta no relatório de 2010 da Vale:

> Aços Laminados do Pará (ALPA) - Há previsão de iniciar a implantação do projeto ALPA em 2011, que inclui a construção de uma usina siderúrgica em Marabá, no Pará. A unidade terá uma capacidade de produção nominal anual de 1,8 milhões de toneladas métricas por ano de placas de aço e de 700 mil 69 toneladas métricas anuais de aço semi-acabado. **O projeto está sujeito à aprovação do conselho administrativo** e a sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2014. (COMPANHIA VALE..., 2010, p. 68, grifo nosso).

Especula-se que essa demora sobre o investimento na ALPA seria uma das razões, além da decisão da empresa de construir 12 unidades de grandes navios na China, que teria influenciado na decisão do Governo Federal de negociar com o Bradesco a saída de Roger Agnelli do cargo de Diretor-presidente da Vale. O novo presidente, que substituiu Roger Agnelli, encerrou o ano de 2011 com declaração de que a siderúrgica projetada para Marabá é uma demanda da sociedade paraense e é estratégica para a Vale:

> O novo presidente da Vale, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira, confirmou ontem, em Belém, que a construção da siderúrgica Aços Laminados do Pará (ALPA), no município de Marabá, é uma decisão irreversível no planejamento da empresa. A implantação da siderúrgica, segundo ele, nunca esteve condicionada a conveniências de governos ou de partidos políticos. “Entendemos que esta é uma demanda da sociedade paraense, e por isso

> estamos fortemente comprometidos com esse empreendimento", acrescentou. (ALPA..., 2011, não paginado).

A seguir, verifique o que foi feito para expandir a capacidade da Estrada de Ferro Carajás:

> Carajás expansão para 20 Mtpa – no fim do primeiro trimestre de 2010, começamos a operar novas instalações que adicionaram 20 milhões de toneladas métricas por ano (Mtpa) à capacidade das nossas operações de minério de ferro em Carajás. **Graças ao descongestionamento e ao desenvolvimento de uma flexibilidade operacional, conseguimos dobrar o aumento de capacidade originalmente planejada**, que era de 10 Mtpa. (COMPANHIA VALE..., 2010, p.20. grifo nosso).

Está planejado para que a empresa atinja uma produção de 230 milhões de toneladas de produção de minério de ferro somente em Carajás, no Sistema Norte, para 2016, mais que o dobro das 101,2 milhões de toneladas do ano de 2010, conforme afirmação do Presidente da Vale, em visita a Carajás, Murilo Ferreira:

> A partir de 2016, com a ampliação de Carajás e a abertura de duas novas minas – a de Serra Leste, em Curionópolis, e a S11D, em Canaã dos Carajás –, ele disse que a Vale espera elevar a sua produção no Pará para 230 milhões de toneladas. Só a mina S11D, com entrada em operação prevista para 2016, vai produzir cerca de 90 milhões de toneladas por ano. [...] Acrescentou que a Vale pretende investir cerca de US$ 21,4 bilhões no ano que vem [...]. (ALPA..., 2011).

Significa que o crescimento projetado da economia da mineração reforçará o perfil de economia primário-exportadora no Estado do Pará.

É possível identificar a seguinte estratégia da empresa para crescer com um portfólio diversificado de produtos primários:

Tendo como objetivo central o lucro no curto prazo a empresa estabeleceu a seguinte estratégia:

1) Controlar a maior quantidade de reservas minerais possível, para isso uma das atividades da empresa é pesquisa e exploração mineral.
2) Especializar-se na produção e comercialização de matéria-prima do seu portfólio de produtos.
3) Associar-se, preferivelmente, como acionista minoritário, à siderúrgicas produtoras de ferro ligas, ferro gusa, níquel refinado, chapa de aço, cobre, etc.,

situadas no Brasil ou fora do Brasil para viabilizar mercado para o seu portfólio de produtos, neste caso, matéria-prima.

4) Garantir o fornecimento de matéria-prima (minério de ferro, cobre, níquel etc.) às siderúrgicas a ela associadas e que processam a matéria-prima procedente do Brasil ou de outras regiões do mundo.
5) Evitar a concorrência com seus parceiros e clientes transferindo as atividades de produção de semi-elaborados a terceiros, no Brasil, ou fora do Brasil. No ano de 2007 a CVRD vendeu a RDM de São João Del Rei; em 2011 a Vale transferiu sua participação na Alunorte, Albrás, Paragominas, CPA entre outros direitos em troca de participação em 20% do capital da Hidro Norsk, da Noruega. Vendeu sua participação na Usiminas por discordar da estratégia da empresa que, decidiu produzir minério de ferro e demorava a se decidir pela produção do aço.

A estratégia da empresa contribui para o crescimento da indústria extrativa e redução da participação da indústria mineral de transformação na composição da pauta de exportação da indústria mineral no Pará. Atitude semelhante a empresa adota em relação à siderurgia no Brasil:

> Temos como compromisso manter a nossa posição de liderança no mercado global de minério de ferro, por meio do enfoque na nossa linha de produtos, para captar as tendências industriais; do aumento da nossa capacidade de produção, alinhados com o crescimento da demanda; do controle de custos, do fortalecimento da nossa infra-estrutura ferroviária, portuária e de transporte, assim como dos nossos centros de distribuição e do fortalecimento do relacionamento com os clientes. O nosso portfólio diversificado de produtos de alta qualidade, uma forte estratégia de marketing técnico, logística eficiente e o relacionamento sólido e duradouro com clientes importantes ajudarão a alcançar o nosso objetivo. Também **incentivamos as siderúrgicas a instalar usinas de produção de placas de aço no Brasil, através de participações preferivelmente minoritárias em *joint ventures*, a fim de criar demanda adicional para o nosso minério de ferro**. (COMPANHIAVALE, 2010, p. 17, grifo nosso).

Essa estratégia da empresa leva em consideração os interesses de seus clientes, pois evita a produção de uma mercadoria já produzida por empresas situadas em países consumidores dos produtos ofertados pela Vale. Ademais, a empresa considera também o favorecimento tributário resultante da Lei Kandir, que desonera a exportação de produto primário e semi-elaborado. Se a Vale semi-processar pode concorrer com seu cliente, que em muitos casos, é também associado, é uma subsidiária. Portanto, a alternativa mais viável do

ponto de vista da acumulação de capital no curto prazo é a exportação de matéria prima. Ou seja, o ordenamento legal favorece o interesse da empresa de exportar produtos primários para a obtenção de lucro no curto prazo.

6 CONCLUSÕES

O estudo sobre o tema “a influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: um estudo sobre a CVRD entre 1942 à 2010”, à luz dos conceitos de regime de acumulação e modo de regulação, foi desenvolvido considerando dois momentos importantes da História econômica e política do Brasil e do Pará, nos quais a CVRD ou Vale está presente e cumpre um papel importante como fornecedora de matéria-prima ao mercado internacional. No primeiro momento, criada para fornecer minério de ferro aos EUA, de 1942 a 1997, a CVRD era estatal e explorava as minas do Estado de Minas Gerais, interligadas ao Porto de Tubarão, em Vitória, através da Ferrovia Vitória Minas; e as minas da Província Mineral de Carajás, no Pará, interligadas ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão, pela Estrada de Ferro Carajás. No segundo momento, de 1997 a 2010, a CVRD, ou Vale, já está privatizada, mas os dois sistemas – mina-ferrovia-porto – supramencionados, continuam sendo os principais responsáveis pelas operações da empresa. O minério de ferro por todo o período de existência da CVRD foi e é o principal produto do portfólio da organização em termos de operações e lucro. Sobretudo a partir do ano 2000, a CVRD vem diversificando seus produtos e expandindo suas atividades no Brasil e no mundo, estando presente em 15 Estados brasileiros e em 38 países. Em 2010, o ferro continua sendo o principal produto e a China o mercado mais importante para a empresa.

No primeiro momento, que tem como marco inicial a segunda guerra mundial, a partir de quando se conformou o regime de acumulação e modo de regulação denominado fordista-keynesiano, os EUA assumiram a posição de império, por terem sido os principais fornecedores de armas de guerra para os países aliados, da coalizão inter-imperialista. Ainda durante a segunda guerra mundial a CVRD foi criada, com base nos “acordos de Washington”. O Decreto de fundação da empresa garantia a participação de dois estadunidenses na Diretoria, mais precisamente no Departamento de Minas. Na Conferência de Bretton Woods em 1944, foram confirmadas as bases de um sistema monetário internacional e de uma ordem internacional, sob a égide do FMI, BIRD, criados nesse momento, e Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1948, que com as Comissões Econômicas, entre elas a CEPAL, vai contribuir para a formulação das bases teóricas da ordem internacional do capitalismo no segundo pós-guerra, sendo o Estado nacional uma peça-chave dessa nova ordem, que representava uma nova divisão internacional do trabalho.

A CEPAL foi a principal organização formuladora de teorias que justificavam a presença do Estado nacional, como planejador, regulador e empreendedor da economia. A teoria econômica e a prática política desenvolvida no Brasil levou à constituição, em 1948, de uma comissão Brasil-Estados Unidos que passou a funcionar como formuladora de políticas para o Estado brasileiro, influenciando na elaboração do Plano de Metas, do Governo Juscelino Kubitschek. Os objetivos desse plano, apresentados como grandes objetivos nacionais se confundiam com objetivos das multinacionais que atuavam no Brasil. Assim, os investimentos públicos, propostos pela CEPAL e BNDE contribuíram para o desenvolvimento e crescimento das multinacionais no Brasil, que nas décadas de 1950 e 1960 tiveram um papel importante na economia e na política brasileira, influenciando diretamente no processo político que resultou no Golpe Militar de 1964.

Após o período de 1964, com a operação Amazônia, a política para a mineração na Amazônia vai sofrer influência ainda maior do império estadunidense. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II) e os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA I e II) vão apresentar no diagnóstico a insuficiência de recursos minerais e será criada em seguida toda uma estrutura institucional voltada ao desenvolvimento de políticas orientadas à extração de bens minerais. Nesse contexto, ocorrem as descobertas de reservas minerais no Rio Trombetas, em Oriximiná, e na Serra do Carajás, no Pará. Em 1969 a CVRD vem para a Amazônia, ao Estado do Pará, e em seguida assume o que será denominada a Província Mineral de Carajás, divergindo da empresa estadunidense US Steel que tinha interesse de escoar a produção pelo Porto de Barcarena, enquanto que a CVRD tinha interesse de exportar pelo Porto de Itaqui em São Luís do Maranhão.

A política baseada em pólos de desenvolvimento estava fundamentada em noções teóricas que defendiam o Estado como propulsor do desenvolvimento, por meio de grandes investimentos em pólos que deveriam gerar efeitos para frente e para trás. Essas teorias fundamentaram os investimentos em grandes projetos na Amazônia. O Programa Grande Carajás estava dentro do Polamazônia. Mas o que se assistiu foi a consolidação de economia de enclave, não internalizando os efeitos da exploração mineral.

Nos anos 1990 a crítica à modernização conservadora, assim denominada por ser dirigida pelo Estado, foi dura sobre o estado no seu papel de empresário. Essa crítica ocorria dentro do contexto de avanço do ideário liberal, que apresentava o processo de privatização como sinônimo de modernização e a auto-regulação que no passado fora responsável pelas guerras mundiais e pela crise da bolsa de valores, em 1929, agora era defendida como sendo

uma ação modernizante. Esse discurso favoreceu ao processo de privatização no Brasil e a privatização da CVRD.

Para o estudo do segundo momento, que tem como marco inicial a primeira crise do fordismo e a estratégia de tomada do Estado pelos liberais, foi estabelecida uma pergunta, um problema de pesquisa, e nas seções 3; 4 e 5 desta tese se buscou responder a essa pergunta, descrevendo cada uma das mudanças no plano legal e econômico e analisando de que forma que esses eventos podem representar uma transição no regime de acumulação e no modo de regulação, e ainda, como estão relacionados com o processo de privatização da CVRD.

As mudanças na economia e na legislação, no período em estudo, ocorridas no Brasil e no estado do Pará, podem ser interpretadas como uma transição no regime de acumulação e no modo de regulação, pois concorreram para a estabilização e crescimento da produção e da renda num determinado espaço, e em um período histórico específico, a partir de 1990 até o ano de 2010, pois embora tenha ocorrido um período de retração econômica entre 2008-2009, o ano de 2010 foi de retomada do crescimento e, portanto, considerado de bom desempenho para a economia brasileira e para a Vale.

O estudo realizado sobre os eventos selecionados levou à conclusão de que as mudanças na economia influenciaram as alterações na legislação brasileira e estas repercutiram sobre as transformações na economia brasileira. Um movimento de influência mútua, com coerência, na medida em que ocorrem concomitantemente nos domínios legal e econômico. Mas ao mesmo tempo contraditório, na medida em que são acompanhadas de um discurso permeado de um conteúdo positivo (ajuste estrutural, reforma, responsabilidade fiscal, modernização, estabilização econômica etc.) que escamoteia os efeitos negativos sobre a economia nacional, a orientação dos gastos públicos e dos investimentos públicos, sobre o desmonte dos serviços públicos e a desnacionalização e desregionalização dos dividendos, sobretudo da exportação de bens minerais primários.

Foram analisadas as seguintes mudanças legais: Plano de estabilização econômica - Plano Real; reforma constitucional na ordem econômica – que mudou o conceito de empresa e permitiu que empresa estrangeira tivesse acesso ao subsolo; Lei de modernização dos portos – que quebrou o monopólio do Estado e do movimento sindical sobre a gestão dos portos e a gestão da mão-de-obra nos portos brasileiros e definiu investimentos públicos e incentivos fiscais para a modernização da infra-estrutura e dos equipamentos nos portos; Lei Kandir, que desonerou a exportação de produtos primários e semi-elaborados; Lei de Responsabilidade Fiscal, que reorientou os gastos públicos, garantindo recursos para pagamento dos serviços da dívida e limitando os gastos públicos com pessoal e previdência social; medida provisória

2166/67 que criou o conceito de obra de utilidade pública e definiu que obras de infra-estrutura de energia e transporte são obras de utilidade pública; Resolução do Conama nº 369 que trata sobre mineração em área de preservação permanente (APP) e definiu que mineração em APP é obra de utilidade pública.

O conjunto de mudanças que ocorreu no ordenamento jurídico brasileiro, que aqui foi analisado, representa um componente principal de um novo modo de regulação, pois são essas alterações na legislação que dão legitimidade ao processo de mudança na economia e ao processo de conformação de um novo regime de acumulação de capital, denominado por regulacionistas de acumulação flexível, que no Brasil, implicou na privatização de grande parte do patrimônio público e na transferência de empresas públicas à iniciativa privada. Entre as empresas privatizadas, a partir de 1990, está a CVRD, que a partir da entrada do grupo Bradesco em sua diretoria, a partir do ano 2000, a organização expandiu suas atividades, se transformando na maior exportadora brasileira e maior extratora de minério de ferro do mundo. Em 2010, o minério de ferro representou 70,5% do total das operações da Vale, conforme seu balanço financeiro.

A parir de 1990, quando o Brasil aderiu à nova ordem econômica internacional que emanou do consenso de Washington, o Governo brasileiro adotou uma série de medidas como: Plano de estabilização econômica, Plano Real; reforma constitucional no capítulo sobre a ordem econômica que retirou os privilégios garantidos à empresa nacional pela Constituição de 1988; Lei Kandir que desonerou a exportação de produtos primários e semi-elaborados; quebra de monopólio estatal sobre os setores estratégicos da economia; privatização; abertura de mercado; Lei de responsabilidade Fiscal, que reorientou os gastos públicos, priorizando recursos da arrecadação para pagamento de serviços da dívida pública; Lei de modernização dos portos; medida provisória 2166/67 e Resolução do Conama de nº 369, a primeira criou o conceito de obra de utilidade pública e definiu que obra de infra-estrutura de energia e transporte são obras de utilidade pública, a segunda estabeleceu que mineração em APP é obra de utilidade pública.

Além dessas medidas legais o Estado brasileiro e Estado do Pará, colocaram em execução um conjunto de obras, nos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com Fernando Henrique Cardoso no Brasil e Almir Gabriel e Simão Jatene no Pará, e do Partido dos Trabalhadores (PT), com Lula e Dilma no Brasil e Ana Júlia no Pará. As grandes obras desses governos se enquadram dentro do Plano denominado Iniciativa de IIRSA. Fernando Henrique atribuiu o nome de Plano Avança Brasil, mas teve dificuldades de

priorizar os investimentos. Com o Governo Lula, no início do segundo mandato, foi lançado o PAC I e II. Esse plano, na sua primeira etapa de 2007 a 2010, destinou recursos para obras de infra-estrutura e transporte e energia e para saneamento. Entre as obras previstas e em processo de execução estão as eclusas de Tucuruí; o Porto público de Marabá; a Hidrovia Araguaia Tocantins; as hidrelétricas plataformas projetadas para os rios Tapajós e Jamanxim; a Hidrelétrica de Belo Monte, entre outras. Além de todas essas obras foi construída com recursos do Governo do Estado do Pará, Rodovia, fora dos padrões nacionais para trafegarem os mega-caçambas da Vale, entre o município de Paragominas e a margem do Rio Capim, passando em frente da entrada do projeto de bauxita da Vale, que em 2010 foi negociado com a Norsk Hidro, sendo a estrada hoje utilizada pela empresa da Noruega.

No Governo Lula foi definida a continuidade dos incentivos fiscais para projetos estruturantes na Amazônia. A decisão de manter os incentivos fiscais a partir de 31 de dezembro de 2013, quando deveria ser encerrado, segundo a legislação que o regula, foi tomada em reunião extraordinária do CONDEL da SUDAM, realizada em Brasília e retransmitida para Belém, por teleconferência, no dia 16 de abril de 2010, durante o grande encontro dos gigantes do aço, na ExpoAço 2010, 5 dias antes do leilão da Hidrelétrica de Belo Monte. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem sido prioridade desde 1989, quando era denominada Kararaô. Os Governos do Brasil e do Pará tem priorizado esse projeto como estratégico para a exploração e verticalização mineral.

A Vale sempre vem declarando que depende de energia para expandir seus projetos de mineração. Para os Governos Lula, Dilma e Ana Júlia a verticalização da produção mineral era apresentada como uma prioridade pelo potencial de geração de emprego no curto prazo e pelo dividendo eleitoral, corolário da implantação da siderúrgica em Marabá. Os Governos viam na implantação da siderúrgica o resultado eleitoral e o equilíbrio macroeconômico; a Vale, na gestão de Roger Agnelli, considerava a siderúrgica um meio para ampliar seu mercado consumidor de minério de ferro, por isso pretendia ser investidor com participação minoritária, pois, mais do que gerar emprego, interessa à empresa e aos seus acionistas o lucro no curto prazo. No relatório de 2010 da empresa é afirmado que o projeto ainda depende de aprovação de seu Conselho de Administração, apesar de que os candidatos a governo faziam campanha anunciando a implantação da siderúrgica denominada Aços Laminados do Pará (ALPA).

Além da verticalização da produção que poderia gerar emprego e voto no curto prazo, o Governo Federal estimula a exportação de produto primário, minério de ferro, manganês, cobre, níquel, bauxita caulim, ouro, entre outros, por necessitar de superávit na

balança comercial para garantir o equilíbrio macroeconômico. E na medida em que se estimula a exportação de produto primário e semi-elaborado, com a desoneração tributária garantida pela Lei Kandir, a empresa cumpre o papel de colocar matéria-prima no mercado internacional, de zonas sociais com produção econômica com baixa composição orgânica do capital, e assim, contribuir para sustar a tendência declinante da taxa de lucro na economia internacional. Ou seja, a Vale exportando matéria-prima, com toda forma de subsídio do Estado brasileiro e Paraense, ganha competitividade no mercado internacional, contribui para o rebaixamento do preço da matéria-prima, bens minerais, insumos básicos da indústria, sustando assim permanentemente as crises cíclicas do capitalismo.

A partir do ano 2000, os investimentos públicos foram orientados para projetos de construção de infra-estrutura de transporte e energia, materializados no PAC, a partir de 2007, voltados para dar suporte a investimentos privados, inclusive da CVRD ou Vale, concorrendo para a consolidação de um modelo de economia primário-exportador, baseado na destinação de bens minerais primários ao mercado internacional, com o objetivo de garantir a ampliação da mais valia, traduzida em lucro para os acionistas da empresa no curto prazo e no longo prazo funcionando como instrumento para sustar a tendência declinante da taxa de lucro na economia internacional, uma vez que oferta bens minerais, sobretudo minérios de ferro da melhor qualidade existente no planeta, a baixo custo, por se tratar de produto oriundo de zonas de baixa composição orgânica do capital e por contar com uma infinidade de formas de subsídios do Estado para a Vale que a torna competitiva no mercado internacional.

A infra-estrutura construída pelo Estado brasileiro e pelo Estado do Pará, que foi, é ou será utilizada pela CVRD foi legalmente adquirida pela CVRD ou Vale, na forma de concessão ou sub-concessão; ou adquirida em leilão de privatização; ou comprada de outro grupo empresarial depois de arrematada nos leilões realizados pelo BNDES no contexto da desestatização promovida pelos governos responsáveis pelo desmonte do patrimônio público brasileiro e entrega aos grupos privados; ou ainda essa infra-estrutura foi construída com recursos públicos para atender diretamente aos interesses da Vale, mas como isso não seria legalmente permitido ao Estado, as obras de infra-estrutura de energia e transporte foram e estão sendo viabilizadas em nome dos interesses nacionais, regionais. Os interesses da Vale e de outros grupos empresariais se confundem com os interesses nacionais e populares e assim a empresa sendo atendida em suas demandas, é como se o povo brasileiro e, particularmente, paraense, os trabalhadores e trabalhadoras e os segmentos excluídos do trabalho e do consumo, fossem atendidos também, pois é em nome do povo que são executadas as obras de transporte e energia.

O conceito de obra de utilidade pública e a definição das obras de energia, transporte e mineração em Área de Preservação Permanente como obras de utilidade pública são exemplos de como os interesses dos grandes grupos econômicos são confundidos com os interesses nacionais e populares. O crescimento econômico passou a ser a prioridade do Estado no Brasil. Passou a ser o objetivo maior dos investimentos públicos e a infra-estrutura para esse crescimento econômico passou a ser considerado como sendo de utilidade pública. A área desapropriada para o reservatório da Usina Hidrelétrica de Belo Monte já foi uma declaração de utilidade pública. Assim sendo, ninguém pode contrariar a marcha do crescimento, pois estará contrariando o interesse público nacional e os interesses populares.

Com o discurso de atender as demandas históricas do povo do Pará foram construídas as obras, pelo Estado brasileiro e Estado do Pará, aqui descritas e analisadas: as eclusas de Tucuruí; o trecho da Rodovia PA-241; o projeto básico e Eia-Rima do porto público de Marabá; a Hidrelétrica de Belo Monte; os incentivos fiscais para projeto estruturante na Amazônia. O Estado brasileiro colocou-se em função do atendimento das demandas dos governos de capitalismo avançado e dos organismos financeiros internacionais, inserindo-se na Divisão Internacional do Trabalho para cumprir a função de fornecedor de matéria-prima e a Vale privatizada recebeu todo incentivo para cumprir a função de ofertar bens minerais primários ao mercado internacional. Por isso, a economia do setor mineral no Pará, no ano de 2010 representa 86% do valor da exportação. A indústria da transformação mineral perdeu espaço para a indústria extrativa mineral. Enquanto no período de 2002 a 2007 a indústria da transformação tinha participação 40% e a indústria extrativa tinha participação de 60%. Nos dois primeiros meses de 2011 a indústria mineral extrativa extrapolava o patamar dos 80% e a indústria da transformação mineral ficava abaixo de 20%.

A indústria da transformação mineral no Pará decaiu, mas o que interessa destacar é que a Vale não aparece no Balanço Mineral do IBRAM, do ano de 2010, entre as empresas que tem participação na indústria da transformação. Os produtos da Vale no Pará estão restritos à indústria extrativa mineral. Portanto, em que pese toda a expansão geográfica da empresa, presente em 38 países, 15 estados brasileiros; apesar de a empresa anunciar um portfólio de produtos e serviços diversificados, a base da riqueza da empresa está na extração de minério de ferro de Minas Gerais e Pará e a Vale se consolidou como a maior empresa exportadora brasileira, mas exportadora de bens minerais primários. Assim a Vale contribui para fortalecer a característica primário-exportadora do Brasil e esse aspecto é radicalizado no caso da economia do Estado do Pará. Na gestão da Vale como empresa privada a tendência é

se consolidar a mineração como enclave de exportação. Esse é o perfil da modernização implantada com a conjugação dos esforços do Estado e da Vale privatizada.

A Vale (2010) estima a exaustão das minas de ferro em Carajás para as seguintes datas: Serra Norte (N4W, N4E, N5) para o ano de 2030; Serra Sul, para o ano de 2061; Serra Leste, para o ano de 2039. O Banco Mundial que contribuiu com a elaboração do Plano de mineração 2010-2030 do Governo brasileiro é menos otimista, estabelece um horizonte de 15 anos para a exaustão das reservas conhecidas no Estado do Pará. Seja em 50 anos, como afirma a Vale, ou em 15 anos, como afirma o Banco Mundial, trata-se de horizonte muito próximo para a exaustão de um recurso natural estratégico para o desenvolvimento industrial, para que simplesmente se extraia e exporte, unicamente para gerar dividendos aos acionistas, sem que o Estado e o país, possa usufruir benefícios, nem se quer tributários. Ou seja, o regime de acumulação flexível, no Brasil e no Pará é um modelo de crescimento economicamente insustentável, pois leva à exaustão das minas conhecidas sem que essa riqueza do Estado possa ser transformada em iniciativas de desenvolvimento econômico e social com perspectiva duradoura.

No contexto do regime de acumulação flexível, a ação do Estado e da Vale concorrem para resolver a crise cíclica do capitalismo, mas não resolverá a crise social e ambiental, pelo contrário, aprofunda-as, na medida em que exaurem-se os recursos naturais não renováveis sem internalizar os resultados. O mínimo que a empresa poderia fazer seria corresponder à benevolência e generosidade do Estado que lhe garantiu uma empresa vendida por um valor 10 vezes menor que o lucro anual de 2011; acesso a subsídios e incentivos fiscais; crédito fácil e a juros baixos junto ao BNDES seu sócio em projetos de mineração e acionista; desoneração tributária do principal imposto sobre exportação (ICMS) que era cobrado quando a Vale era estatal; dispensa de cobrança pelo uso da água no processo de extração e transporte de minerais por mineroduto; por favorecer o acesso a infra-estrutura logística, entre outros benefícios.

REFERÊNCIAS

ALPA vai sair garante o presidente da Vale. Disponível em: < http: // diariodopara. diarioonline.com. br/N-147224-LPA+ VAI+SAIR++ GARANTE+ PRESIDENTE+DA+VALE.html >. Acesso em: 2 jan. 2011.

ALMEIDA Maria Hermínia Tavares de. **Negociando a reforma**: a privatização de empresas públicas no Brasil. Print version, Rio de Janeiro, v.42, n.3, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ arttext&pid= S0011-52581999000300002&lng=en&nrm=iso#13>. Acesso em: 7 fev. 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. In: SILVA, José Guilherme Carvalho da; ALMEIDA,Alfredo Wagner Berno de (organizadores). **O PLANO IIRSA na visão da sociedade civil da PAN-AMAZÔNICA**. Belém: FASE; UFPA, 2009.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. Contrato de concessão que entre si celebram a União e (...) a CVRD, 1997. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/concessaofer/apresentacaofer.asp>. Acesso em: 29 dez. 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

A PARTICIPAÇÃO do Bradesco na privatização da Vale. **Brasil de Fato**. 2011. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/681 >. Acesso em: 28 dez. 2011.

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Coleção **Retrato do Brasil**, v. 87.

BARREIROS, Daniel de Pinho. The Brazilian delegation in the making of the Bretton Woods International Agreements (1942-1944). **História**, São Paulo v. 28, n.2, Franca 2009. Disponível em: <http:// www.scielo.br/scielo. php?script=sci _arttext&pid=S0101-90742009000200018&lng=en&nrm= iso>. Acesso em: 25 jul. 2011.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, 1994.

BECKER, Bertha. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: A CVRD e os garimpeiros em Carajás. In: LÈNA, Philipe; OLIVEIRA, Adélia (Org.). **Amazônia, Fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: SCT; CNPq, 1991.

_____. Logística: uma nova racionalidade no ordenamento do território? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3., 1993, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, set. 1993. p.59-62.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.271-307.

_____. **Logística e nova configuração do território brasileiro:** que geopolítica possível? Rio de Janeiro: LAGET, 2006. inédito.

BELOCH, Israel; FAGUNDES, Laura Reis (Coord.) **Sistema FIRJAN:** a história dos 170 anos da representação industrial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997.

BENJAMIN, César. **A opção brasieira**. Rio de Janeiro: Contraponto,1998.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: FPA, 1999.

BOITO-JÚNIOR, **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo, 1991.

BOYER, Robert. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo, Nobel, 1990.

BRAGA Ruy. **Mediações institucionais e inovações metodológicas**: a teoria da regulação e a formalização da dinâmica econômica histórica. Sociedade e Estado. Brasília, DF, v.17, n.2 dez.. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo. php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922002000200010&lng=en&nrm=iso#nota1>. Acesso em: 20 out.2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] **República dos Estados Unidos do Brasil**. Outorgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 22 mar. de 2011.

_____. Presidência da República. 11416 SEÇÃO 1 DIÁRIO OFICIAL N° 122 QUARTA-FEIRA, 26 JUN 1996 < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1268088/dou-secao-1-26-06-1996-pg-60/pdfView#xml=http://www.jusbrasil.com.br/highlight/1268088/Plano%20Real>. Acesso em 18 fev. 2010.

_____. Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103876/emenda-constitucional-6-95>. Acesso em: 4 mar. 2010.

_____. Senado Federal. 1990. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108906/lei-8017-90 >. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. Lei Complementar n° 87/96. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1996.

_____. Governo Federal. **Plano de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/medidas-institucionais-e-economicas-e-investimentos>. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. **PAC Energia**. 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-energia>. Acesso em: 13 mar. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 4.352,** de 1 de junho de 1942. Encampa as Companhias Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A., e dá outras providências. Brasília, DF, 1942. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-energia>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. lei nº 11.297, de 9 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/medidas-institucionais-e-economicas-e-investimentos>. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. Presidência da República. **Medida Provisória 2.166-67**. 24 de agosto de 2001. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2166-67.htm>. Acesso em: 28 fev. 2012.

_____. Ministério dos Transportes. Engenharia, Construções. Disponível em:< http://www.valec.gov.br/ download/ contas/relatorioGestao2009.pdf>. Acesso em: 20 fev.2012.

_____. Ministéro de Minas e Energia, Ferro. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral-SGM. Banco Mundial - SGM. Banco Iinternacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD produto 14 **FERRO**. 2009. Disponível em: < http://www.simineral.org.br/arquivos/PerfildaMineraodeCobrePlanoNacionaldeMinerao2030 MME.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar Nº 101**. 2000. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/ leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. Ministério de Minas e Energia – MME. **Mineração e transformação mineral. Metálicos e não metálicos**. 2011. Disponível em: < mme.gov.br>. Acesso em: 20 nov.2011.

_____. _____. **NÍQUEL**, 2009. Disponível em:< http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano_duo_decenal/a_mineracao_brasileira/P15_RT24_Perfil_da_Mineraxo_de_Nxquel.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2011.

_____. _____. Internacional Para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Produto 14. **Minério De Cobre**. Brasília. Disponível em: < http://www.simineral.org.br/arquivos/PerfildaMineraodeCobrePlanoNacionaldeMinerao2030 MME.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

BRITO, Daniel Chaves de. **Modernização de superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA; NAEA, 2001.

CARVALHO, David. **Desoneração do ICMS das exportações e a crise das finanças públicas do Estado do Pará**. Belém: NAEA; UFPA,2000.

_____. Industrialização tardia e grandes projetos. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maria da (Org.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. (Coleção Eduardo Galvão).

CARVALHO, Fernando J. **Bretton Woods aos 60 anos**, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2011.

CARVALHO, Maria Cecília M. **Construindo o saber**: metodologia científica: fundamentos e técnicas. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CASTRO, Edna R. Processos de trabalho e relações de poder no Carjás. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maria da (Org.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. (Coleção Eduardo Galvão).

_____. Integração sul-americana do IIRSA-Visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: SILVA, José Guilherme Carvalho da; ALMEIDA,Alfredo Wagner Berno de (organizadores). **O PLANO IIRSA na visão da sociedade civil da PAN-AMAZÔNICA**. Belém: FASE; UFPA, 2009.

_____. Racionalidade e Novos Padrões na gestão do trabalho em Grandes empresas na Amazônia. In: MAGALHÃES, Sônia B.; BRITTO, R. C; CASTRO, Edna R. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belem: MPEG, 1996. v. 1.

CHARONE FILHO, Nagib. Sobram polêmicas no Tapajós. Mais eletricidade. Energia limpa. **O Liberal**, Belém-Pará, 12 abr. 2010. Caderno Poder, p.2.

CIARELLI, Mônica. **O Estado de S. Paulo**, 29 abr. 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,vale-entra-no-consorcio-de-belo-monte,712340,0.htm>. Acesso em: 11 ago. 2011.

COELHO, Maria Célia Nunes; RIO, Gisela Aquino Pires do; MIRANDA, Elis de Araújo. **Trajetórias históricas das duas mineradoras na amazônia:** CVRD E CAEMI/Antunes. Regiões e Cidades. v.1, n 1., out. 2008. Disponível em < http://www.regioesecidades.ucam-campos.br/index. php/cidade/article/view/11/18> . Acesso em: 26 fev. 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <http:// www. fundodireitoshumanos.org.br/ viewConteudoOut.no- filter?pager. offset=10&catTipo= NOT&conID=74>. Acesso em: 30 jan2012.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVRD). Disponível em< http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ governo-getulio-vargas/companhia-vale-do-rio-doce.php >. Acesso em: 24 fev. 2011.

_____. 2005. Disponível em: < hptt/www.cvrd.com.br>. Acesso em: 28 out. 2005.

_____. 2009. Disponível em:< www.cvrd.com.br >. Acesso em: 10 set. 2009.

CONTRATO de concessão que entre si celebram a União e (...) a CVRD, 1997). Disponível em: <http://www.antt.gov.br/concessaofer/contratos/efc.pdf.> Acesso em: 29 dez. 2011.

COSTA, J. M. M. da. Grandes projetos e o crescimento da indústria na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda Maria da (Org.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. (Coleção Eduardo Galvão).

COSTA, Eduardo J. M. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Disponível em: <http://eduardojmcosta.blogspot.com/2011/05/usina-hidreletrica-de-belo-monte.html>. Acesso em: 30 jun. 2011.

DA COSTA, Rodrigo Portugal. **Dinâmica da produção industrial mineral no Pará**: análise da composição produtiva atual da mineração. 2011. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

DANTAS, Marcos. Espoliação mineral. **Retrato do Brasil**, [S. l.]: Política, 1984. v. 2.

DESENVOLVIMENTO: Porto de Pernambuco acena para indústria como novo polo de crescimento do Pará**, O Liberal,** 9 abr. 2012. Disponível em: **<** contrapontomaraba. blogspot.com/.> Acesso em: 30 abr. 2012.

DREIFUSS, René A. **A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de estado. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

EMPRESAS ganham incentivos fiscais. **Diário do Pará**, 15 abr. 2010. Caderno A, p. 11.

FARIA, Maria Regina Maneschy. **As redes de dependência na Amazônia**: o projeto minerador. 1992. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.

FATORELLI, Maria Lúcia. Estado Máximo só para os Bancos. 2011. Disponível em: http://www.viomundo.com.br/politica/maria-lucia-fattorelli-estado-maximo-so-para-os-bancos.html. Acesso em 22 abr. 2012.

FERNANDES, F. R. C. S (Org.). **Os maiores mineradores do Brasil**. Brasília, DF: CNPq, 1982. 3 v.

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA – FCA. 2012. Disponível em: <http://www.portocentrooeste.com.br/pt-br/conteudo/ferrovia-centro-atlantica---fca.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2012.

FIORI, José Luís. **Política**: imperialismo voluntário. Disponível em:< http://www.sinpro-rs.org.br/extra/ago02/politica.asp>. Acesso em: 12 mar. 2011.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANÇA, George Sand; VASCONCELOS, Marcos Alberto Rodrigues; Naibert Cristiano; TOMÁS, Sidinei Sebastião. Estudo das vibrações geradas por detonações feitas na obra civil da eclusa 2 de tucuruí (PA), **Rev. Bras. Geof.,** v. 29, ano.1, São Paulo, Jan./Mar. 2010.

GASSET, Ortga Y. **Em torno a Galileu**: esquema das crises. Tradução de Luís Felipe Alves Esteves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

GOVERNO federal formaliza desapropriações no Pará sem consulta e explicações. Xingu Vivo para Sempre, 2012. Disponível em: < http://www.xinguvivo.org.br/2012/01/06/governo-federal-formaliza-desapropriacoes-no-para-sem-consulta-e-explicacoes/ >. Acesso em: 20 jan. 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**, São Paulo: Loyola, 1998.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão.** Tradução e Revisão de Anna Maria Capovilla; José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Institiuo Liberal, 1990. p. 221.

HIRSCHMAN, Albert. **Desenvolvimento por efeito em cadeia**: uma abordagem generalizada. In: Cardoso F. H.; SORJ Bernardo; FONTE, Maurício (Org.). Economia e Movimentos sociais na América Latina, 1985. p. 39-46.

HURTIENNE, Thomas; MESSNER, Dirk. **Nuevos conceptos de competitividad.** [S. l.: s. n, 1994, p.26.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL- ISA. **A polêmica da usina de Belo Monte**. Disponível em:< http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp >. Acesso em: 10 jul.2011.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – IBRAM et al. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <http://simineral.org.br/mineracao/?id=3 >.Acesso em: 31 jan.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Balanço mineral do Pará 2010**.Elaboração André Reis e Poliana Bentes.

INICIOU o ciclo do cobre no Pará. **Diário do Pará**. Belém, 4 jul. 2005.

JESUS, Carlos Antônio Gonçalves de. **FERRO**. Disponível em:< http://www.simineral.org.br/arquivos/Ferro%20-%20DNPM.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

LEAL, Aluízio Lins. Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRAS/ALUNORTE. **Revista Ciências da Terra**, n. 5, jul./ago. 1982.

_____. **Amazônia**: o aspecto político da questão mineral. 1998. 101 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional) – Núcleo de Autos Estudos Amazônicos, Uniiversidade Federal do Pará, Belém, 1988.

_____. **Uma sinopse histórica da Amazônia**. São Paulo: 1991. mimeografado.

_____. **Grandes projeto amazônicos**: dois casos precursores. 1996. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal de São Paulo, Paulo, 1996.

_____. **Grandes projetos na Amazônia**: o caso ICOMI. [S. l.: s.n.], 1998.

_____. Políticas públicas: zoneamento econômico e eixos de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA, CADERNO ANDES, 19., 2001, Belém. **Anais...** Belém: ADUFPA , 2001.

LEITE, M. P. Modernização Tecnológica e Relações industriais no Brasil: o quadro atual. In: GITAY, L. (Org.) **Reestruturación productiva, trabajo y educación em America Latina**. Campinas, CHD- CENED; UNESCO-OREALC, 1994.

LÉNINE, V. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Petrogrado: [s.n], 1917.

LIMA, Luís Flávio Maia. Integração Regional e enclaves Fordistas no Pará. In: XIMENES, Tereza et. al. (Org.) **Cenários da industrialização na Amazônia**. Belém: UNAMAZ; UFPA; NAEA, 1995. (Série Cooperação Amazônica, n. 15).

LIPIETZ, A. **New tendences in division international of labour***:* regimes of accumulation and modes of regulation In*:* SCOTT, A.; STORPER , M. (Ed.), Prodution, work, territory the geographical anatomy of industrial capitalism. Londres: [s.n], 1986.

_____. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LUCRO da Vale cai pela metade em 2009. Disponível em:< http://portalexame.abril.com.br/negocios/lucro-vale-cai-pela-metade-2009-r-10-2-bilhoes-532906.html>. Acesso em: 5 mar. 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** Contribuição ao estudo econômico do Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 2.

MACHADO, Luiz. **Grandes economistas VII**: Douglass North e o neoinstitucionalismo. Disponível em:< http://www.cofecon.org.br/index.php?option= com_content&task=view&id=820&Itemid=114. Acesso em: 12 jan. 2010.

MARTINS, Luciano. **Nação e corporação multinacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

MARX, Karl. **O capital**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1996. v.2. Livro 2.

MELO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENDES, Carlos. OAB exige que Pará cobre R$ 5 bi de mineradoras. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, mar. 2012.

MINERAÇÃO SUDESTE PARAENSE, 2011. Disponível em: <http://www.zedudu.com.br/?cat=387>. Acesso em: 30 jan. 2011.

MINÉRIOS e capital estrangeiro: um crescimento estratégico. [S. l]: Política, 1984. (Coleção Retrato do Brasil).

MIRDAL, Gunnar. **Teoria econômica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados** São Paulo: USP, v. 19, n. 53, p. 187-208, 2005.

_____. **O Pará vai dar um salto**. Artigo Publicado em 07 de 06 de 2008. Disponível em: < http://www.pa.gov.br/movimento%2Dpara/>. Acesso em: 10 jan. 2010.

NERY, Miguel Antonio Cedraz. In: HERRMANN, Hildebrando; POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; SILVA, Marcus Vinicius Lopes da. **Código de mineração de 'A' a 'Z'**: comentado sob a forma de perguntas e respostas. 2. ed. Campinas, SP: Milennium , 2011.

NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambrigde University Press, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Ramon de. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Educ. Pesqui**. v.29, n.2. São Paulo: UFPE, Jul./dez, 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 ago. 2011.

PARÁ, Governo do Estado. Secretária de Estado de Economia – SECON. Disponível em:< http://www.agenciapara.com.br/exibe_noticias_new.asp?id_ver=60311>. Acesso em: 22 mar. 2010.

_____._____. Disponível em:< http://200. 164.100.137/ exibe_ noticias_new.asp?id_ver= 57749>. Acesso em: 3 de fev 2010.

_____. _____. Gabinete da Governadora. **Lula e Ana Júlia incentivam indústria a ampliar a produção de aço do País**. Disponível em:< http://www.pa.gov.br/noticia_interna.asp?id_ver=61615. Acesso em: 16 abr. 2010.

_____. **Obras do PAC**, 2010. Disponível em: <http://governo-pa.jusbrasil.com.br/politica/4979720/obras-do-pac-para-estao-divididas-em-nove-grandes-eixos-de-investimentos >. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. Governo do Estado do Pará - Secretaria de Estado de Integração Regional – SEIR. **Concorrência Pública n, 001/2009**. Belém, 2009.

_____. Secretaria de Transportes. **Análise espacial da mineração no Pará**, 2009.

PASSARINHO, J. G. **O Liberal**, 9 mar. 2003. Caderno Atualidades pagina 5

PEREIRA, Osny Duarte. **A antinomia do acordo militar Brasil - Estados Unidos** . Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Juristas Democráticos, 1984.

_____. **Ferro e independência:** um desafio á dignidade nacional. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jaccques (Org.) **Economia regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR; CETREDE- MINTER, 1977, p. 6-68.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PETROBRÁS ; VALE tiveram maior perda de valor de mercado entre EUA e Alatina ontem. Disponível em: http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/02/05/petrobras-e-vale-tiveram-maior-perda-de-valor-de-mercado-entre-eua-e-alatina-ontem.jhtm). Acesso em: 20 de fev 2010.

PILATTI, Adriano. **Formas e movimentos de um conflito constitutivo**: progressistas, conservadores e a definição da ordem econômica no processo constituinte de 1987-88. 2006. Tese (Doutorado) Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2006.

PINTO, Lúcio Flavio. **CVRD A sigla do enclave na Amazônia**: as mutações da estatal e o estado imutável no Pará. Coleção Amazônia.doc. Belém: CEJUP, 2003.

_____. Graças à Vale Carajás é chinês. **Brasil de Fato**, 8 nov. 2010. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/4576. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. Eclusas: caminho de saída. **Jornal Pessoal**, 2011. Disponível em: www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1869. Acesso em: 28 dez. 2011.

POLÍTICA relações externas: as relações Brasil - Estados Unidos. A Dominação Americana. **Coleção Retrato do Brasil**, [S. l]: Política, 1984. v. 2.

PRIVATIZAÇÃO. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/>. Acesso em: Acesso em: 28 dez. 2011

RFFSA, 2012. Disponível em: <http://www.rffsa.gov.br/principal/historico.htm>. Acesso em: 3 fev.2012.

RETRATO do Brasil. **Minérios e capital estrangeiro**. S.l.: Política, 1984.

RODRIGUES DA SILVA, Maria Amélia. **A indústria mineral do estado do Pará**: inserção no mercado mundial e repercussões regionais. 1993. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Rejane Cristina de Araujo. **Modernização portuária e rede logística:** o porto de sepetiba/itaguaí como vetor de desenvolvimento no território fluminense ccmn/igeo. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ROSENAU, James N. Pre-theories and theories of foreing policy**.** In: FARREL, R. Barry. ed. **Aproaches to comparative and international politics**. Evanston, Illinois, Northwester Univ. Press, 1966, p.28.

RUAS, R. Reestruturação sócio-econômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho. In: GITAHY, L. (Org.) **Reestruturación produtiva, trabajo y educación em America Latina**. São Paulo: Campinas, 1994.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 10. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1985.

SÁ, Décio. **Deu no Correio Brasiliense**: VALE faz outra vítima. Disponível em:< <http://www.blogdodecio.com.br/2011/05/29/vale-faz-outra-vitima/>. Acesso em: 27 dez.2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 1980, São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. **Os porquês da desordem mundial**. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Século XX uma biografia não autorizada:** o século do imperialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

SANTA CATARINA. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. [S. l.: s.n], maio 2010 .

SANTANA, André Luiz. **Manganês**, 2007. Disponível em: < http://simineral.org.br/arquivos/MangansDNPM.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

SANTOS, Renata Veloso**. Implicações de trajetórias de aprendizagens funcionais intraorganizacionais em aquisições relacionadas no setor de mineração**. 2009. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, 2009. Disponível em: <http:// ww.face.fumec.br/cursos/ mestrado/dissertacoes/ completa/ renata_veloso_ santos.pdf >. Acesso em: 26 fev. 2011.

SENA, Edilberto Moura. Sobram polêmicas no Tapajós. Mais eletricidade. Violação aos direitos humnos. **O Liberal**, Belém, 12 abr. 2010. Caderno Poder, p.2.

SILVA, Alberto Luis Teixeira da. **Serra pelada**: gestão de um espaço caotizado. 1994. Dissertação de (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

SILVA, José Guilherme Carvalho da. **Oiapoque***:* uma parabólica na floresta: Estado, integração e conflitos na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. Belém, edições do autor,2006.

SIMINERAL. Mineração: bauxita. 2011. Disponível em: <http://simineral.org.br/mineracao/?id=3>. Acesso em: 22 abr. 2011.

SOBRAM POLÊMICAS NO TAPAJÓS. Mais eletricidade. **O Liberal**, Belém-Pará, 12 de abril de 2010, Caderno Poder, p.2.

SODRÉ, Antônio Carlos de Azevedo. Lei de responsabilidade fiscal**:** condição insuficiente para o ajuste fiscal Por: **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, jul./dez./2002.

SOUSA, Maria da Conceição Evangelista de. In: ENCONTRO DOS POVOS INDÍGENAS DO XINGU, 1., 1991. Belém. Anais... Belém: UFPA, 1991. (Trabalho de Conclusão de Curso).

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo Financeiro**, Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976.

_____. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 2. ed. Campinas, Unicamp, 1986.

VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A. **Prestação de contas ordinária anual relatório de gestão do exercício de 2009**. Disponível em: www.**valec**.gov.br/. Acesso em: 10 fev. 2012

_____. **Relatório de administração a ser apresentado à assembléia geral dos Acionistas.** 27 Abr. 2010 Disponível em: <http://www.valec.gov.br/subconcessao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. **Demostrações financeiras**. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/ download/demonstrativo /2010/2)DEMONSTRACOES- FINANCEIRAS2009.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. **Demonstrativo**, 2010. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/download/demonstrativo/2010/3)VALEC_NOTAS_EXPLICATIVAS.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2012.

VALE. **Informações sobre o Porto de Tubarão**, 2012. Disponível em: <http://ironnotes.cvrd.com.br/portosul/pgmnavio/posicaotubarao.nsf/vWeb/TubaraoPortugues.htm>. Acesso em: 4 mar. 2012.

VALE Anuncia Entrada na Usina de Belo Monte, 2011. Disponível em: <(http://www1.folha.uol.com.br/mercado/908711-vale-anuncia-entrada-na-usina-de-belo-monte.shtml>. Acesso em: 11 ago.2011.

A VALE se destaca..., 2011. Disponível em: <http://75.125.136.98/~vmundo/>. Acesso em: 22 dez. 2011

VALE fecha 2010 com lucro recorde de R$ 30,1 bilhões. 2011. Disponível em: < http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/02/vale-fecha-2010-com-lucro-recorde-de-r-301-bilhoes.html>. Acesso em: 20 ago.2011.

VALE no mundo, 2011. Disponível em: < http://www.vale.com.br/pt-br/investidores/perfil-vale/composicao-acionaria/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 23 nov. 2011.

_____. **Relatório anual, 2009**. Disponível em: < http://www.vale.com/pt-br/investidores/resultados-e-informacoes-financeiras/relatorios-sec/Documents/2009/20F_2009_ p.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. **Relatório Anual 2010**. Um ano de extraordinário desempenho, 2011.

_____. 2011. Disponível em: <http://www.vale.com.br/pt-BR/investidores/press-releases/Paginas/vale-inicia-a-producao-de-niquel-em-Onca-Puma.aspx>. Acesso em: 30 jan. 2011.

_____. Logística ferroviária. Disponível em: <http://www.vale.com/pt-br/o-que-fazemos/logistica/ferrovias/ferrovia-centro-atlantica/paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 jan.2012.

VIDAL, Bautista J. W. **BRASIL:** civilização suicida. Brasília,DF: Star Print Gráfica ,2000.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Segunda guerra mundial**: as relações internacionais do século XX, 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elzabe Barbosa. São Paulo: UMA; Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999. v.2.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência: (1850 - 1920). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1993.

WHITNEY, Frederick L. **Elementos de investigación**. Buenos Aires, Paidós, 1963.